

Justiça

em números

2012

Justiça do Trabalho



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

O Brasil faz a justiça

Justiça em Números 2011

Conselho Nacional de Justiça

Presidente Ministro Ayres Britto

Corregedor Nacional de Justiça Ministro Francisco Falcão

Conselheiros Ministro Carlos Alberto Reis de Paula

José Roberto Neves Amorim

Fernando da Costa Tourinho Neto

Ney José de Freitas

José Guilherme Vasi Werner

Silvio Luís Ferreira da Rocha

José Lúcio Munhoz

Wellington Cabral Saraiva

Gilberto Valente Martins

Jefferson Luis Kravchychyn

Jorge Hélio Chaves de Oliveira

Emmanoel Campelo

Bruno Dantas Nascimento

Secretário-Geral Francisco Alves Junior

Diretor-Geral Miguel Augusto Fonseca de Campos

Departamento de Pesquisas Judiciárias

Diretora Executiva Janaina Lima Penalva da Silva

Diretora de Projetos Fernanda Paixão Araújo Pinto

Diretor Técnico Rondon de Andrade Porto

Pesquisadores Ana Paula Antunes Martins

Daniel Augusto Vila-Nova

Ganem Amiden Neto

Santiago Falluh Varella

Estatísticos Gabriela Moreira

Igor Stemler

Apoio à Pesquisa Carlos Alberto

Lilian Januzzi Vilas Boas

Pedro Amorim

Ricardo Marques

Thaís Nascimento

Sumário

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.	6
1.1. Recursos Financeiros	6
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB	6
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública	9
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos	12
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça	15
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça	18
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça	21
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça	24
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça	27
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça	30
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)	33
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça	36
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça	39
1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça	42
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça	45
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça	48
1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça	51
1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça	54
1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça	57
1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos	60
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	60
1.2.2. Mag - Total de Magistrados	63
1.2.3. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	66
1.2.4. TS - Total de Servidores	69
1.2.5. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	72
1.2.6. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes	75
1.2.7. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes	78
1.2.8. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes	81
1.2.9. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes	84
1.2.10. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes	87
1.2.11. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes	90
1.2.12. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes	93
1.2.13. Inf2 - Número de Computadores por Usuário	96
1.2.14. Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)	99
1.2.15. Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)	102
1.2.16. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)	105

2. Litigiosidade.	108
2.1. Litigiosidade de 2º grau	108
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau	108
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau	111
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau	114
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau	117
2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau	120
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau	123
2.1.7. ProcEl2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau	126
2.1.8. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau	129
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau	132
2.1.10. RxAl2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST	135
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau	138
2.1.12. Rin2ºa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau	141
2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau	144
2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau	147
2.2. Litigiosidade de 1º grau	150
2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	150
2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	153
2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	156
2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	159
2.2.5. TbaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	162
2.2.6. TbaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	165
2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	168
2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	171
2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	174
2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	177
2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau	180
2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau	183
2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau	186
2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau	189
2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau	192
2.2.16. PEXFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	195
2.2.17. PEXS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau	198
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	201
2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	204
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau	207
2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau	210
2.2.22. TCEX1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau	213
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau	216
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	219
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	222
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau	225
2.2.27. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau	228
2.2.28. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau	231
2.2.29. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau	234
2.2.30. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau	237
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau	240
2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau	243
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau	246
2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau	249

2.3. Litigiosidade Total	252
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes	252
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado	255
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor	258
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados	261
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento	264
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado	267
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos	270
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo	273
3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.	276
3.1. A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho	276
3.2. A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)	279
3.3. Dem - Demandantes	282
3.4. Poder Público como Demandante.	285
3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:	285
3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:	288
3.5. Poder Público como Demandado.	291
3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:	291
3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:	294

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

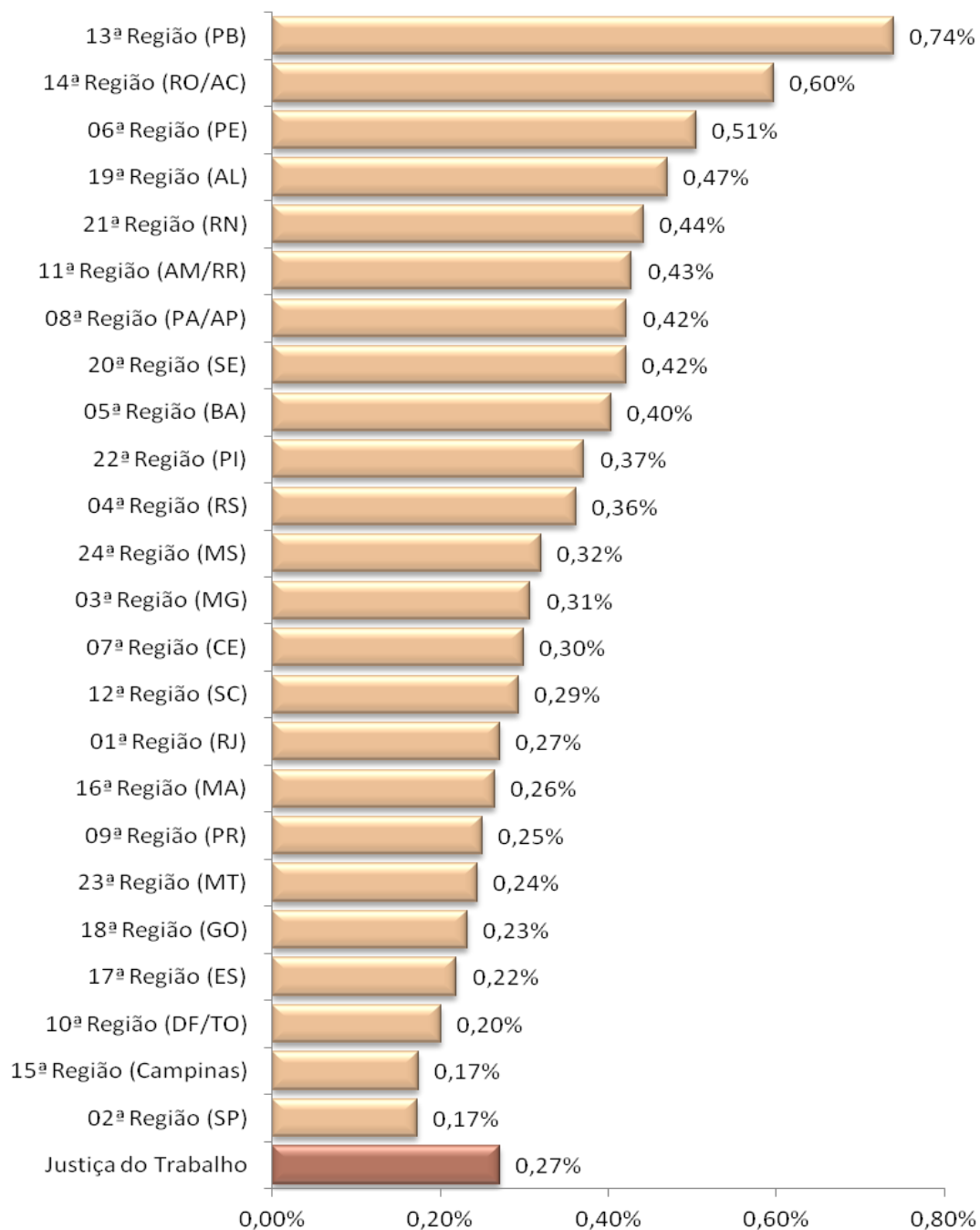
1.1.1. G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tabela 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	PIB - Produto Interno Bruto	G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB
01ª Região (RJ)	1.228.146.734	452.589.949.533	0,27%
02ª Região (SP)	1.431.569.251	830.968.107.130	0,17%
03ª Região (MG)	1.128.980.504	367.126.647.900	0,31%
04ª Região (RS)	998.425.732	276.077.588.373	0,36%
05ª Região (BA)	706.598.544	175.310.684.736	0,40%
06ª Região (PE)	507.058.526	100.305.332.365	0,51%
07ª Região (CE)	251.587.933	84.031.361.862	0,30%
08ª Região (PA/AP)	355.352.243	84.162.400.086	0,42%
09ª Região (PR)	608.394.872	242.988.864.606	0,25%
10ª Região (DF/TO)	375.651.981	186.800.660.693	0,20%
11ª Região (AM/RR)	302.303.686	70.607.552.326	0,43%
12ª Região (SC)	487.249.172	166.014.797.318	0,29%
13ª Região (PB)	271.707.036	36.729.449.258	0,74%
14ª Região (RO/AC)	210.989.105	35.327.768.085	0,60%
15ª Região (Campinas)	971.173.780	555.858.151.841	0,17%
16ª Região (MA)	134.798.463	50.971.858.000	0,26%
17ª Região (ES)	187.521.991	85.386.084.421	0,22%
18ª Região (GO)	254.372.326	109.497.141.115	0,23%
19ª Região (AL)	127.683.571	27.158.290.566	0,47%
20ª Região (SE)	106.687.931	25.281.007.316	0,42%
21ª Região (RN)	158.076.555	35.688.888.719	0,44%
22ª Região (PI)	90.450.837	24.341.692.893	0,37%
23ª Região (MT)	178.974.402	73.276.003.560	0,24%
24ª Região (MS)	149.178.091	46.512.717.298	0,32%
Justiça do Trabalho	11.222.933.264	4.143.013.000.000	0,27%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.1 G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB



Glossário:

G1 - Despesa Total da Justiça em relação ao PIB

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação ao PIB produzido na respectiva Região no ano-base.

Fórmula: $G1 = Dpj / PIB$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- PIB - Produto Interno Bruto: Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos na região sob jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho durante um período determinado (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

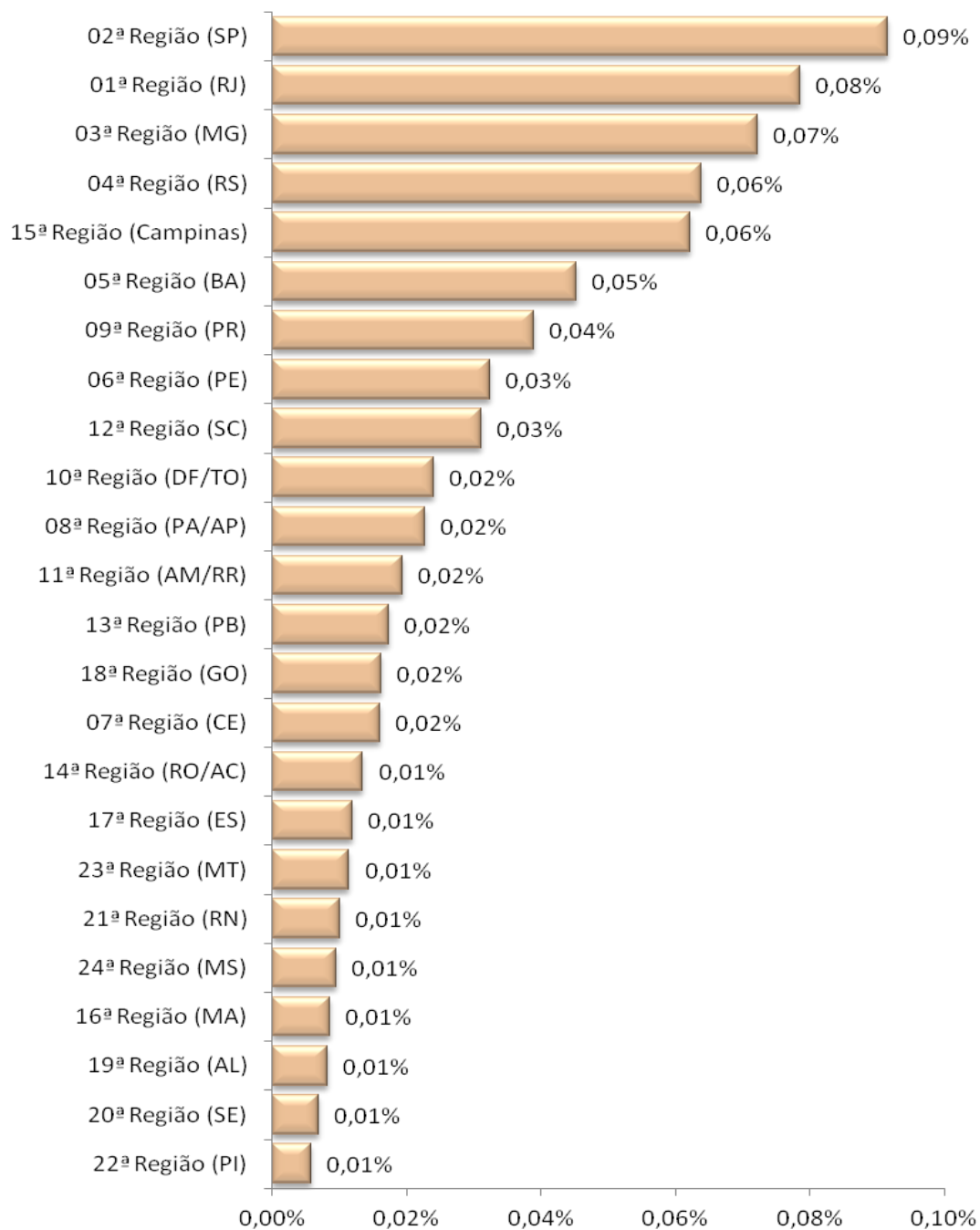
1.1.2. G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tabela 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	GT - Gastos Totais	G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública
01ª Região (RJ)	1.228.146.734	1.563.930.646.029	0,08%
02ª Região (SP)	1.431.569.251	1.563.930.646.029	0,09%
03ª Região (MG)	1.128.980.504	1.563.930.646.029	0,07%
04ª Região (RS)	998.425.732	1.563.930.646.029	0,06%
05ª Região (BA)	706.598.544	1.563.930.646.029	0,05%
06ª Região (PE)	507.058.526	1.563.930.646.029	0,03%
07ª Região (CE)	251.587.933	1.563.930.646.029	0,02%
08ª Região (PA/AP)	355.352.243	1.563.930.646.029	0,02%
09ª Região (PR)	608.394.872	1.563.930.646.029	0,04%
10ª Região (DF/TO)	375.651.981	1.563.930.646.029	0,02%
11ª Região (AM/RR)	302.303.686	1.563.930.646.029	0,02%
12ª Região (SC)	487.249.172	1.563.930.646.029	0,03%
13ª Região (PB)	271.707.036	1.563.930.646.029	0,02%
14ª Região (RO/AC)	210.989.105	1.563.930.646.029	0,01%
15ª Região (Campinas)	971.173.780	1.563.930.646.029	0,06%
16ª Região (MA)	134.798.463	1.563.930.646.029	0,01%
17ª Região (ES)	187.521.991	1.563.930.646.029	0,01%
18ª Região (GO)	254.372.326	1.563.930.646.029	0,02%
19ª Região (AL)	127.683.571	1.563.930.646.029	0,01%
20ª Região (SE)	106.687.931	1.563.930.646.029	0,01%
21ª Região (RN)	158.076.555	1.563.930.646.029	0,01%
22ª Região (PI)	90.450.837	1.563.930.646.029	0,01%
23ª Região (MT)	178.974.402	1.563.930.646.029	0,01%
24ª Região (MS)	149.178.091	1.563.930.646.029	0,01%
Justiça do Trabalho	11.222.933.264	1.563.930.646.029	0,72%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.2 G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública



Glossário:

G2 - Despesa Total da Justiça em relação à Despesa Pública

Finalidade: Medir quanto a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias representa em relação à despesa pública total da União no ano-base.

Fórmula: $G2 = Dpj / GT$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- GT - Gastos Totais: O total da Despesa Pública da União (Fonte: STN).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

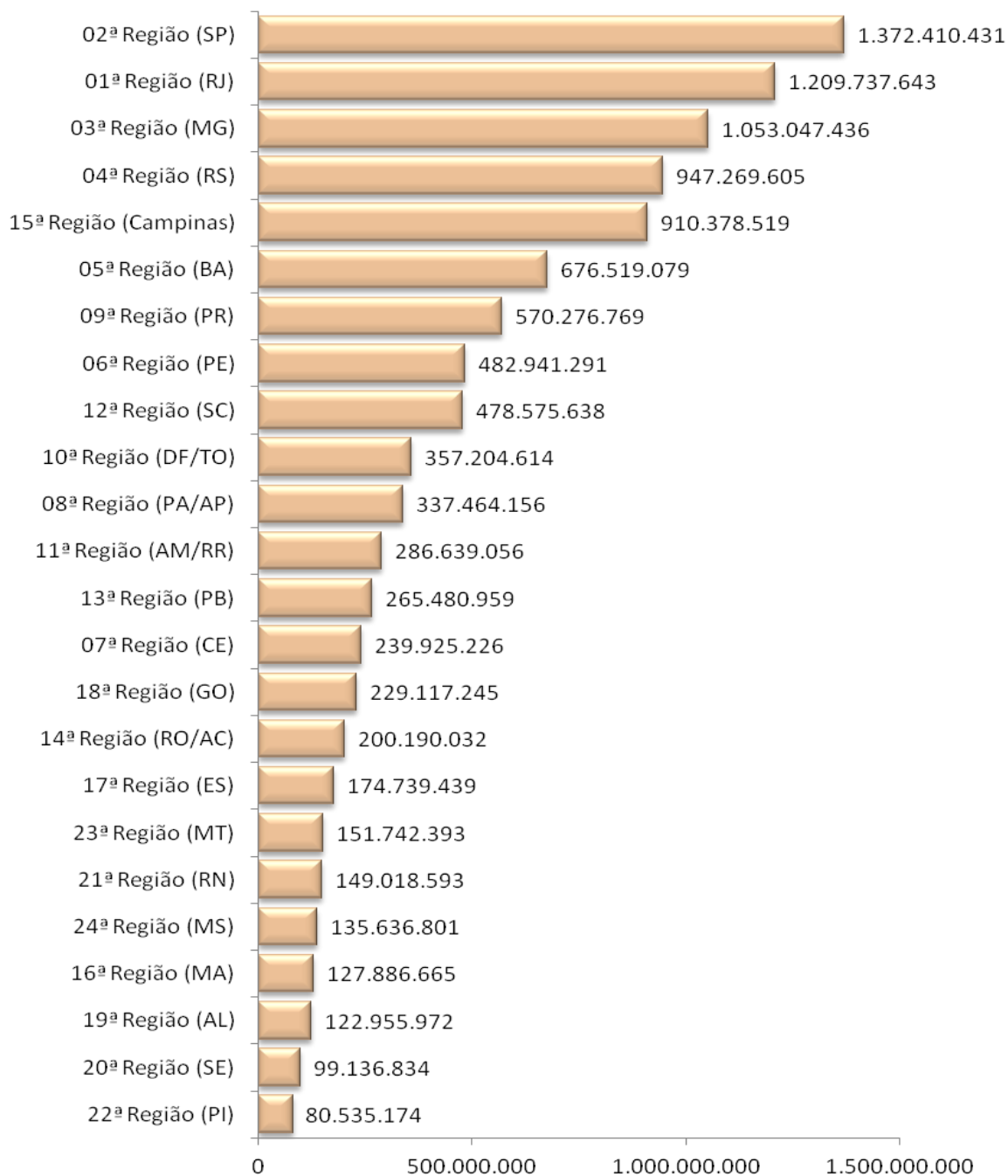
1.1.3a. DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tabela 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos

Tribunal Regional do Trabalho	DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão	DBen - Despesas com Benefícios	DEnc - Despesas com Encargos	DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários	Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos
01ª Região (RJ)	999.356.816	46.940.705	115.396.371	41.998.057	6.045.693
02ª Região (SP)	1.129.771.910	62.579.259	144.037.036	27.172.718	8.849.507
03ª Região (MG)	877.703.819	43.058.610	103.795.561	19.786.319	8.703.126
04ª Região (RS)	795.009.980	40.701.245	96.954.566	7.670.733	6.933.081
05ª Região (BA)	556.560.873	30.974.768	73.585.783	11.551.096	3.846.559
06ª Região (PE)	397.716.731	21.164.467	52.994.220	7.480.155	3.585.718
07ª Região (CE)	195.858.602	11.282.862	26.310.976	4.771.238	1.701.549
08ª Região (PA/AP)	276.926.158	14.002.520	34.494.264	7.966.456	4.074.759
09ª Região (PR)	464.606.016	24.481.874	66.234.205	9.012.671	5.942.004
10ª Região (DF/TO)	286.065.931	17.178.708	39.825.017	10.133.952	4.001.006
11ª Região (AM/RR)	238.642.144	12.692.401	31.368.955	3.553.568	381.987
12ª Região (SC)	406.366.356	15.980.009	50.180.727	4.193.124	1.855.423
13ª Região (PB)	216.867.669	12.209.370	32.239.676	2.450.405	1.713.838
14ª Região (RO/AC)	159.496.151	11.475.979	23.866.990	3.423.521	1.927.391
15ª Região (Campinas)	731.031.197	44.283.223	106.256.426	17.637.308	11.170.365
16ª Região (MA)	98.643.356	7.212.473	15.969.549	4.654.074	1.407.213
17ª Região (ES)	136.859.760	9.913.898	22.302.579	3.919.881	1.743.321
18ª Região (GO)	176.204.058	14.782.598	27.804.962	7.820.103	2.505.524
19ª Região (AL)	94.078.737	7.763.058	15.468.853	4.461.945	1.183.380
20ª Região (SE)	78.031.474	5.161.303	12.682.196	1.862.357	1.399.504
21ª Região (RN)	116.000.177	9.675.970	19.139.959	3.463.365	739.122
22ª Região (PI)	62.614.647	4.755.671	10.796.513	1.528.216	840.127
23ª Região (MT)	117.159.657	6.121.279	18.455.091	4.401.522	5.604.843
24ª Região (MS)	105.620.429	8.236.351	17.612.900	1.793.101	2.374.020
Justiça do Trabalho	8.717.192.649	482.628.603	1.157.773.374	212.705.885	88.529.060

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.3 DRH - Despesa com Recursos Humanos



Glossário:

DRH - Despesa com Recursos Humanos

Fórmula: $DRH = DRem + DBen + DEnc + DTer + DEst + Dip$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRem - Despesas com Remuneração, Proventos e Pensão:** As despesas efetivamente realizadas com remuneração, proventos e pensão, independentemente da nomenclatura adotada (subsídio, vencimentos, gratificações, vantagens pessoais; adicionais; abonos, parcelas incorporadas, férias), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DBen - Despesas com Benefícios:** As despesas efetivamente realizadas com benefícios, independentemente da nomenclatura adotada (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DEnc - Despesas com Encargos:** As despesas efetivamente realizadas com encargos incidentes sobre a folha de pessoal, referentes a magistrados e servidores ativos, inclusive os servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- **DTer+DEst - Despesas com Terceirizados e Estagiários:** As despesas efetivamente realizadas com terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e estagiários, incluída, no caso de autônomos, a contribuição patronal pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.).
- **Dip - Outras Despesas Indenizatórias e Indiretas com Recursos Humanos:** As despesas efetivamente realizadas com indenizações (ajuda de custo, diárias, transporte, auxílio moradia, licença-prêmio convertida em pecúnia) e as indiretas relacionadas a recursos humanos (passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

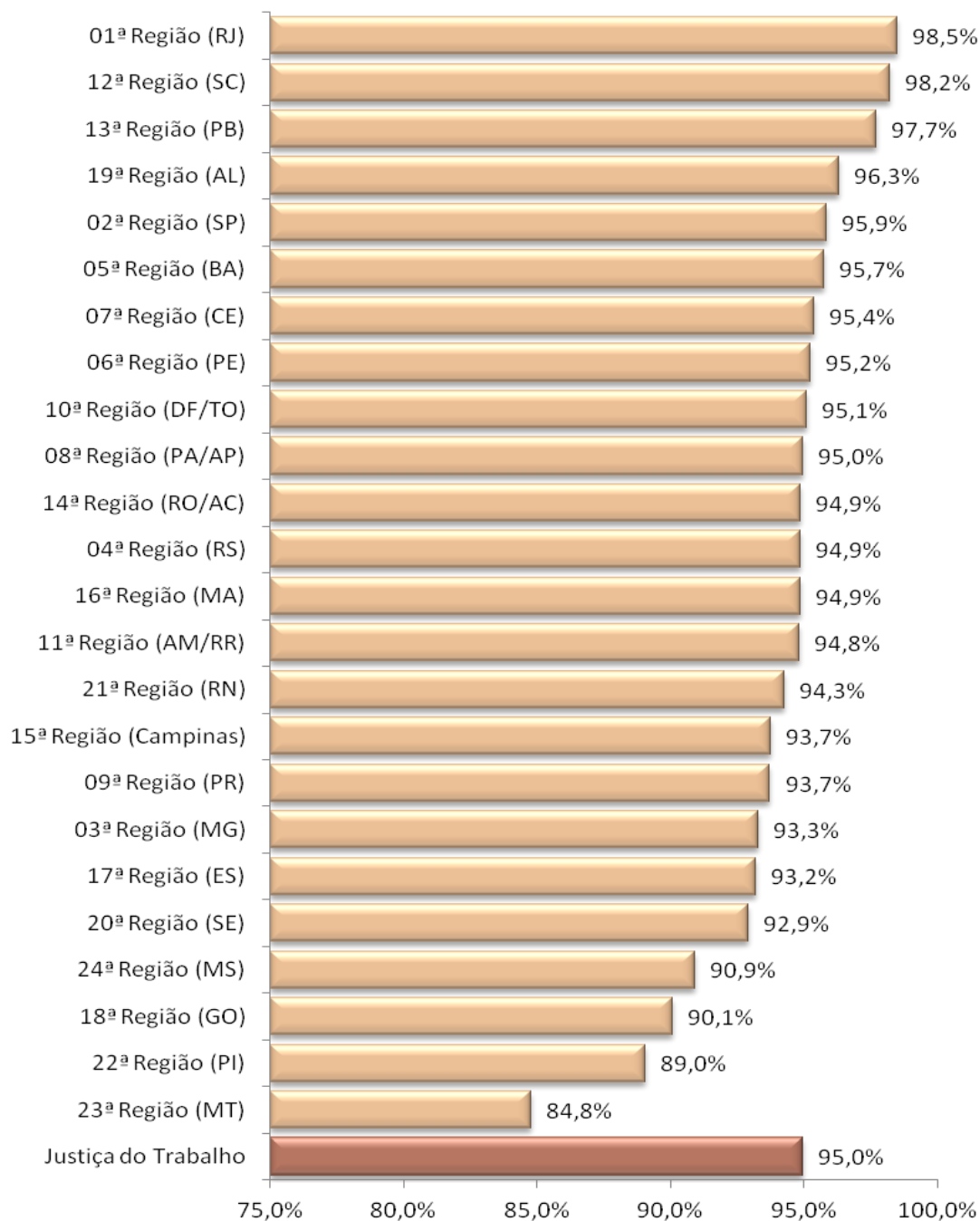
1.1.3b. G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DRH - Despesa com Recursos Humanos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.209.737.643	1.228.146.734	98,5%
02ª Região (SP)	1.372.410.431	1.431.569.251	95,9%
03ª Região (MG)	1.053.047.436	1.128.980.504	93,3%
04ª Região (RS)	947.269.605	998.425.732	94,9%
05ª Região (BA)	676.519.079	706.598.544	95,7%
06ª Região (PE)	482.941.291	507.058.526	95,2%
07ª Região (CE)	239.925.226	251.587.933	95,4%
08ª Região (PA/AP)	337.464.156	355.352.243	95,0%
09ª Região (PR)	570.276.769	608.394.872	93,7%
10ª Região (DF/TO)	357.204.614	375.651.981	95,1%
11ª Região (AM/RR)	286.639.056	302.303.686	94,8%
12ª Região (SC)	478.575.638	487.249.172	98,2%
13ª Região (PB)	265.480.959	271.707.036	97,7%
14ª Região (RO/AC)	200.190.032	210.989.105	94,9%
15ª Região (Campinas)	910.378.519	971.173.780	93,7%
16ª Região (MA)	127.886.665	134.798.463	94,9%
17ª Região (ES)	174.739.439	187.521.991	93,2%
18ª Região (GO)	229.117.245	254.372.326	90,1%
19ª Região (AL)	122.955.972	127.683.571	96,3%
20ª Região (SE)	99.136.834	106.687.931	92,9%
21ª Região (RN)	149.018.593	158.076.555	94,3%
22ª Região (PI)	80.535.174	90.450.837	89,0%
23ª Região (MT)	151.742.393	178.974.402	84,8%
24ª Região (MS)	135.636.801	149.178.091	90,9%
Justiça do Trabalho	10.658.829.572	11.222.933.264	95,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.4 G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G3 - Despesa com Recursos Humanos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa com recursos humanos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G3 = DRH / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **DRH - Despesas com Recursos Humanos:** As despesas com recursos humanos efetivamente realizadas, independentemente da nomenclatura adotada (remuneração, ajuda de custo, diárias, passagens e locomoções, auxílio moradia, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio pré-escolar, auxílio-funeral, auxílio-natalidade, assistência médica e odontológica, encargos, gastos com cursos de treinamento e de capacitação, e outros benefícios assistenciais), tanto para magistrados e servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, como também para servidores que não integram o quadro efetivo (cedidos, requisitados e ocupantes apenas de cargo em comissão), estagiários e terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores e os contratos de prestação de serviços que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas etc.).
- **Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho:** As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

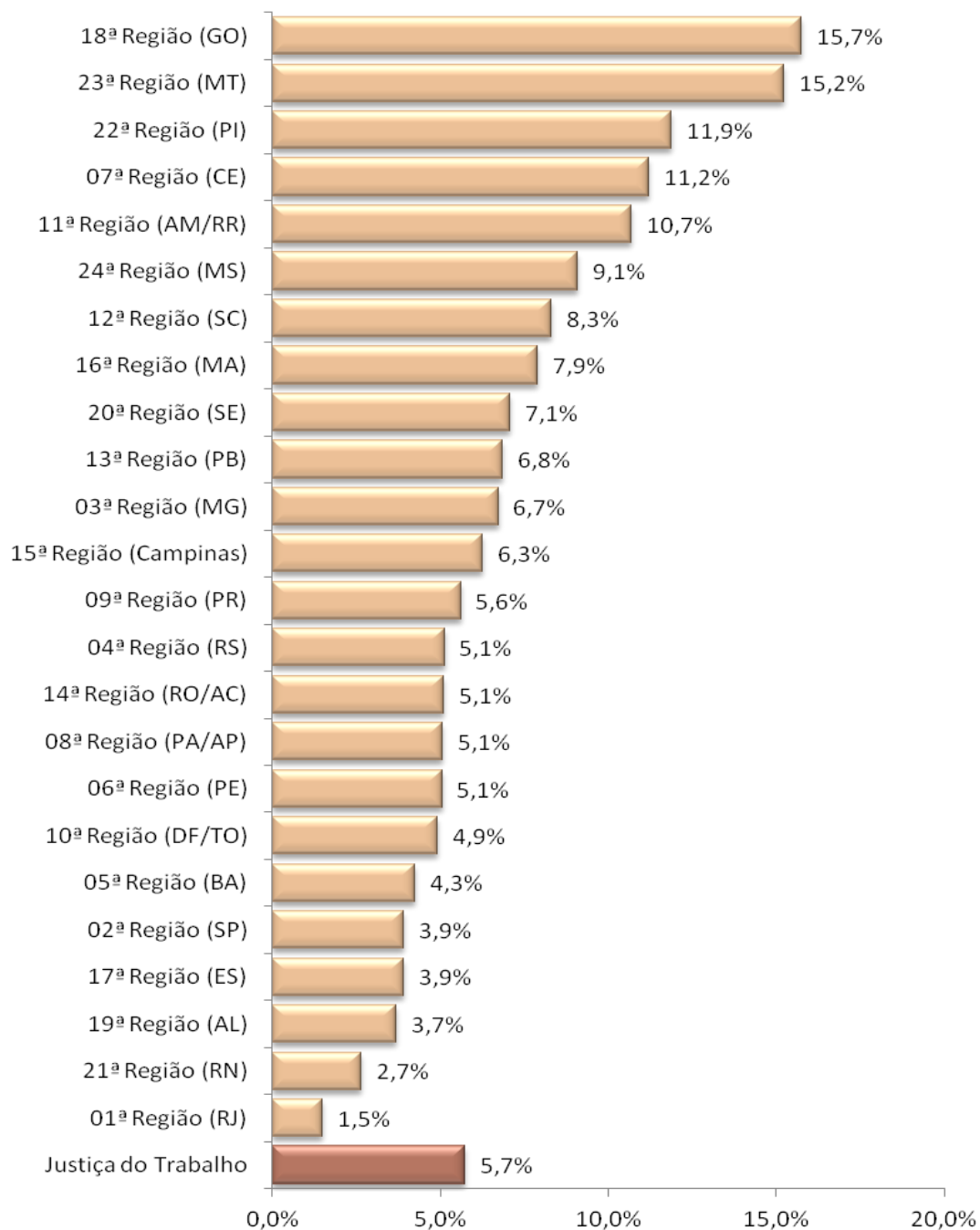
1.1.4. G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	18.409.092	1.228.146.734	1,5%
02ª Região (SP)	56.203.941	1.431.569.251	3,9%
03ª Região (MG)	75.933.068	1.128.980.504	6,7%
04ª Região (RS)	51.156.127	998.425.732	5,1%
05ª Região (BA)	30.079.465	706.598.544	4,3%
06ª Região (PE)	25.619.212	507.058.526	5,1%
07ª Região (CE)	28.231.163	251.587.933	11,2%
08ª Região (PA/AP)	18.026.941	355.352.243	5,1%
09ª Região (PR)	34.118.103	608.394.872	5,6%
10ª Região (DF/TO)	18.447.367	375.651.981	4,9%
11ª Região (AM/RR)	32.292.587	302.303.686	10,7%
12ª Região (SC)	40.453.906	487.249.172	8,3%
13ª Região (PB)	18.592.280	271.707.036	6,8%
14ª Região (RO/AC)	10.796.192	210.989.105	5,1%
15ª Região (Campinas)	60.795.261	971.173.780	6,3%
16ª Região (MA)	10.651.563	134.798.463	7,9%
17ª Região (ES)	7.325.668	187.521.991	3,9%
18ª Região (GO)	40.037.679	254.372.326	15,7%
19ª Região (AL)	4.727.599	127.683.571	3,7%
20ª Região (SE)	7.550.097	106.687.931	7,1%
21ª Região (RN)	4.211.576	158.076.555	2,7%
22ª Região (PI)	10.728.113	90.450.837	11,9%
23ª Região (MT)	27.228.615	178.974.402	15,2%
24ª Região (MS)	13.541.289	149.178.091	9,1%
Justiça do Trabalho	645.156.903	11.222.933.264	5,7%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.5 G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G4 - Despesa com Bens e Serviços e de Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com bens e serviços e de capital representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G4 = DBS / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DBS - Despesa com Bens e Serviços e de Capital: As despesas com bens e serviços e de capital, incluídas as inscritas em “restos a pagar”, realizadas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores e as despesas que, embora relacionadas a bens e serviços e de capital, já foram consideradas no conceito de despesas com recursos humanos - DRH (contratos de terceirização de mão de obra e de estagiários, passagens e locomoção, gastos com cursos de treinamento e de capacitação).
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

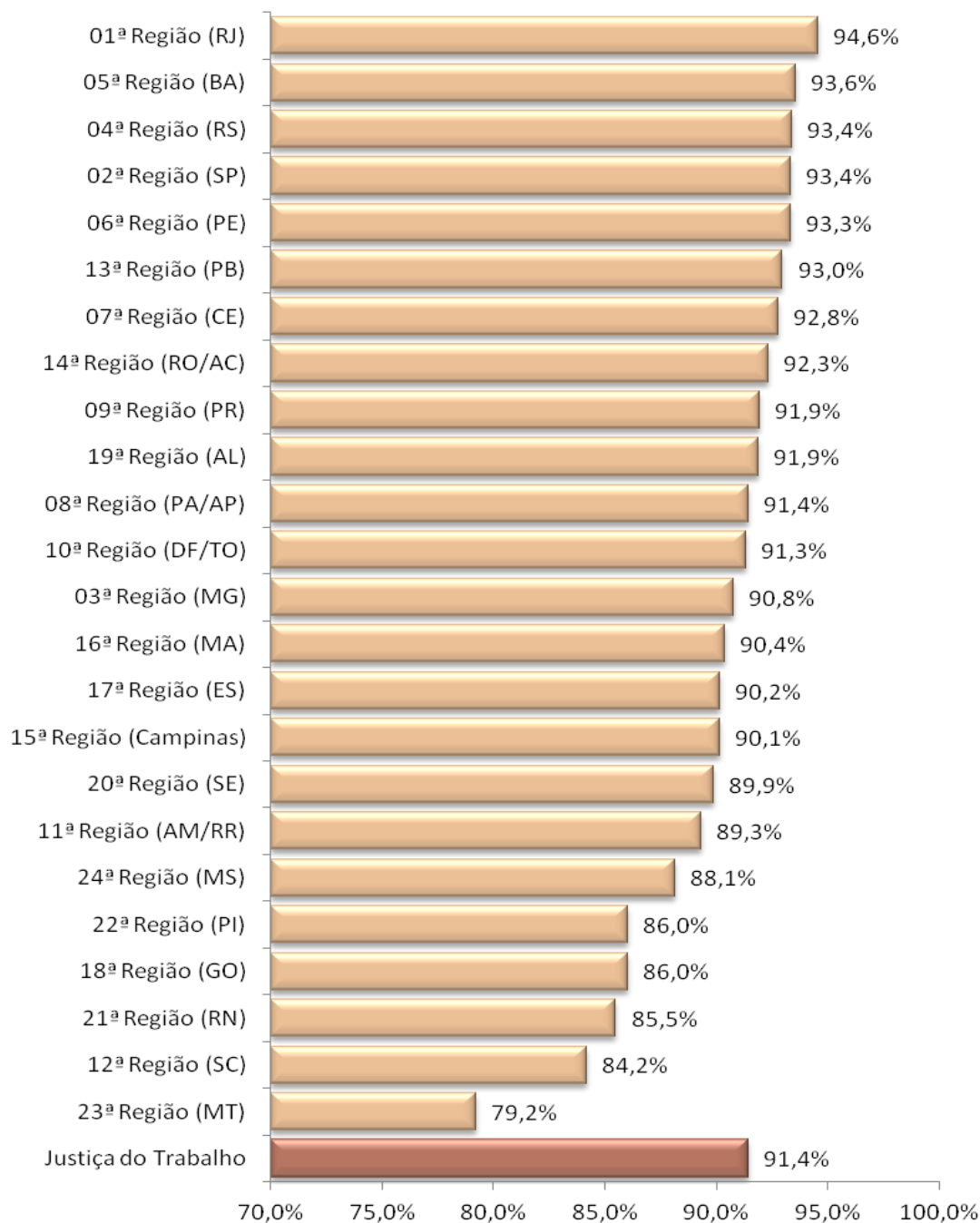
1.1.5. G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPE - Despesa com Pessoal e Encargos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.161.693.892	1.228.146.734	94,6%
02ª Região (SP)	1.336.388.205	1.431.569.251	93,4%
03ª Região (MG)	1.024.557.991	1.128.980.504	90,8%
04ª Região (RS)	932.665.792	998.425.732	93,4%
05ª Região (BA)	661.121.424	706.598.544	93,6%
06ª Região (PE)	473.323.696	507.058.526	93,3%
07ª Região (CE)	233.422.837	251.587.933	92,8%
08ª Região (PA/AP)	324.898.921	355.352.243	91,4%
09ª Região (PR)	559.322.095	608.394.872	91,9%
10ª Região (DF/TO)	343.069.657	375.651.981	91,3%
11ª Região (AM/RR)	270.011.099	302.303.686	89,3%
12ª Região (SC)	410.242.887	487.249.172	84,2%
13ª Região (PB)	252.632.311	271.707.036	93,0%
14ª Região (RO/AC)	194.839.120	210.989.105	92,3%
15ª Região (Campinas)	875.415.796	971.173.780	90,1%
16ª Região (MA)	121.825.378	134.798.463	90,4%
17ª Região (ES)	169.076.233	187.521.991	90,2%
18ª Região (GO)	218.773.788	254.372.326	86,0%
19ª Região (AL)	117.310.648	127.683.571	91,9%
20ª Região (SE)	95.874.973	106.687.931	89,9%
21ª Região (RN)	135.152.892	158.076.555	85,5%
22ª Região (PI)	77.796.943	90.450.837	86,0%
23ª Região (MT)	141.736.027	178.974.402	79,2%
24ª Região (MS)	131.469.680	149.178.091	88,1%
Justiça do Trabalho	10.262.622.286	11.222.933.264	91,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.6 G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5 - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Permanente em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5 = DPE / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPE - Despesa com Pessoal e Encargos: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com todos os servidores e magistrados do quadro permanente, ativos e inativos, e com os instituidores de pensão e os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidéz, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

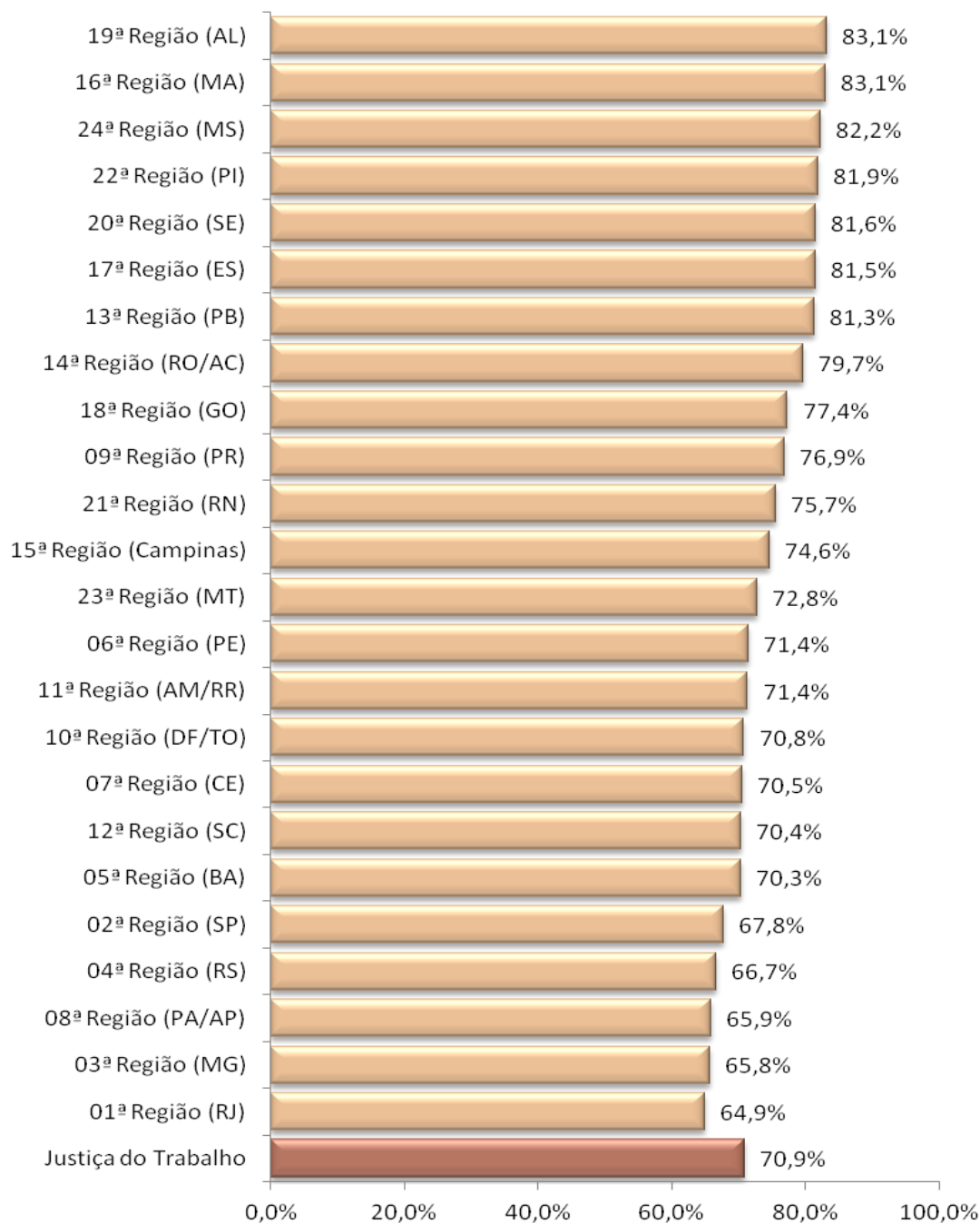
1.1.6. G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	797.119.680	1.228.146.734	64,9%
02ª Região (SP)	970.439.315	1.431.569.251	67,8%
03ª Região (MG)	742.772.072	1.128.980.504	65,8%
04ª Região (RS)	665.791.323	998.425.732	66,7%
05ª Região (BA)	496.969.210	706.598.544	70,3%
06ª Região (PE)	362.125.978	507.058.526	71,4%
07ª Região (CE)	177.357.731	251.587.933	70,5%
08ª Região (PA/AP)	234.320.788	355.352.243	65,9%
09ª Região (PR)	467.725.254	608.394.872	76,9%
10ª Região (DF/TO)	266.114.293	375.651.981	70,8%
11ª Região (AM/RR)	215.829.226	302.303.686	71,4%
12ª Região (SC)	343.112.512	487.249.172	70,4%
13ª Região (PB)	220.829.663	271.707.036	81,3%
14ª Região (RO/AC)	168.193.985	210.989.105	79,7%
15ª Região (Campinas)	724.442.849	971.173.780	74,6%
16ª Região (MA)	111.968.167	134.798.463	83,1%
17ª Região (ES)	152.756.141	187.521.991	81,5%
18ª Região (GO)	196.776.152	254.372.326	77,4%
19ª Região (AL)	106.153.965	127.683.571	83,1%
20ª Região (SE)	87.064.909	106.687.931	81,6%
21ª Região (RN)	119.605.549	158.076.555	75,7%
22ª Região (PI)	74.052.083	90.450.837	81,9%
23ª Região (MT)	130.358.040	178.974.402	72,8%
24ª Região (MS)	122.649.296	149.178.091	82,2%
Justiça do Trabalho	7.954.528.179	11.222.933.264	70,9%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.7 G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5a - Despesa com Pessoal Ativo e Encargos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal ativo e encargos representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5a = DPEA / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPEA - Despesa com Pessoal e Encargos do Quadro Ativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados ativos do quadro permanente, incluídos os servidores requisitados, além dos benefícios sociais (auxílio-funeral, auxílio-reclusão, auxílio-natalidade, auxílio-creche, auxílio pré-escolar, auxílio-invalidez, auxílio-alimentação, auxílio-transporte, assistência médica e odontológica) e dos encargos, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

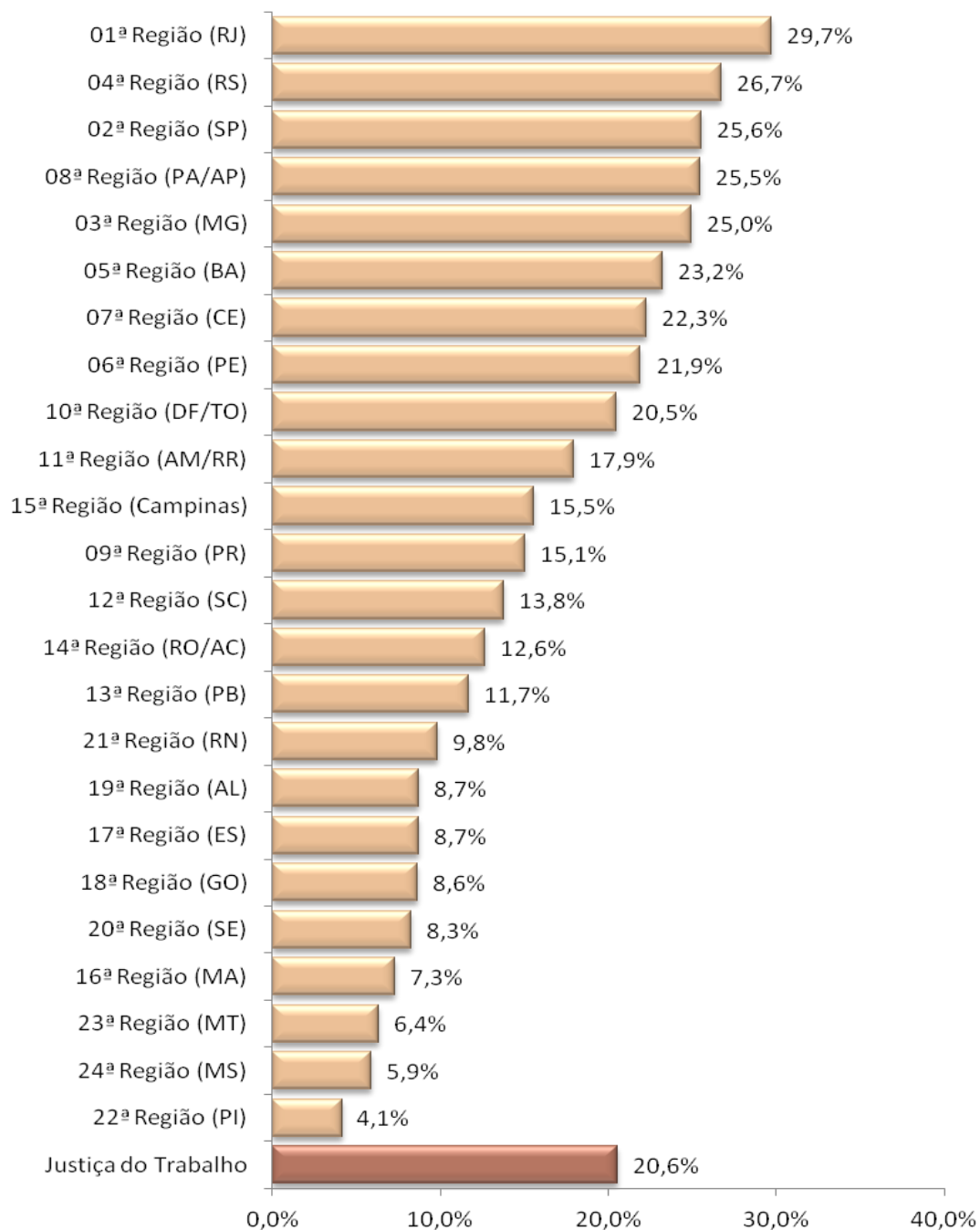
1.1.7. G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DPeI - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	364.574.212	1.228.146.734	29,7%
02ª Região (SP)	365.948.890	1.431.569.251	25,6%
03ª Região (MG)	281.785.919	1.128.980.504	25,0%
04ª Região (RS)	266.874.469	998.425.732	26,7%
05ª Região (BA)	164.152.214	706.598.544	23,2%
06ª Região (PE)	111.197.718	507.058.526	21,9%
07ª Região (CE)	56.065.107	251.587.933	22,3%
08ª Região (PA/AP)	90.578.133	355.352.243	25,5%
09ª Região (PR)	91.596.841	608.394.872	15,1%
10ª Região (DF/TO)	76.955.364	375.651.981	20,5%
11ª Região (AM/RR)	54.181.873	302.303.686	17,9%
12ª Região (SC)	67.130.375	487.249.172	13,8%
13ª Região (PB)	31.802.649	271.707.036	11,7%
14ª Região (RO/AC)	26.645.135	210.989.105	12,6%
15ª Região (Campinas)	150.972.947	971.173.780	15,5%
16ª Região (MA)	9.857.211	134.798.463	7,3%
17ª Região (ES)	16.320.093	187.521.991	8,7%
18ª Região (GO)	21.997.637	254.372.326	8,6%
19ª Região (AL)	11.156.683	127.683.571	8,7%
20ª Região (SE)	8.810.064	106.687.931	8,3%
21ª Região (RN)	15.547.343	158.076.555	9,8%
22ª Região (PI)	3.744.860	90.450.837	4,1%
23ª Região (MT)	11.377.987	178.974.402	6,4%
24ª Região (MS)	8.820.384	149.178.091	5,9%
Justiça do Trabalho	2.308.094.106	11.222.933.264	20,6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.8 G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G5b - Despesa com Pessoal Inativo e Instituidores de Pensão em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com pessoal inativo e com instituidores de pensão representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G5b = DPel / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DPel - Despesa com Pessoal do Quadro Inativo: As despesas efetivamente realizadas, inclusive as empenhadas inscritas em “restos a pagar”, com servidores e magistrados inativos, e com instituidores de pensão, além dos benefícios sociais (assistência médica e odontológica, plano de saúde, auxílio-saúde, auxílio-natalidade, auxílio-funeral e auxílio-creche). Excluem-se as despesas de exercícios anteriores, pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

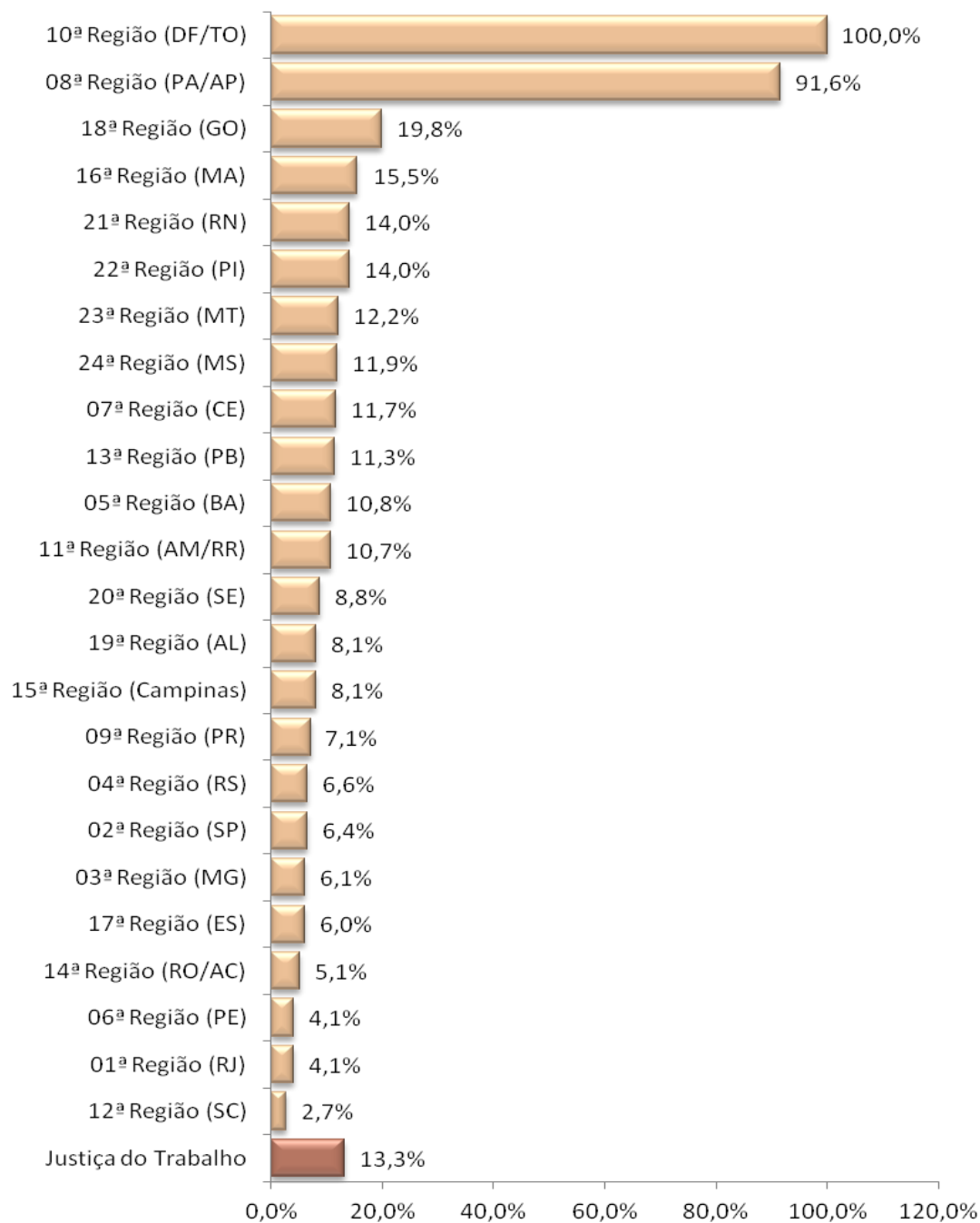
1.1.8. G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	DCt - Despesa com Custeio	Dk - Despesa com Capital	G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.228.146.734	44.963.795	4.866.140	4,1%
02ª Região (SP)	1.431.569.251	80.396.406	11.829.760	6,4%
03ª Região (MG)	1.128.980.504	24.842.819	44.157.014	6,1%
04ª Região (RS)	998.425.732	46.156.999	19.602.941	6,6%
05ª Região (BA)	706.598.544	66.611.433	9.840.455	10,8%
06ª Região (PE)	507.058.526	10.745.428	10.266.516	4,1%
07ª Região (CE)	251.587.933	26.783.708	2.634.648	11,7%
08ª Região (PA/AP)	355.352.243	315.881.710	9.569.784	91,6%
09ª Região (PR)	608.394.872	28.333.329	14.797.544	7,1%
10ª Região (DF/TO)	375.651.981	369.519.987	6.131.994	100,0%
11ª Região (AM/RR)	302.303.686	27.728.259	4.564.328	10,7%
12ª Região (SC)	487.249.172	4.415.474	8.543.399	2,7%
13ª Região (PB)	271.707.036	19.637.106	11.148.807	11,3%
14ª Região (RO/AC)	210.989.105	9.383.309	1.412.883	5,1%
15ª Região (Campinas)	971.173.780	59.994.489	18.438.079	8,1%
16ª Região (MA)	134.798.463	18.635.839	2.307.140	15,5%
17ª Região (ES)	187.521.991	9.805.181	1.440.368	6,0%
18ª Região (GO)	254.372.326	32.690.043	17.673.262	19,8%
19ª Região (AL)	127.683.571	8.925.251	1.447.672	8,1%
20ª Região (SE)	106.687.931	8.131.416	1.282.038	8,8%
21ª Região (RN)	158.076.555	18.265.809	3.918.732	14,0%
22ª Região (PI)	90.450.837	6.280.387	6.373.507	14,0%
23ª Região (MT)	178.974.402	4.401.522	17.352.818	12,2%
24ª Região (MS)	149.178.091	9.259.082	8.449.329	11,9%
Justiça do Trabalho	11.222.933.264	1.251.788.782	238.049.159	13,3%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.9 G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

G6 - Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Medir quanto a despesa realizada com custeio e capital, incluindo as relativas a pessoal e encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $G6 = DCCa / Dpj$ $DCCa = Dct + Dk$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- Dct - Despesa com Custeio: As despesas com custeio, abrangendo as despesas com remuneração, benefícios e encargos referentes a estagiários, terceirizados (prestadores de serviços não-eventuais, locação de mão de obra e autônomos, que não substituem mão de obra do Quadro de Pessoal) e a contratos de prestação de serviço que envolvam mão de obra eventual (obras, reformas, etc.), pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.
- Dk - Despesa com Capital: As despesas com capital pagas à conta dos recursos consignados ao Tribunal Regional do Trabalho e às suas respectivas unidades judiciárias no orçamento da União no ano-base, incluídas as empenhadas inscritas em “restos a pagar” e excluídas as despesas de exercícios anteriores.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

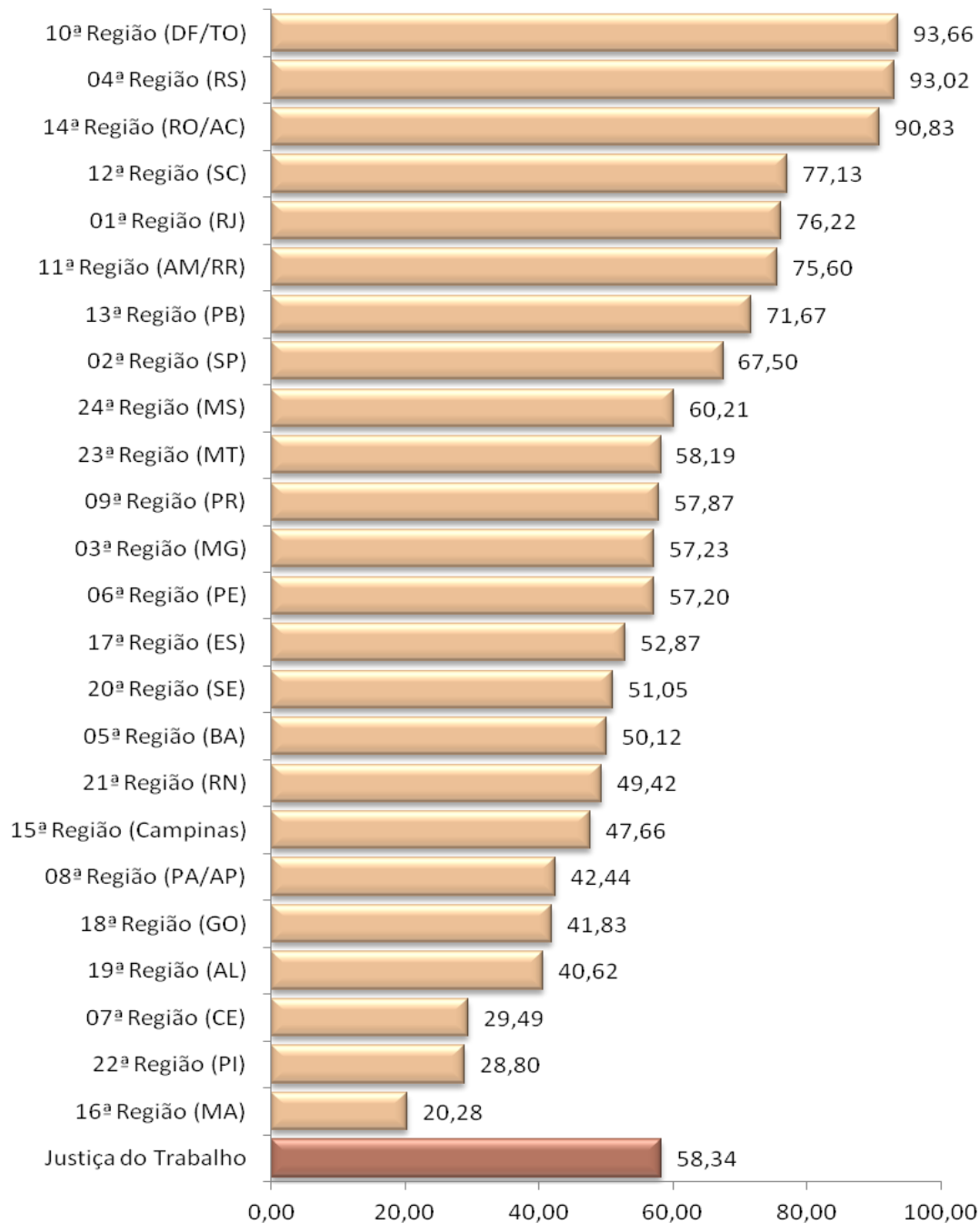
1.1.9. G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tabela 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	h1 - Número de Habitantes	G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)
01ª Região (RJ)	1.228.146.734	16.112.678	76,22
02ª Região (SP)	1.431.569.251	21.208.861	67,50
03ª Região (MG)	1.128.980.504	19.728.701	57,23
04ª Região (RS)	998.425.732	10.733.030	93,02
05ª Região (BA)	706.598.544	14.097.534	50,12
06ª Região (PE)	507.058.526	8.864.906	57,20
07ª Região (CE)	251.587.933	8.530.155	29,49
08ª Região (PA/AP)	355.352.243	8.372.902	42,44
09ª Região (PR)	608.394.872	10.512.349	57,87
10ª Região (DF/TO)	375.651.981	4.010.890	93,66
11ª Região (AM/RR)	302.303.686	3.998.552	75,60
12ª Região (SC)	487.249.172	6.317.054	77,13
13ª Região (PB)	271.707.036	3.791.315	71,67
14ª Região (RO/AC)	210.989.105	2.322.841	90,83
15ª Região (Campinas)	971.173.780	20.378.321	47,66
16ª Região (MA)	134.798.463	6.645.761	20,28
17ª Região (ES)	187.521.991	3.547.055	52,87
18ª Região (GO)	254.372.326	6.080.716	41,83
19ª Região (AL)	127.683.571	3.143.384	40,62
20ª Região (SE)	106.687.931	2.089.819	51,05
21ª Região (RN)	158.076.555	3.198.657	49,42
22ª Região (PI)	90.450.837	3.140.328	28,80
23ª Região (MT)	178.974.402	3.075.936	58,19
24ª Região (MS)	149.178.091	2.477.542	60,21
Justiça do Trabalho	11.222.933.264	192.379.287	58,34

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.10 G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)



Glossário:

G7 - Despesa Total da Justiça por Habitante (R\$)

Finalidade: Medir a despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias em relação à população da Região no ano-base.

Fórmula: $G7 = Dpj / h1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.
- h1 - Número de Habitantes: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

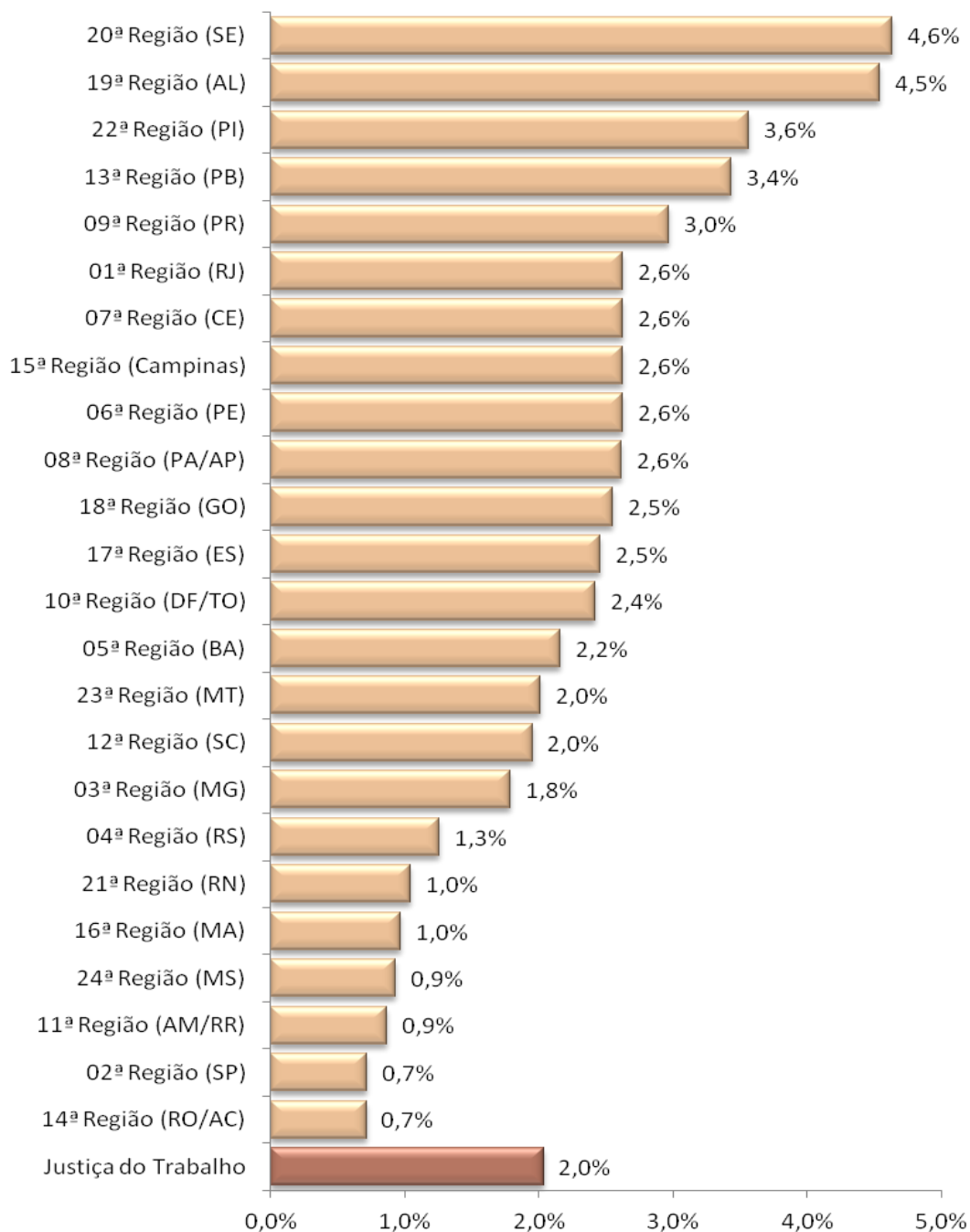
1.1.10. Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	4.353.568	22.655.189	5.250.293	1.228.146.734	2,6%
02ª Região (SP)	5.379.498	926.369	3.942.575	1.431.569.251	0,7%
03ª Região (MG)	2.218.521	16.571.213	1.408.482	1.128.980.504	1,8%
04ª Região (RS)	8.564.145	1.650.581	2.345.342	998.425.732	1,3%
05ª Região (BA)	2.134.365	9.984.755	3.146.979	706.598.544	2,2%
06ª Região (PE)	3.616.875	9.131.585	558.935	507.058.526	2,6%
07ª Região (CE)	1.186.322	5.206.284	214.376	251.587.933	2,6%
08ª Região (PA/AP)	3.206.653	4.943.975	1.144.016	355.352.243	2,6%
09ª Região (PR)	5.800.446	3.405.902	8.879.673	608.394.872	3,0%
10ª Região (DF/TO)	2.579.235	5.236.175	1.267.611	375.651.981	2,4%
11ª Região (AM/RR)	659.233	588.363	1.381.338	302.303.686	0,9%
12ª Região (SC)	1.882.872	2.210.004	5.412.777	487.249.172	2,0%
13ª Região (PB)	1.521.897	6.954.975	852.375	271.707.036	3,4%
14ª Região (RO/AC)	422.150	1.083.163	0	210.989.105	0,7%
15ª Região (Campinas)	10.879.568	12.999.684	1.620.762	971.173.780	2,6%
16ª Região (MA)	465.130	497.710	348.075	134.798.463	1,0%
17ª Região (ES)	3.455.372	639.222	511.045	187.521.991	2,5%
18ª Região (GO)	1.421.458	4.523.386	538.925	254.372.326	2,5%
19ª Região (AL)	650.484	5.028.095	121.574	127.683.571	4,5%
20ª Região (SE)	899.867	3.759.786	288.913	106.687.931	4,6%
21ª Região (RN)	841.613	228.030	576.155	158.076.555	1,0%
22ª Região (PI)	589.557	2.220.545	413.300	90.450.837	3,6%
23ª Região (MT)	2.358.061	715.903	523.013	178.974.402	2,0%
24ª Região (MS)	614.313	510.470	269.616	149.178.091	0,9%
Justiça do Trabalho	65.701.203	121.671.364	41.016.151	11.222.933.264	2,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.11 Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

Inf1 - Despesa com Tecnologia da Informação e Comunicação em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a despesa com a área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf1} = (\text{DInf1} + \text{DInf2} + \text{DInf3}) / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DInf1 - Despesa com Aquisições em Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas, no ano-base, pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, com aquisição de software (pronto) e hardware de informática na área de Tecnologia da Informação e Comunicação, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf2 - Despesa com Custeio da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com o custo de funcionamento e de manutenção da área de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), abrangendo as despesas com compras de suprimentos, despesas de pessoal com servidores do quadro efetivo e não efetivo, terceirizados, estagiários, diárias, deslocamentos, cursos de capacitação e treinamento, inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- DInf3 - Despesa com Contratos da Tecnologia de Informação e Comunicação da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base, com contratos de prestação de serviços para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC), inclusive as despesas empenhadas e inscritas em “restos a pagar”.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

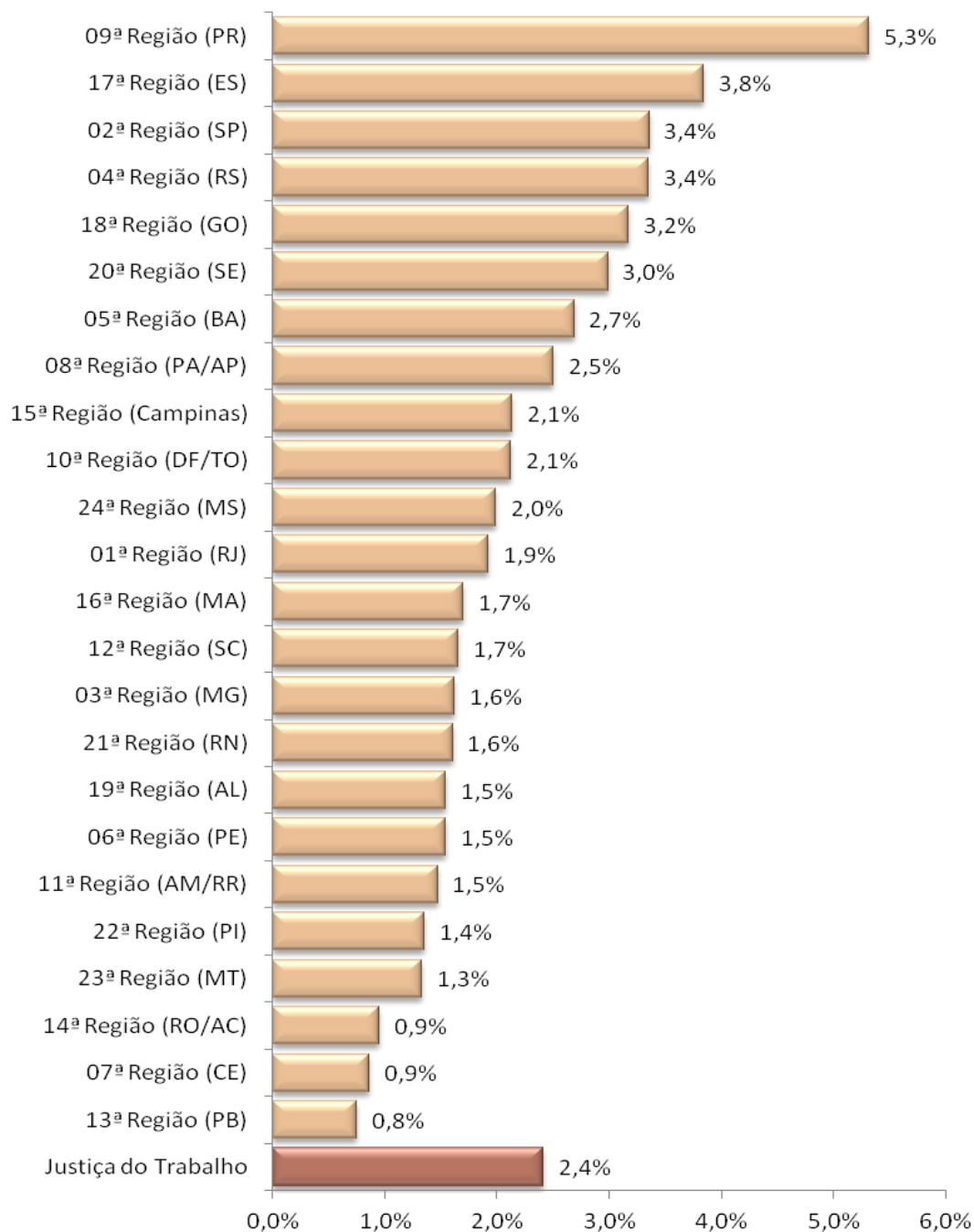
1.1.11. I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	R - Recolhimentos Diversos	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	23.609.536	1.228.146.734	1,9%
02ª Região (SP)	48.072.622	1.431.569.251	3,4%
03ª Região (MG)	18.251.943	1.128.980.504	1,6%
04ª Região (RS)	33.466.034	998.425.732	3,4%
05ª Região (BA)	18.995.270	706.598.544	2,7%
06ª Região (PE)	7.836.251	507.058.526	1,5%
07ª Região (CE)	2.172.454	251.587.933	0,9%
08ª Região (PA/AP)	8.882.328	355.352.243	2,5%
09ª Região (PR)	32.358.751	608.394.872	5,3%
10ª Região (DF/TO)	7.966.020	375.651.981	2,1%
11ª Região (AM/RR)	4.444.618	302.303.686	1,5%
12ª Região (SC)	8.070.277	487.249.172	1,7%
13ª Região (PB)	2.050.271	271.707.036	0,8%
14ª Região (RO/AC)	2.001.859	210.989.105	0,9%
15ª Região (Campinas)	20.718.540	971.173.780	2,1%
16ª Região (MA)	2.294.211	134.798.463	1,7%
17ª Região (ES)	7.206.061	187.521.991	3,8%
18ª Região (GO)	8.082.486	254.372.326	3,2%
19ª Região (AL)	1.974.653	127.683.571	1,5%
20ª Região (SE)	3.189.968	106.687.931	3,0%
21ª Região (RN)	2.536.471	158.076.555	1,6%
22ª Região (PI)	1.222.179	90.450.837	1,4%
23ª Região (MT)	2.382.141	178.974.402	1,3%
24ª Região (MS)	2.962.731	149.178.091	2,0%
Justiça do Trabalho	270.747.676	11.222.933.264	2,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.12 I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I1 - Arrecadação com Custas e Emolumentos em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação com custas e emolumentos pela Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I1 = R / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- R - Recolhimentos Diversos: Todos os recolhimentos arrecadados pela Justiça do Trabalho com custas (incluindo as da fase de execução) e emolumentos no ano-base e eventuais taxas.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

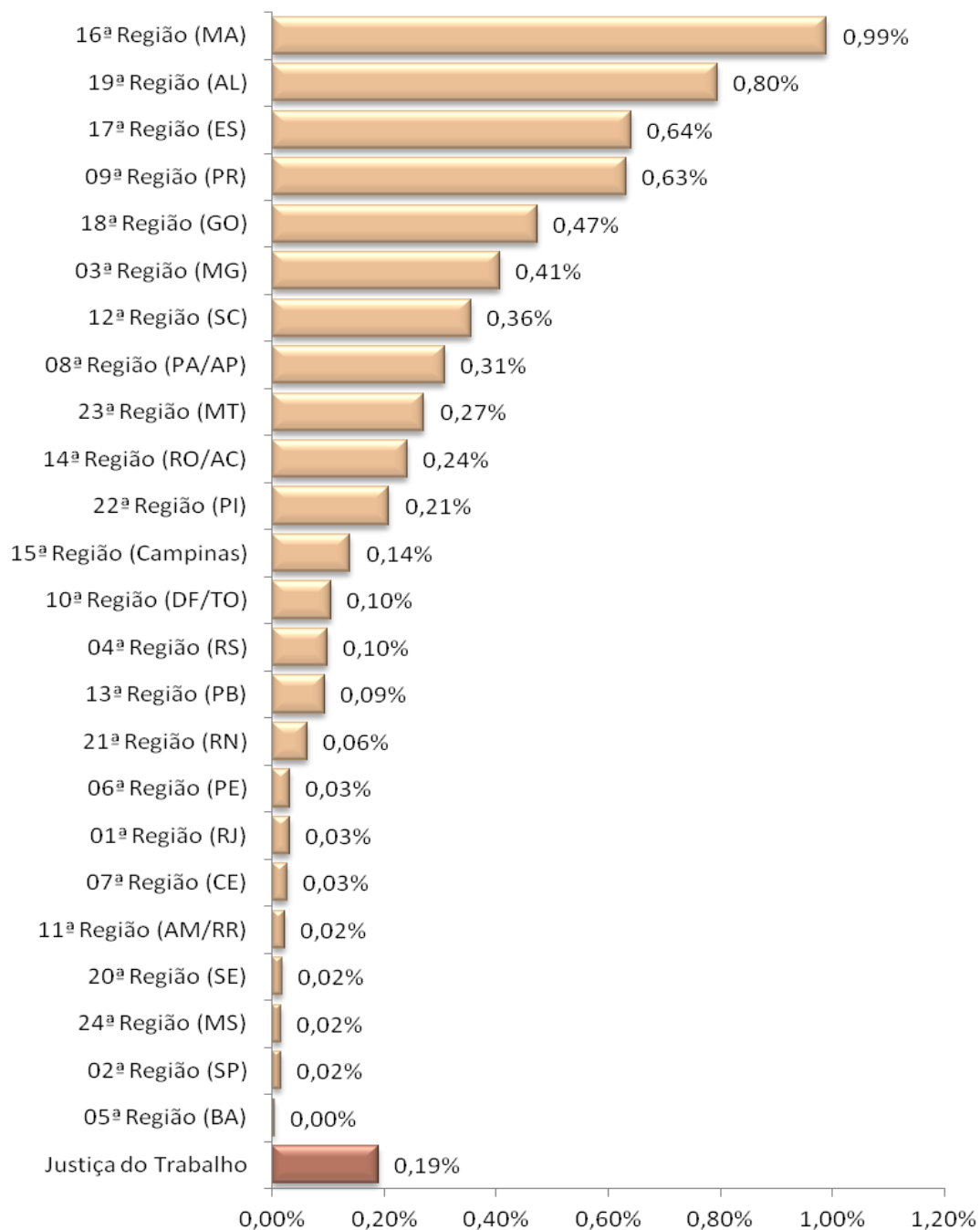
1.1.12. I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.13 I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	383.593	1.228.146.734	0,03%
02ª Região (SP)	219.665	1.431.569.251	0,02%
03ª Região (MG)	4.593.105	1.128.980.504	0,41%
04ª Região (RS)	976.131	998.425.732	0,10%
05ª Região (BA)	26.333	706.598.544	0,00%
06ª Região (PE)	160.581	507.058.526	0,03%
07ª Região (CE)	66.376	251.587.933	0,03%
08ª Região (PA/AP)	1.096.309	355.352.243	0,31%
09ª Região (PR)	3.840.859	608.394.872	0,63%
10ª Região (DF/TO)	391.722	375.651.981	0,10%
11ª Região (AM/RR)	70.490	302.303.686	0,02%
12ª Região (SC)	1.729.823	487.249.172	0,36%
13ª Região (PB)	254.867	271.707.036	0,09%
14ª Região (RO/AC)	509.772	210.989.105	0,24%
15ª Região (Campinas)	1.355.306	971.173.780	0,14%
16ª Região (MA)	1.335.534	134.798.463	0,99%
17ª Região (ES)	1.201.443	187.521.991	0,64%
18ª Região (GO)	1.203.107	254.372.326	0,47%
19ª Região (AL)	1.015.270	127.683.571	0,80%
20ª Região (SE)	19.137	106.687.931	0,02%
21ª Região (RN)	99.641	158.076.555	0,06%
22ª Região (PI)	188.926	90.450.837	0,21%
23ª Região (MT)	485.856	178.974.402	0,27%
24ª Região (MS)	23.839	149.178.091	0,02%
Justiça do Trabalho	21.247.685	11.222.933.264	0,19%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.13 I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I2b - Arrecadação decorrente de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação fiscal da Justiça do Trabalho com a execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I2b = RERT / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RERT - Receitas decorrentes de Execução das Penalidades impostas pelos Órgãos de Fiscalização das Relações de Trabalho: As receitas transferidas aos cofres da União em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho de execução das penalidades impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

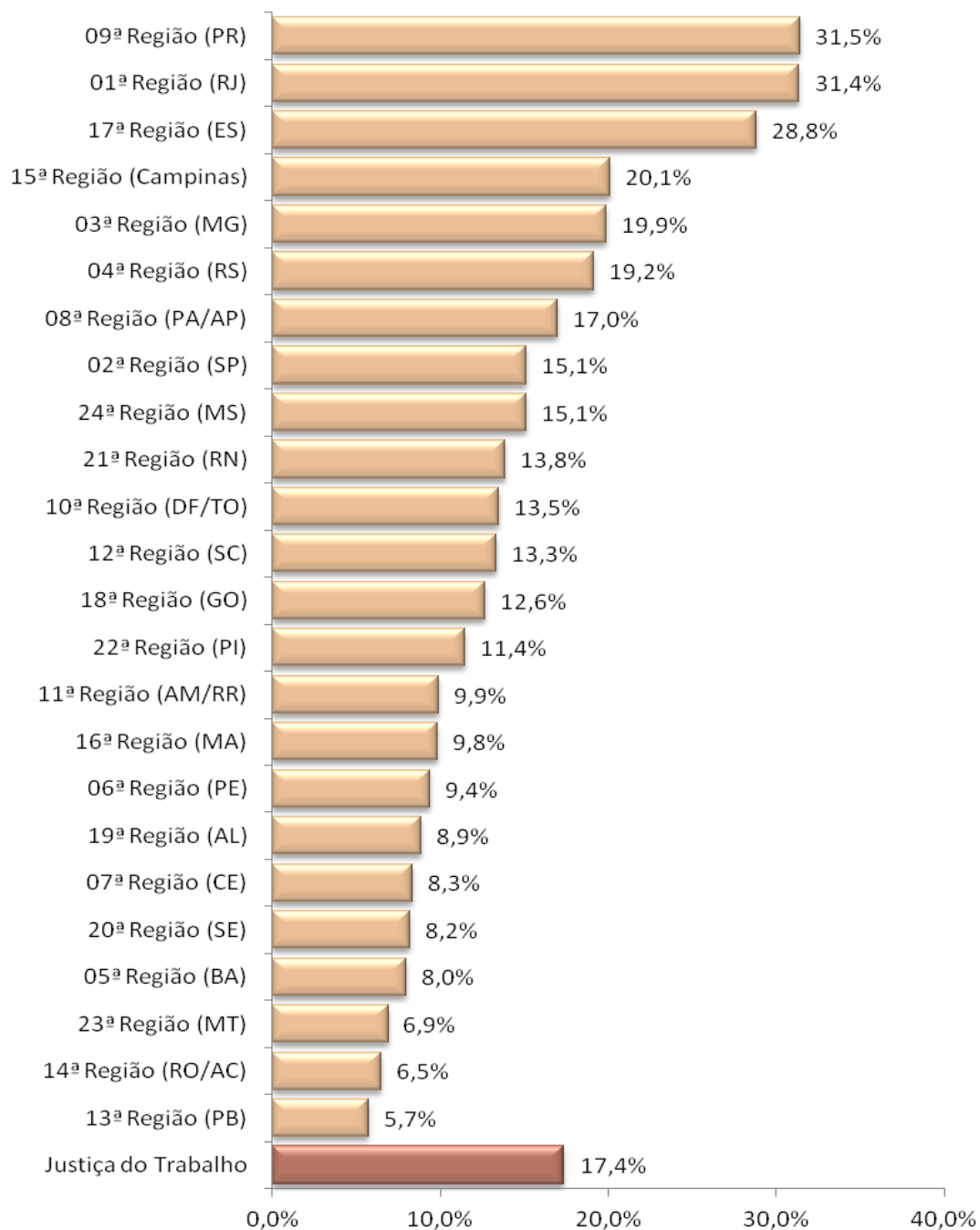
1.1.13. I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.14 I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RPrev - Receitas de Execução Previdenciária	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	385.429.013	1.228.146.734	31,4%
02ª Região (SP)	216.656.615	1.431.569.251	15,1%
03ª Região (MG)	224.773.518	1.128.980.504	19,9%
04ª Região (RS)	191.273.516	998.425.732	19,2%
05ª Região (BA)	56.310.096	706.598.544	8,0%
06ª Região (PE)	47.701.483	507.058.526	9,4%
07ª Região (CE)	20.979.590	251.587.933	8,3%
08ª Região (PA/AP)	60.444.299	355.352.243	17,0%
09ª Região (PR)	191.362.389	608.394.872	31,5%
10ª Região (DF/TO)	50.736.807	375.651.981	13,5%
11ª Região (AM/RR)	29.938.562	302.303.686	9,9%
12ª Região (SC)	64.929.491	487.249.172	13,3%
13ª Região (PB)	15.527.602	271.707.036	5,7%
14ª Região (RO/AC)	13.646.252	210.989.105	6,5%
15ª Região (Campinas)	195.232.441	971.173.780	20,1%
16ª Região (MA)	13.255.884	134.798.463	9,8%
17ª Região (ES)	54.095.473	187.521.991	28,8%
18ª Região (GO)	32.125.619	254.372.326	12,6%
19ª Região (AL)	11.330.010	127.683.571	8,9%
20ª Região (SE)	8.776.948	106.687.931	8,2%
21ª Região (RN)	21.869.622	158.076.555	13,8%
22ª Região (PI)	10.354.653	90.450.837	11,4%
23ª Região (MT)	12.358.651	178.974.402	6,9%
24ª Região (MS)	22.527.236	149.178.091	15,1%
Justiça do Trabalho	1.951.635.770	11.222.933.264	17,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.14 13 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I3 - Arrecadação com Execuções Previdenciárias em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a execução das contribuições previdenciárias representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I3 = RPrev / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RPrev - Receitas de Execução Previdenciária: As receitas transferidas pela Justiça do Trabalho aos cofres públicos em decorrência da execução das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, da Constituição, e seus acréscimos legais, no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

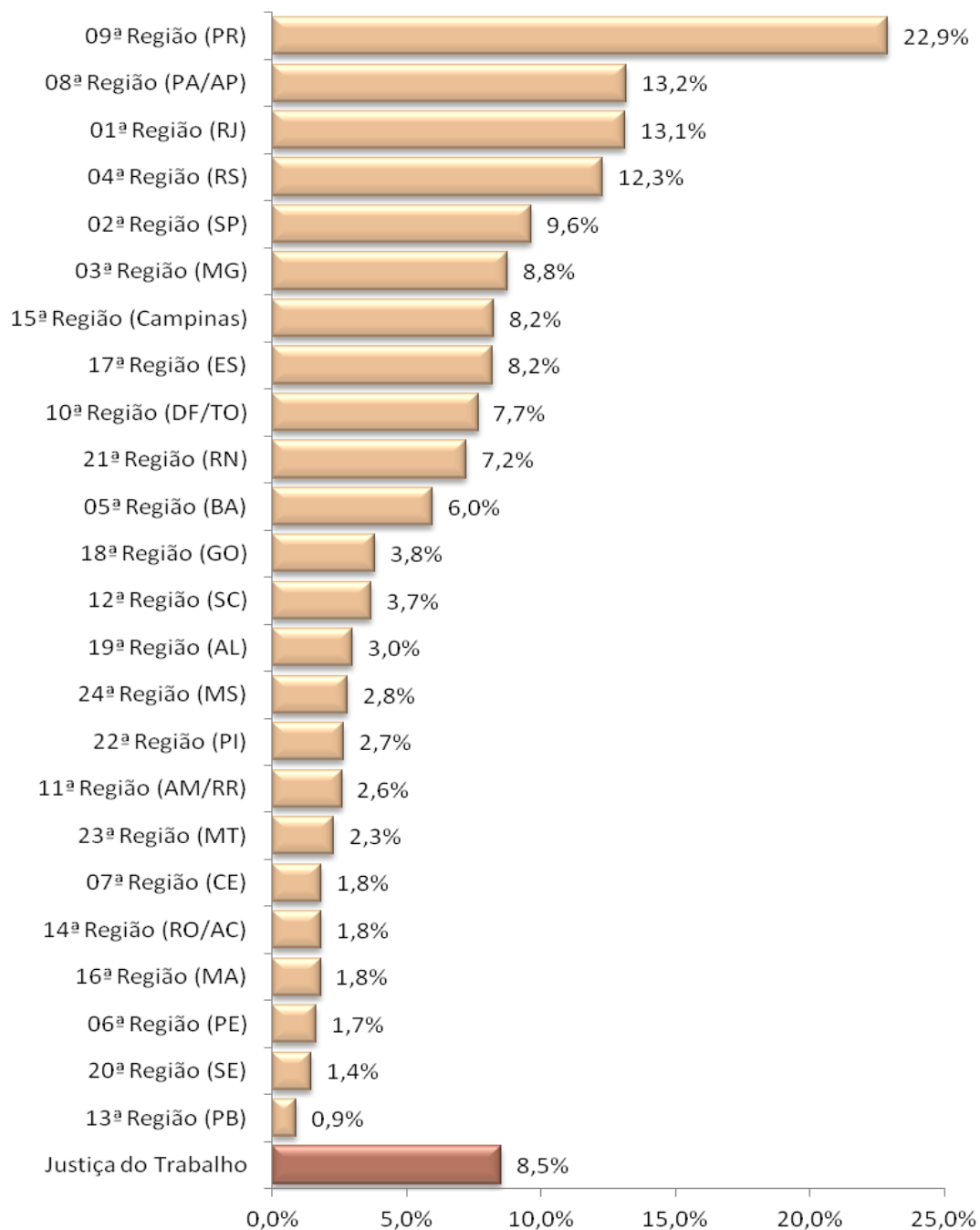
1.1.14. I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	160.965.466	1.228.146.734	13,1%
02ª Região (SP)	137.913.292	1.431.569.251	9,6%
03ª Região (MG)	98.816.518	1.128.980.504	8,8%
04ª Região (RS)	122.644.137	998.425.732	12,3%
05ª Região (BA)	42.196.330	706.598.544	6,0%
06ª Região (PE)	8.382.065	507.058.526	1,7%
07ª Região (CE)	4.603.901	251.587.933	1,8%
08ª Região (PA/AP)	46.788.511	355.352.243	13,2%
09ª Região (PR)	139.356.158	608.394.872	22,9%
10ª Região (DF/TO)	28.780.931	375.651.981	7,7%
11ª Região (AM/RR)	7.838.941	302.303.686	2,6%
12ª Região (SC)	18.040.864	487.249.172	3,7%
13ª Região (PB)	2.384.805	271.707.036	0,9%
14ª Região (RO/AC)	3.832.470	210.989.105	1,8%
15ª Região (Campinas)	80.033.660	971.173.780	8,2%
16ª Região (MA)	2.421.865	134.798.463	1,8%
17ª Região (ES)	15.362.540	187.521.991	8,2%
18ª Região (GO)	9.680.145	254.372.326	3,8%
19ª Região (AL)	3.810.659	127.683.571	3,0%
20ª Região (SE)	1.538.560	106.687.931	1,4%
21ª Região (RN)	11.411.661	158.076.555	7,2%
22ª Região (PI)	2.410.463	90.450.837	2,7%
23ª Região (MT)	4.096.275	178.974.402	2,3%
24ª Região (MS)	4.154.809	149.178.091	2,8%
Justiça do Trabalho	957.465.025	11.222.933.264	8,5%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.15 I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I4 - Arrecadação com Imposto de Renda em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que a arrecadação da Justiça do Trabalho com a retenção de imposto de renda representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $I4 = RIR / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- RIR - Receitas de Arrecadação de Imposto de Renda: As receitas de imposto de renda transferidas aos cofres públicos decorrentes da atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho no ano-base.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.15. I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

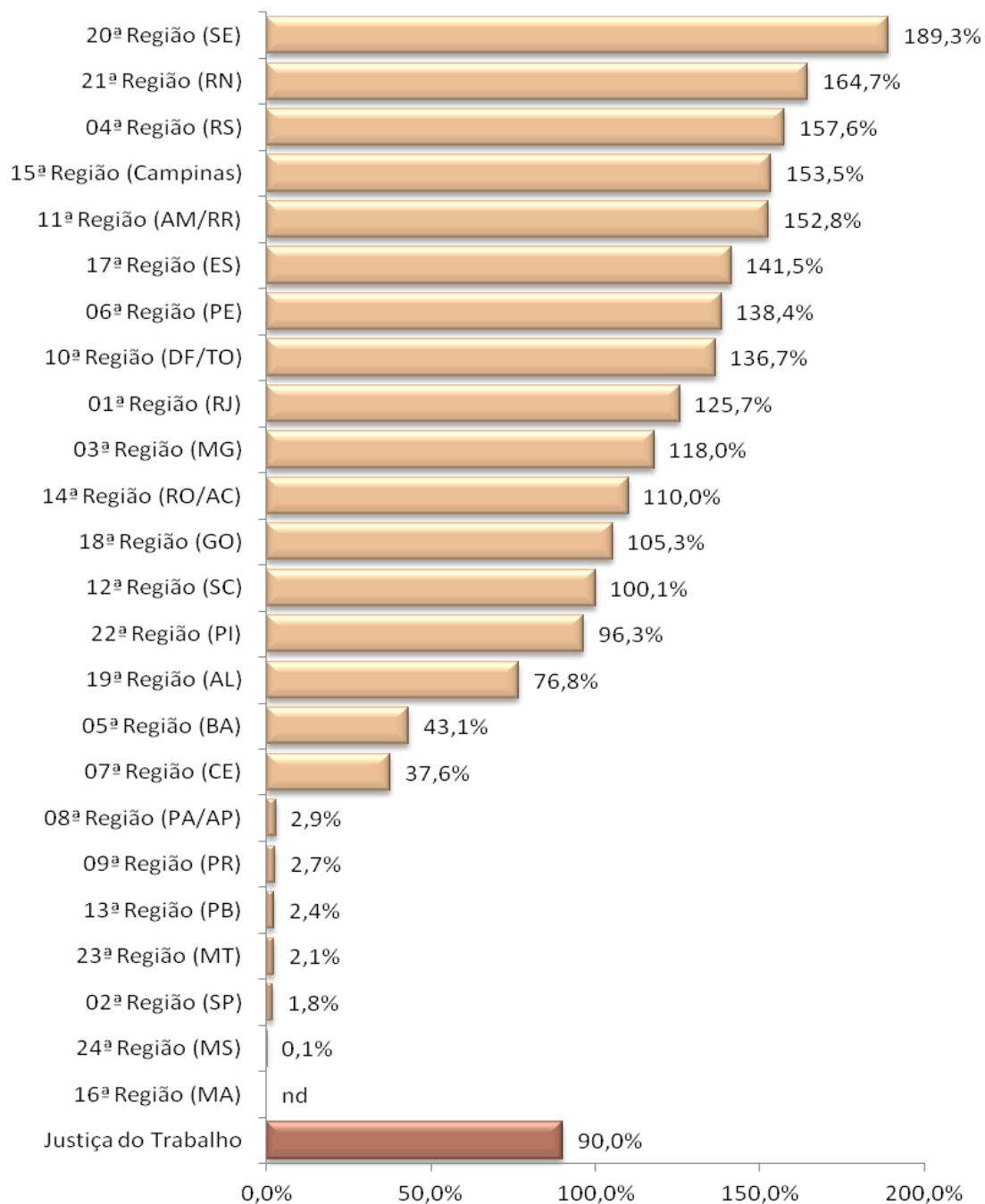
Tabela 1.16 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.543.657.873	1.228.146.734	125,7%
02ª Região (SP)	26.399.651	1.431.569.251	1,8%
03ª Região (MG)	1.332.197.343	1.128.980.504	118,0%
04ª Região (RS)	1.573.693.211	998.425.732	157,6%
05ª Região (BA)	304.682.901	706.598.544	43,1%
06ª Região (PE)	702.014.769	507.058.526	138,4%
07ª Região (CE)	94.540.248	251.587.933	37,6%
08ª Região (PA/AP)	10.154.542	355.352.243	2,9%
09ª Região (PR)	16.171.577	608.394.872	2,7%
10ª Região (DF/TO)	513.479.757	375.651.981	136,7%
11ª Região (AM/RR)	461.906.457	302.303.686	152,8%
12ª Região (SC)	487.785.300	487.249.172	100,1%
13ª Região (PB)	6.465.732	271.707.036	2,4%
14ª Região (RO/AC)	232.186.931	210.989.105	110,0%
15ª Região (Campinas)	1.490.366.048	971.173.780	153,5%
16ª Região (MA)	nd	134.798.463	nd
17ª Região (ES)	265.268.263	187.521.991	141,5%
18ª Região (GO)	267.781.931	254.372.326	105,3%
19ª Região (AL)	98.061.634	127.683.571	76,8%
20ª Região (SE)	201.965.054	106.687.931	189,3%
21ª Região (RN)	260.359.036	158.076.555	164,7%
22ª Região (PI)	87.085.578	90.450.837	96,3%
23ª Região (MT)	3.834.967	178.974.402	2,1%
24ª Região (MS)	92.527	149.178.091	0,1%
Justiça do Trabalho	9.980.151.331	11.222.933.264	90,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.16 I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I5 - Valores Pagos aos Jurisdicionados em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores pagos aos jurisdicionados em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base.

Fórmula: $I5 = VPag / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- VPag - Valores Pagos aos Jurisdicionados: Total dos valores pagos aos demandantes em decorrência da atividade da Justiça do Trabalho durante o ano-base, inclusive os decorrentes de Precatórios Judiciais e Requisições de Pequeno Valor (RPV's). Excluem-se os valores atinentes aos executivos fiscais e aos recolhimentos previdenciários e fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

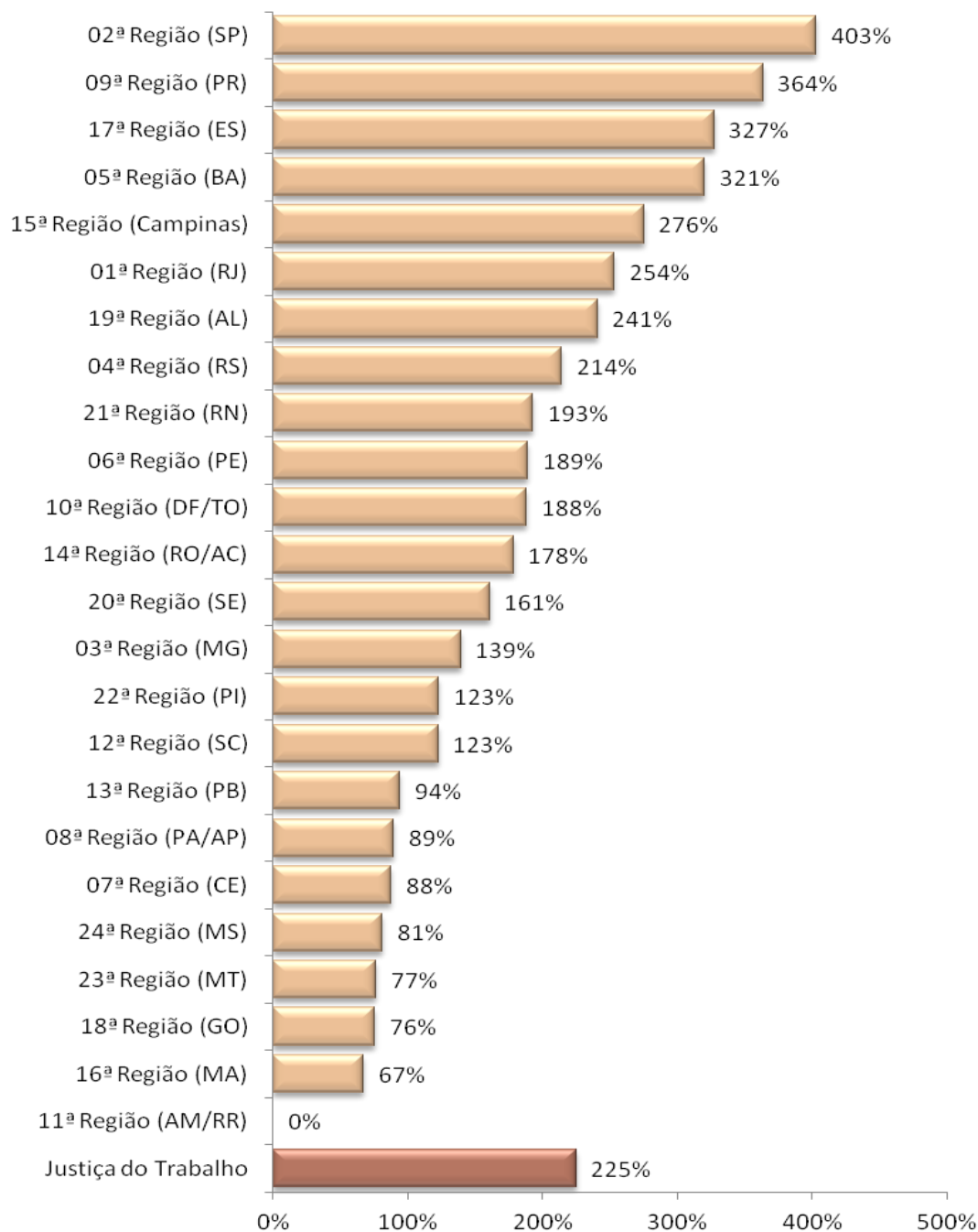
1.1.16. I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tabela 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	3.114.276.682	1.228.146.734	254%
02ª Região (SP)	5.773.031.492	1.431.569.251	403%
03ª Região (MG)	1.574.046.498	1.128.980.504	139%
04ª Região (RS)	2.138.606.787	998.425.732	214%
05ª Região (BA)	2.264.787.443	706.598.544	321%
06ª Região (PE)	958.896.387	507.058.526	189%
07ª Região (CE)	220.721.879	251.587.933	88%
08ª Região (PA/AP)	317.438.160	355.352.243	89%
09ª Região (PR)	2.212.895.448	608.394.872	364%
10ª Região (DF/TO)	707.479.875	375.651.981	188%
11ª Região (AM/RR)	0	302.303.686	0%
12ª Região (SC)	598.087.126	487.249.172	123%
13ª Região (PB)	254.732.769	271.707.036	94%
14ª Região (RO/AC)	376.530.837	210.989.105	178%
15ª Região (Campinas)	2.675.838.679	971.173.780	276%
16ª Região (MA)	89.901.582	134.798.463	67%
17ª Região (ES)	613.694.462	187.521.991	327%
18ª Região (GO)	192.461.172	254.372.326	76%
19ª Região (AL)	307.309.935	127.683.571	241%
20ª Região (SE)	171.444.424	106.687.931	161%
21ª Região (RN)	304.803.604	158.076.555	193%
22ª Região (PI)	111.329.411	90.450.837	123%
23ª Região (MT)	136.936.366	178.974.402	77%
24ª Região (MS)	120.697.214	149.178.091	81%
Justiça do Trabalho	25.235.948.230	11.222.933.264	225%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.17 I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça



Glossário:

I6 - Saldo de Depósitos Judiciais em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos judiciais no final do ano-base representam em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias

Fórmula: $I6 = \text{DepJud} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepJud - Saldo de Depósitos Judiciais: Saldo total de depósitos judiciais na Justiça do Trabalho no final do ano-base, incluindo os depósitos dos executivos fiscais.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.1. Recursos Financeiros

1.1.17. I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

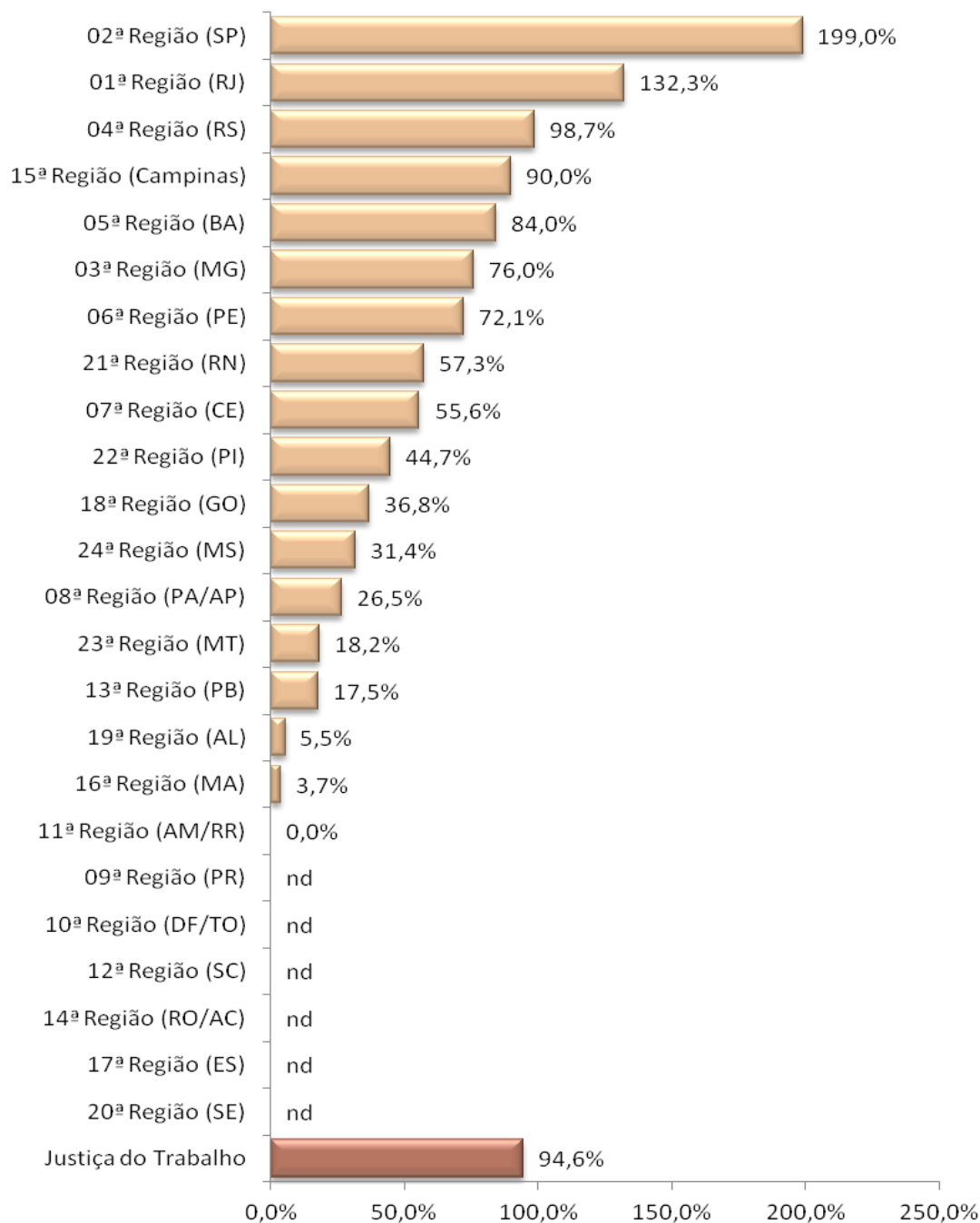
Tabela 1.18 I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Tribunal Regional do Trabalho	DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça
01ª Região (RJ)	1.625.400.007	1.228.146.734	132,3%
02ª Região (SP)	2.848.914.805	1.431.569.251	199,0%
03ª Região (MG)	857.464.427	1.128.980.504	76,0%
04ª Região (RS)	985.640.201	998.425.732	98,7%
05ª Região (BA)	593.784.602	706.598.544	84,0%
06ª Região (PE)	365.391.316	507.058.526	72,1%
07ª Região (CE)	139.972.005	251.587.933	55,6%
08ª Região (PA/AP)	94.314.452	355.352.243	26,5%
09ª Região (PR)	nd	608.394.872	nd
10ª Região (DF/TO)	nd	375.651.981	nd
11ª Região (AM/RR)	0	302.303.686	0,0%
12ª Região (SC)	nd	487.249.172	nd
13ª Região (PB)	47.574.391	271.707.036	17,5%
14ª Região (RO/AC)	nd	210.989.105	nd
15ª Região (Campinas)	873.944.562	971.173.780	90,0%
16ª Região (MA)	5.036.468	134.798.463	3,7%
17ª Região (ES)	nd	187.521.991	nd
18ª Região (GO)	93.721.966	254.372.326	36,8%
19ª Região (AL)	6.972.554	127.683.571	5,5%
20ª Região (SE)	nd	106.687.931	nd
21ª Região (RN)	90.515.052	158.076.555	57,3%
22ª Região (PI)	40.395.017	90.450.837	44,7%
23ª Região (MT)	32.488.895	178.974.402	18,2%
24ª Região (MS)	46.911.628	149.178.091	31,4%
Justiça do Trabalho	8.748.442.347	11.222.933.264	94,6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.18 17 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

I7 - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes em relação à Despesa Total da Justiça

Finalidade: Indicar o que o montante dos valores dos depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no final do ano-base representa em relação à despesa total de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias.

Fórmula: $I7 = \text{DepRecP} / \text{Dpj}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- DepRecP - Saldo de Depósitos Recursais Pendentes: Saldo total de depósitos recursais pendentes de liberação pela Justiça do Trabalho no termo final do ano-base, incluindo o resíduo de depósitos recursais dos anos anteriores e aqueles realizados fora de conta vinculada em virtude de controvérsia sobre a existência de vínculo empregatício ou relação de trabalho.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em “restos a pagar”. Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

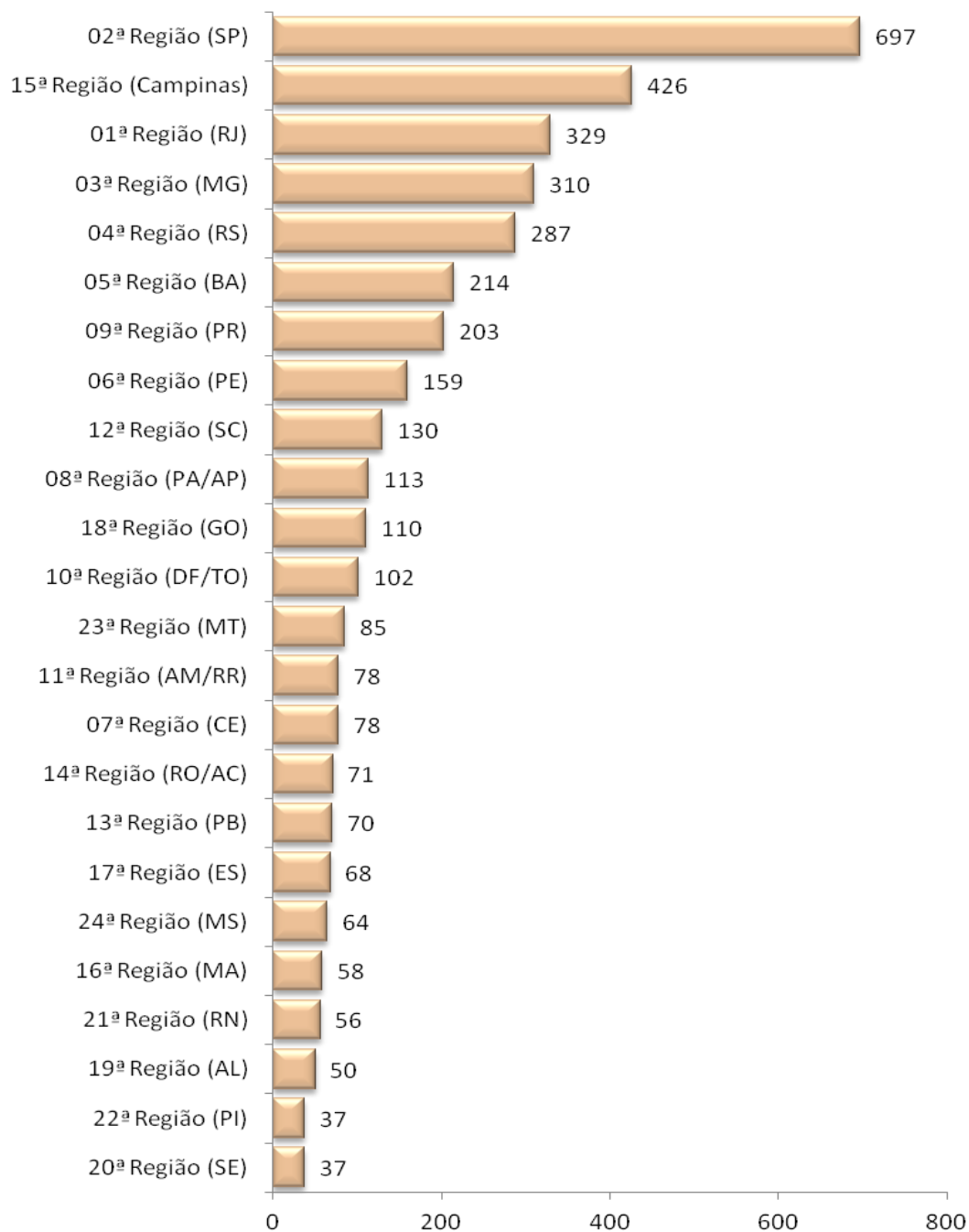
1.2.1. MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tabela 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE2º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau	MagE1º - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes
01ª Região (RJ)	54	275	329
02ª Região (SP)	94	603	697
03ª Região (MG)	36	274	310
04ª Região (RS)	48	239	287
05ª Região (BA)	29	185	214
06ª Região (PE)	19	140	159
07ª Região (CE)	14	64	78
08ª Região (PA/AP)	23	90	113
09ª Região (PR)	31	172	203
10ª Região (DF/TO)	17	85	102
11ª Região (AM/RR)	14	64	78
12ª Região (SC)	18	112	130
13ª Região (PB)	10	60	70
14ª Região (RO/AC)	8	63	71
15ª Região (Campinas)	55	371	426
16ª Região (MA)	8	50	58
17ª Região (ES)	12	56	68
18ª Região (GO)	14	96	110
19ª Região (AL)	8	42	50
20ª Região (SE)	8	29	37
21ª Região (RN)	10	46	56
22ª Região (PI)	8	29	37
23ª Região (MT)	8	77	85
24ª Região (MS)	8	56	64
Justiça do Trabalho	554	3.278	3.832

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.19 MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes



Glossário:

MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado existentes, providos ou não, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{MagE} = \text{MagE2}^\circ + \text{MagE1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagE2º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes no 2º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base, providos ou não.
- **MagE1º** - Número de Cargos Existentes de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado existentes, providos ou não, no 1º Grau da Justiça do Trabalho no final do ano-base. Incluem-se os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

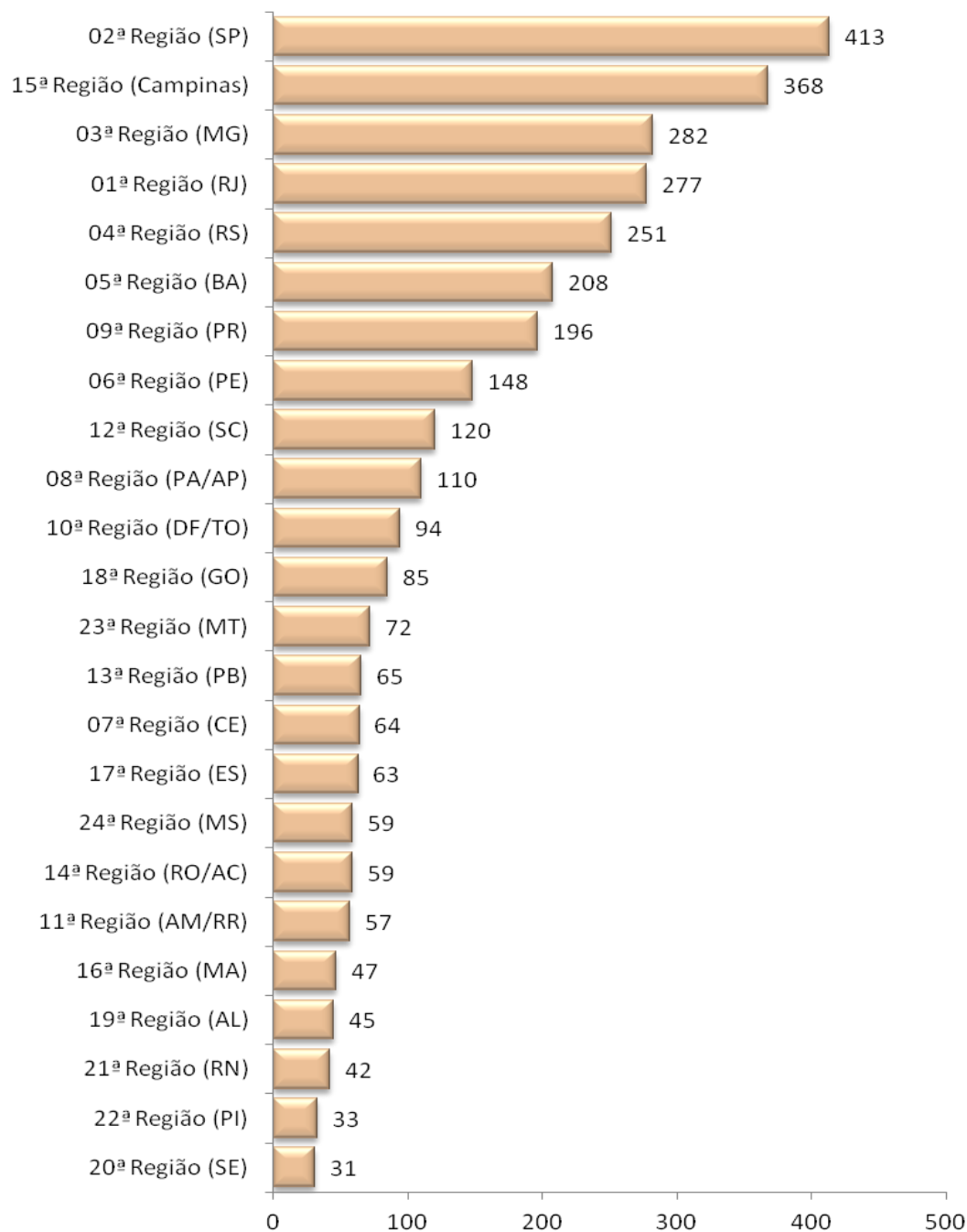
1.2.2. Mag - Total de Magistrados

Tabela 1.20 Mag - Total de Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	MagP2º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau	MagP1º - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau	MagAJ1º - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau	Mag - Total de Magistrados
01ª Região (RJ)	44	240	7	277
02ª Região (SP)	87	334	8	413
03ª Região (MG)	32	256	6	282
04ª Região (RS)	34	227	10	251
05ª Região (BA)	28	182	2	208
06ª Região (PE)	18	130	0	148
07ª Região (CE)	8	57	1	64
08ª Região (PA/AP)	23	88	1	110
09ª Região (PR)	27	169	0	196
10ª Região (DF/TO)	17	82	5	94
11ª Região (AM/RR)	10	48	1	57
12ª Região (SC)	18	105	3	120
13ª Região (PB)	8	59	2	65
14ª Região (RO/AC)	7	53	1	59
15ª Região (Campinas)	50	330	12	368
16ª Região (MA)	8	42	3	47
17ª Região (ES)	10	53	0	63
18ª Região (GO)	12	74	1	85
19ª Região (AL)	8	38	1	45
20ª Região (SE)	8	23	0	31
21ª Região (RN)	7	40	5	42
22ª Região (PI)	8	25	0	33
23ª Região (MT)	8	67	3	72
24ª Região (MS)	7	53	1	59
Justiça do Trabalho	487	2.775	73	3.189

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.20 Mag - Total de Magistrados



Glossário:

Mag - Total de Magistrados

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrado providos, exceto aqueles afastados da atividade, em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

Fórmula: $\text{Mag} = \text{MagP2}^\circ + \text{MagP1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MagP2º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 2º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 2º Grau no final do período-base (semestre), providos ou não. Excluem-se os Juízes Substitutos em 2º grau.
- **MagP1º** - Número de Cargos Providos de Magistrado no 1º Grau: Número de cargos de Magistrado providos no 1º grau da Justiça do Trabalho no final do período-base (semestre), incluídos os Juízes Titulares e os Juízes Substitutos. Indicadores relacionados: Mag.
- **MagAJ1º** - Número de Magistrados Afastados da Jurisdição no 1º Grau: Número de Magistrados da Justiça do Trabalho afastados da jurisdição de 1º grau, durante todo o período-base (semestre). Incluem-se os convocados para outro órgão.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

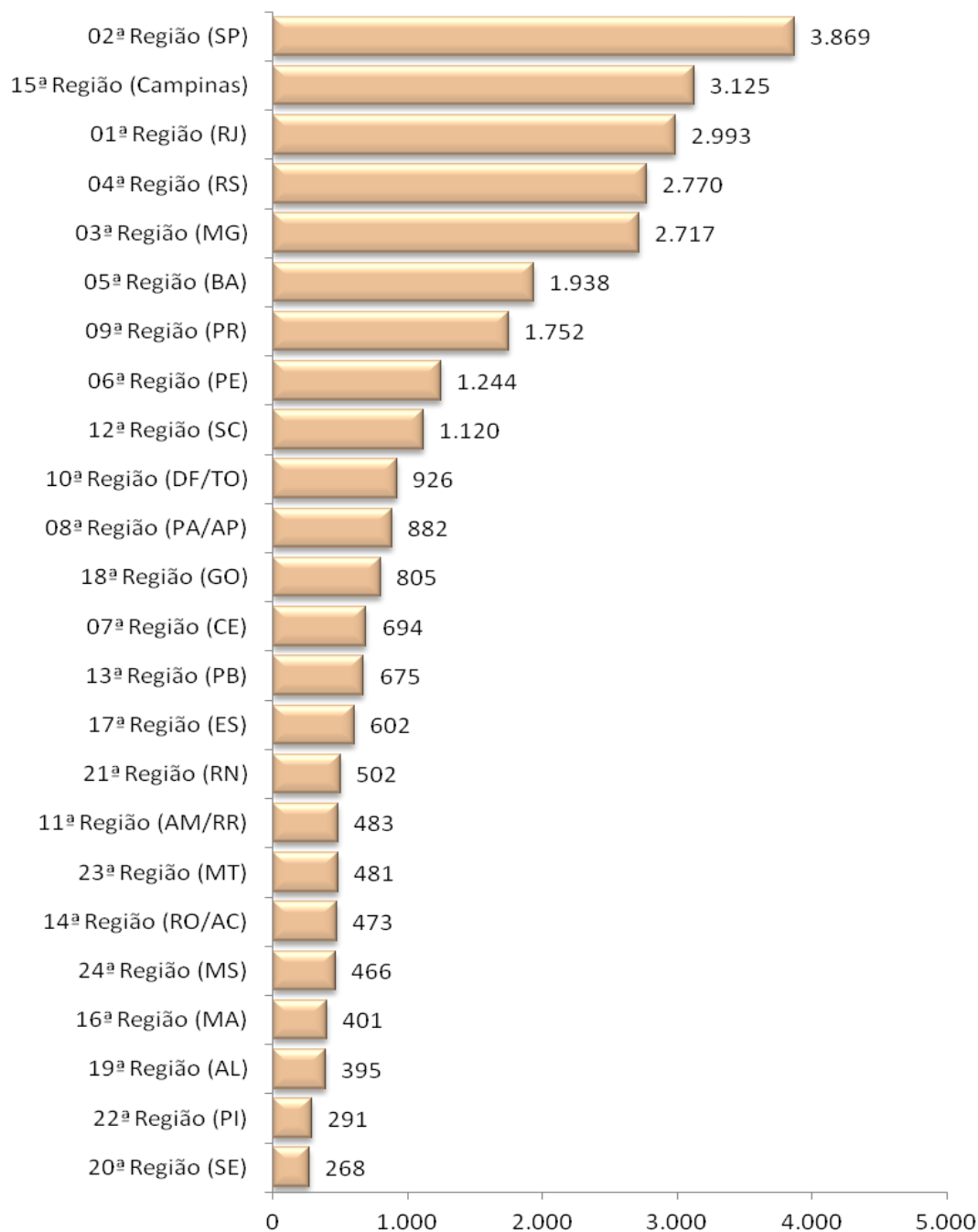
1.2.3. SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tabela 1.21 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Tribunal Regional do Trabalho	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária
01ª Região (RJ)	934	2.059	2.993
02ª Região (SP)	1.094	2.775	3.869
03ª Região (MG)	621	2.096	2.717
04ª Região (RS)	766	2.004	2.770
05ª Região (BA)	468	1.470	1.938
06ª Região (PE)	293	951	1.244
07ª Região (CE)	212	482	694
08ª Região (PA/AP)	145	737	882
09ª Região (PR)	481	1.271	1.752
10ª Região (DF/TO)	327	599	926
11ª Região (AM/RR)	268	215	483
12ª Região (SC)	309	811	1.120
13ª Região (PB)	262	413	675
14ª Região (RO/AC)	117	356	473
15ª Região (Campinas)	686	2.439	3.125
16ª Região (MA)	132	269	401
17ª Região (ES)	213	389	602
18ª Região (GO)	238	567	805
19ª Região (AL)	94	301	395
20ª Região (SE)	105	163	268
21ª Região (RN)	158	344	502
22ª Região (PI)	133	158	291
23ª Região (MT)	106	375	481
24ª Região (MS)	145	321	466
Justiça do Trabalho	8.307	21.565	29.872

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.21 SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária



Glossário:

SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária

Finalidade: Indicar o número total de servidores lotados na área judiciária em efetiva atividade no final do período-base (semestre).

Fórmula: $SaJud = SaJud2 + SaJud1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

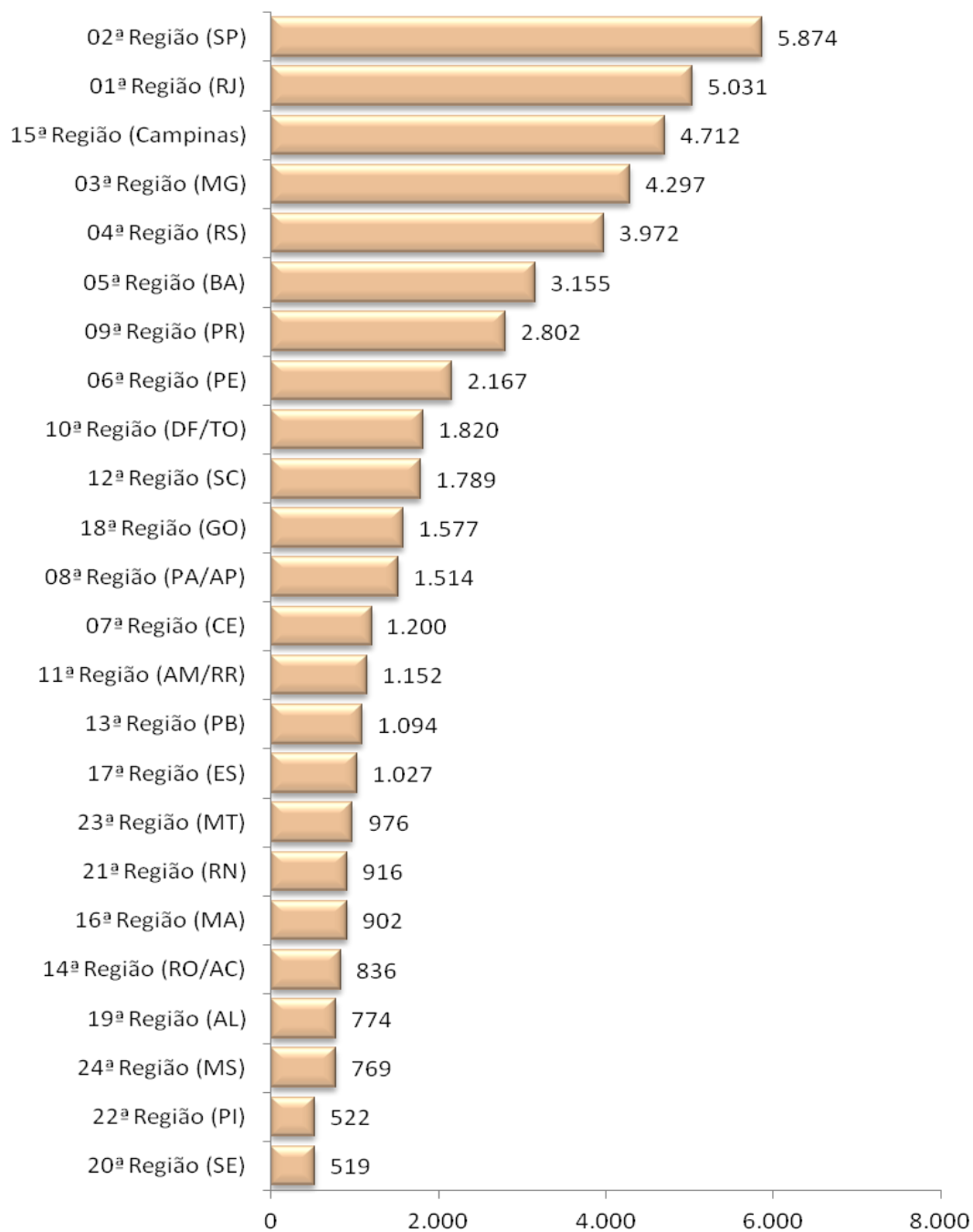
1.2.4. TS - Total de Servidores

Tabela 1.22 TS - Total de Servidores

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TS - Total de Servidores
01ª Região (RJ)	3.763	196	223	1.211	30	5.031
02ª Região (SP)	4.969	370	213	1.048	14	5.874
03ª Região (MG)	2.986	21	322	993	17	4.297
04ª Região (RS)	3.352	8	2	624	2	3.972
05ª Região (BA)	2.213	116	290	756	12	3.155
06ª Região (PE)	1.556	46	211	437	9	2.167
07ª Região (CE)	848	72	91	322	11	1.200
08ª Região (PA/AP)	1.157	32	26	353	10	1.514
09ª Região (PR)	2.218	155	144	584	11	2.802
10ª Região (DF/TO)	1.108	147	256	599	4	1.820
11ª Região (AM/RR)	980	14	49	130	7	1.152
12ª Região (SC)	1.489	61	77	282	2	1.789
13ª Região (PB)	896	18	67	138	11	1.094
14ª Região (RO/AC)	758	45	20	101	2	836
15ª Região (Campinas)	3.151	15	425	1.138	13	4.712
16ª Região (MA)	532	57	95	316	16	902
17ª Região (ES)	686	67	174	233	1	1.027
18ª Região (GO)	982	21	222	393	1	1.577
19ª Região (AL)	448	51	162	212	3	774
20ª Região (SE)	369	26	53	120	3	519
21ª Região (RN)	579	44	104	262	15	916
22ª Região (PI)	325	33	95	125	10	522
23ª Região (MT)	616	43	120	283	0	976
24ª Região (MS)	547	47	121	145	3	769
Justiça do Trabalho	36.528	1.705	3.562	10.805	207	49.397

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.22 TS - Total de Servidores



Glossário:

TS - Total de Servidores

Finalidade: Indicar o número de servidores em atividade em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $TS = TPEfet - TPCed + TPREq + TFAux + TPSV$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPREq - Total de Pessoal Requisitado: Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar: Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo: Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

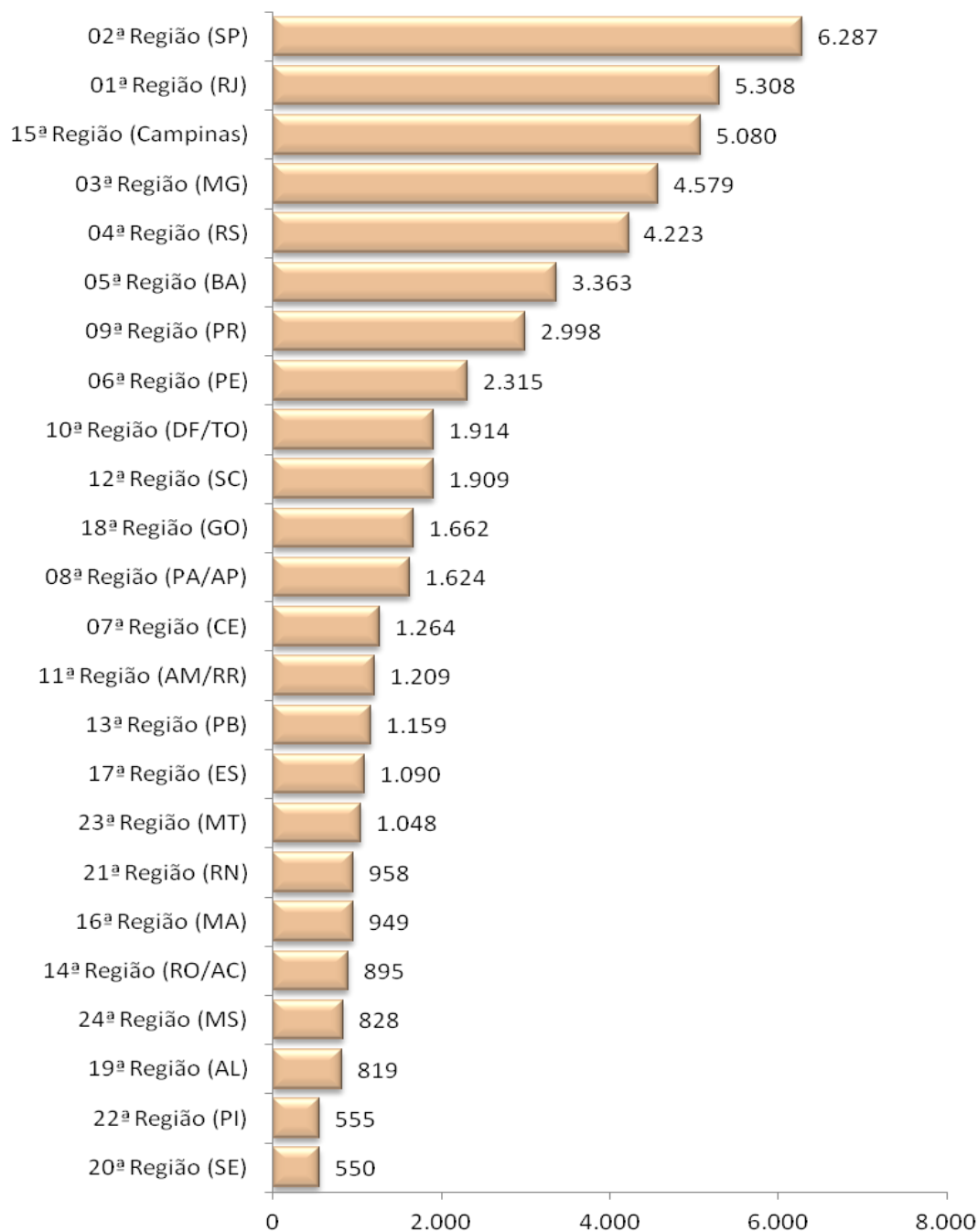
1.2.5. FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tabela 1.23 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	Mag - Total de Magistrados	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados
01ª Região (RJ)	5.031	277	5.308
02ª Região (SP)	5.874	413	6.287
03ª Região (MG)	4.297	282	4.579
04ª Região (RS)	3.972	251	4.223
05ª Região (BA)	3.155	208	3.363
06ª Região (PE)	2.167	148	2.315
07ª Região (CE)	1.200	64	1.264
08ª Região (PA/AP)	1.514	110	1.624
09ª Região (PR)	2.802	196	2.998
10ª Região (DF/TO)	1.820	94	1.914
11ª Região (AM/RR)	1.152	57	1.209
12ª Região (SC)	1.789	120	1.909
13ª Região (PB)	1.094	65	1.159
14ª Região (RO/AC)	836	59	895
15ª Região (Campinas)	4.712	368	5.080
16ª Região (MA)	902	47	949
17ª Região (ES)	1.027	63	1.090
18ª Região (GO)	1.577	85	1.662
19ª Região (AL)	774	45	819
20ª Região (SE)	519	31	550
21ª Região (RN)	916	42	958
22ª Região (PI)	522	33	555
23ª Região (MT)	976	72	1.048
24ª Região (MS)	769	59	828
Justiça do Trabalho	49.397	3.189	52.586

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.23 FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados



Glossário:

FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados

Finalidade: Indicar Número total da força de trabalho em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base

Fórmula: $FTT = TS + Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

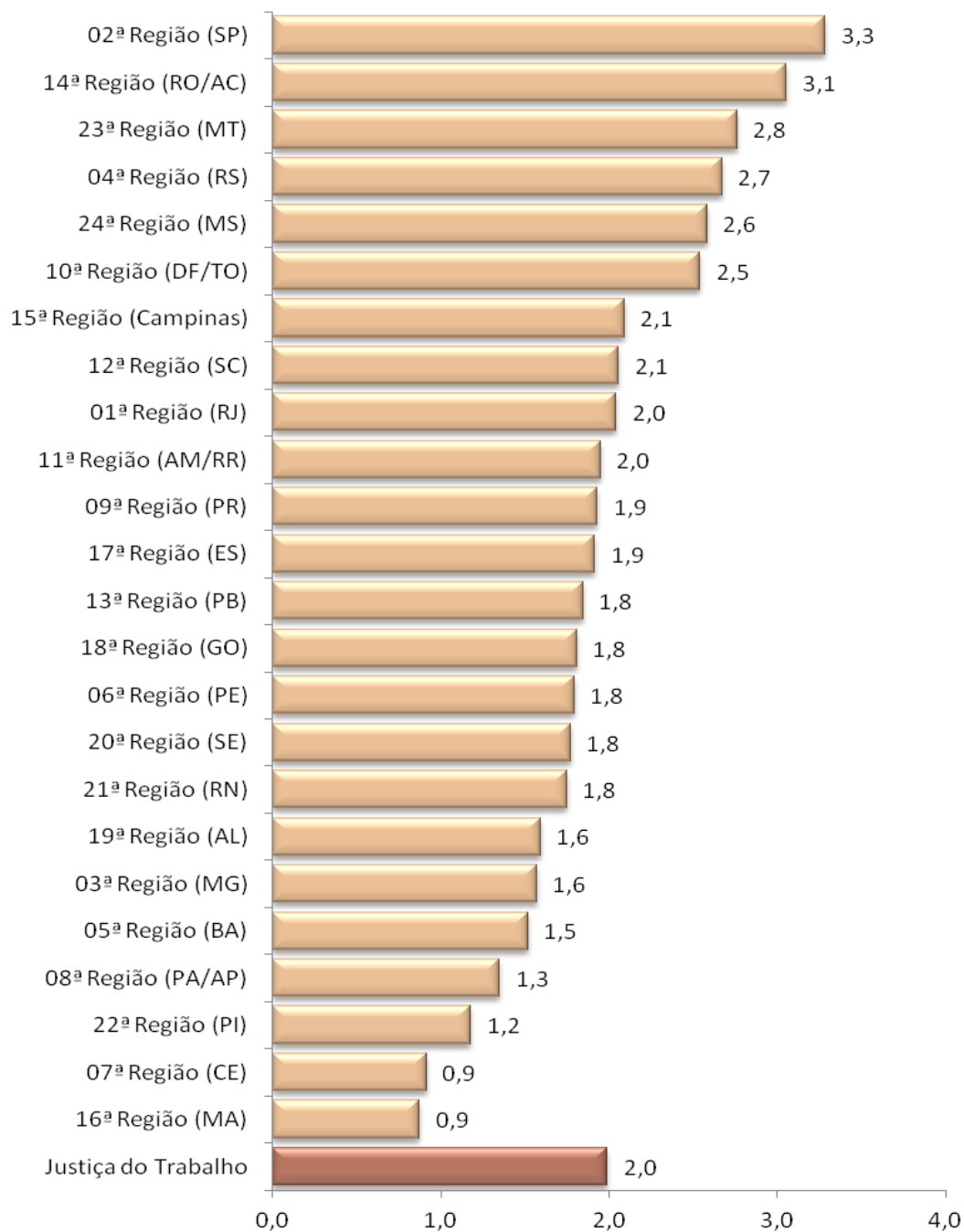
1.2.6. F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.24 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	MagE - Total de Cargos de Magistrado Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	329	161	2,0
02ª Região (SP)	697	212	3,3
03ª Região (MG)	310	197	1,6
04ª Região (RS)	287	107	2,7
05ª Região (BA)	214	141	1,5
06ª Região (PE)	159	89	1,8
07ª Região (CE)	78	85	0,9
08ª Região (PA/AP)	113	84	1,3
09ª Região (PR)	203	105	1,9
10ª Região (DF/TO)	102	40	2,5
11ª Região (AM/RR)	78	40	2,0
12ª Região (SC)	130	63	2,1
13ª Região (PB)	70	38	1,8
14ª Região (RO/AC)	71	23	3,1
15ª Região (Campinas)	426	204	2,1
16ª Região (MA)	58	66	0,9
17ª Região (ES)	68	35	1,9
18ª Região (GO)	110	61	1,8
19ª Região (AL)	50	31	1,6
20ª Região (SE)	37	21	1,8
21ª Região (RN)	56	32	1,8
22ª Região (PI)	37	31	1,2
23ª Região (MT)	85	31	2,8
24ª Região (MS)	64	25	2,6
Justiça do Trabalho	3.832	1.924	2,0

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.24 F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F1 - Cargos de Magistrado Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de cargos de magistrados existentes, providos ou não, em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F1 = (MagE) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $MagE = MagE2^o + MagE1^o$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

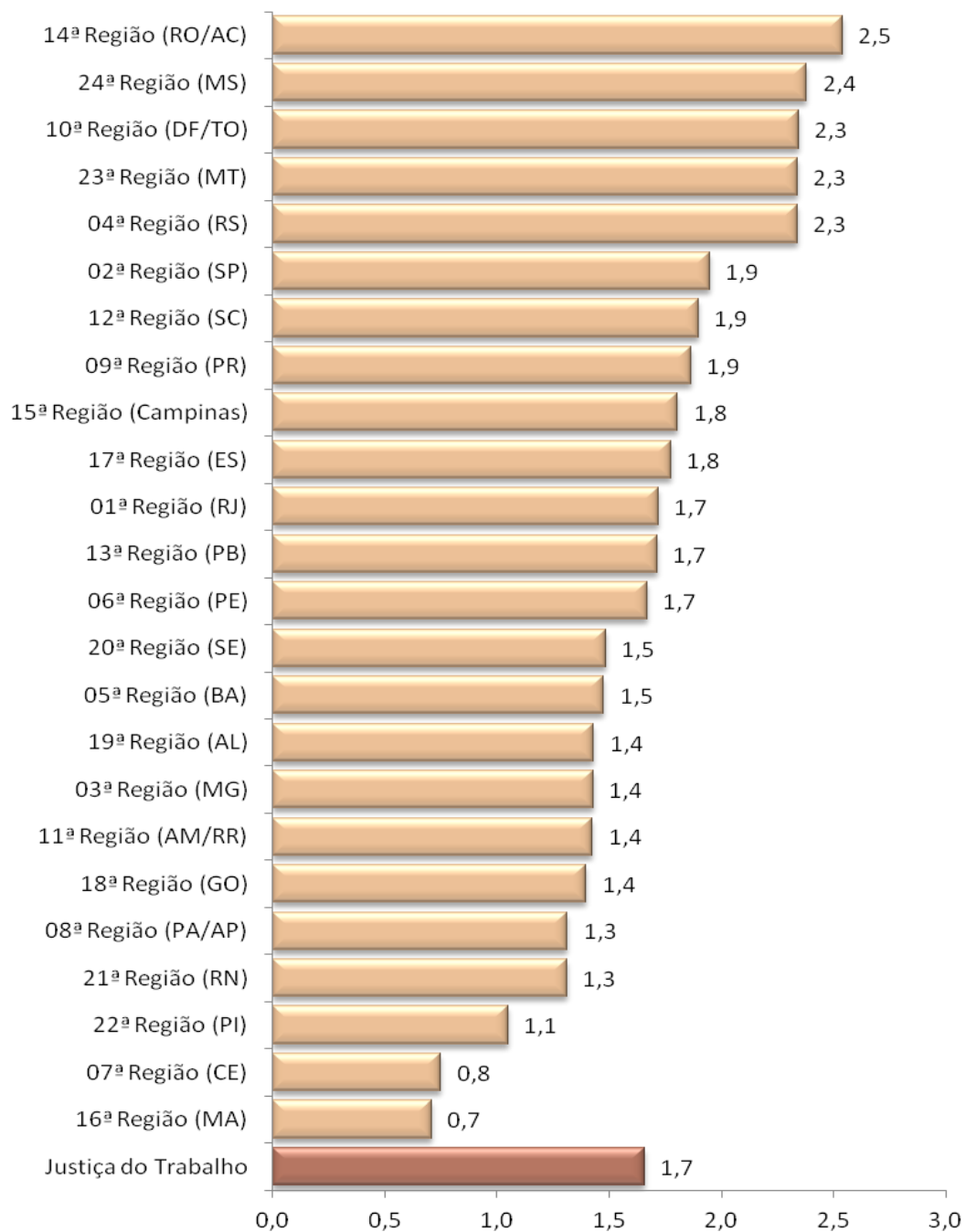
1.2.7. F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tabela 1.25 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Mag - Total de Magistrados	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F2 - Magistrados por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	277	161	1,7
02ª Região (SP)	413	212	1,9
03ª Região (MG)	282	197	1,4
04ª Região (RS)	251	107	2,3
05ª Região (BA)	208	141	1,5
06ª Região (PE)	148	89	1,7
07ª Região (CE)	64	85	0,8
08ª Região (PA/AP)	110	84	1,3
09ª Região (PR)	196	105	1,9
10ª Região (DF/TO)	94	40	2,3
11ª Região (AM/RR)	57	40	1,4
12ª Região (SC)	120	63	1,9
13ª Região (PB)	65	38	1,7
14ª Região (RO/AC)	59	23	2,5
15ª Região (Campinas)	368	204	1,8
16ª Região (MA)	47	66	0,7
17ª Região (ES)	63	35	1,8
18ª Região (GO)	85	61	1,4
19ª Região (AL)	45	31	1,4
20ª Região (SE)	31	21	1,5
21ª Região (RN)	42	32	1,3
22ª Região (PI)	33	31	1,1
23ª Região (MT)	72	31	2,3
24ª Região (MS)	59	25	2,4
Justiça do Trabalho	3.189	1.924	1,7

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.25 F2 - Magistrados por 100.000 habitantes



Glossário:

F2 - Magistrados por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de magistrados em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F2 = (Mag) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

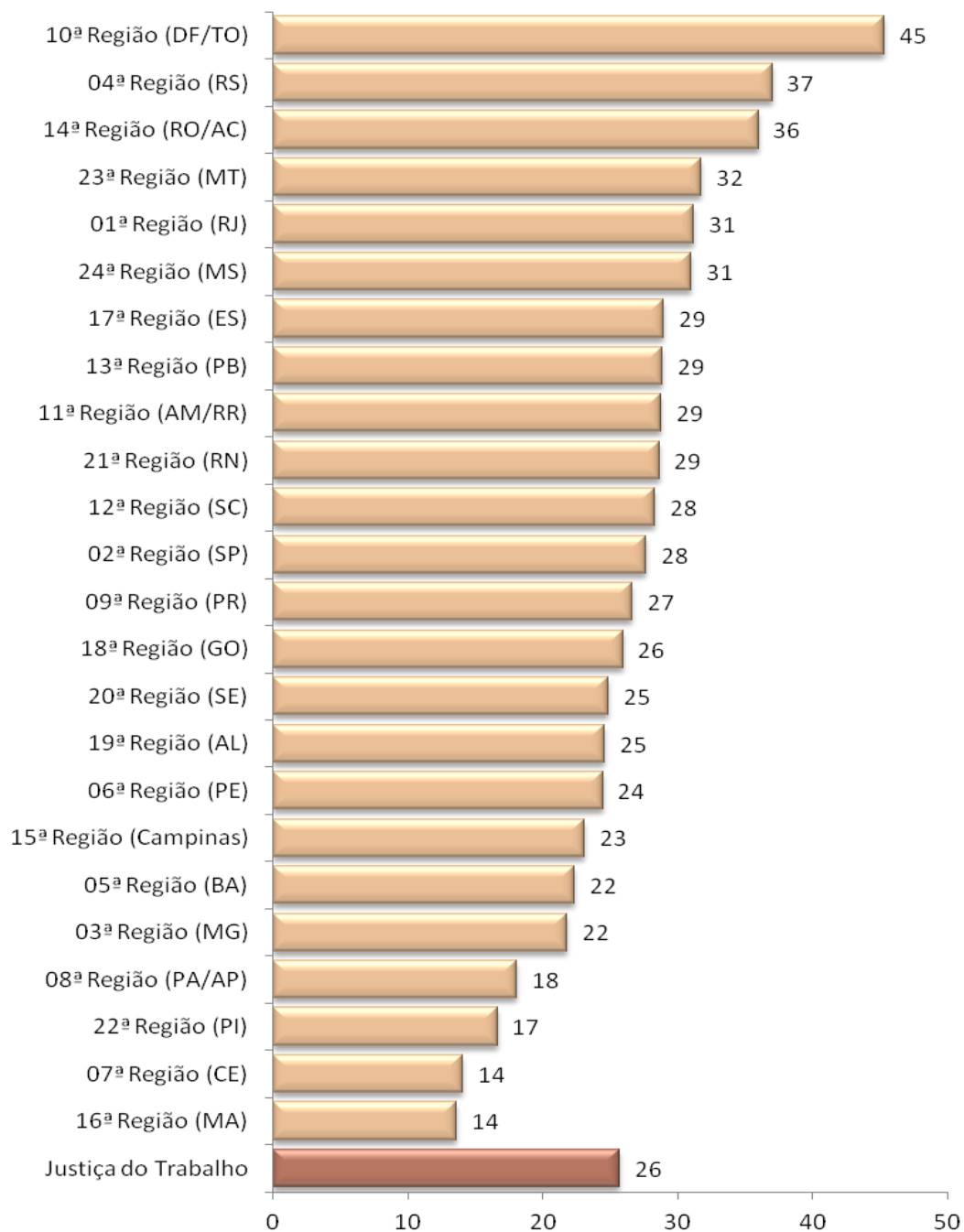
1.2.8. F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tabela 1.26 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TS - Total de Servidores	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	5.031	161	31
02ª Região (SP)	5.874	212	28
03ª Região (MG)	4.297	197	22
04ª Região (RS)	3.972	107	37
05ª Região (BA)	3.155	141	22
06ª Região (PE)	2.167	89	24
07ª Região (CE)	1.200	85	14
08ª Região (PA/AP)	1.514	84	18
09ª Região (PR)	2.802	105	27
10ª Região (DF/TO)	1.820	40	45
11ª Região (AM/RR)	1.152	40	29
12ª Região (SC)	1.789	63	28
13ª Região (PB)	1.094	38	29
14ª Região (RO/AC)	836	23	36
15ª Região (Campinas)	4.712	204	23
16ª Região (MA)	902	66	14
17ª Região (ES)	1.027	35	29
18ª Região (GO)	1.577	61	26
19ª Região (AL)	774	31	25
20ª Região (SE)	519	21	25
21ª Região (RN)	916	32	29
22ª Região (PI)	522	31	17
23ª Região (MT)	976	31	32
24ª Região (MS)	769	25	31
Justiça do Trabalho	49.397	1.924	26

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.26 F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes



Glossário:

F3 - Força de Trabalho por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho total disponível em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F3 = TS / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TS = TPEfet - TPCed + TPReq + TFAux + TPSV$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

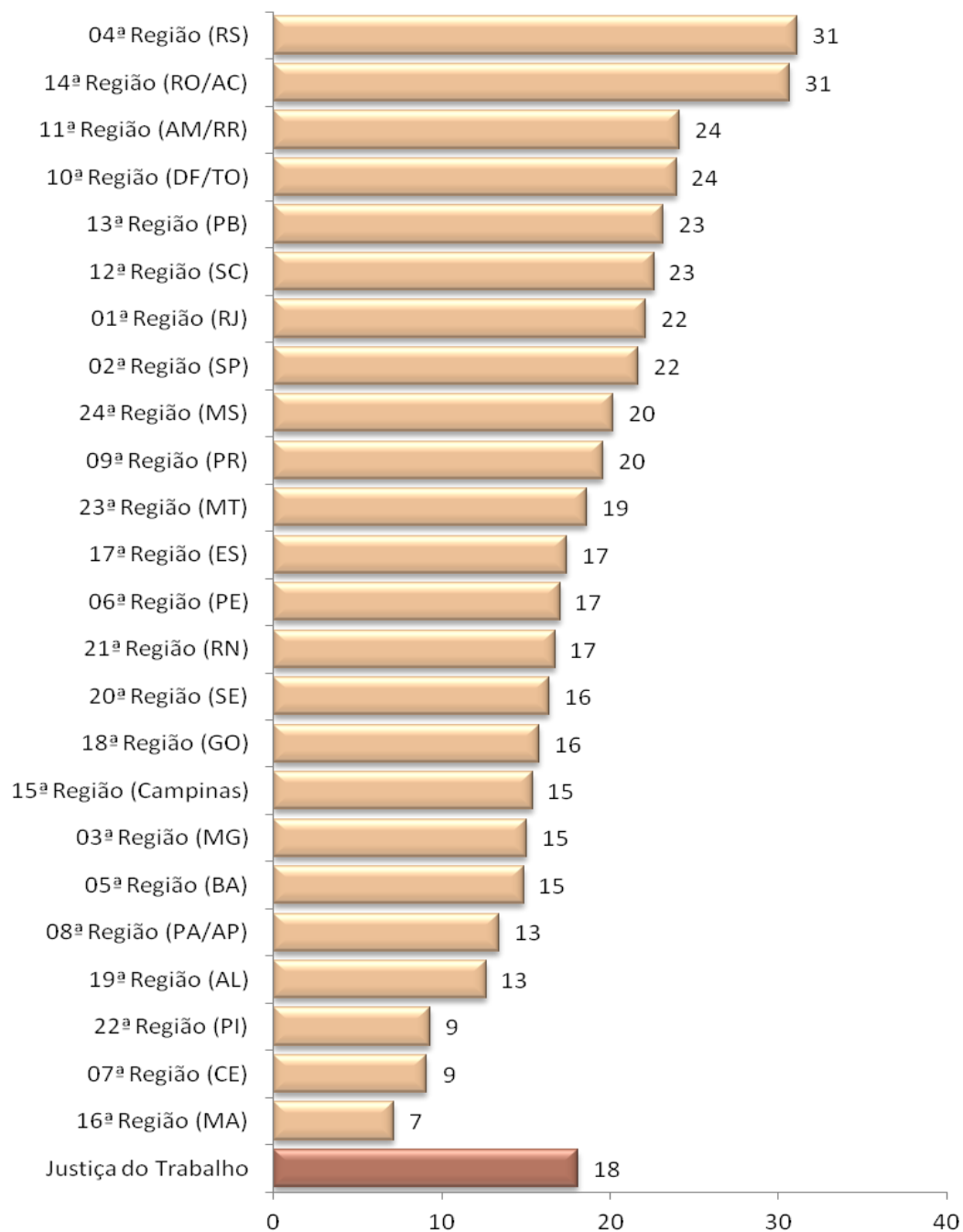
1.2.9. F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tabela 1.27 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo	TPCed - Total de Pessoal Cedido	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	3.763	196	161	22
02ª Região (SP)	4.969	370	212	22
03ª Região (MG)	2.986	21	197	15
04ª Região (RS)	3.352	8	107	31
05ª Região (BA)	2.213	116	141	15
06ª Região (PE)	1.556	46	89	17
07ª Região (CE)	848	72	85	9
08ª Região (PA/AP)	1.157	32	84	13
09ª Região (PR)	2.218	155	105	20
10ª Região (DF/TO)	1.108	147	40	24
11ª Região (AM/RR)	980	14	40	24
12ª Região (SC)	1.489	61	63	23
13ª Região (PB)	896	18	38	23
14ª Região (RO/AC)	758	45	23	31
15ª Região (Campinas)	3.151	15	204	15
16ª Região (MA)	532	57	66	7
17ª Região (ES)	686	67	35	17
18ª Região (GO)	982	21	61	16
19ª Região (AL)	448	51	31	13
20ª Região (SE)	369	26	21	16
21ª Região (RN)	579	44	32	17
22ª Região (PI)	325	33	31	9
23ª Região (MT)	616	43	31	19
24ª Região (MS)	547	47	25	20
Justiça do Trabalho	36.528	1.705	1.924	18

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.27 F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes



Glossário:

F4a - Servidores do Quadro Efetivo por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de servidores do quadro efetivo de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4a = (TPEfet - TPCed) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TPEfet - Total de Pessoal do Quadro Efetivo: Número total de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base, incluídos os cedidos a outros órgãos.
- TPCed - Total de Pessoal Cedido: Número total de servidores cedidos a outros órgãos, ocupantes de cargo de provimento efetivo no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

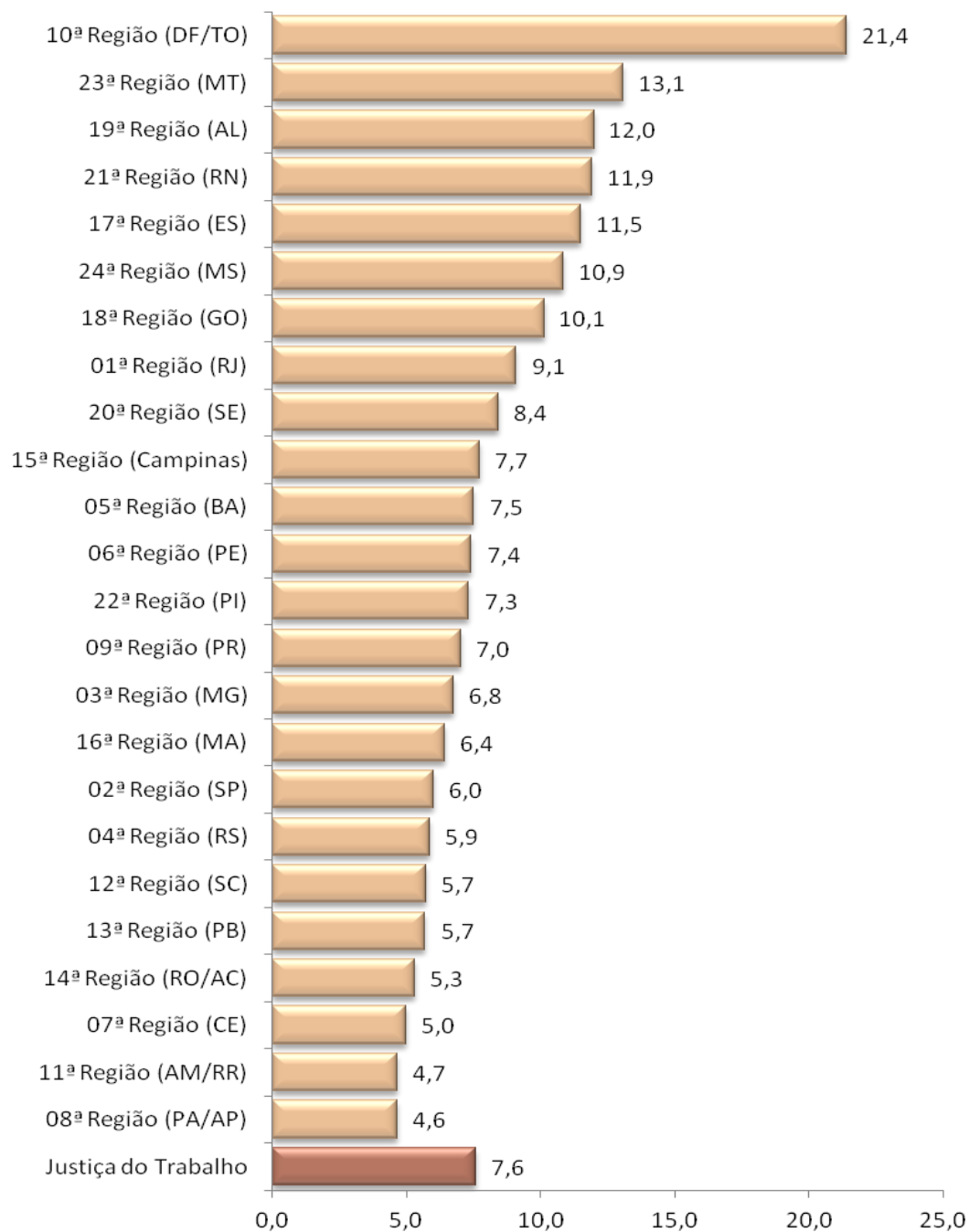
1.2.10. F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tabela 1.28 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo	TPReq - Total de Pessoal Requisitado	TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	30	223	1.211	161	9,1
02ª Região (SP)	14	213	1.048	212	6,0
03ª Região (MG)	17	322	993	197	6,8
04ª Região (RS)	2	2	624	107	5,9
05ª Região (BA)	12	290	756	141	7,5
06ª Região (PE)	9	211	437	89	7,4
07ª Região (CE)	11	91	322	85	5,0
08ª Região (PA/AP)	10	26	353	84	4,6
09ª Região (PR)	11	144	584	105	7,0
10ª Região (DF/TO)	4	256	599	40	21,4
11ª Região (AM/RR)	7	49	130	40	4,7
12ª Região (SC)	2	77	282	63	5,7
13ª Região (PB)	11	67	138	38	5,7
14ª Região (RO/AC)	2	20	101	23	5,3
15ª Região (Campinas)	13	425	1.138	204	7,7
16ª Região (MA)	16	95	316	66	6,4
17ª Região (ES)	1	174	233	35	11,5
18ª Região (GO)	1	222	393	61	10,1
19ª Região (AL)	3	162	212	31	12,0
20ª Região (SE)	3	53	120	21	8,4
21ª Região (RN)	15	104	262	32	11,9
22ª Região (PI)	10	95	125	31	7,3
23ª Região (MT)	0	120	283	31	13,1
24ª Região (MS)	3	121	145	25	10,9
Justiça do Trabalho	207	3.562	10.805	1.924	7,6

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.28 F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes



Glossário:

F4b - Força de Trabalho Auxiliar por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de força de trabalho auxiliar de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4b = (TPSV + TPReq + TFAux) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TPSV - Total de Pessoal sem Vínculo:** Número total de servidores ocupantes apenas de cargo em comissão do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TPReq - Total de Pessoal Requisitado:** Número total de servidores requisitados de órgãos do Poder Judiciário e de órgãos fora do Poder Judiciário, que estão em atividade no Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **TFAux - Total da Força de Trabalho Auxiliar:** Número total de terceirizados e estagiários do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no final do ano-base.
- **h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

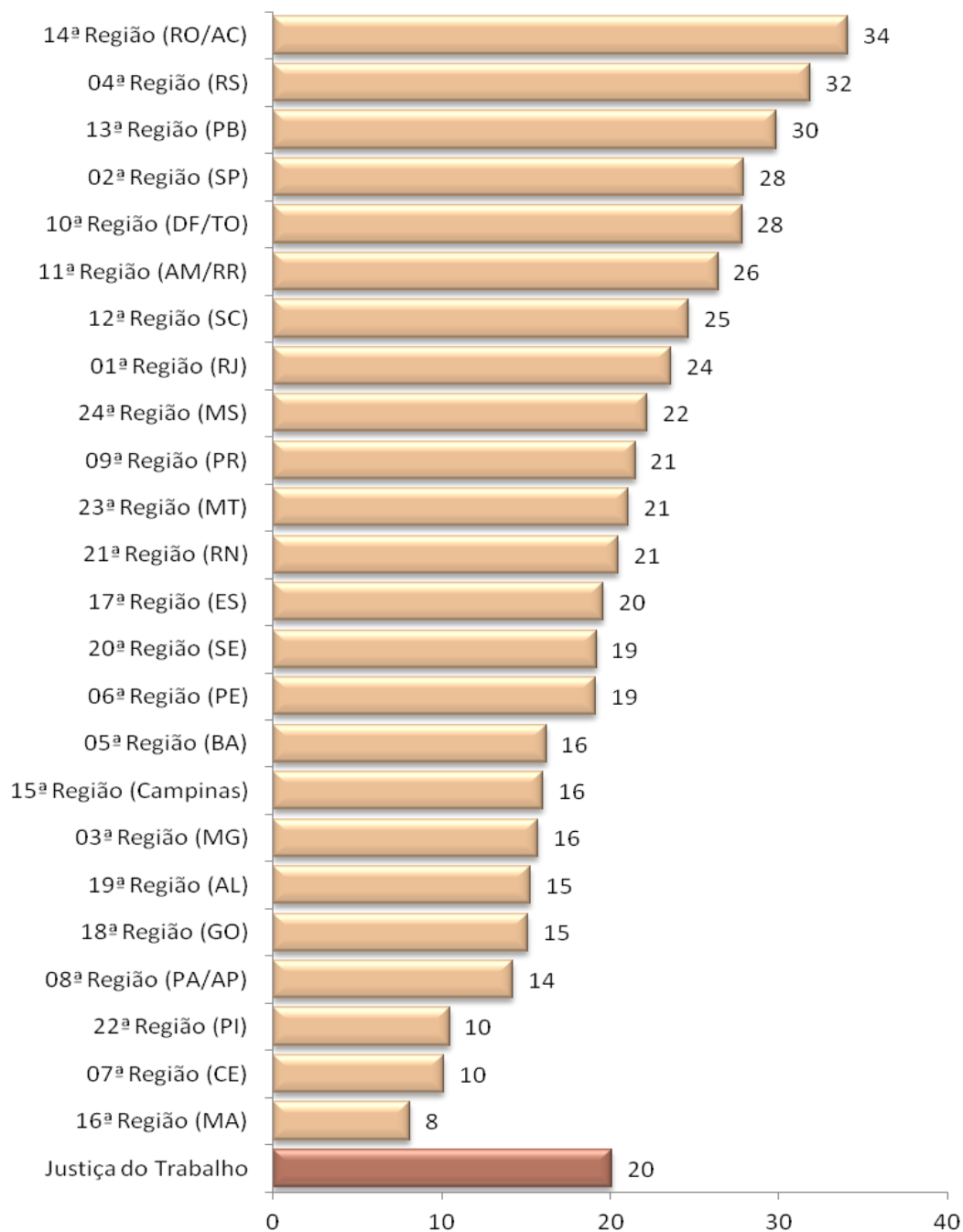
1.2.11. F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tabela 1.29 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	3.802	161	24
02ª Região (SP)	5.929	212	28
03ª Região (MG)	3.099	197	16
04ª Região (RS)	3.425	107	32
05ª Região (BA)	2.284	141	16
06ª Região (PE)	1.697	89	19
07ª Região (CE)	864	85	10
08ª Região (PA/AP)	1.190	84	14
09ª Região (PR)	2.259	105	21
10ª Região (DF/TO)	1.116	40	28
11ª Região (AM/RR)	1.056	40	26
12ª Região (SC)	1.558	63	25
13ª Região (PB)	1.133	38	30
14ª Região (RO/AC)	792	23	34
15ª Região (Campinas)	3.270	204	16
16ª Região (MA)	538	66	8
17ª Região (ES)	695	35	20
18ª Região (GO)	920	61	15
19ª Região (AL)	480	31	15
20ª Região (SE)	401	21	19
21ª Região (RN)	656	32	21
22ª Região (PI)	329	31	10
23ª Região (MT)	648	31	21
24ª Região (MS)	550	25	22
Justiça do Trabalho	38.691	1.924	20

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.29 F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes



Glossário:

F4c - Cargos Efetivos Existentes por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o quantitativo de cargos de provimento efetivo existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias para cada 100.000 habitantes da Região no ano-base.

Fórmula: $F4c = TCEfet / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

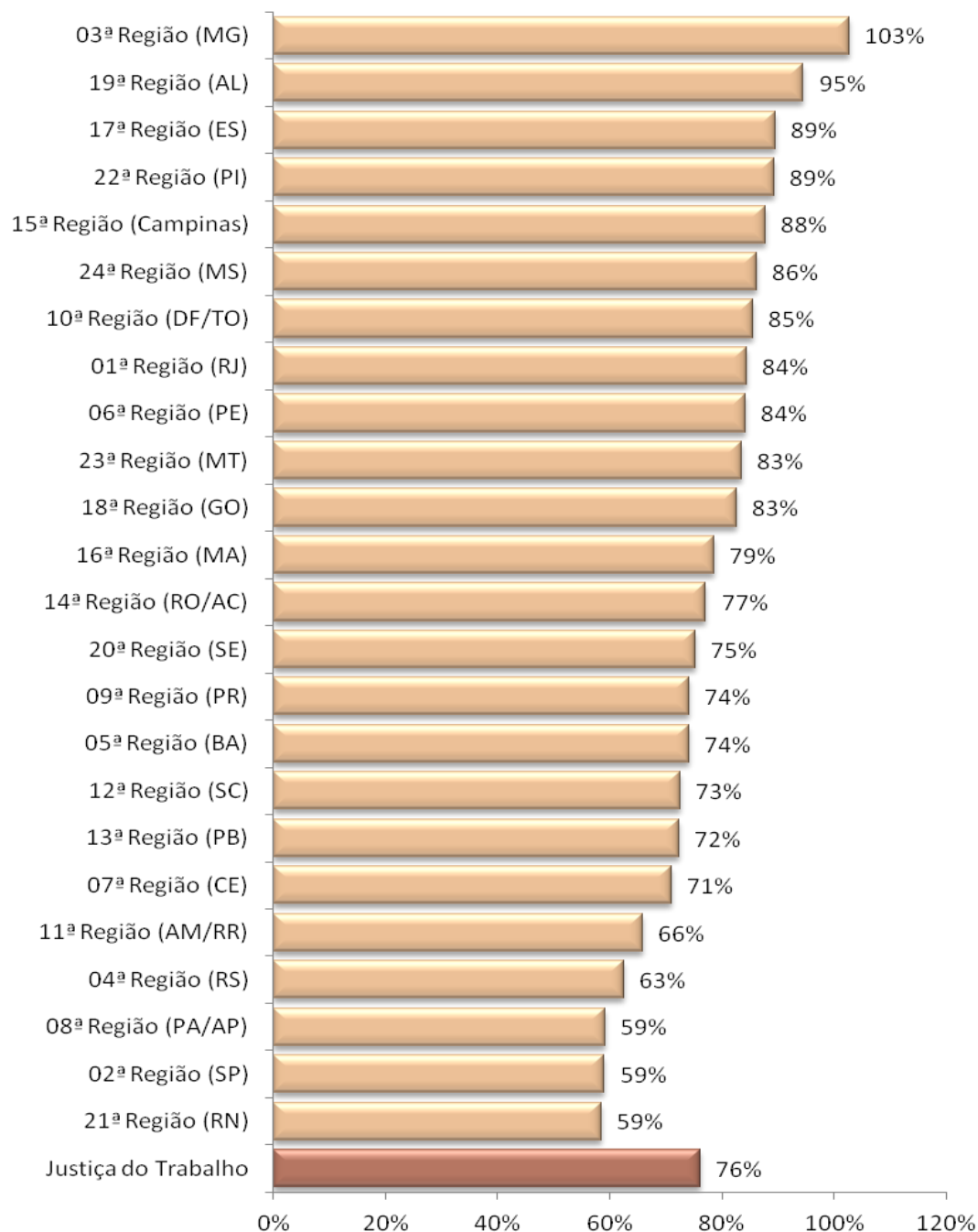
1.2.12. F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tabela 1.30 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Tribunal Regional do Trabalho	TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes	TFc - Total de Funções Comissionadas Existentes	TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes	F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes
01ª Região (RJ)	498	2.712	3.802	84%
02ª Região (SP)	705	2.797	5.929	59%
03ª Região (MG)	238	2.949	3.099	103%
04ª Região (RS)	308	1.834	3.425	63%
05ª Região (BA)	160	1.533	2.284	74%
06ª Região (PE)	163	1.265	1.697	84%
07ª Região (CE)	82	531	864	71%
08ª Região (PA/AP)	110	594	1.190	59%
09ª Região (PR)	303	1.373	2.259	74%
10ª Região (DF/TO)	96	858	1.116	85%
11ª Região (AM/RR)	72	623	1.056	66%
12ª Região (SC)	238	893	1.558	73%
13ª Região (PB)	89	731	1.133	72%
14ª Região (RO/AC)	71	540	792	77%
15ª Região (Campinas)	345	2.526	3.270	88%
16ª Região (MA)	51	372	538	79%
17ª Região (ES)	57	565	695	89%
18ª Região (GO)	83	678	920	83%
19ª Região (AL)	50	404	480	95%
20ª Região (SE)	40	262	401	75%
21ª Região (RN)	57	327	656	59%
22ª Região (PI)	39	255	329	89%
23ª Região (MT)	60	481	648	83%
24ª Região (MS)	51	423	550	86%
Justiça do Trabalho	3.966	25.526	38.691	76%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.30 F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes



Glossário:

F4d - Cargos em Comissão e Funções Comissionadas Existentes em relação aos Cargos Efetivos Existentes

Finalidade: Indicar a proporção do número total de cargos em comissão e de funções comissionadas existentes no quadro de pessoal de cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, em relação ao número total de cargos de provimento efetivo existentes no ano-base.

Fórmula: $F4d = (TCC + TFC) / TCEfet$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TCC - Total de Cargos em Comissão Existentes: Número total de cargos em comissão existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TFC - Total de Funções Comissionadas Existentes: Número de funções comissionadas existentes, providas ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.
- TCEfet - Total de Cargos do Quadro Efetivo Existentes: Número total de cargos de provimento efetivo de servidor existentes, providos ou não, no quadro de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

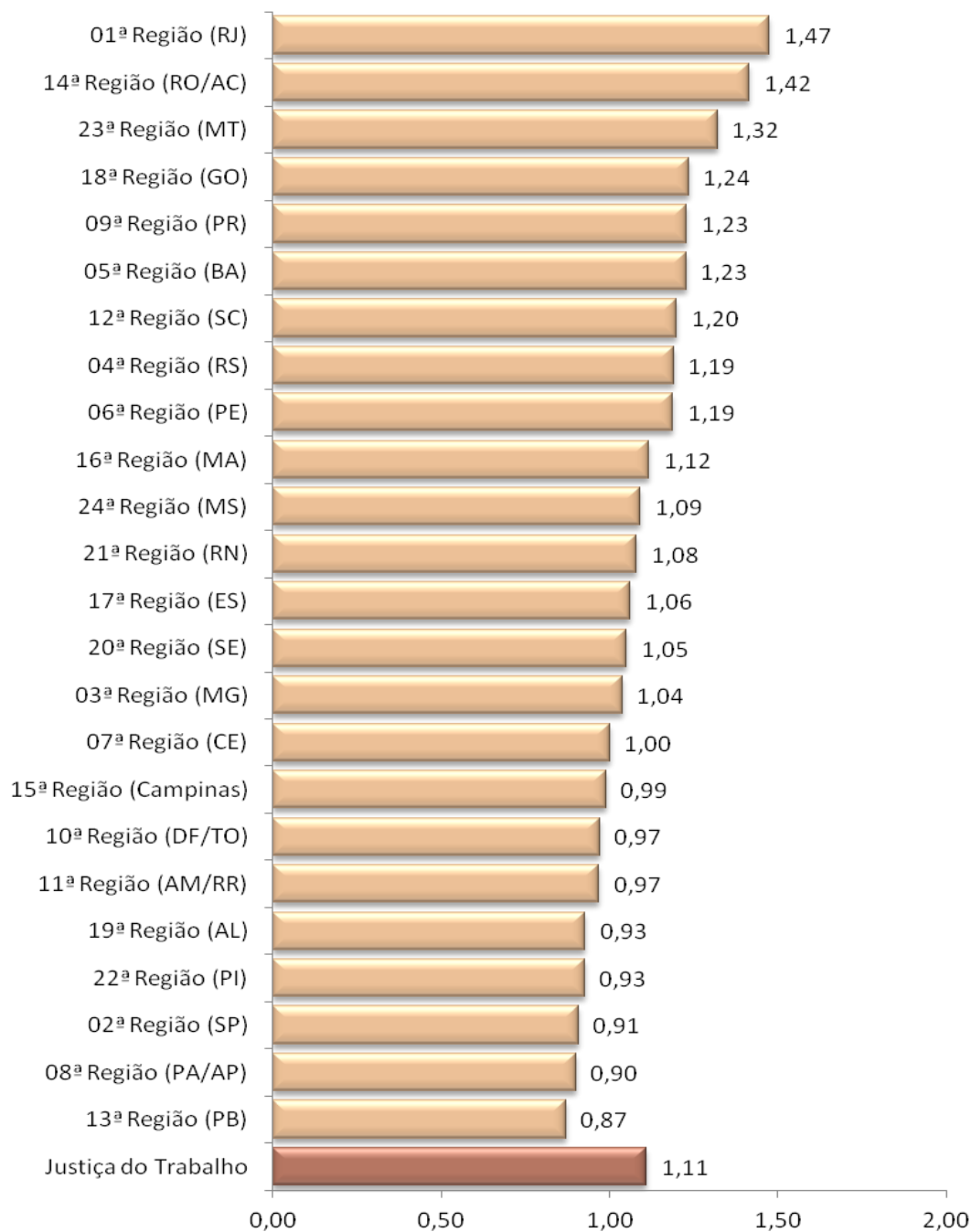
1.2.13. Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tabela 1.31 Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Tribunal Regional do Trabalho	Comp - Número de computadores de uso pessoal	Ui - Usuários de computador	Inf2 - Número de Computadores por Usuário
01ª Região (RJ)	6.912	4.688	1,47
02ª Região (SP)	5.552	6.117	0,91
03ª Região (MG)	4.056	3.910	1,04
04ª Região (RS)	5.042	4.237	1,19
05ª Região (BA)	3.969	3.233	1,23
06ª Região (PE)	2.059	1.734	1,19
07ª Região (CE)	1.258	1.258	1,00
08ª Região (PA/AP)	1.400	1.556	0,90
09ª Região (PR)	3.281	2.668	1,23
10ª Região (DF/TO)	1.696	1.746	0,97
11ª Região (AM/RR)	1.055	1.090	0,97
12ª Região (SC)	1.800	1.500	1,20
13ª Região (PB)	915	1.052	0,87
14ª Região (RO/AC)	1.173	828	1,42
15ª Região (Campinas)	5.403	5.462	0,99
16ª Região (MA)	996	891	1,12
17ª Região (ES)	1.049	987	1,06
18ª Região (GO)	1.769	1.432	1,24
19ª Região (AL)	667	719	0,93
20ª Região (SE)	489	465	1,05
21ª Região (RN)	890	823	1,08
22ª Região (PI)	515	556	0,93
23ª Região (MT)	1.058	801	1,32
24ª Região (MS)	865	793	1,09
Justiça do Trabalho	53.869	48.546	1,11

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.31 Inf2 - Número de Computadores por Usuário



Glossário:

Inf2 - Número de Computadores por Usuário

Finalidade: Indicar o número de equipamentos de informática (microcomputadores e notebooks) para cada usuário em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $\text{Inf2} = \text{Comp} / \text{Ui}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Comp** - Número de computadores de uso pessoal: O número de microcomputadores e de notebooks, em condições de uso, existentes no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base. Excluem-se os terminais de consulta.
- **Ui** - Usuários de computador: Número total de magistrados, servidores do quadro permanente, terceirizados, estagiários e contratados que utilizam de forma contínua computadores e notebooks no Tribunal Regional do Trabalho e em suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

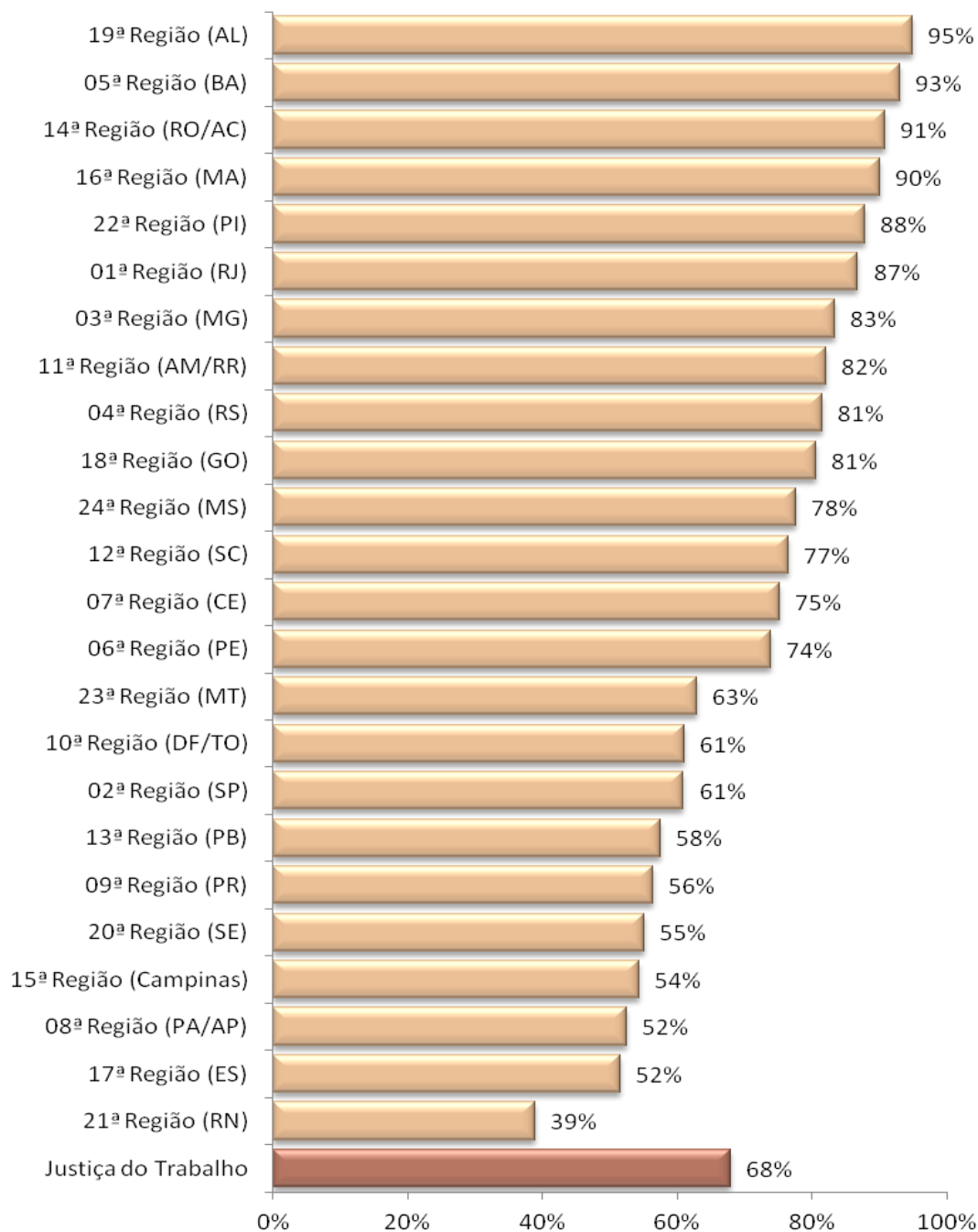
1.2.14. Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tabela 1.32 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	m ² Util - Área útil em metros quadrados	m ² Total - Área total em metros quadrados	Dm ² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)
01ª Região (RJ)	98.461	113.396	87%
02ª Região (SP)	146.565	240.405	61%
03ª Região (MG)	103.095	123.714	83%
04ª Região (RS)	98.449	120.804	81%
05ª Região (BA)	57.973	62.302	93%
06ª Região (PE)	53.354	72.254	74%
07ª Região (CE)	35.979	47.819	75%
08ª Região (PA/AP)	35.663	68.012	52%
09ª Região (PR)	81.213	144.174	56%
10ª Região (DF/TO)	33.925	55.544	61%
11ª Região (AM/RR)	23.471	28.599	82%
12ª Região (SC)	53.740	70.191	77%
13ª Região (PB)	26.942	46.840	58%
14ª Região (RO/AC)	26.575	29.254	91%
15ª Região (Campinas)	128.929	237.420	54%
16ª Região (MA)	27.073	30.051	90%
17ª Região (ES)	17.344	33.668	52%
18ª Região (GO)	27.121	33.624	81%
19ª Região (AL)	18.763	19.756	95%
20ª Região (SE)	17.959	32.577	55%
21ª Região (RN)	29.459	75.658	39%
22ª Região (PI)	12.307	14.009	88%
23ª Região (MT)	30.187	47.970	63%
24ª Região (MS)	17.311	22.312	78%
Justiça do Trabalho	1.201.858	1.770.353	68%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.32 Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)



Glossário:

Dm² - Área Útil em relação à Área Total (em metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número de metros quadrados de área útil em relação à área total existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Dm^2 = m^2_{\text{util}} / m^2_{\text{total}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- m²Util - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.
- m²Total - Área total em metros quadrados: A área total de todos os prédios dos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins, existente no final do ano-base.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

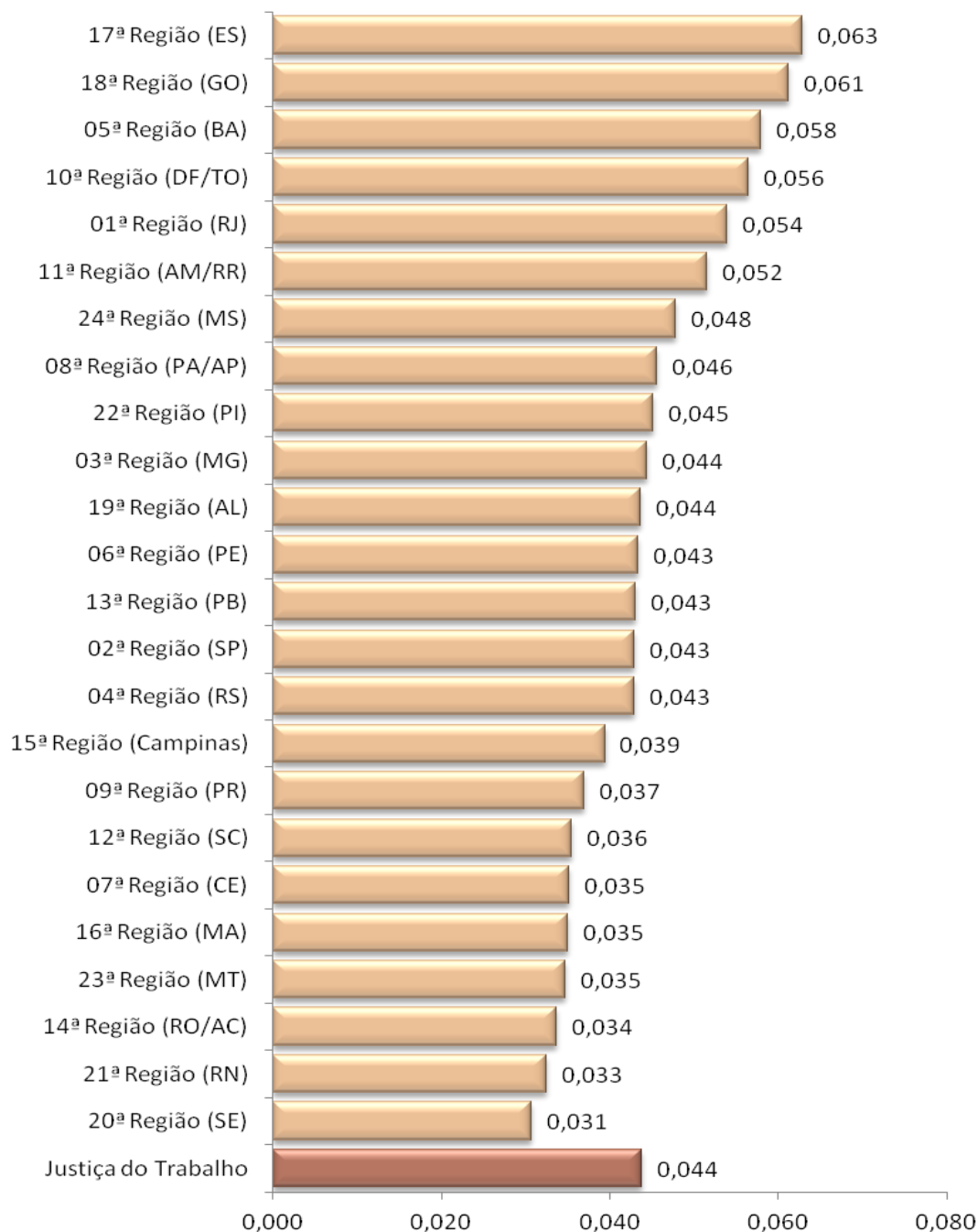
1.2.15. Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tabela 1.33 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Tribunal Regional do Trabalho	FTT - Força de Trabalho Total de Servidores e Magistrados	m ² Util - Área útil em metros quadrados	Pm ² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)
01ª Região (RJ)	5.308	98.461	0,054
02ª Região (SP)	6.287	146.565	0,043
03ª Região (MG)	4.579	103.095	0,044
04ª Região (RS)	4.223	98.449	0,043
05ª Região (BA)	3.363	57.973	0,058
06ª Região (PE)	2.315	53.354	0,043
07ª Região (CE)	1.264	35.979	0,035
08ª Região (PA/AP)	1.624	35.663	0,046
09ª Região (PR)	2.998	81.213	0,037
10ª Região (DF/TO)	1.914	33.925	0,056
11ª Região (AM/RR)	1.209	23.471	0,052
12ª Região (SC)	1.909	53.740	0,036
13ª Região (PB)	1.159	26.942	0,043
14ª Região (RO/AC)	895	26.575	0,034
15ª Região (Campinas)	5.080	128.929	0,039
16ª Região (MA)	949	27.073	0,035
17ª Região (ES)	1.090	17.344	0,063
18ª Região (GO)	1.662	27.121	0,061
19ª Região (AL)	819	18.763	0,044
20ª Região (SE)	550	17.959	0,031
21ª Região (RN)	958	29.459	0,033
22ª Região (PI)	555	12.307	0,045
23ª Região (MT)	1.048	30.187	0,035
24ª Região (MS)	828	17.311	0,048
Justiça do Trabalho	52.586	1.201.858	0,044

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 1.33 Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)



Glossário:

Pm² - Força de Trabalho Total em relação à Área Útil (metros quadrados)

Finalidade: Indicar o número total de força de trabalho em atividade (incluindo servidores efetivos, auxiliares e magistrados) em relação à área útil existente nos prédios dos órgãos integrantes da estrutura de cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias no ano-base.

Fórmula: $Pm^2 = FTT / m^2_{\text{util}}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $FTT = TS + Mag$
- m^2_{Util} - Área útil em metros quadrados: A área construída (própria ou não) destinada pelos órgãos integrantes da estrutura do Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no ano-base, desconsideradas as áreas utilizadas como jardins, creche, áreas de lazer, estacionamentos e museus.

1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização.

1.2. Recursos Humanos e Recursos Físicos

1.2.16. ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

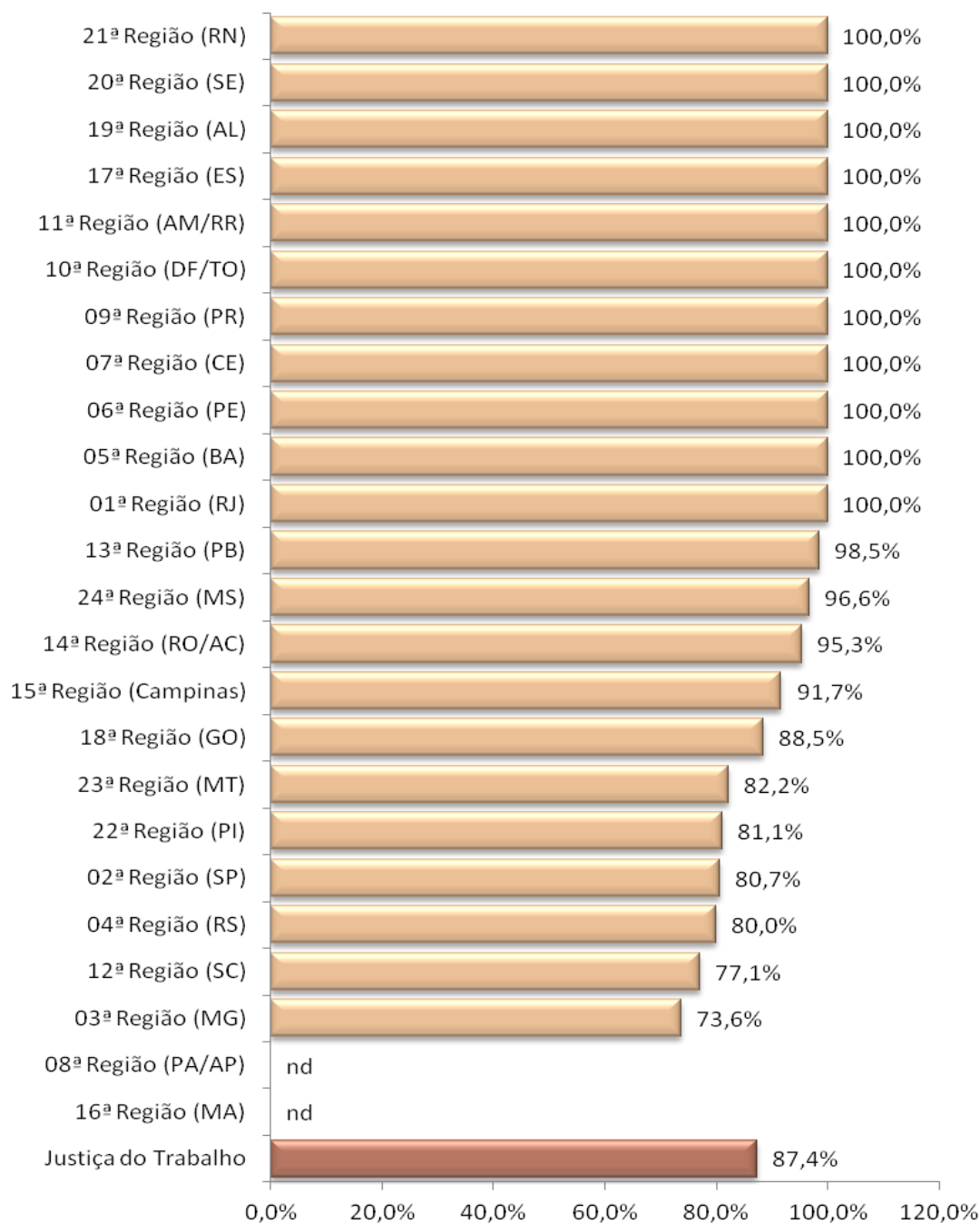
Tabela 1.34 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Tribunal Regional do Trabalho	MLUtilArq - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares	MLDispArq - Espaço disponível de arquivo em metros lineares	ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)
01ª Região (RJ)	22.048	22.048	100,0%
02ª Região (SP)	54.399	67.416	80,7%
03ª Região (MG)	27.950	37.950	73,6%
04ª Região (RS)	68.950	86.188	80,0%
05ª Região (BA)	12.917	12.917	100,0%
06ª Região (PE)	15.188	15.188	100,0%
07ª Região (CE)	3.909	3.909	100,0%
08ª Região (PA/AP)	nd	nd	nd
09ª Região (PR)	33.852	33.852	100,0%
10ª Região (DF/TO)	10.942	10.942	100,0%
11ª Região (AM/RR)	354	354	100,0%
12ª Região (SC)	5.400	7.000	77,1%
13ª Região (PB)	13.795	14.009	98,5%
14ª Região (RO/AC)	2.834	2.974	95,3%
15ª Região (Campinas)	15.627	17.041	91,7%
16ª Região (MA)	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	1.843	1.843	100,0%
18ª Região (GO)	636	719	88,5%
19ª Região (AL)	891	891	100,0%
20ª Região (SE)	1.219	1.219	100,0%
21ª Região (RN)	9.460	9.460	100,0%
22ª Região (PI)	1.920	2.368	81,1%
23ª Região (MT)	8.316	10.117	82,2%
24ª Região (MS)	9.966	10.313	96,6%
Justiça do Trabalho	322.416	368.718	87,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 1.34 ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcML - Espaço Utilizado em relação ao Espaço Disponível para Arquivamento de Processos Judiciais (metros lineares)

Finalidade: Indicar a proporção, em metros lineares, do espaço utilizado com arquivamento de processos judiciais em relação ao espaço para arquivo disponível em cada um dos Tribunais Regionais do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias. Consideram-se os documentos acondicionados na posição vertical (caixas de papelão ou de plástico, pastas "A" a "Z" ou suspensas, etc.),

Fórmula: $\text{ProcML} = \text{MLUtilArq} / \text{MLDispArq}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **MLUtilArq** - Espaço utilizado com arquivo em metros lineares: espaço utilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoadada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento × altura × largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).
- **MLDispArq** - Espaço disponível de arquivo em metros lineares: espaço disponibilizado para arquivo de processos judiciais em cada Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, no ano-base. A metragem linear tem por base o comprimento das estantes e/ou a profundidade das gavetas dos arquivos de aço. E, ainda, para a documentação empacotada, amarrada ou amontoadada utilizar-se-á a metragem cúbica, ou seja, comprimento × altura × largura das pilhas de documentos. Para conversão em metros lineares, multiplique o resultado obtido em m³ por 12 (Fonte: Arquivo Nacional).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

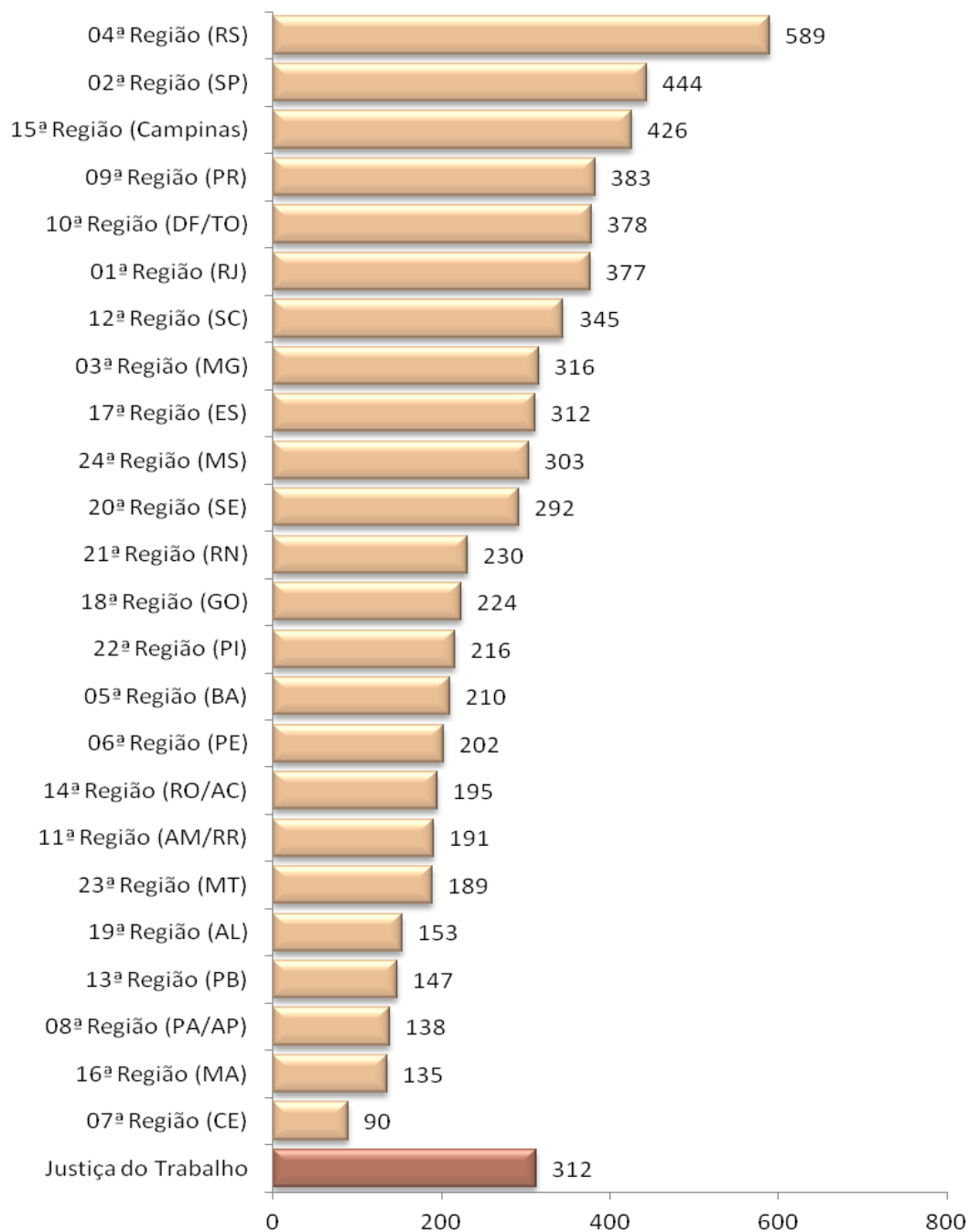
2.1.1. Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tabela 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau
01ª Região (RJ)	60.686	161	377
02ª Região (SP)	94.139	212	444
03ª Região (MG)	62.298	197	316
04ª Região (RS)	63.263	107	589
05ª Região (BA)	29.633	141	210
06ª Região (PE)	17.936	89	202
07ª Região (CE)	7.643	85	90
08ª Região (PA/AP)	11.585	84	138
09ª Região (PR)	40.232	105	383
10ª Região (DF/TO)	15.154	40	378
11ª Região (AM/RR)	7.651	40	191
12ª Região (SC)	21.780	63	345
13ª Região (PB)	5.581	38	147
14ª Região (RO/AC)	4.529	23	195
15ª Região (Campinas)	86.742	204	426
16ª Região (MA)	8.997	66	135
17ª Região (ES)	11.055	35	312
18ª Região (GO)	13.595	61	224
19ª Região (AL)	4.814	31	153
20ª Região (SE)	6.111	21	292
21ª Região (RN)	7.365	32	230
22ª Região (PI)	6.773	31	216
23ª Região (MT)	5.799	31	189
24ª Região (MS)	7.517	25	303
Justiça do Trabalho	600.878	1.924	312

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.1 - Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau



Glossário:

Ch2º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados no 2º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch2^\circ = Cn2^\circ / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

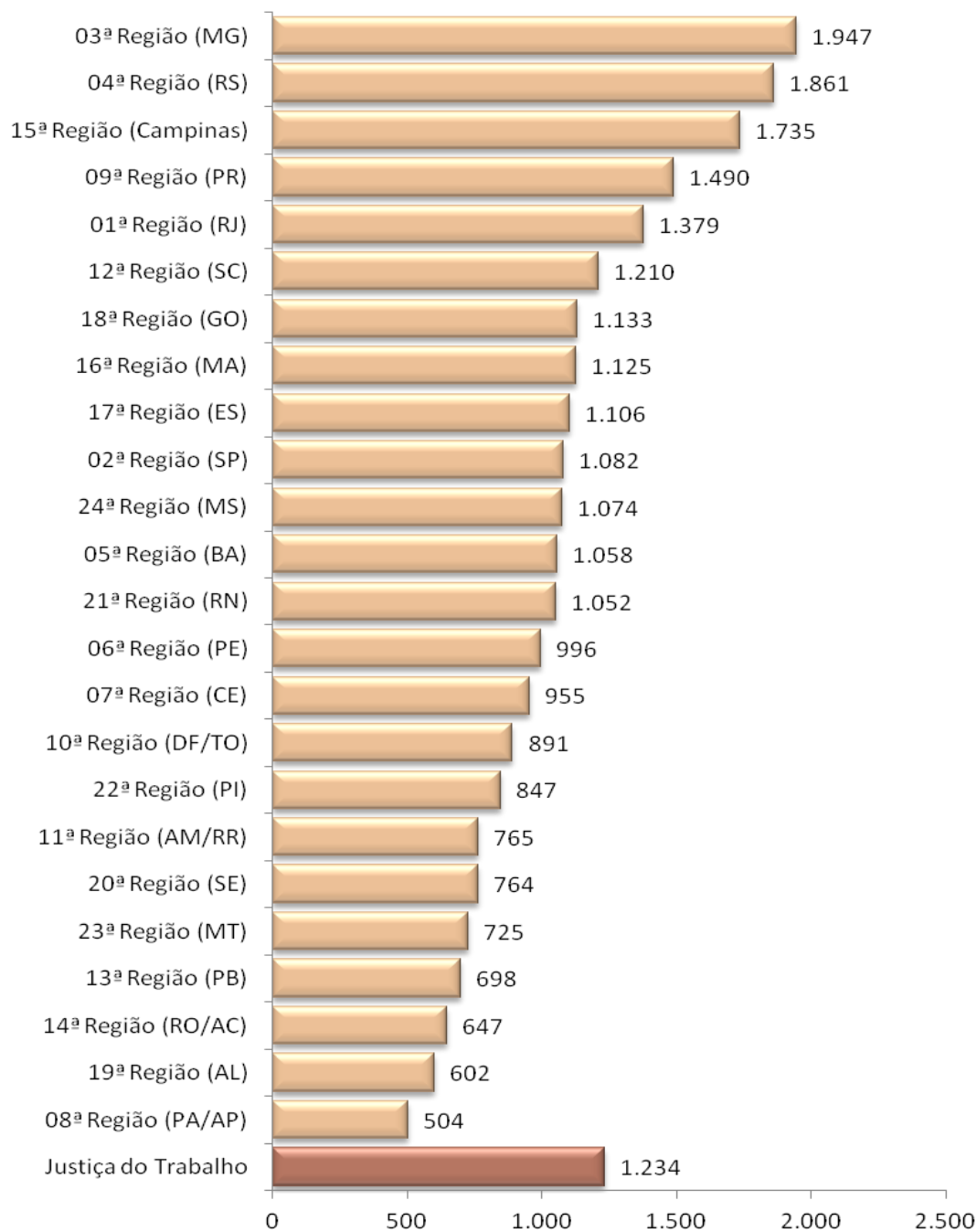
2.1.2. Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	60.686	44	1.379
02ª Região (SP)	94.139	87	1.082
03ª Região (MG)	62.298	32	1.947
04ª Região (RS)	63.263	34	1.861
05ª Região (BA)	29.633	28	1.058
06ª Região (PE)	17.936	18	996
07ª Região (CE)	7.643	8	955
08ª Região (PA/AP)	11.585	23	504
09ª Região (PR)	40.232	27	1.490
10ª Região (DF/TO)	15.154	17	891
11ª Região (AM/RR)	7.651	10	765
12ª Região (SC)	21.780	18	1.210
13ª Região (PB)	5.581	8	698
14ª Região (RO/AC)	4.529	7	647
15ª Região (Campinas)	86.742	50	1.735
16ª Região (MA)	8.997	8	1.125
17ª Região (ES)	11.055	10	1.106
18ª Região (GO)	13.595	12	1.133
19ª Região (AL)	4.814	8	602
20ª Região (SE)	6.111	8	764
21ª Região (RN)	7.365	7	1.052
22ª Região (PI)	6.773	8	847
23ª Região (MT)	5.799	8	725
24ª Região (MS)	7.517	7	1.074
Justiça do Trabalho	600.878	487	1.234

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.2 - Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

Cm2º - Casos Novos por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 2º Grau, para cada magistrado na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm2^\circ = Cn2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

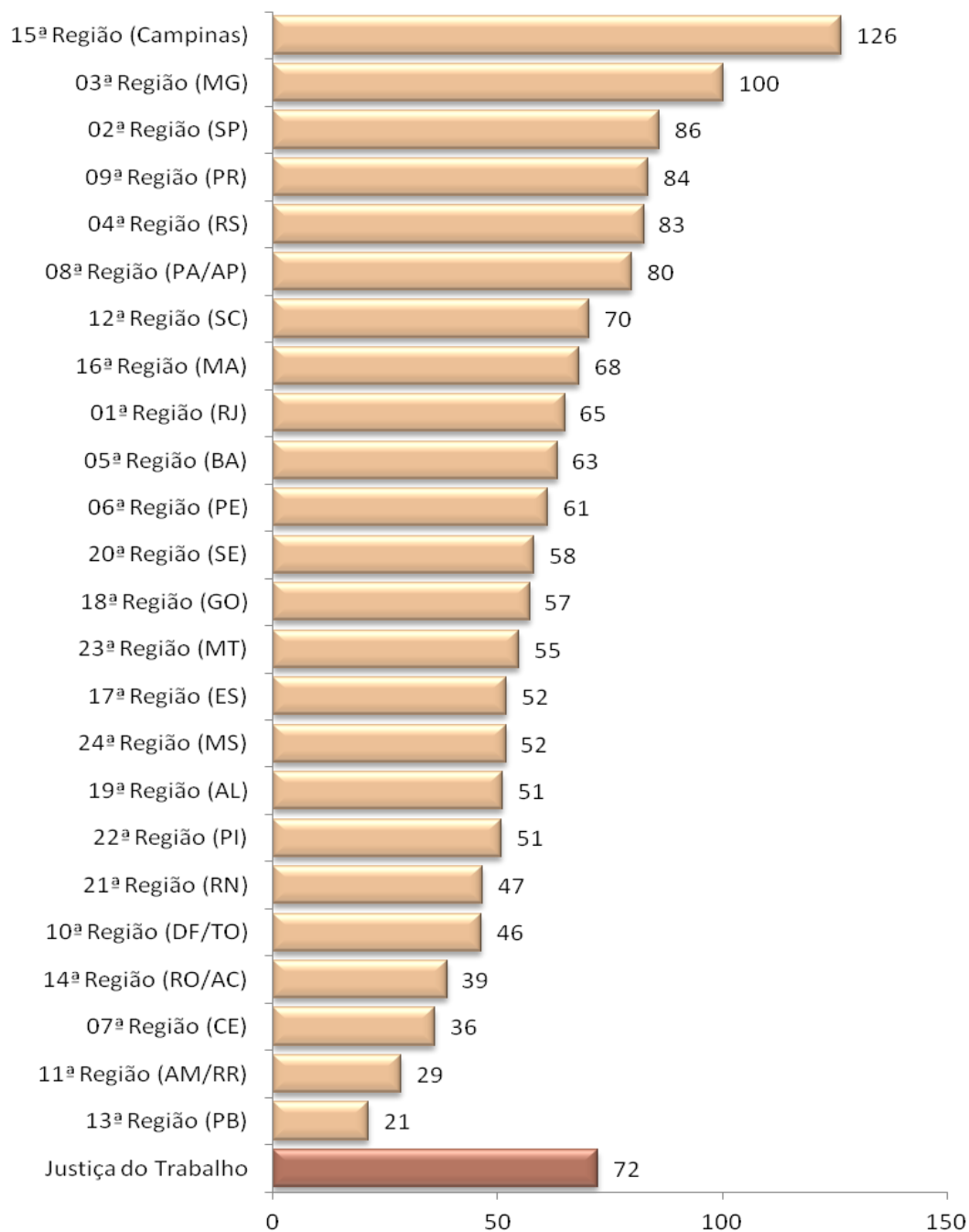
2.1.3. Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tabela 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau	Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau
01ª Região (RJ)	60.686	934	65
02ª Região (SP)	94.139	1.094	86
03ª Região (MG)	62.298	621	100
04ª Região (RS)	63.263	766	83
05ª Região (BA)	29.633	468	63
06ª Região (PE)	17.936	293	61
07ª Região (CE)	7.643	212	36
08ª Região (PA/AP)	11.585	145	80
09ª Região (PR)	40.232	481	84
10ª Região (DF/TO)	15.154	327	46
11ª Região (AM/RR)	7.651	268	29
12ª Região (SC)	21.780	309	70
13ª Região (PB)	5.581	262	21
14ª Região (RO/AC)	4.529	117	39
15ª Região (Campinas)	86.742	686	126
16ª Região (MA)	8.997	132	68
17ª Região (ES)	11.055	213	52
18ª Região (GO)	13.595	238	57
19ª Região (AL)	4.814	94	51
20ª Região (SE)	6.111	105	58
21ª Região (RN)	7.365	158	47
22ª Região (PI)	6.773	133	51
23ª Região (MT)	5.799	106	55
24ª Região (MS)	7.517	145	52
Justiça do Trabalho	600.878	8.307	72

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.3 - Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau



Glossário:

Cs2º - Casos Novos por Servidor no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados Justiça do Trabalho de 2º Grau para cada servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs2^\circ = Cn2^\circ / SaJud2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Cn2º - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- SaJud2º - Número de Servidores da Área Judiciária do 2º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária do 2º grau da Justiça do Trabalho, em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

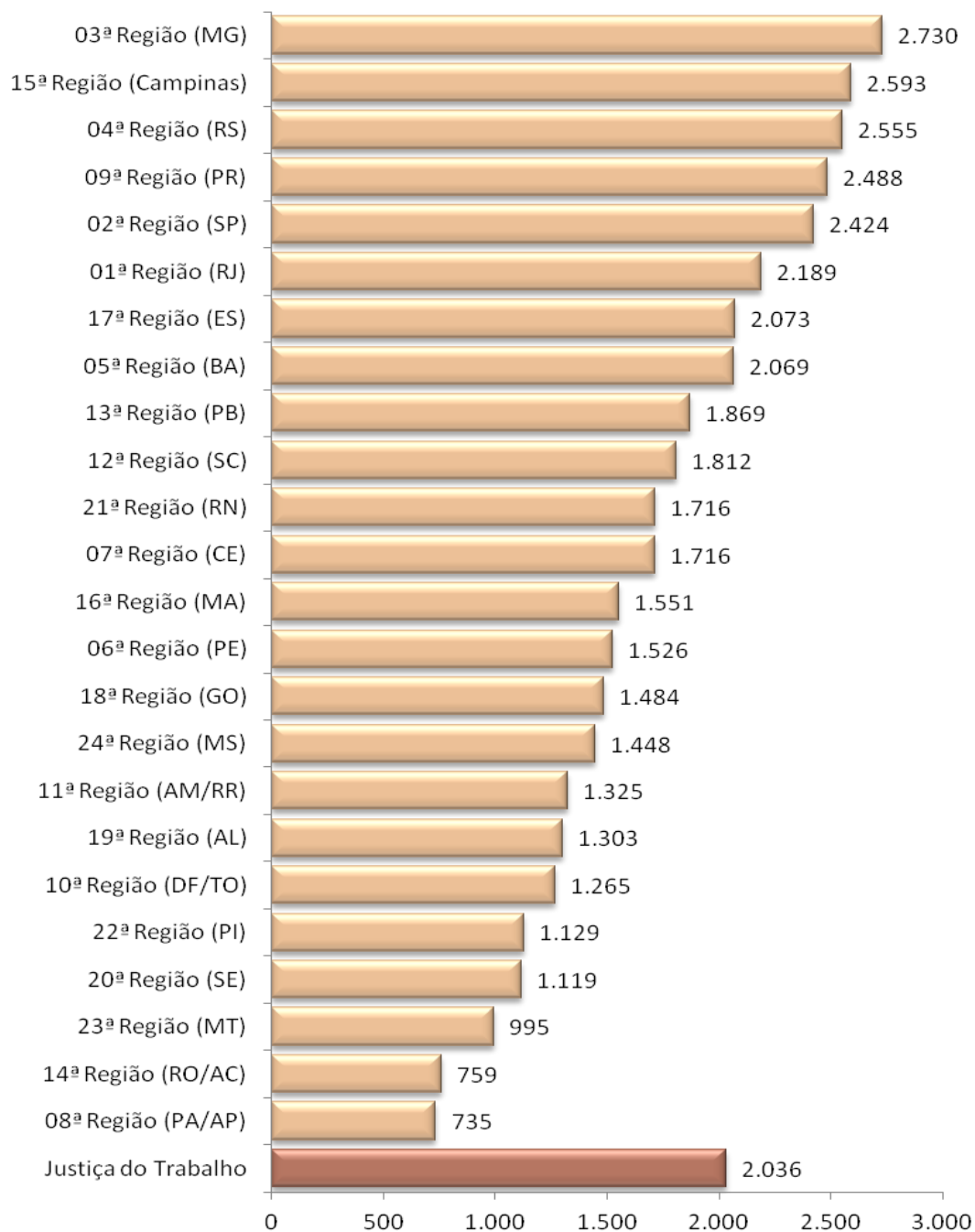
2.1.4. K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tabela 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau
01ª Região (RJ)	60.686	17.077	17.203	1.368	44	2.189
02ª Região (SP)	94.139	71.805	37.605	7.336	87	2.424
03ª Região (MG)	62.298	8.758	15.820	498	32	2.730
04ª Região (RS)	63.263	11.039	11.723	848	34	2.555
05ª Região (BA)	29.633	18.487	8.648	1.175	28	2.069
06ª Região (PE)	17.936	5.670	3.645	224	18	1.526
07ª Região (CE)	7.643	4.072	1.912	100	8	1.716
08ª Região (PA/AP)	11.585	2.958	2.215	139	23	735
09ª Região (PR)	40.232	14.763	11.388	798	27	2.488
10ª Região (DF/TO)	15.154	1.931	3.887	541	17	1.265
11ª Região (AM/RR)	7.651	3.603	1.971	28	10	1.325
12ª Região (SC)	21.780	5.327	4.998	519	18	1.812
13ª Região (PB)	5.581	6.390	1.679	1.301	8	1.869
14ª Região (RO/AC)	4.529	75	700	9	7	759
15ª Região (Campinas)	86.742	27.976	13.355	1.591	50	2.593
16ª Região (MA)	8.997	2.735	612	61	8	1.551
17ª Região (ES)	11.055	3.201	5.112	1.366	10	2.073
18ª Região (GO)	13.595	1.650	2.495	67	12	1.484
19ª Região (AL)	4.814	4.684	867	58	8	1.303
20ª Região (SE)	6.111	1.136	1.607	94	8	1.119
21ª Região (RN)	7.365	2.920	1.421	308	7	1.716
22ª Região (PI)	6.773	1.218	914	124	8	1.129
23ª Região (MT)	5.799	1.086	1.019	54	8	995
24ª Região (MS)	7.517	1.162	1.411	46	7	1.448
Justiça do Trabalho	600.878	219.723	152.207	18.653	487	2.036

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.4 - K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau



Glossário:

K2º - Carga de Trabalho dos Magistrados no 2º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados da Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $K2^\circ = (Cn2^\circ + Cp2^\circ + RInt2^\circ + RIntP2^\circ) / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **Cn2º - Casos Novos de 2º Grau:** Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau:** Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau:** Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **RIntP2º - Recursos Internos Pendentes no 2º Grau:** Saldo residual de recursos interpostos contra decisão do 2º Grau, até o final do período anterior ao período-base (semestre), para julgamento no mesmo grau de jurisdição e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre), abrangendo embargos de declaração e infringentes, os agravos regimentais, os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **Mag2º = MagP2º**

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.5. TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

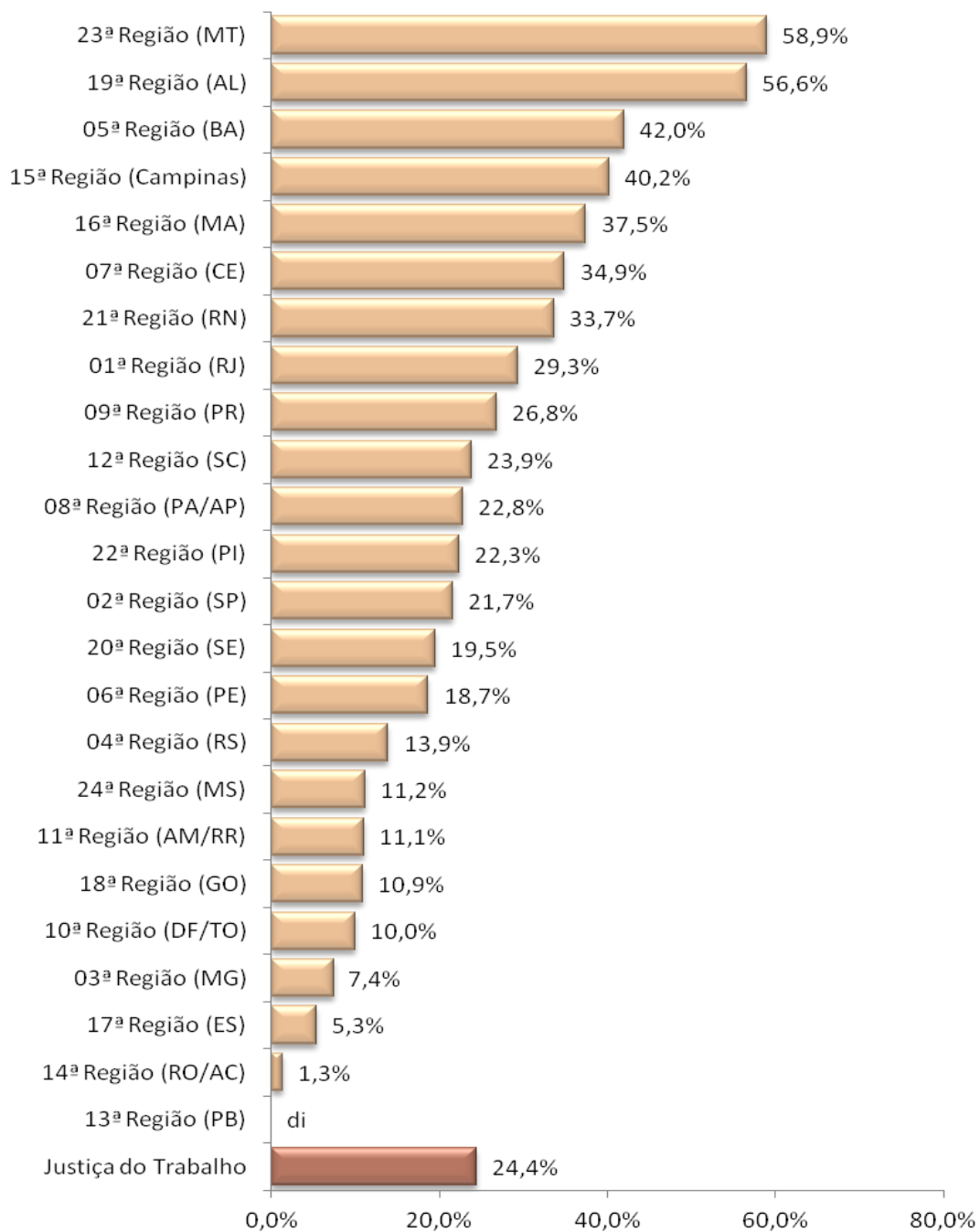
Tabela 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	Cp2º - Casos Pendentes no 2º Grau	TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau
01ª Região (RJ)	54.941	60.686	17.077	29,3%
02ª Região (SP)	130.007	94.139	71.805	21,7%
03ª Região (MG)	65.799	62.298	8.758	7,4%
04ª Região (RS)	63.959	63.263	11.039	13,9%
05ª Região (BA)	27.895	29.633	18.487	42,0%
06ª Região (PE)	19.195	17.936	5.670	18,7%
07ª Região (CE)	7.624	7.643	4.072	34,9%
08ª Região (PA/AP)	11.234	11.585	2.958	22,8%
09ª Região (PR)	40.276	40.232	14.763	26,8%
10ª Região (DF/TO)	15.372	15.154	1.931	10,0%
11ª Região (AM/RR)	10.008	7.651	3.603	11,1%
12ª Região (SC)	20.632	21.780	5.327	23,9%
13ª Região (PB)	12.418	5.581	6.390	-4%(*)
14ª Região (RO/AC)	4.543	4.529	75	1,3%
15ª Região (Campinas)	68.594	86.742	27.976	40,2%
16ª Região (MA)	7.338	8.997	2.735	37,5%
17ª Região (ES)	13.496	11.055	3.201	5,3%
18ª Região (GO)	13.589	13.595	1.650	10,9%
19ª Região (AL)	4.124	4.814	4.684	56,6%
20ª Região (SE)	5.832	6.111	1.136	19,5%
21ª Região (RN)	6.818	7.365	2.920	33,7%
22ª Região (PI)	6.209	6.773	1.218	22,3%
23ª Região (MT)	2.828	5.799	1.086	58,9%
24ª Região (MS)	7.707	7.517	1.162	11,2%
Justiça do Trabalho	620.438	600.878	219.723	24,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

(*) Dado inconsistente (di): O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Gráfico 2.5 - TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau



(*) Dado inconsistente (di): O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Glossário:

TC2º - Taxa de Congestionamento no 2º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $TC2^\circ = 1 - (TBaix2^\circ / (Cn2^\circ + Cp2^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaix2º** - Total de Processos Baixados no 2º Grau : Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.
- **Cn2º** - Casos Novos de 2º Grau: Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **Cp2º** - Casos Pendentes no 2º Grau: Saldo residual de processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

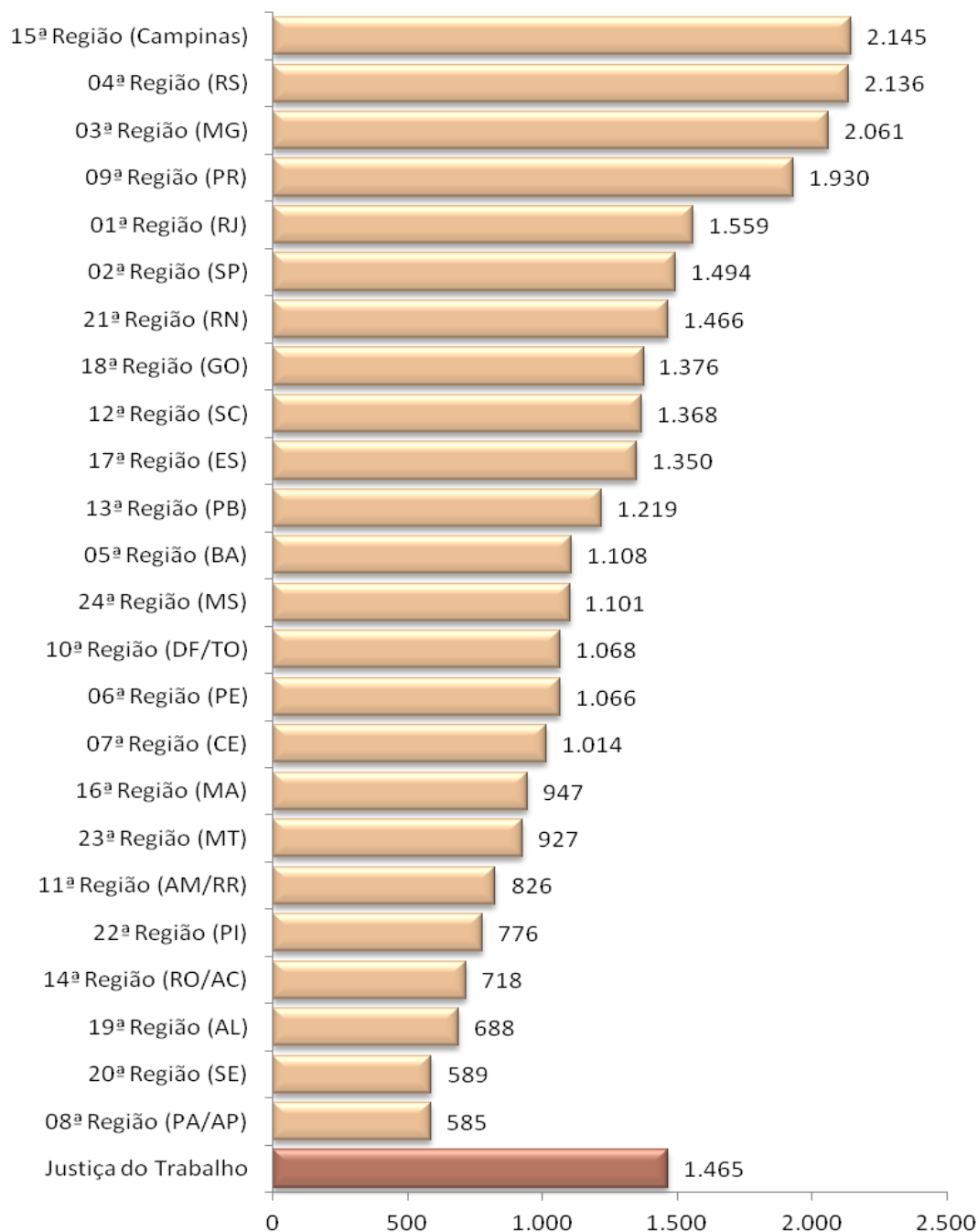
2.1.6. DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tabela 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau	Mag2º - Total de Magistrados no 2º Grau	DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau
01ª Região (RJ)	68.616	44	1.559
02ª Região (SP)	130.007	87	1.494
03ª Região (MG)	65.956	32	2.061
04ª Região (RS)	72.624	34	2.136
05ª Região (BA)	31.027	28	1.108
06ª Região (PE)	19.195	18	1.066
07ª Região (CE)	8.108	8	1.014
08ª Região (PA/AP)	13.466	23	585
09ª Região (PR)	52.117	27	1.930
10ª Região (DF/TO)	18.148	17	1.068
11ª Região (AM/RR)	8.263	10	826
12ª Região (SC)	24.624	18	1.368
13ª Região (PB)	9.749	8	1.219
14ª Região (RO/AC)	5.023	7	718
15ª Região (Campinas)	107.236	50	2.145
16ª Região (MA)	7.576	8	947
17ª Região (ES)	13.496	10	1.350
18ª Região (GO)	16.507	12	1.376
19ª Região (AL)	5.503	8	688
20ª Região (SE)	4.711	8	589
21ª Região (RN)	10.264	7	1.466
22ª Região (PI)	6.209	8	776
23ª Região (MT)	7.414	8	927
24ª Região (MS)	7.707	7	1.101
Justiça do Trabalho	713.546	487	1.465

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.6 - DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau



Glossário:

DTM2º - Decisões Terminativas de Processo por Magistrado no 2º Grau

Finalidade: Indicar a média de decisões terminativas de processo por Magistrado de 2º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $DTM2^\circ = Dec2^\circ / Mag2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dec2º - Decisões que põem fim à relação processual no 2º Grau: Todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º Grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração no período-base (semestre). Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as decisões nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º Grau.
- $Mag2^\circ = MagP2^\circ$

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

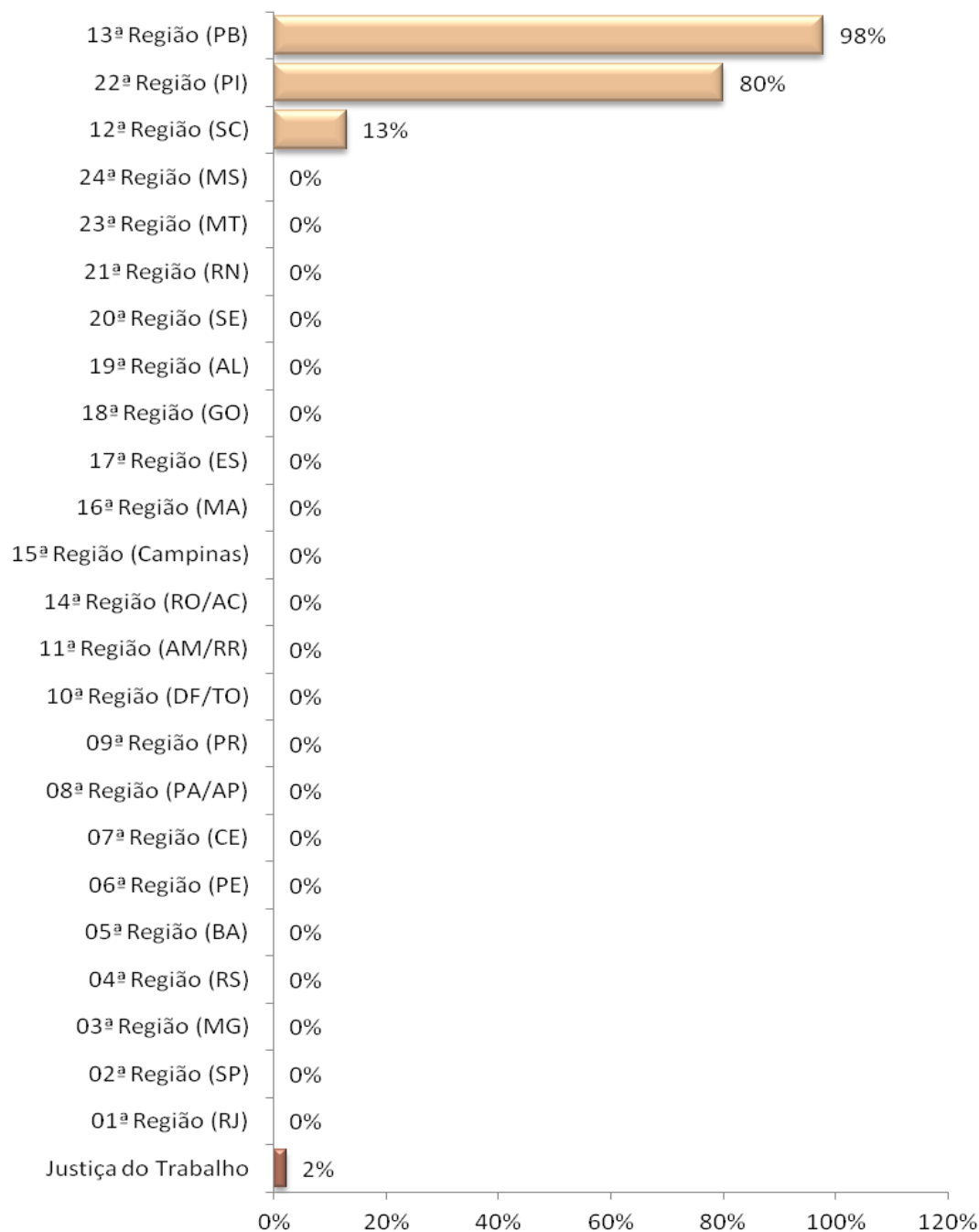
2.1.7. ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tabela 2.7 - ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau
01ª Região (RJ)	0	60.686	0%
02ª Região (SP)	0	94.139	0%
03ª Região (MG)	0	62.298	0%
04ª Região (RS)	0	63.263	0%
05ª Região (BA)	0	29.633	0%
06ª Região (PE)	0	17.936	0%
07ª Região (CE)	0	7.643	0%
08ª Região (PA/AP)	0	11.585	0%
09ª Região (PR)	0	40.232	0%
10ª Região (DF/TO)	0	15.154	0%
11ª Região (AM/RR)	0	7.651	0%
12ª Região (SC)	2.823	21.780	13%
13ª Região (PB)	5.465	5.581	98%
14ª Região (RO/AC)	0	4.529	0%
15ª Região (Campinas)	0	86.742	0%
16ª Região (MA)	0	8.997	0%
17ª Região (ES)	0	11.055	0%
18ª Região (GO)	0	13.595	0%
19ª Região (AL)	0	4.814	0%
20ª Região (SE)	0	6.111	0%
21ª Região (RN)	0	7.365	0%
22ª Região (PI)	5.424	6.773	80%
23ª Região (MT)	0	5.799	0%
24ª Região (MS)	0	7.517	0%
Justiça do Trabalho	13.712	600.878	2%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.7 - ProcEIJ2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau



Glossário:

ProcEI2º - Índice de Processos Eletrônicos no 2º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 2º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI2º} = \text{CnElet2º} / \text{Cn2º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **CnElet2º - Casos Novos Eletrônicos no 2º Grau:** Os processos eletrônicos, originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que ingressaram na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos de 2º Grau.
- **Cn2º - Casos Novos de 2º Grau:** Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

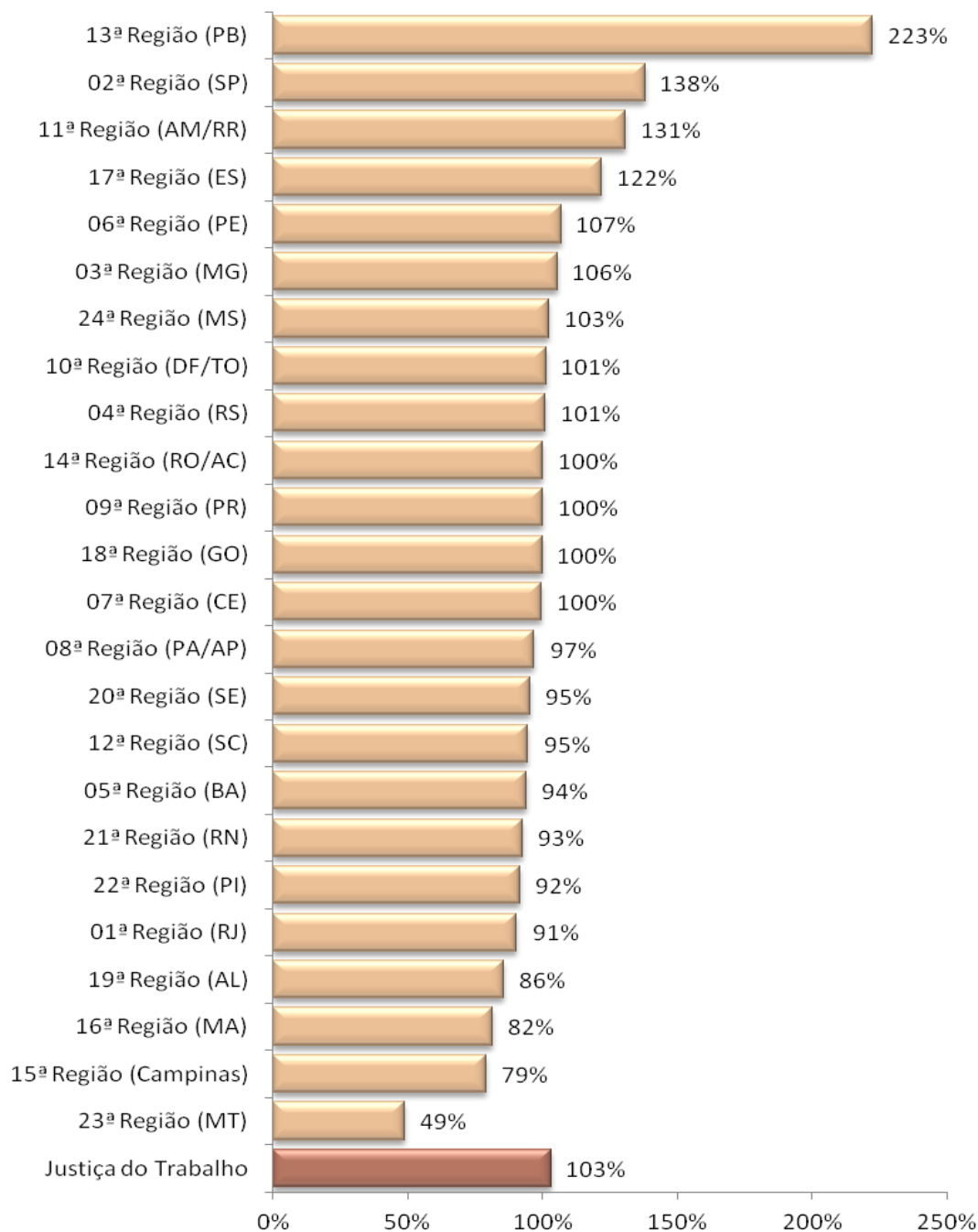
2.1.8. TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tabela 2.8 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau	Cn2º - Casos Novos de 2º Grau	TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau
01ª Região (RJ)	54.941	60.686	91%
02ª Região (SP)	130.007	94.139	138%
03ª Região (MG)	65.799	62.298	106%
04ª Região (RS)	63.959	63.263	101%
05ª Região (BA)	27.895	29.633	94%
06ª Região (PE)	19.195	17.936	107%
07ª Região (CE)	7.624	7.643	100%
08ª Região (PA/AP)	11.234	11.585	97%
09ª Região (PR)	40.276	40.232	100%
10ª Região (DF/TO)	15.372	15.154	101%
11ª Região (AM/RR)	10.008	7.651	131%
12ª Região (SC)	20.632	21.780	95%
13ª Região (PB)	12.418	5.581	223%
14ª Região (RO/AC)	4.543	4.529	100%
15ª Região (Campinas)	68.594	86.742	79%
16ª Região (MA)	7.338	8.997	82%
17ª Região (ES)	13.496	11.055	122%
18ª Região (GO)	13.589	13.595	100%
19ª Região (AL)	4.124	4.814	86%
20ª Região (SE)	5.832	6.111	95%
21ª Região (RN)	6.818	7.365	93%
22ª Região (PI)	6.209	6.773	92%
23ª Região (MT)	2.828	5.799	49%
24ª Região (MS)	7.707	7.517	103%
Justiça do Trabalho	620.438	600.878	103%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.8 - TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau



Glossário:

TbCn2º - Processos Baixados por Caso Novo no 2º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos baixados em relação ao total de casos novos no 2º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $TbCn2^\circ = TBaix2^\circ / Cn2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaix2º - Total de Processos Baixados no 2º Grau :** Os processos originários e em grau de recurso oriundos de instância inferior, que foram baixados pela Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores ou inferiores; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável Cn2º - Casos Novos no 2º grau.

- **Cn2º - Casos Novos de 2º Grau:** Os processos originários e os em grau de recurso oriundos de instância inferior que foram protocolizados e interpostos para julgamento na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os recursos internos (embargos de declaração, agravo regimental, agravo do art. 557 do CPC), as cartas precatórias, de ordem e rogatórias recebidas, os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's), os recursos destinados aos tribunais superiores e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

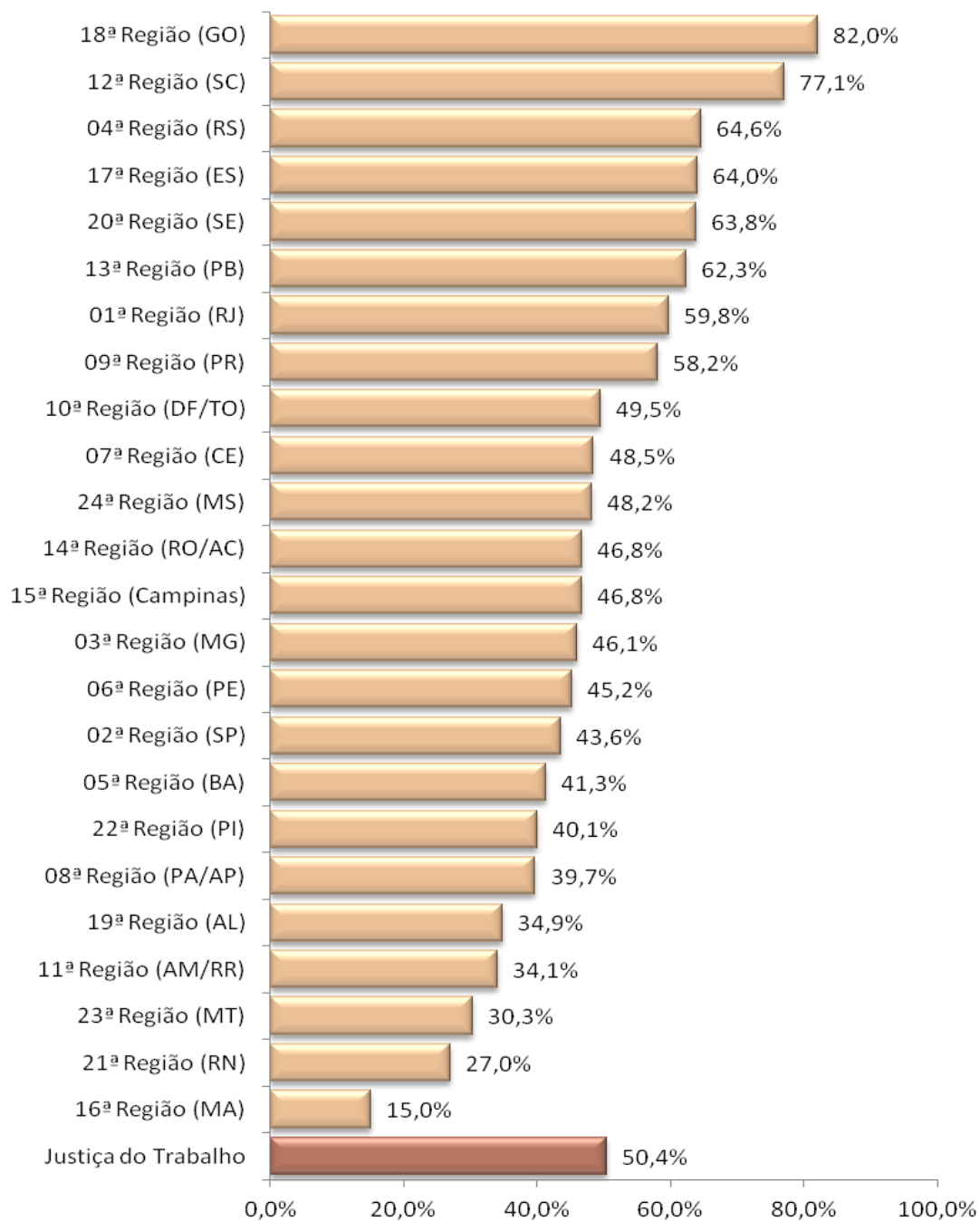
2.1.9. Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tabela 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rsup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau	Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau	Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau
01ª Região (RJ)	31.425	52.533	59,8%
02ª Região (SP)	57.429	131.734	43,6%
03ª Região (MG)	29.687	64.451	46,1%
04ª Região (RS)	33.741	52.271	64,6%
05ª Região (BA)	12.023	29.095	41,3%
06ª Região (PE)	7.856	17.391	45,2%
07ª Região (CE)	3.960	8.166	48,5%
08ª Região (PA/AP)	4.547	11.439	39,7%
09ª Região (PR)	22.719	39.065	58,2%
10ª Região (DF/TO)	8.334	16.836	49,5%
11ª Região (AM/RR)	2.876	8.443	34,1%
12ª Região (SC)	14.529	18.853	77,1%
13ª Região (PB)	5.928	9.516	62,3%
14ª Região (RO/AC)	1.983	4.239	46,8%
15ª Região (Campinas)	33.947	72.576	46,8%
16ª Região (MA)	993	6.606	15,0%
17ª Região (ES)	7.066	11.047	64,0%
18ª Região (GO)	11.741	14.310	82,0%
19ª Região (AL)	1.507	4.323	34,9%
20ª Região (SE)	3.720	5.830	63,8%
21ª Região (RN)	2.476	9.179	27,0%
22ª Região (PI)	2.506	6.255	40,1%
23ª Região (MT)	1.772	5.847	30,3%
24ª Região (MS)	3.609	7.495	48,2%
Justiça do Trabalho	306.374	607.500	50,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.9 - Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau



Glossário:

Rx2º - Recorribilidade Externa de 2º grau

Finalidade: Indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores em relação ao número de acórdãos publicados pelos Tribunais Regionais do Trabalho passíveis de recurso no período-base (semestre).

Fórmula: $Rx2^\circ = Rsup2^\circ / Apublic2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Rsup2º - Recursos à Instância Superior no 2º Grau: Os recursos interpostos de acórdãos em processos judiciais de Tribunais de 2º Grau e endereçados aos Tribunais Superiores no período-base (semestre).
- Apublic2º - Acórdãos Publicados no 2º Grau: Os acórdãos em processos judiciais publicados pelo tribunal de 2º Grau passíveis de recurso para os Tribunais Superiores no período-base (semestre), excluídos os acórdãos proferidos em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.10. RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Tabela 2.10 - RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

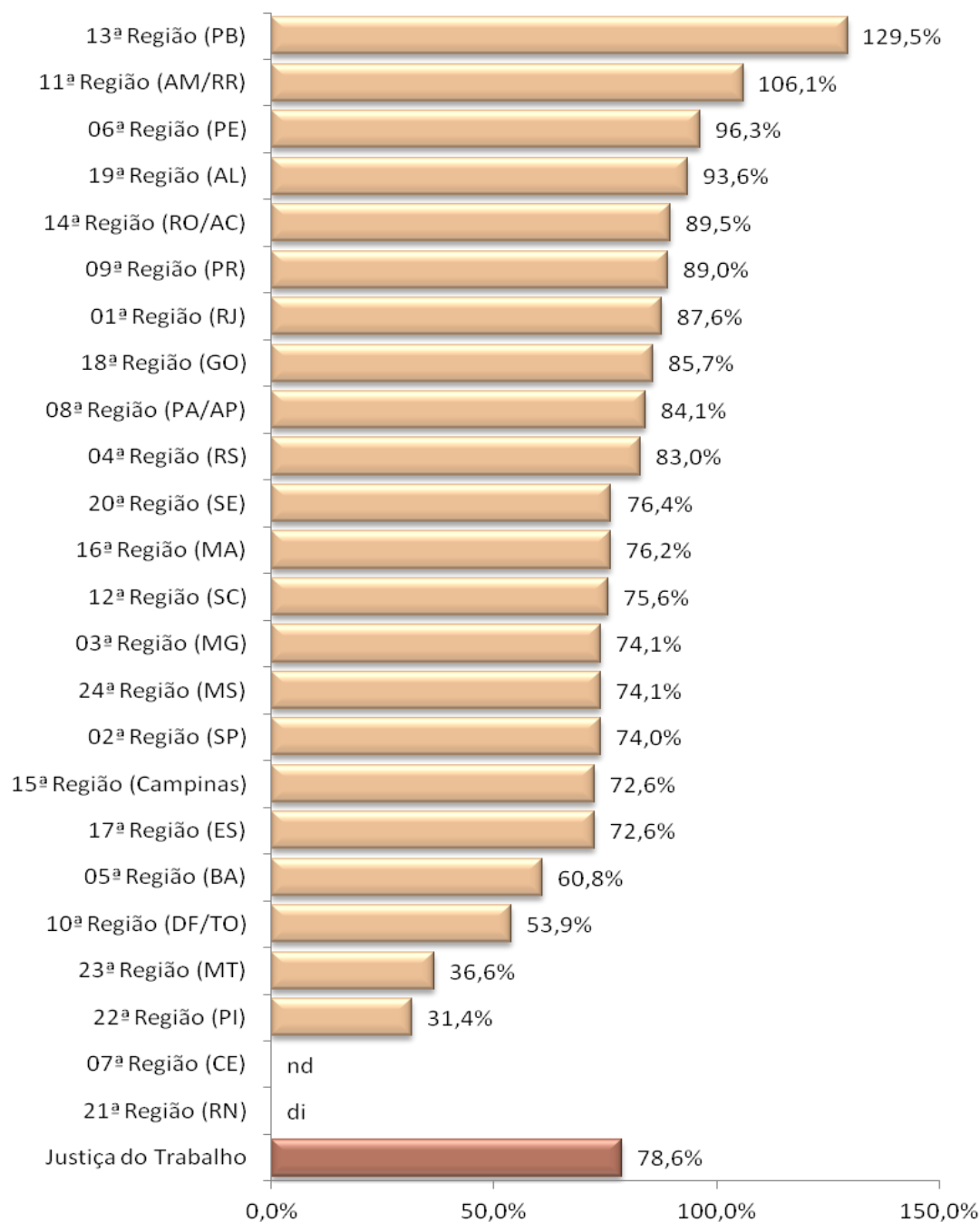
Tribunal Regional do Trabalho	AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST	DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST	RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST
01ª Região (RJ)	14.981	17.094	87,6%
02ª Região (SP)	27.755	37.512	74,0%
03ª Região (MG)	17.158	23.154	74,1%
04ª Região (RS)	16.448	19.805	83,0%
05ª Região (BA)	5.897	9.706	60,8%
06ª Região (PE)	6.260	6.501	96,3%
07ª Região (CE)	nd	2.899	nd
08ª Região (PA/AP)	3.484	4.141	84,1%
09ª Região (PR)	6.759	7.596	89,0%
10ª Região (DF/TO)	4.048	7.512	53,9%
11ª Região (AM/RR)	2.646	2.495	106,1%
12ª Região (SC)	5.042	6.665	75,6%
13ª Região (PB)	2.736	2.112	129,5%
14ª Região (RO/AC)	1.683	1.880	89,5%
15ª Região (Campinas)	12.194	16.794	72,6%
16ª Região (MA)	680	892	76,2%
17ª Região (ES)	2.352	3.241	72,6%
18ª Região (GO)	5.282	6.162	85,7%
19ª Região (AL)	1.314	1.404	93,6%
20ª Região (SE)	1.150	1.506	76,4%
21ª Região (RN)	2.161	40	5403%(*)
22ª Região (PI)	505	1.606	31,4%
23ª Região (MT)	538	1.468	36,6%
24ª Região (MS)	1.783	2.407	74,1%
Justiça do Trabalho	142.856	184.592	78,6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(*) Dado inconsistente (di): Valor apresentado está muito acima da média da Justiça.

Gráfico 2.10 - RxAl2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(*) Dado inconsistente (di): Valor apresentado está muito acima da média da Justiça.

Glossário:

RxAI2º - Recorribilidade Externa de Agravo de Instrumento para o TST

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravo de instrumento interpostos ao Tribunal Superior do Trabalho em relação ao número de decisões denegatórias de seguimento a recursos proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $RxAI2^\circ = AI2^\circ / DA2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AI2º - Agravos às Decisões Denegatórias de Admissibilidade de Recurso de Revista e Recurso Ordinário para o TST: Os recursos de agravos de instrumento interpostos contra as decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de admissibilidade de recursos para o TST (de revista e recurso ordinário) no período-base (semestre).
- DA2º - Decisões denegatórias de admissibilidade de Recurso de Revista e de Recurso Ordinário para o TST: O número de decisões proferidas pela Justiça do Trabalho de 2º Grau denegatórias de seguimento a recursos de revista e a recursos ordinários para o TST no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

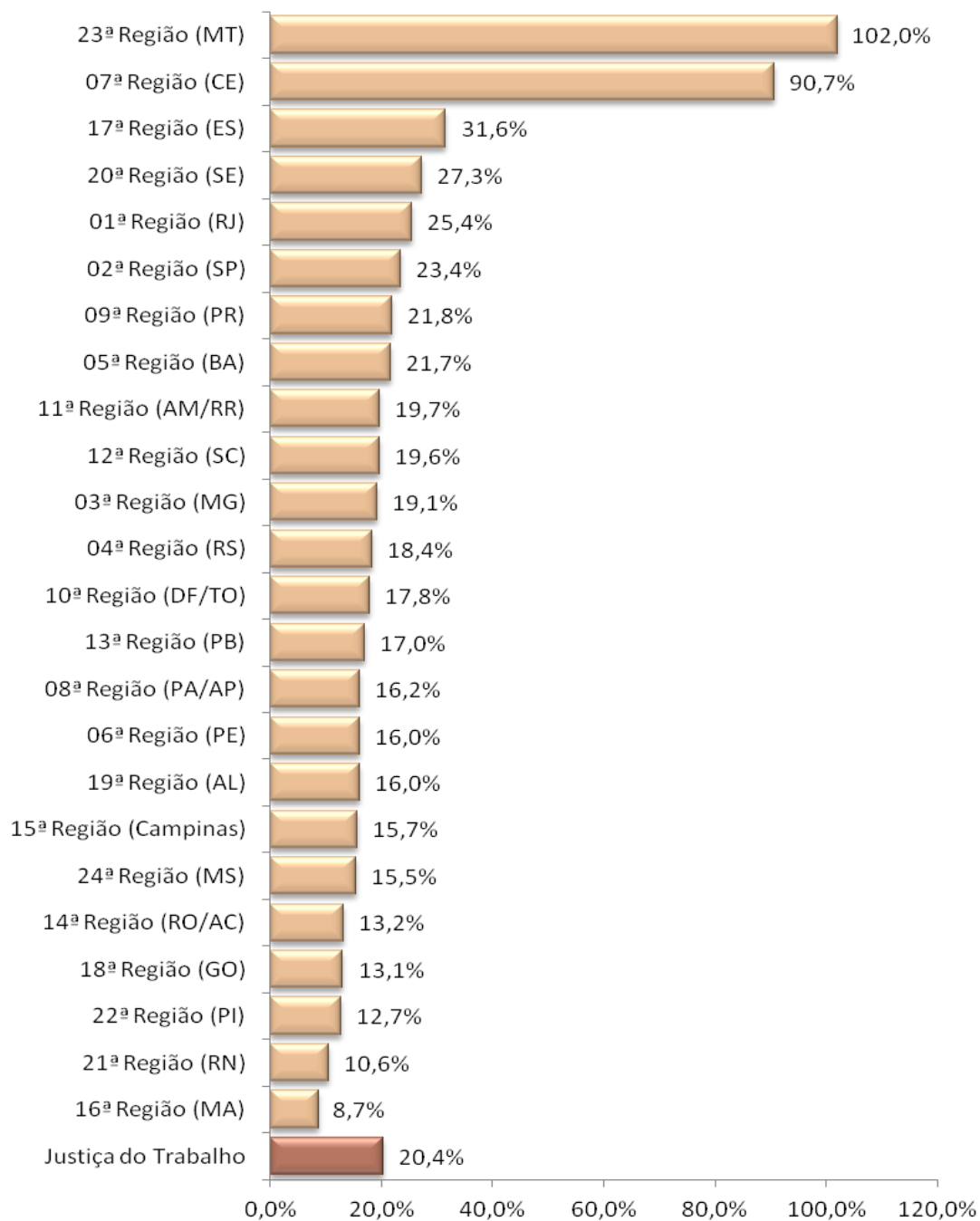
2.1.11. Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tabela 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau	DeRInt2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau
01ª Região (RJ)	17.203	67.644	25,4%
02ª Região (SP)	37.605	160.867	23,4%
03ª Região (MG)	15.820	82.658	19,1%
04ª Região (RS)	11.723	63.857	18,4%
05ª Região (BA)	8.648	39.777	21,7%
06ª Região (PE)	3.645	22.767	16,0%
07ª Região (CE)	1.912	2.109	90,7%
08ª Região (PA/AP)	2.215	13.702	16,2%
09ª Região (PR)	11.388	52.194	21,8%
10ª Região (DF/TO)	3.887	21.840	17,8%
11ª Região (AM/RR)	1.971	10.008	19,7%
12ª Região (SC)	4.998	25.510	19,6%
13ª Região (PB)	1.679	9.895	17,0%
14ª Região (RO/AC)	700	5.291	13,2%
15ª Região (Campinas)	13.355	85.276	15,7%
16ª Região (MA)	612	7.074	8,7%
17ª Região (ES)	5.112	16.173	31,6%
18ª Região (GO)	2.495	19.092	13,1%
19ª Região (AL)	867	5.422	16,0%
20ª Região (SE)	1.607	5.889	27,3%
21ª Região (RN)	1.421	13.458	10,6%
22ª Região (PI)	914	7.196	12,7%
23ª Região (MT)	1.019	999	102,0%
24ª Região (MS)	1.411	9.097	15,5%
Justiça do Trabalho	152.207	747.795	20,4%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.11 - Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau



Glossário:

Rin2º - Recorribilidade Interna de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos internos interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $Rin2^\circ = RInt2^\circ / DeRint2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RInt2º - Recursos Internos no 2º Grau:** Os recursos interpostos de decisão de 2º Grau para julgamento no mesmo grau de jurisdição, no período-base (semestre), abrangendo os embargos de declaração, os agravos regimentais e os agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais.
- **DeRint2º - Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau:** As decisões, colegiadas e monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, das quais caiba recurso (embargos de declaração, agravos regimentais, agravos do art. 557 do CPC e outros recursos regimentais) para o próprio Tribunal no período-base (semestre), incluídas as decisões proferidas nestes recursos.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

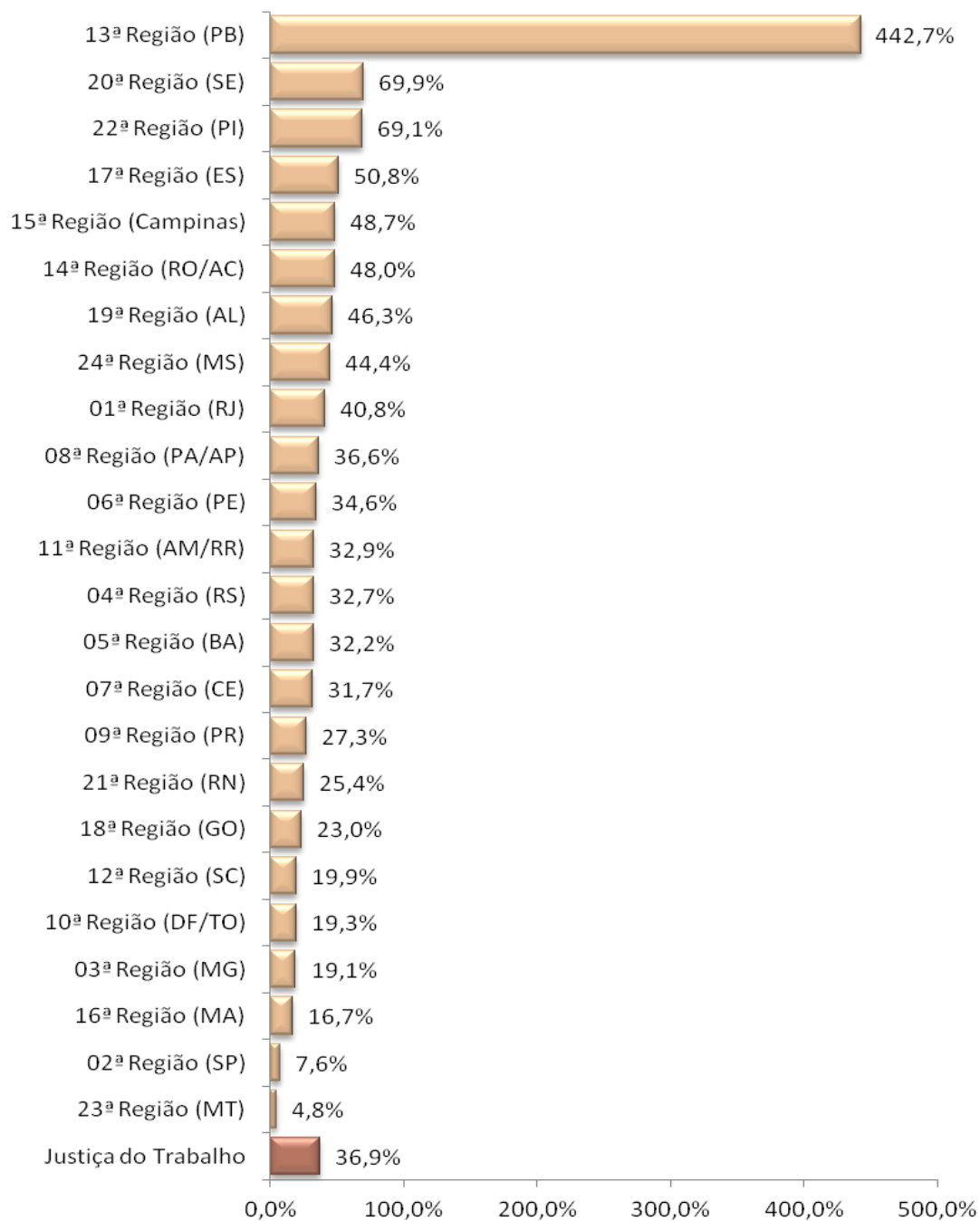
2.1.12. Rin2ª - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Tabela 2.12 - Rin2ª - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Ag2º - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau	DeMono2º - Decisões Monocráticas no 2º Grau	Rin2ª - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau
01ª Região (RJ)	662	1.623	40,8%
02ª Região (SP)	229	2.997	7,6%
03ª Região (MG)	235	1.233	19,1%
04ª Região (RS)	373	1.139	32,7%
05ª Região (BA)	358	1.111	32,2%
06ª Região (PE)	147	425	34,6%
07ª Região (CE)	97	306	31,7%
08ª Região (PA/AP)	226	617	36,6%
09ª Região (PR)	187	686	27,3%
10ª Região (DF/TO)	174	901	19,3%
11ª Região (AM/RR)	246	748	32,9%
12ª Região (SC)	169	849	19,9%
13ª Região (PB)	1.678	379	442,7%
14ª Região (RO/AC)	301	627	48,0%
15ª Região (Campinas)	683	1.403	48,7%
16ª Região (MA)	62	371	16,7%
17ª Região (ES)	123	242	50,8%
18ª Região (GO)	149	647	23,0%
19ª Região (AL)	37	80	46,3%
20ª Região (SE)	58	83	69,9%
21ª Região (RN)	61	240	25,4%
22ª Região (PI)	38	55	69,1%
23ª Região (MT)	19	394	4,8%
24ª Região (MS)	72	162	44,4%
Justiça do Trabalho	6.384	17.318	36,9%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.12 - Rin2ª - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau



Glossário:

Rin2ºa - Recorribilidade Interna de Decisão Monocrática de 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos de agravos (regimentais ou do art. 557 do CPC) interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas proferidas pelo 2º Grau da Justiça do Trabalho.

Fórmula: $Rin2ºa = Ag2º / DeMono2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ag2º - Agravos de Recursos e Agravos do art. 557 de 2º Grau: Os Agravos Regimentais e os Agravos do art. 557 interpostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os agravos regimentais em decisões correicionais.
- DeMono2º - Decisões Monocráticas no 2º Grau: As decisões monocráticas proferidas na Justiça do Trabalho de 2º Grau que solucionem processos originários ou recursos no período-base (semestre). Devem ser excluídas as decisões de natureza correicionais.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

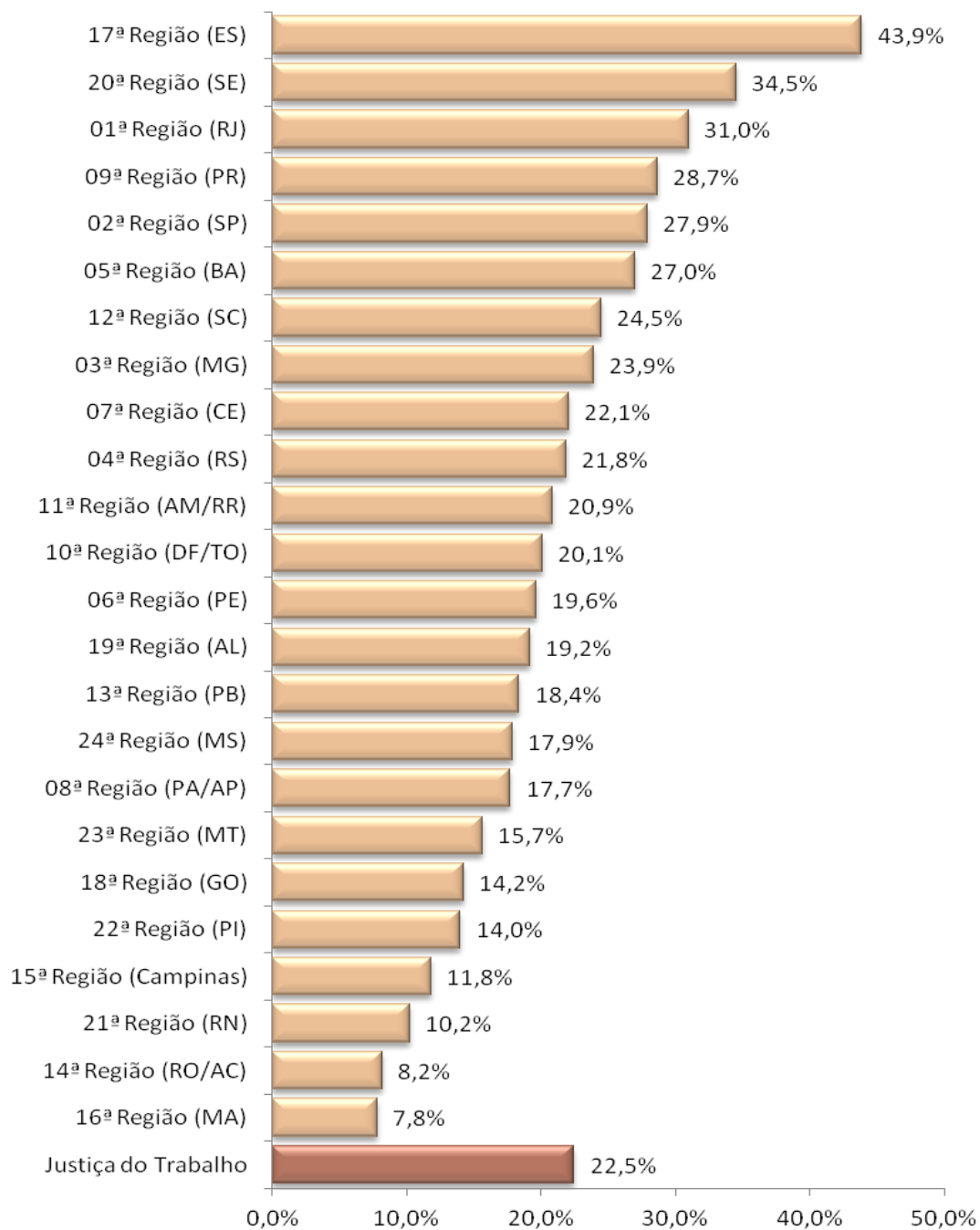
2.1.13. Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Tabela 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau	DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas	Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau
01ª Região (RJ)	16.530	53.312	31,0%
02ª Região (SP)	37.447	134.283	27,9%
03ª Região (MG)	15.559	65.111	23,9%
04ª Região (RS)	11.415	52.271	21,8%
05ª Região (BA)	8.148	30.206	27,0%
06ª Região (PE)	3.498	17.816	19,6%
07ª Região (CE)	1.815	8.227	22,1%
08ª Região (PA/AP)	2.028	11.439	17,7%
09ª Região (PR)	11.201	39.065	28,7%
10ª Região (DF/TO)	3.713	18.495	20,1%
11ª Região (AM/RR)	1.725	8.263	20,9%
12ª Região (SC)	4.829	19.702	24,5%
13ª Região (PB)	1.515	8.240	18,4%
14ª Região (RO/AC)	399	4.861	8,2%
15ª Região (Campinas)	12.672	107.236	11,8%
16ª Região (MA)	554	7.063	7,8%
17ª Região (ES)	4.989	11.367	43,9%
18ª Região (GO)	2.346	16.507	14,2%
19ª Região (AL)	830	4.323	19,2%
20ª Região (SE)	1.549	4.489	34,5%
21ª Região (RN)	1.368	13.414	10,2%
22ª Região (PI)	876	6.255	14,0%
23ª Região (MT)	832	5.308	15,7%
24ª Região (MS)	1.339	7.495	17,9%
Justiça do Trabalho	147.177	654.748	22,5%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.13 - Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau



Glossário:

Rin2ºb - Recorribilidade Interna de Embargos de Declaração no 2º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos no 2º Grau em relação ao número de decisões monocráticas ou colegiadas proferidas pelo 2º Grau.

Fórmula: $Rin2ºb = ED2º / DePub2º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Ed2º - Embargos de Declaração no 2º Grau: Os embargos de declaração opostos na Justiça do Trabalho de 2º Grau para julgamento no período-base (semestre).
- DePub2º - Decisões no 2º Grau Publicadas: As decisões, colegiadas ou monocráticas, proferidas no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau, publicadas no período-base (semestre). Excluem-se as decisões proferidas em embargos de declaração.

2. Litigiosidade.

2.1. Litigiosidade de 2º grau

2.1.14. Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

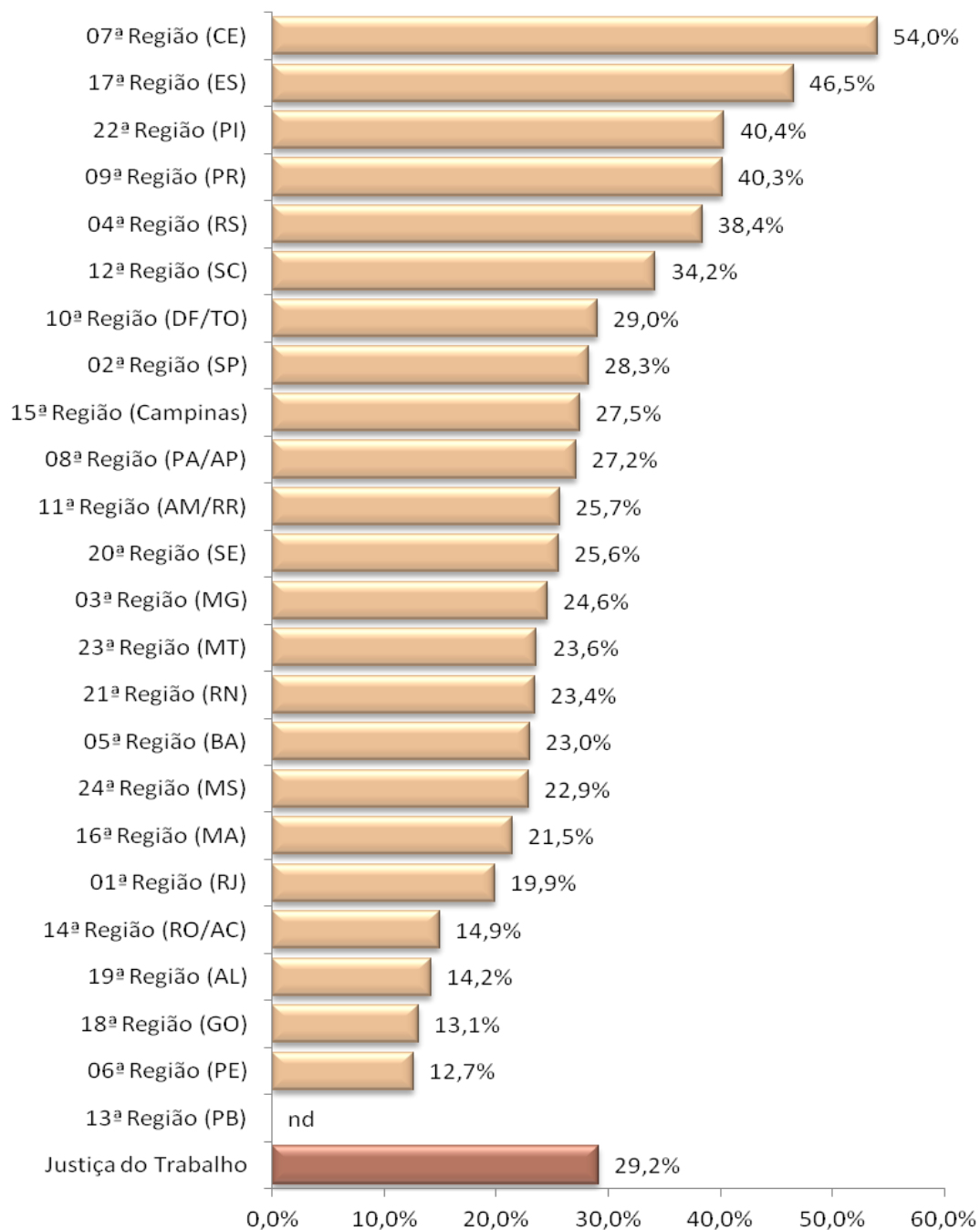
Tabela 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST(ainda que parcialmente)	Rj2º - Recursos Julgados pelo TST	Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau
01ª Região (RJ)	3.327	16.731	19,9%
02ª Região (SP)	4.761	16.850	28,3%
03ª Região (MG)	4.121	16.776	24,6%
04ª Região (RS)	7.416	19.295	38,4%
05ª Região (BA)	1.188	5.159	23,0%
06ª Região (PE)	656	5.178	12,7%
07ª Região (CE)	1.379	2.552	54,0%
08ª Região (PA/AP)	735	2.705	27,2%
09ª Região (PR)	7.123	17.696	40,3%
10ª Região (DF/TO)	1.223	4.210	29,0%
11ª Região (AM/RR)	581	2.261	25,7%
12ª Região (SC)	2.196	6.415	34,2%
13ª Região (PB)	nd	nd	nd
14ª Região (RO/AC)	110	737	14,9%
15ª Região (Campinas)	4.662	16.954	27,5%
16ª Região (MA)	127	592	21,5%
17ª Região (ES)	1.405	3.019	46,5%
18ª Região (GO)	611	4.677	13,1%
19ª Região (AL)	90	633	14,2%
20ª Região (SE)	270	1.055	25,6%
21ª Região (RN)	504	2.152	23,4%
22ª Região (PI)	562	1.392	40,4%
23ª Região (MT)	223	944	23,6%
24ª Região (MS)	429	1.875	22,9%
Justiça do Trabalho	43.699	149.858	29,2%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.14 - Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Rd2º - Reforma de Decisão no 2º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau e providos pelo TST, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 2º Grau, no período-base (semestre).

Fórmula: $Rd2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ) / (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· Rp2º - Recursos das Decisões de 2º Grau Providos pelo TST(ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TST, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp2^\circ = (RpAI2^\circ + RpRR2^\circ + RpRO2^\circ)$

· Rj2º - Recursos Julgados pelo TST: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TST no período-base (semestre).

$RJ2^\circ = (RjAI2^\circ + RjRR2^\circ + RjRO2^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.1. CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

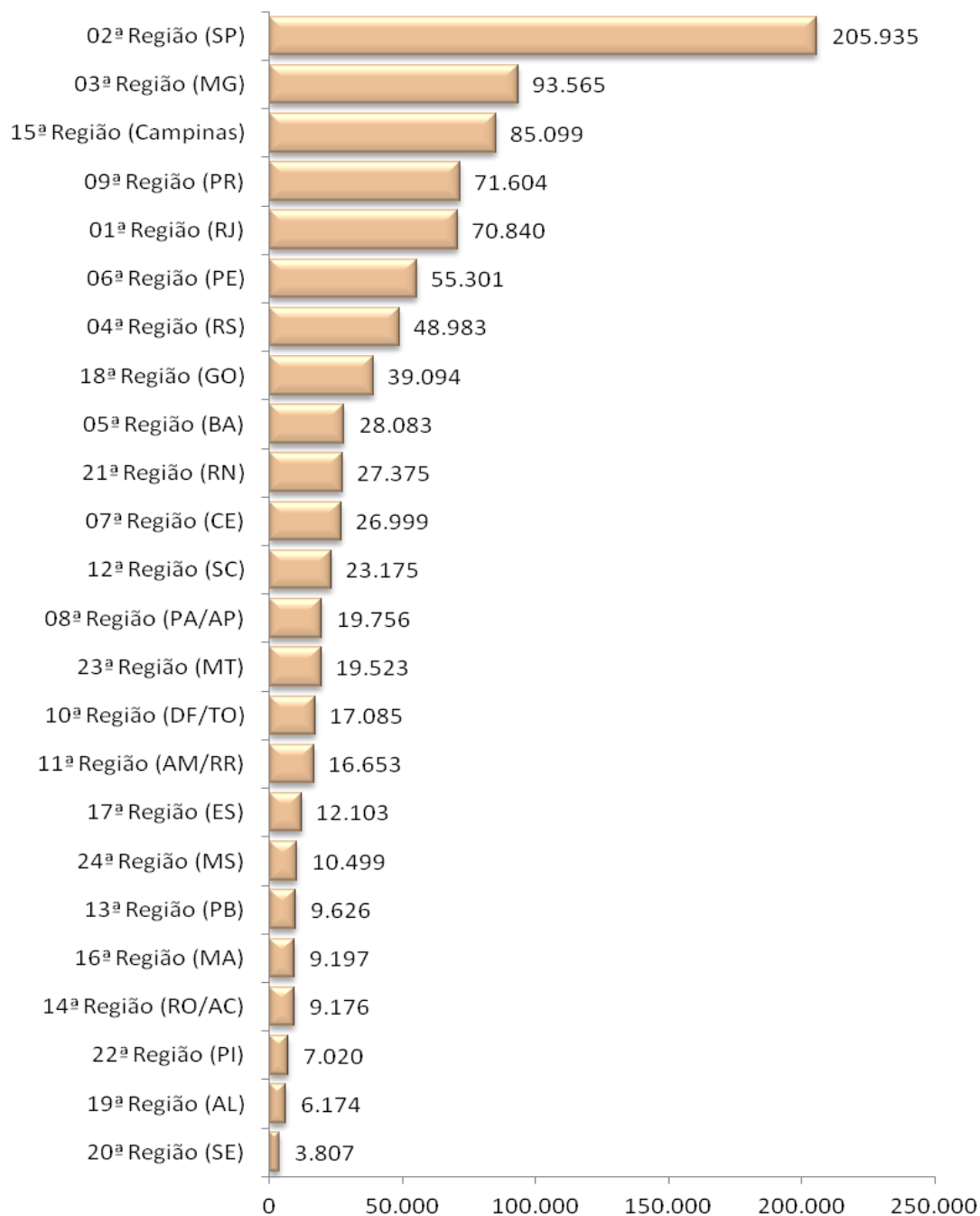
Tabela 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJud1º - Execuções Judiciais em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.129	69.711	70.840
02ª Região (SP)	nd	205.935	205.935
03ª Região (MG)	1.959	91.606	93.565
04ª Região (RS)	1.123	47.860	48.983
05ª Região (BA)	694	27.389	28.083
06ª Região (PE)	1.473	53.828	55.301
07ª Região (CE)	395	26.604	26.999
08ª Região (PA/AP)	524	19.232	19.756
09ª Região (PR)	7.422	64.182	71.604
10ª Região (DF/TO)	546	16.539	17.085
11ª Região (AM/RR)	1.859	14.794	16.653
12ª Região (SC)	1.433	21.742	23.175
13ª Região (PB)	268	9.358	9.626
14ª Região (RO/AC)	123	9.053	9.176
15ª Região (Campinas)	3.403	81.696	85.099
16ª Região (MA)	282	8.915	9.197
17ª Região (ES)	386	11.717	12.103
18ª Região (GO)	938	38.156	39.094
19ª Região (AL)	193	5.981	6.174
20ª Região (SE)	121	3.686	3.807
21ª Região (RN)	351	27.024	27.375
22ª Região (PI)	431	6.589	7.020
23ª Região (MT)	934	18.589	19.523
24ª Região (MS)	550	9.949	10.499
Justiça do Trabalho	26.537	890.135	916.672

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.15 - CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $ExeJud1^\circ$ - Execuções Judiciais em 1º Grau: Os processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados no período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista. Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.2. CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

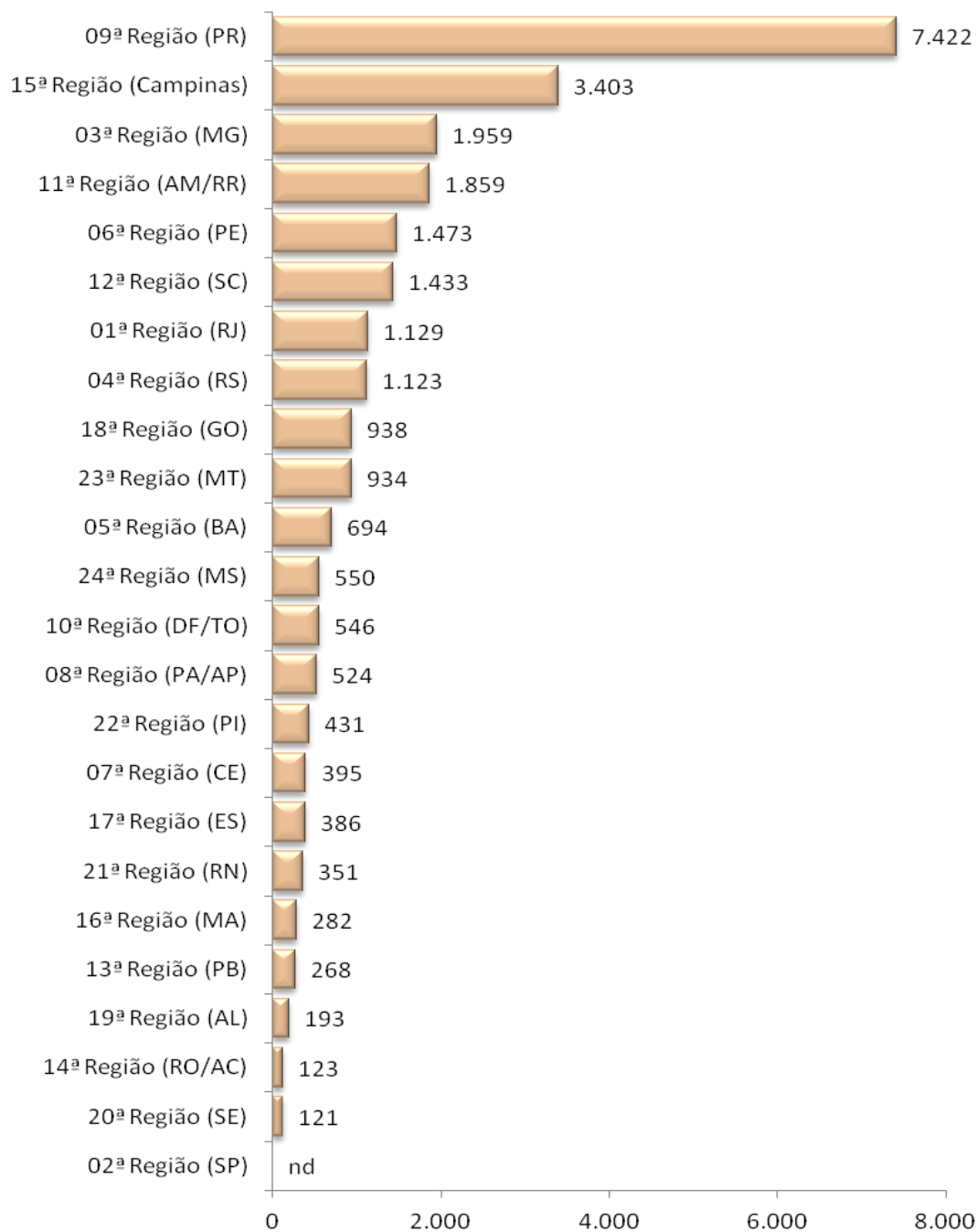
Tabela 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	837	292	1.129
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	1.789	170	1.959
04ª Região (RS)	695	428	1.123
05ª Região (BA)	615	79	694
06ª Região (PE)	650	823	1.473
07ª Região (CE)	363	32	395
08ª Região (PA/AP)	468	56	524
09ª Região (PR)	6.440	982	7.422
10ª Região (DF/TO)	509	37	546
11ª Região (AM/RR)	1.849	10	1.859
12ª Região (SC)	903	530	1.433
13ª Região (PB)	120	148	268
14ª Região (RO/AC)	123	nd	123
15ª Região (Campinas)	2.612	791	3.403
16ª Região (MA)	273	9	282
17ª Região (ES)	364	22	386
18ª Região (GO)	871	67	938
19ª Região (AL)	164	29	193
20ª Região (SE)	115	6	121
21ª Região (RN)	327	24	351
22ª Região (PI)	391	40	431
23ª Região (MT)	797	137	934
24ª Região (MS)	431	119	550
Justiça do Trabalho	21.706	4.831	26.537

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.16 - CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos de execução de títulos executivos extrajudiciais que iniciaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: As execuções de títulos executivos extrajudiciais (exceto execuções fiscais) que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.3. CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

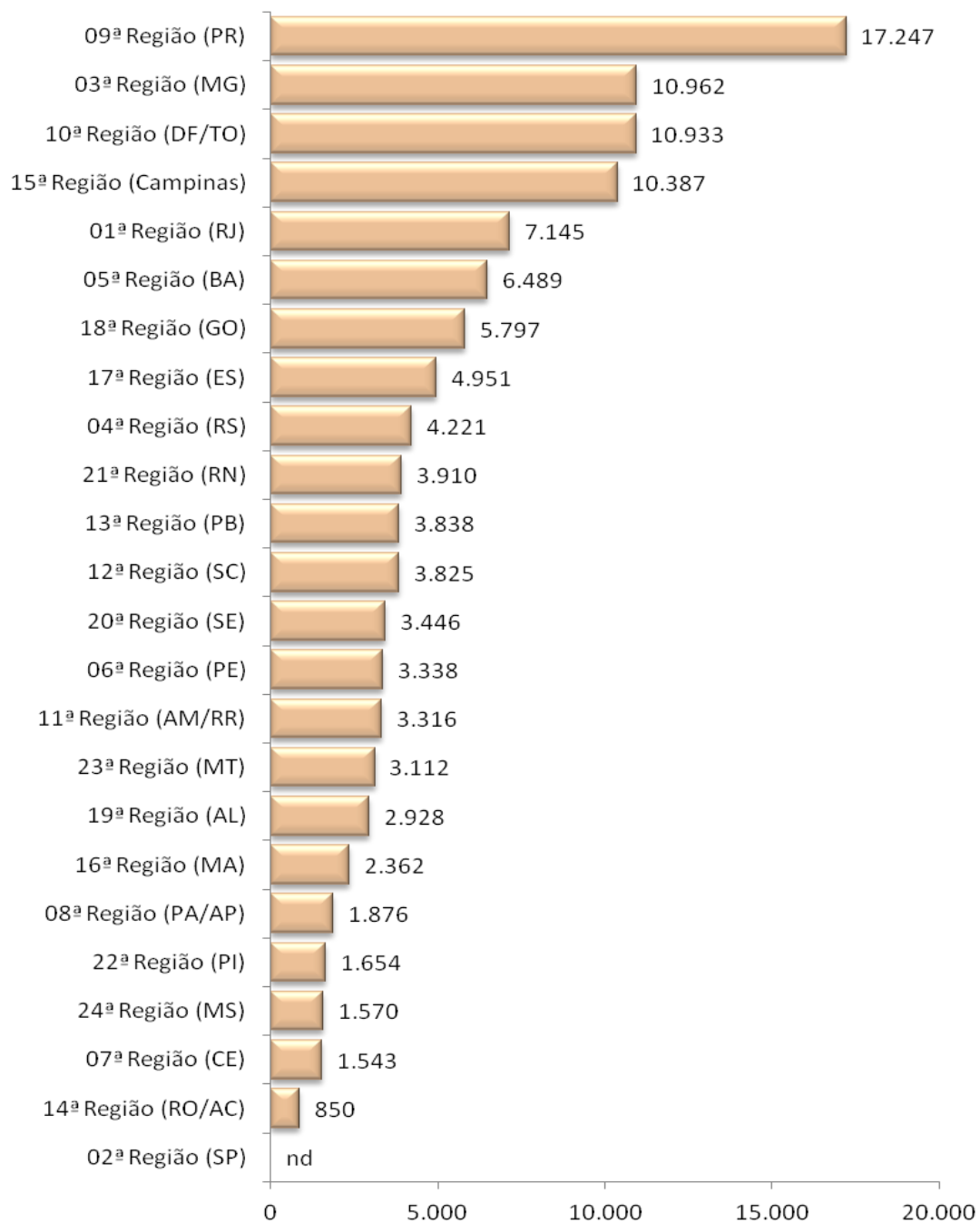
Tabela 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	5.021	2.124	7.145
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	10.618	344	10.962
04ª Região (RS)	3.425	796	4.221
05ª Região (BA)	5.797	692	6.489
06ª Região (PE)	1.258	2.080	3.338
07ª Região (CE)	1.509	34	1.543
08ª Região (PA/AP)	417	1.459	1.876
09ª Região (PR)	14.369	2.878	17.247
10ª Região (DF/TO)	10.422	511	10.933
11ª Região (AM/RR)	3.316	0	3.316
12ª Região (SC)	3.176	649	3.825
13ª Região (PB)	3.579	259	3.838
14ª Região (RO/AC)	850	nd	850
15ª Região (Campinas)	6.239	4.148	10.387
16ª Região (MA)	2.362	nd	2.362
17ª Região (ES)	4.702	249	4.951
18ª Região (GO)	5.556	241	5.797
19ª Região (AL)	2.814	114	2.928
20ª Região (SE)	3.159	287	3.446
21ª Região (RN)	3.206	704	3.910
22ª Região (PI)	1.575	79	1.654
23ª Região (MT)	1.317	1.795	3.112
24ª Região (MS)	1.346	224	1.570
Justiça do Trabalho	96.033	19.667	115.700

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.17 - CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos executivos extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- CpExtNFisc1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais: Saldo residual de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais, exceto execuções fiscais, (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.4. CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

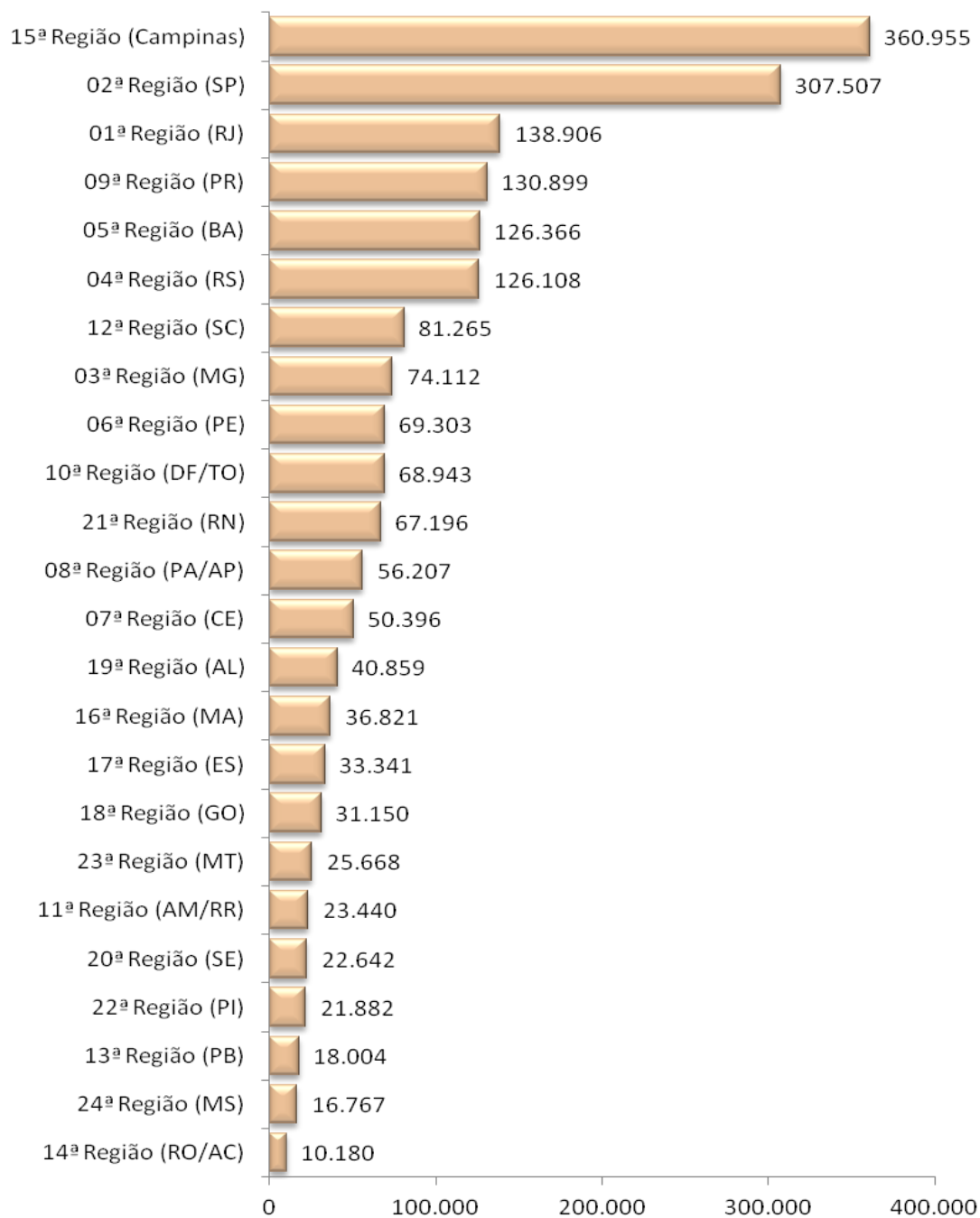
Tabela 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CpExt1º - Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ExeJudP1º - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	7.145	131.761	138.906
02ª Região (SP)	nd	307.507	307.507
03ª Região (MG)	10.962	63.150	74.112
04ª Região (RS)	4.221	121.887	126.108
05ª Região (BA)	6.489	119.877	126.366
06ª Região (PE)	3.338	65.965	69.303
07ª Região (CE)	1.543	48.853	50.396
08ª Região (PA/AP)	1.876	54.331	56.207
09ª Região (PR)	17.247	113.652	130.899
10ª Região (DF/TO)	10.933	58.010	68.943
11ª Região (AM/RR)	3.316	20.124	23.440
12ª Região (SC)	3.825	77.440	81.265
13ª Região (PB)	3.838	14.166	18.004
14ª Região (RO/AC)	850	9.330	10.180
15ª Região (Campinas)	10.387	350.568	360.955
16ª Região (MA)	2.362	34.459	36.821
17ª Região (ES)	4.951	28.390	33.341
18ª Região (GO)	5.797	25.353	31.150
19ª Região (AL)	2.928	37.931	40.859
20ª Região (SE)	3.446	19.196	22.642
21ª Região (RN)	3.910	63.286	67.196
22ª Região (PI)	1.654	20.228	21.882
23ª Região (MT)	3.112	22.556	25.668
24ª Região (MS)	1.570	15.197	16.767
Justiça do Trabalho	115.700	1.823.217	1.938.917

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.18 - CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos pendentes de execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no início do período-base (semestre).

Fórmula: $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CpExt1^\circ = CpExtFisc1^\circ + CpExtNFisc1^\circ$
- $ExeJudP1^\circ$ - Execuções Judiciais pendentes em 1º Grau: Saldo residual de processos de execução de título judicial que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), inclusive os decorrentes de certidões de crédito trabalhista, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.5. TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

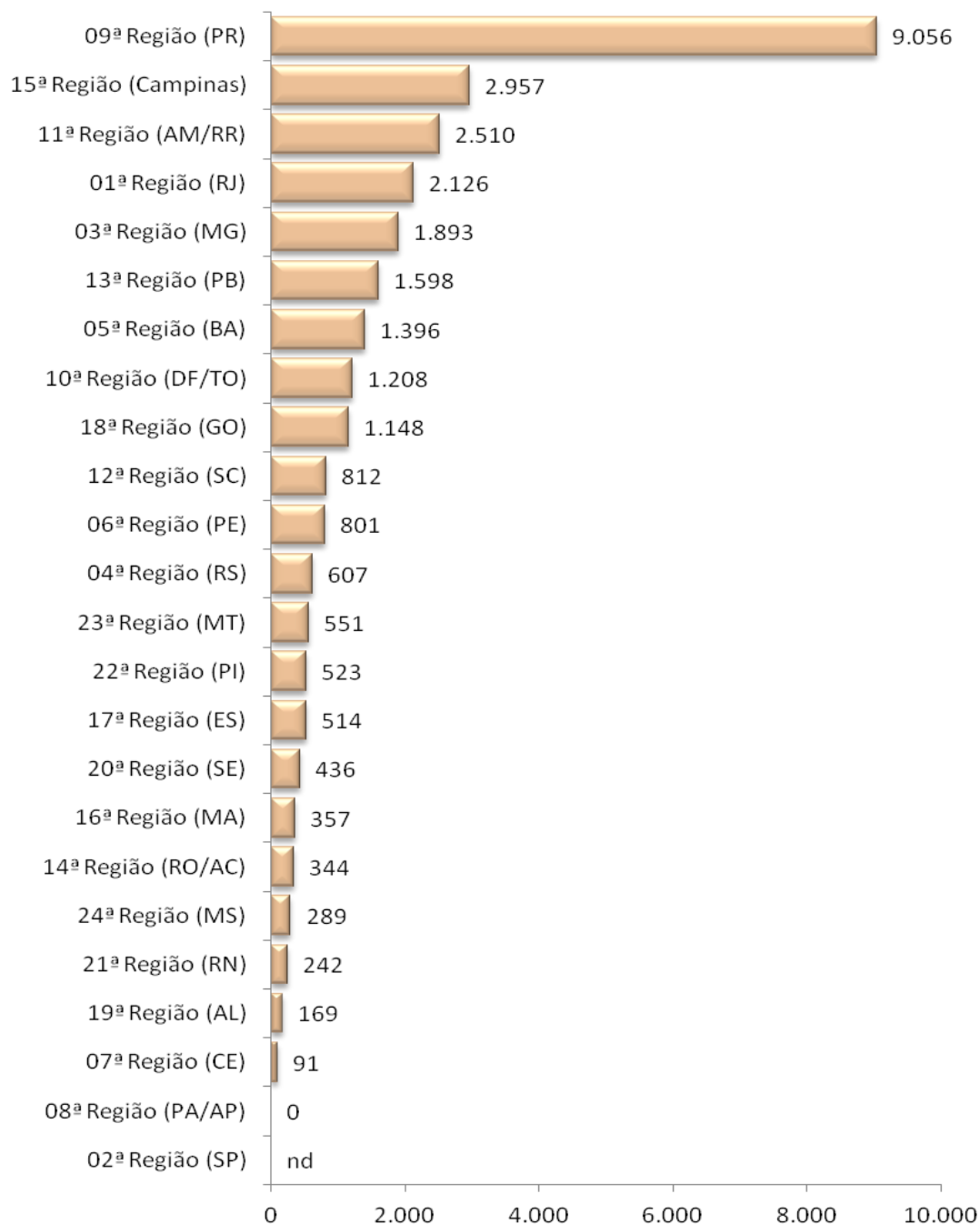
Tabela 2.19 - TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBAixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	TBAixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.620	506	2.126
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	1.744	149	1.893
04ª Região (RS)	408	199	607
05ª Região (BA)	1.257	139	1.396
06ª Região (PE)	458	343	801
07ª Região (CE)	85	6	91
08ª Região (PA/AP)	0	0	0
09ª Região (PR)	8.752	304	9.056
10ª Região (DF/TO)	1.057	151	1.208
11ª Região (AM/RR)	2.510	0	2.510
12ª Região (SC)	563	249	812
13ª Região (PB)	1.461	137	1.598
14ª Região (RO/AC)	344	nd	344
15ª Região (Campinas)	2.102	855	2.957
16ª Região (MA)	357	nd	357
17ª Região (ES)	458	56	514
18ª Região (GO)	1.003	145	1.148
19ª Região (AL)	164	5	169
20ª Região (SE)	139	297	436
21ª Região (RN)	177	65	242
22ª Região (PI)	492	31	523
23ª Região (MT)	415	136	551
24ª Região (MS)	167	122	289
Justiça do Trabalho	25.733	3.895	29.628

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.19 - TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.
- TBaixExtNFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos executivos extrajudiciais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Excluem-se as execuções fiscais. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnEx1ºNFisc - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.6. TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

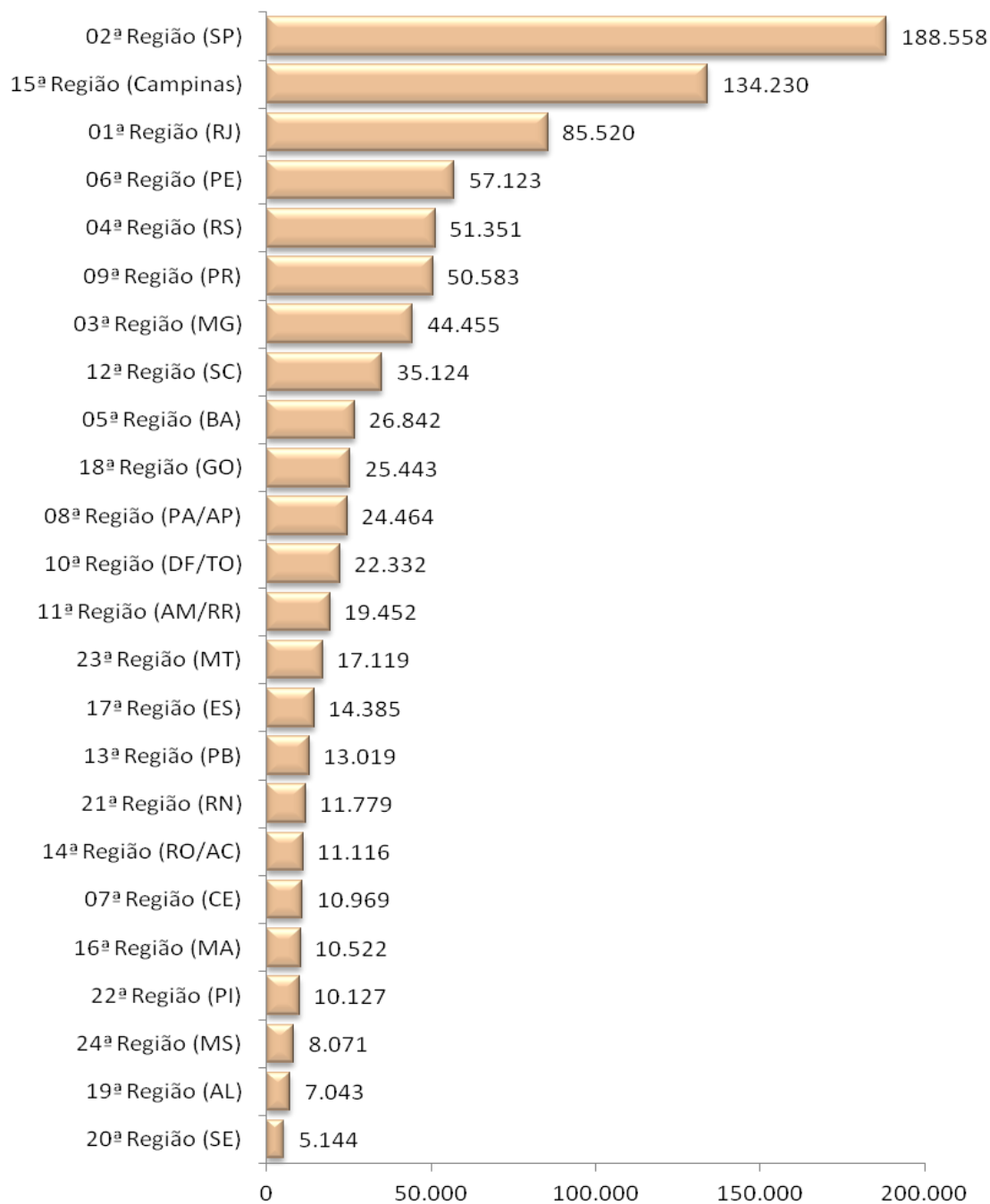
Tabela 2.20 - TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBAixExt1º - Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	TBAixJud1º - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau	TBAixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	2.126	83.394	85.520
02ª Região (SP)	nd	188.558	188.558
03ª Região (MG)	1.893	42.562	44.455
04ª Região (RS)	607	50.744	51.351
05ª Região (BA)	1.396	25.446	26.842
06ª Região (PE)	801	56.322	57.123
07ª Região (CE)	91	10.878	10.969
08ª Região (PA/AP)	0	24.464	24.464
09ª Região (PR)	9.056	41.527	50.583
10ª Região (DF/TO)	1.208	21.124	22.332
11ª Região (AM/RR)	2.510	16.942	19.452
12ª Região (SC)	812	34.312	35.124
13ª Região (PB)	1.598	11.421	13.019
14ª Região (RO/AC)	344	10.772	11.116
15ª Região (Campinas)	2.957	131.273	134.230
16ª Região (MA)	357	10.165	10.522
17ª Região (ES)	514	13.871	14.385
18ª Região (GO)	1.148	24.295	25.443
19ª Região (AL)	169	6.874	7.043
20ª Região (SE)	436	4.708	5.144
21ª Região (RN)	242	11.537	11.779
22ª Região (PI)	523	9.604	10.127
23ª Região (MT)	551	16.568	17.119
24ª Região (MS)	289	7.782	8.071
Justiça do Trabalho	29.628	855.143	884.771

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.20 - T BaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais que foram baixados no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

· $TBaixExt1^\circ = TBaixExtFisc1^\circ + TBaixExtNFisc1^\circ$

· **TBaixJud1º** - Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau: Os processos de execução judicial que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções Judiciais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.7. SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

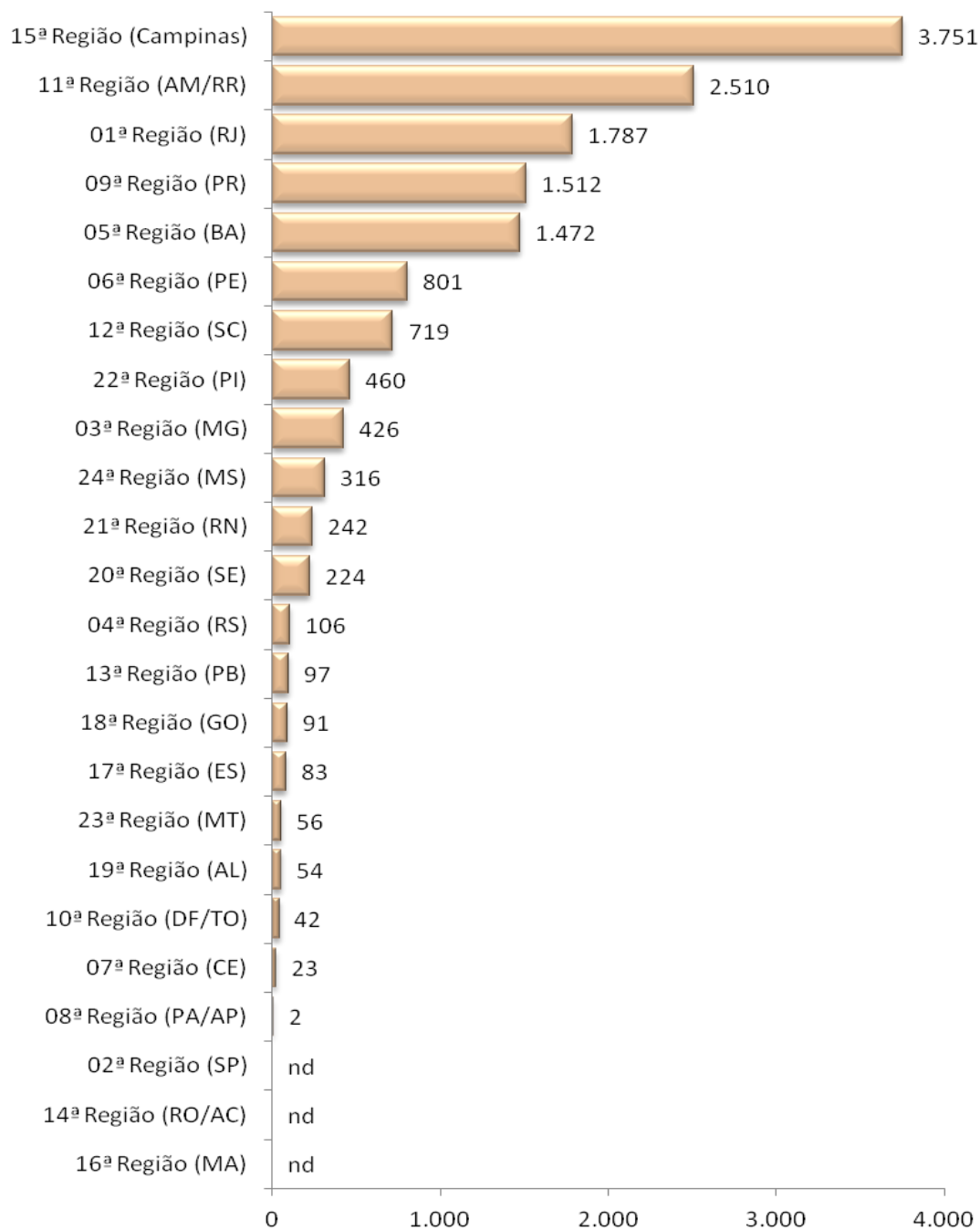
Tabela 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.329	458	1.787
02ª Região (SP)	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	319	107	426
04ª Região (RS)	67	39	106
05ª Região (BA)	1.310	162	1.472
06ª Região (PE)	458	343	801
07ª Região (CE)	11	12	23
08ª Região (PA/AP)	1	1	2
09ª Região (PR)	897	615	1.512
10ª Região (DF/TO)	23	19	42
11ª Região (AM/RR)	2.510	0	2.510
12ª Região (SC)	269	450	719
13ª Região (PB)	48	49	97
14ª Região (RO/AC)	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	2.790	961	3.751
16ª Região (MA)	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	75	8	83
18ª Região (GO)	81	10	91
19ª Região (AL)	53	1	54
20ª Região (SE)	222	2	224
21ª Região (RN)	177	65	242
22ª Região (PI)	424	36	460
23ª Região (MT)	21	35	56
24ª Região (MS)	187	129	316
Justiça do Trabalho	11.272	3.502	14.774

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.21 - SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos executivos extrajudiciais que foram proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentExt1º} = \text{SentExtFisc1º} + \text{SentExtNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentExtFisc1º - Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau: Todas as sentenças em execução fiscal proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas.
- SentExtNFisc1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal: Todas as sentenças em títulos executivos extrajudiciais proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Excluem-se as sentenças proferidas em execuções fiscais. Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnExNFisc1º - Casos novos de execução de título extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais:

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.8. SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

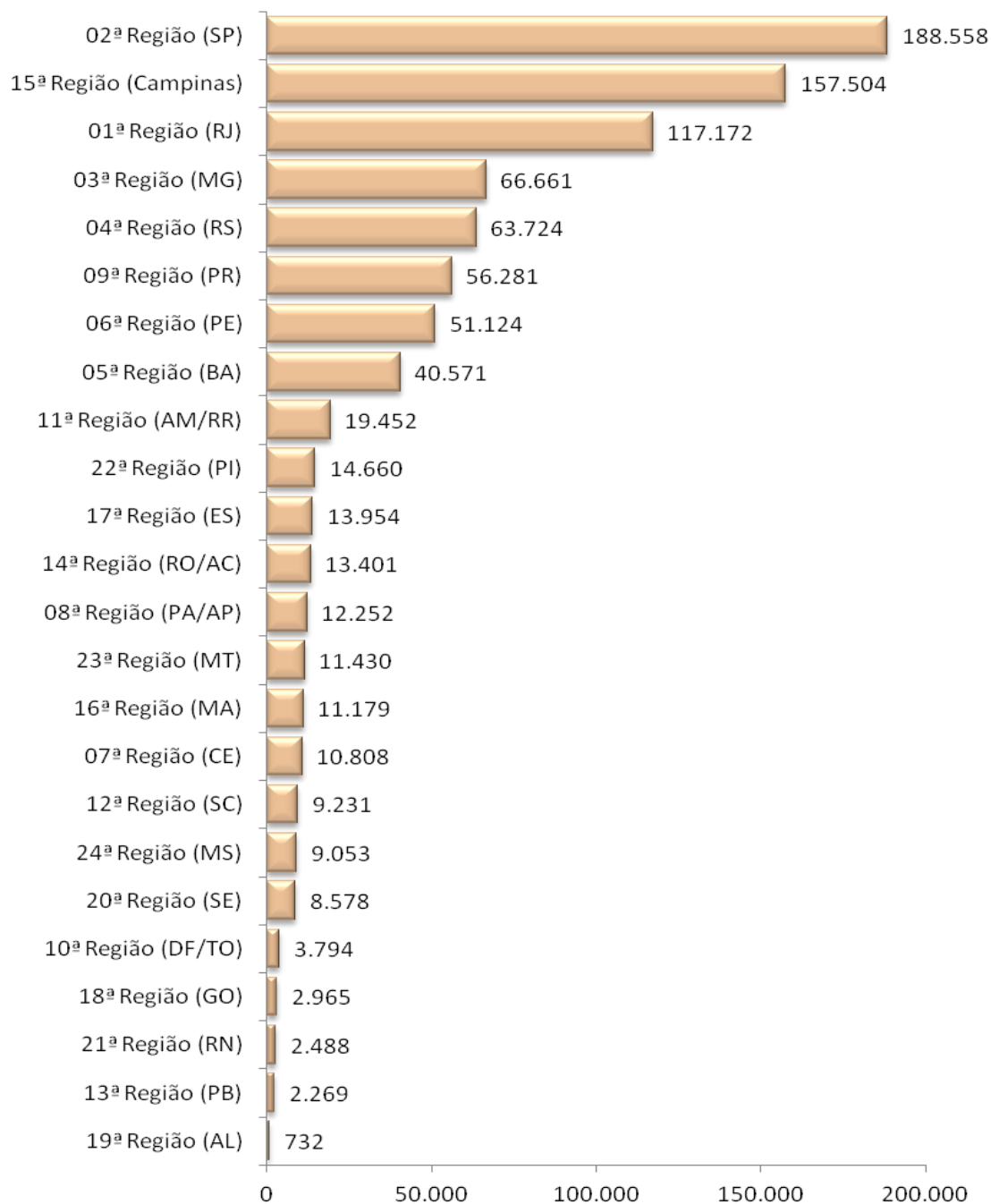
Tabela 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentExt1º - Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SentJud1º - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.787	115.385	117.172
02ª Região (SP)	nd	188.558	188.558
03ª Região (MG)	426	66.235	66.661
04ª Região (RS)	106	63.618	63.724
05ª Região (BA)	1.472	39.099	40.571
06ª Região (PE)	801	50.323	51.124
07ª Região (CE)	23	10.785	10.808
08ª Região (PA/AP)	2	12.250	12.252
09ª Região (PR)	1.512	54.769	56.281
10ª Região (DF/TO)	42	3.752	3.794
11ª Região (AM/RR)	2.510	16.942	19.452
12ª Região (SC)	719	8.512	9.231
13ª Região (PB)	97	2.172	2.269
14ª Região (RO/AC)	nd	13.401	13.401
15ª Região (Campinas)	3.751	153.753	157.504
16ª Região (MA)	nd	11.179	11.179
17ª Região (ES)	83	13.871	13.954
18ª Região (GO)	91	2.874	2.965
19ª Região (AL)	54	678	732
20ª Região (SE)	224	8.354	8.578
21ª Região (RN)	242	2.246	2.488
22ª Região (PI)	460	14.200	14.660
23ª Região (MT)	56	11.374	11.430
24ª Região (MS)	316	8.737	9.053
Justiça do Trabalho	14.774	873.067	887.841

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.22 - SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de sentenças em execução de títulos judiciais e extrajudiciais no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{SentEx1º} = \text{SentExt1º} + \text{SentJud1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{SentExt1º} = \text{SentExtFisc1º} + \text{SentExtNFisc1º}$
- **SentJud1º** - Sentenças em Execução Judicial no 1º grau: Todas as sentenças em execução judicial proferidas no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável ExeJud1º - Execuções judiciais no 1º Grau.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.9. IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

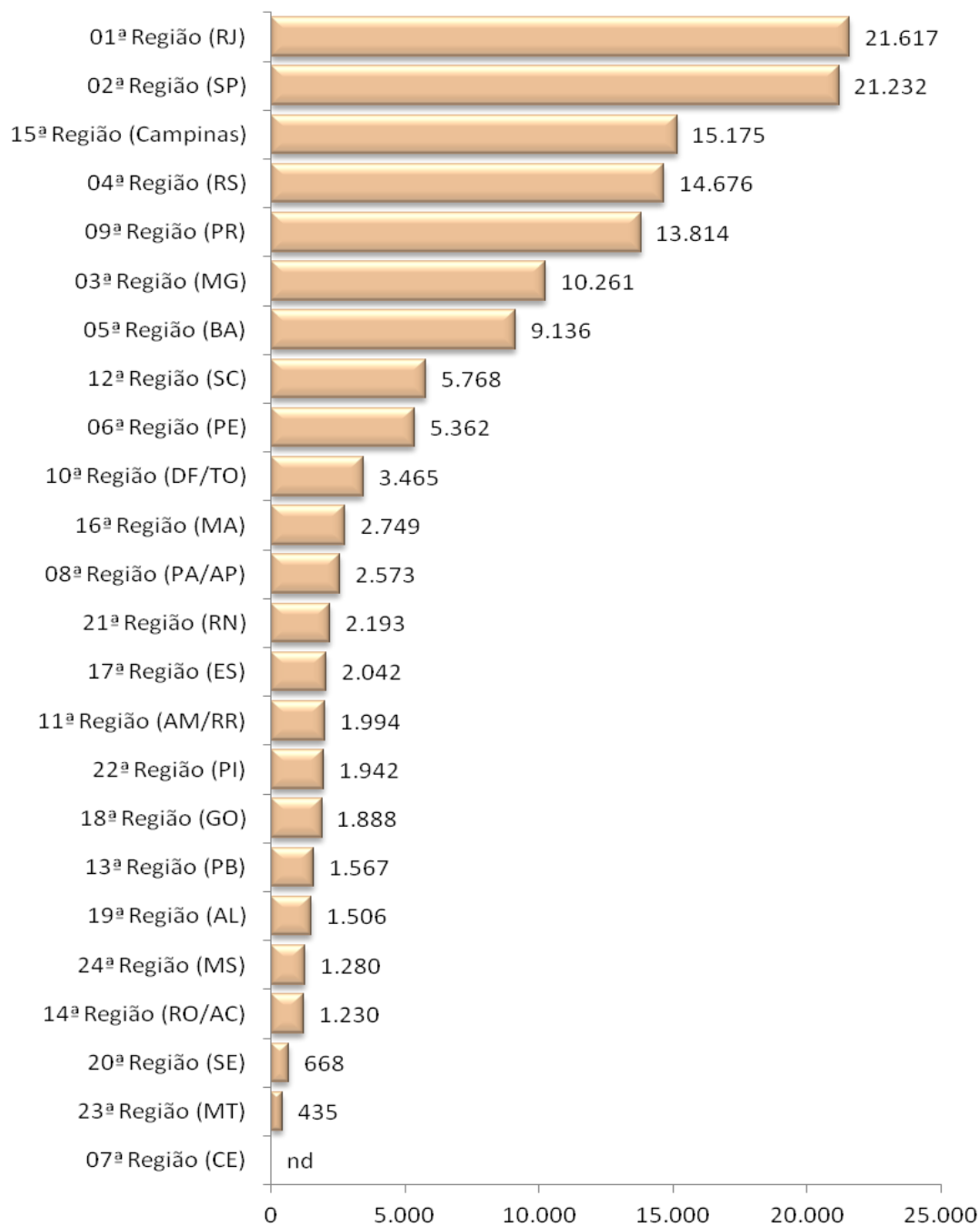
Tabela 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	237	21.380	21.617
02ª Região (SP)	nd	21.232	21.232
03ª Região (MG)	6	10.255	10.261
04ª Região (RS)	0	14.676	14.676
05ª Região (BA)	0	9.136	9.136
06ª Região (PE)	1	5.361	5.362
07ª Região (CE)	nd	nd	nd
08ª Região (PA/AP)	39	2.534	2.573
09ª Região (PR)	118	13.696	13.814
10ª Região (DF/TO)	36	3.429	3.465
11ª Região (AM/RR)	0	1.994	1.994
12ª Região (SC)	94	5.674	5.768
13ª Região (PB)	1	1.566	1.567
14ª Região (RO/AC)	nd	1.230	1.230
15ª Região (Campinas)	16	15.159	15.175
16ª Região (MA)	nd	2.749	2.749
17ª Região (ES)	72	1.970	2.042
18ª Região (GO)	65	1.823	1.888
19ª Região (AL)	51	1.455	1.506
20ª Região (SE)	0	668	668
21ª Região (RN)	7	2.186	2.193
22ª Região (PI)	16	1.926	1.942
23ª Região (MT)	36	399	435
24ª Região (MS)	20	1.260	1.280
Justiça do Trabalho	815	141.758	142.573

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.23 - IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncEx1º} = \text{IncExFisc1º} + \text{IncExNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau: Os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).
- IncExNFisc1º - Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Os embargos à execução de títulos judiciais, as impugnações ao cumprimento de sentença, os embargos à adjudicação e os embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.10. IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

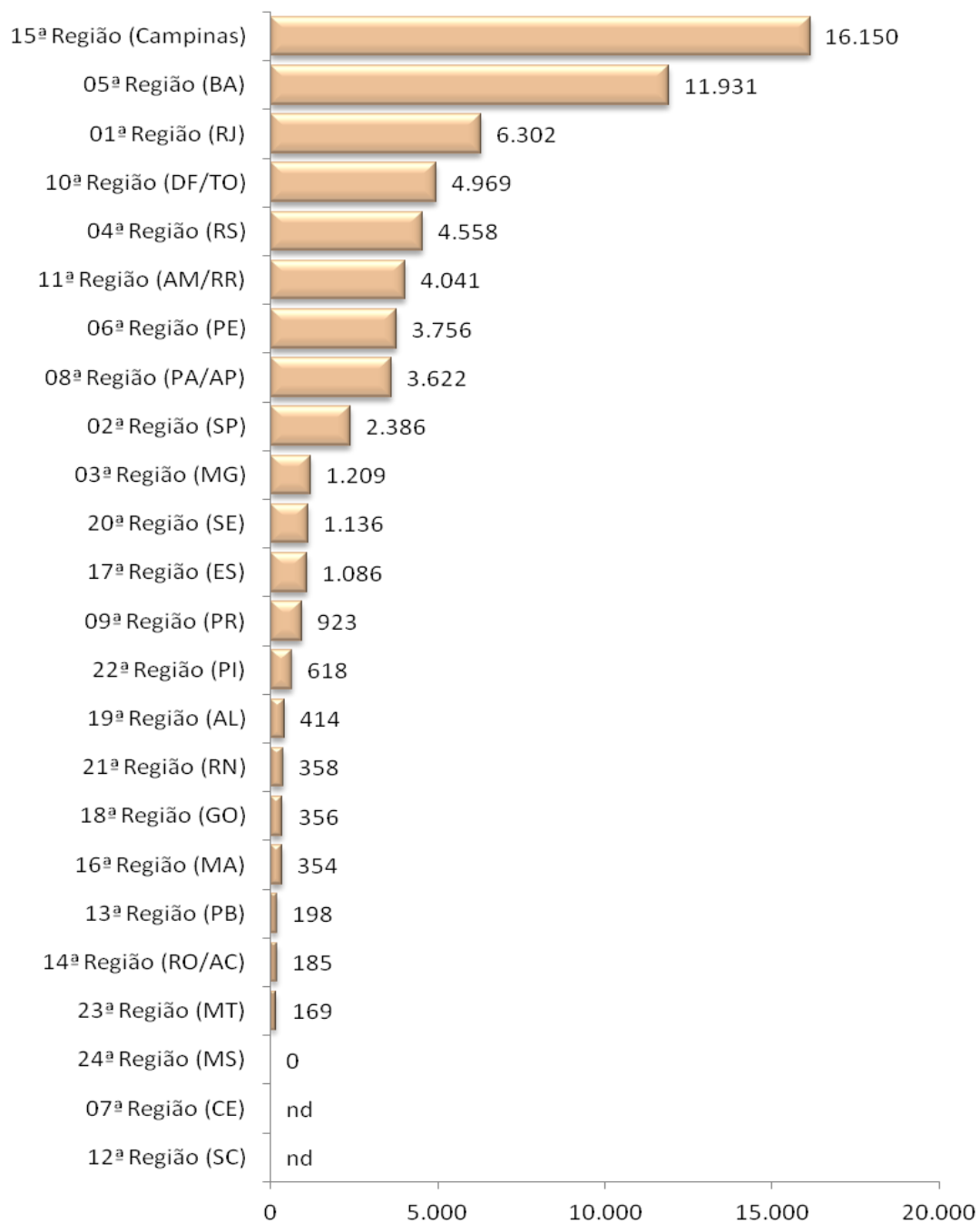
Tabela 2.24 - IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	IncExPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	143	6.159	6.302
02ª Região (SP)	nd	2.386	2.386
03ª Região (MG)	1	1.208	1.209
04ª Região (RS)	3	4.555	4.558
05ª Região (BA)	2	11.929	11.931
06ª Região (PE)	0	3.756	3.756
07ª Região (CE)	nd	nd	nd
08ª Região (PA/AP)	11	3.611	3.622
09ª Região (PR)	9	914	923
10ª Região (DF/TO)	68	4.901	4.969
11ª Região (AM/RR)	3.316	725	4.041
12ª Região (SC)	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	0	198	198
14ª Região (RO/AC)	nd	185	185
15ª Região (Campinas)	8	16.142	16.150
16ª Região (MA)	nd	354	354
17ª Região (ES)	193	893	1.086
18ª Região (GO)	18	338	356
19ª Região (AL)	6	408	414
20ª Região (SE)	1	1.135	1.136
21ª Região (RN)	3	355	358
22ª Região (PI)	5	613	618
23ª Região (MT)	3	166	169
24ª Região (MS)	0	0	0
Justiça do Trabalho	3.790	60.931	64.721

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.24 - IncExp1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de incidentes de execução pendentes no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{IncExP1}^\circ = \text{IncExPFisc1}^\circ + \text{IncExPNFisc1}^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- IncExPFisc1º - Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau: Saldo residual dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação, ambos em relação às execuções fiscais, opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- IncExPNFisc1º - Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais: Saldo residual dos embargos à execução de títulos judiciais, das impugnações ao cumprimento de sentença, dos embargos à adjudicação e dos embargos à arrematação opostos na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os incidentes em execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.11. ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

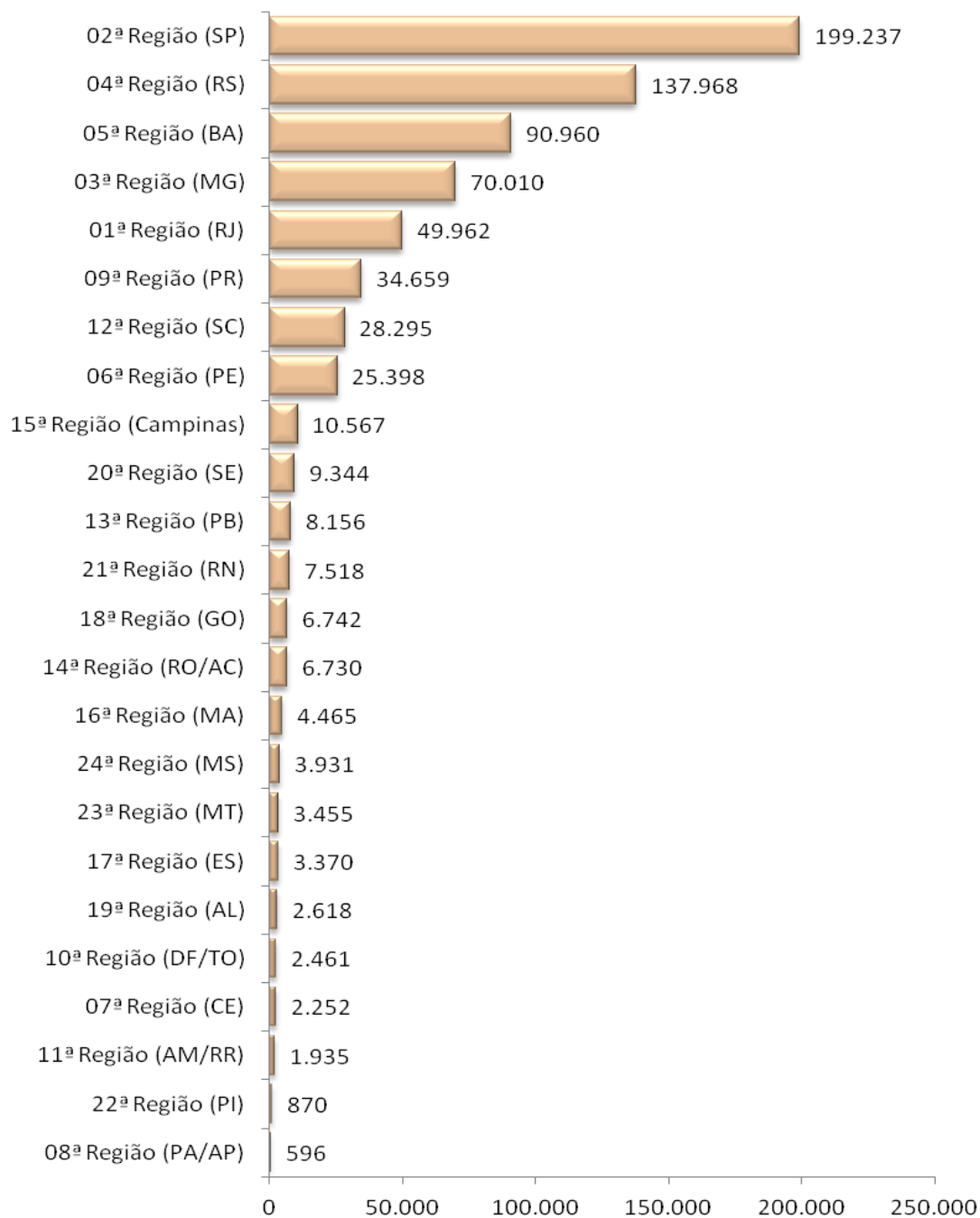
Tabela 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.682	48.280	49.962
02ª Região (SP)	nd	199.237	199.237
03ª Região (MG)	1.498	68.512	70.010
04ª Região (RS)	2.092	135.876	137.968
05ª Região (BA)	2.392	88.568	90.960
06ª Região (PE)	475	24.923	25.398
07ª Região (CE)	911	1.341	2.252
08ª Região (PA/AP)	2	594	596
09ª Região (PR)	4.308	30.351	34.659
10ª Região (DF/TO)	168	2.293	2.461
11ª Região (AM/RR)	0	1.935	1.935
12ª Região (SC)	2.152	26.143	28.295
13ª Região (PB)	1.360	6.796	8.156
14ª Região (RO/AC)	414	6.316	6.730
15ª Região (Campinas)	784	9.783	10.567
16ª Região (MA)	nd	4.465	4.465
17ª Região (ES)	1.398	1.972	3.370
18ª Região (GO)	2.413	4.329	6.742
19ª Região (AL)	151	2.467	2.618
20ª Região (SE)	1.961	7.383	9.344
21ª Região (RN)	608	6.910	7.518
22ª Região (PI)	163	707	870
23ª Região (MT)	28	3.427	3.455
24ª Região (MS)	408	3.523	3.931
Justiça do Trabalho	25.368	686.131	711.499

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.25 - ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ExeSuS1º - Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em Arquivo Provisório no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de Execuções Suspensas, Sobrestadas ou em arquivo provisório no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ExeSuS1º} = \text{ExeSuSFisc1º} + \text{ExeSuSNFisc1º}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.12. Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

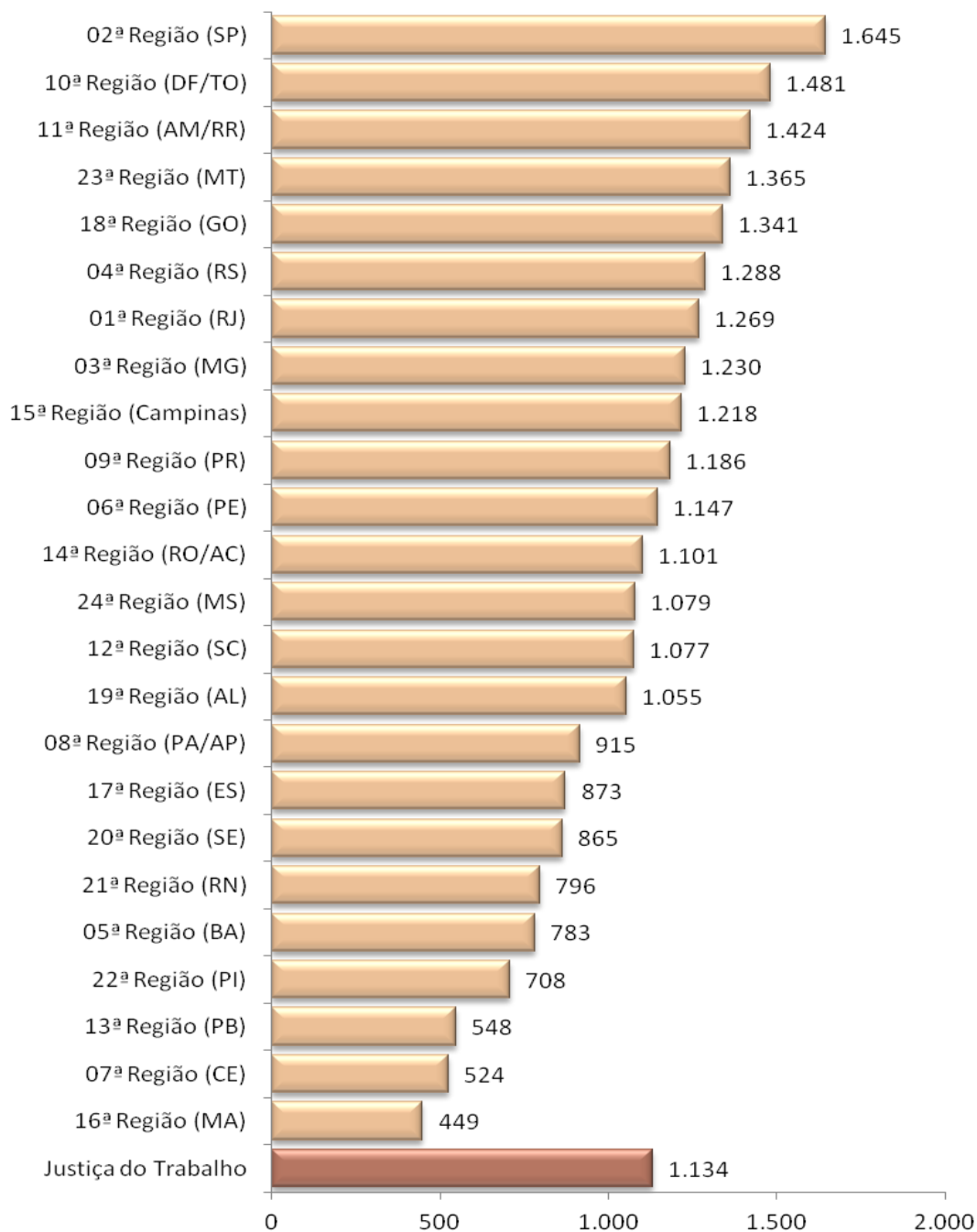
Tabela 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau
01ª Região (RJ)	203.403	1.129	161	1.269
02ª Região (SP)	348.885	nd	212	1.645
03ª Região (MG)	240.713	1.959	197	1.230
04ª Região (RS)	137.117	1.123	107	1.288
05ª Região (BA)	109.664	694	141	783
06ª Região (PE)	100.178	1.473	89	1.147
07ª Região (CE)	44.286	395	85	524
08ª Região (PA/AP)	76.104	524	84	915
09ª Região (PR)	117.205	7.422	105	1.186
10ª Região (DF/TO)	58.860	546	40	1.481
11ª Região (AM/RR)	55.071	1.859	40	1.424
12ª Região (SC)	66.592	1.433	63	1.077
13ª Região (PB)	20.497	268	38	548
14ª Região (RO/AC)	25.442	123	23	1.101
15ª Região (Campinas)	244.724	3.403	204	1.218
16ª Região (MA)	29.542	282	66	449
17ª Região (ES)	30.588	386	35	873
18ª Região (GO)	80.577	938	61	1.341
19ª Região (AL)	32.972	193	31	1.055
20ª Região (SE)	17.951	121	21	865
21ª Região (RN)	25.116	351	32	796
22ª Região (PI)	21.788	431	31	708
23ª Região (MT)	41.043	934	31	1.365
24ª Região (MS)	26.185	550	25	1.079
Justiça do Trabalho	2.154.503	26.537	1.924	1.134

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.26 - Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Ch1º - Casos Novos por 100.000 habitantes no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram no 1º Grau da Justiça do Trabalho para cada 100.000 habitantes da Região no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.13. Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

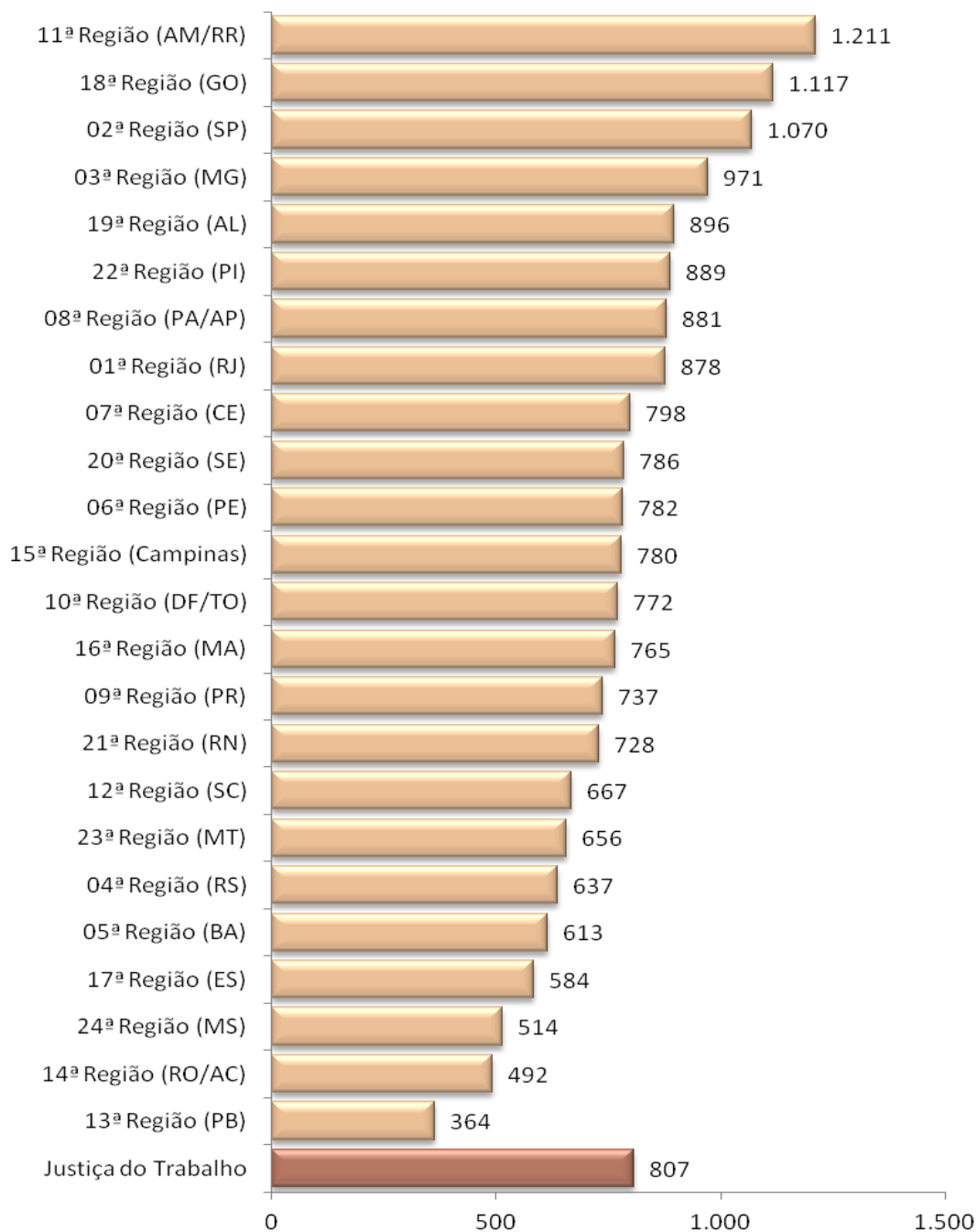
Tabela 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau
01ª Região (RJ)	203.403	1.129	233	878
02ª Região (SP)	348.885	nd	326	1.070
03ª Região (MG)	240.713	1.959	250	971
04ª Região (RS)	137.117	1.123	217	637
05ª Região (BA)	109.664	694	180	613
06ª Região (PE)	100.178	1.473	130	782
07ª Região (CE)	44.286	395	56	798
08ª Região (PA/AP)	76.104	524	87	881
09ª Região (PR)	117.205	7.422	169	737
10ª Região (DF/TO)	58.860	546	77	772
11ª Região (AM/RR)	55.071	1.859	47	1.211
12ª Região (SC)	66.592	1.433	102	667
13ª Região (PB)	20.497	268	57	364
14ª Região (RO/AC)	25.442	123	52	492
15ª Região (Campinas)	244.724	3.403	318	780
16ª Região (MA)	29.542	282	39	765
17ª Região (ES)	30.588	386	53	584
18ª Região (GO)	80.577	938	73	1.117
19ª Região (AL)	32.972	193	37	896
20ª Região (SE)	17.951	121	23	786
21ª Região (RN)	25.116	351	35	728
22ª Região (PI)	21.788	431	25	889
23ª Região (MT)	41.043	934	64	656
24ª Região (MS)	26.185	550	52	514
Justiça do Trabalho	2.154.503	26.537	2.702	807

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.27 - Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cm1º - Casos Novos por Magistrado no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos, na fase de conhecimento e de execução, que ingressaram ou foram protocolizados no 1º Grau para cada magistrado da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.14. Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

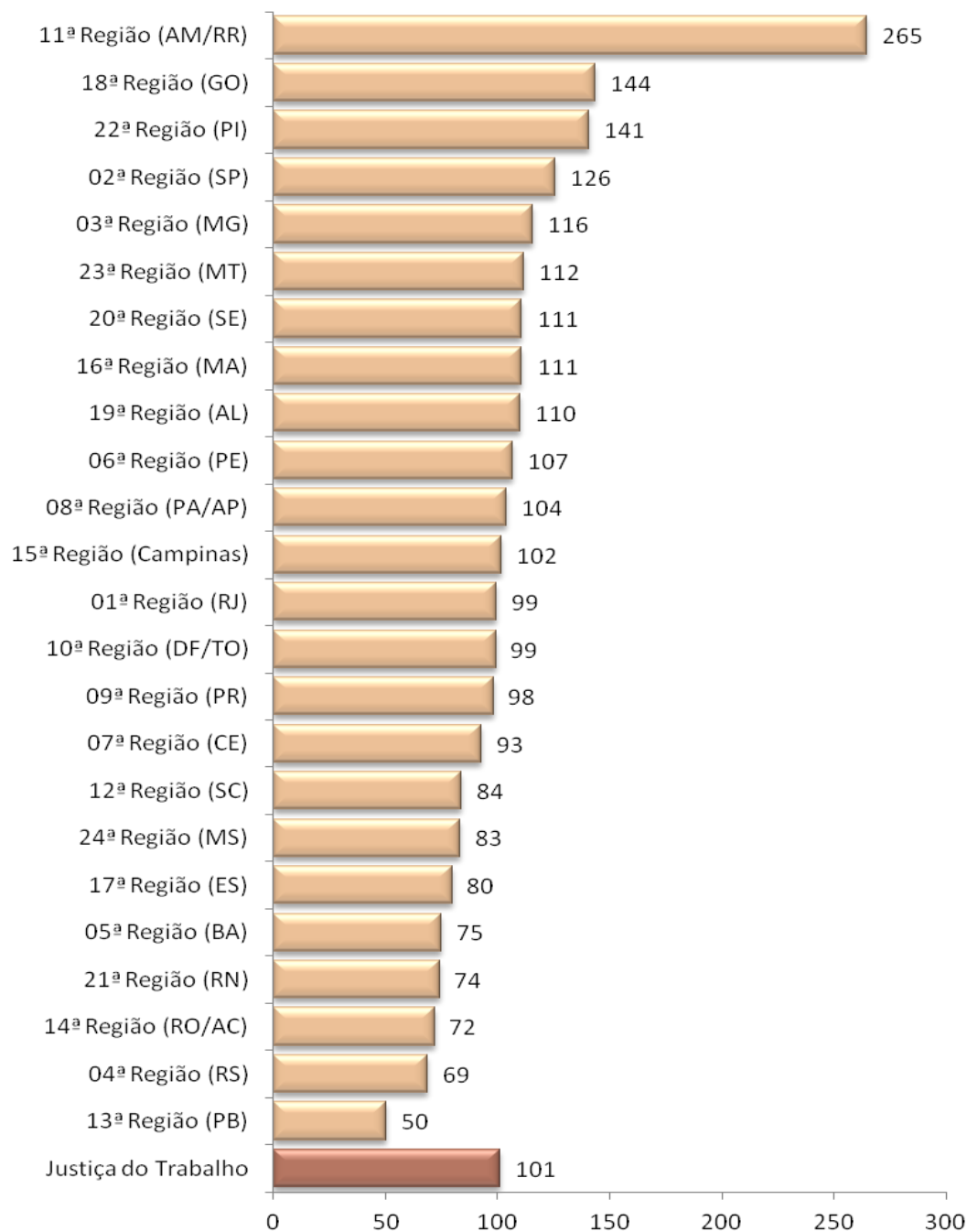
Tabela 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau	Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau
01ª Região (RJ)	203.403	1.129	2.059	99
02ª Região (SP)	348.885	nd	2.775	126
03ª Região (MG)	240.713	1.959	2.096	116
04ª Região (RS)	137.117	1.123	2.004	69
05ª Região (BA)	109.664	694	1.470	75
06ª Região (PE)	100.178	1.473	951	107
07ª Região (CE)	44.286	395	482	93
08ª Região (PA/AP)	76.104	524	737	104
09ª Região (PR)	117.205	7.422	1.271	98
10ª Região (DF/TO)	58.860	546	599	99
11ª Região (AM/RR)	55.071	1.859	215	265
12ª Região (SC)	66.592	1.433	811	84
13ª Região (PB)	20.497	268	413	50
14ª Região (RO/AC)	25.442	123	356	72
15ª Região (Campinas)	244.724	3.403	2.439	102
16ª Região (MA)	29.542	282	269	111
17ª Região (ES)	30.588	386	389	80
18ª Região (GO)	80.577	938	567	144
19ª Região (AL)	32.972	193	301	110
20ª Região (SE)	17.951	121	163	111
21ª Região (RN)	25.116	351	344	74
22ª Região (PI)	21.788	431	158	141
23ª Região (MT)	41.043	934	375	112
24ª Região (MS)	26.185	550	321	83
Justiça do Trabalho	2.154.503	26.537	21.565	101

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.28 - Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Cs1º - Casos Novos por Servidor no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau, por servidor lotado na área judiciária da Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs1^\circ = (CnC1^\circ + CnExt1^\circ) / SaJud1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnExt1^\circ = CnExtFisc1^\circ + CnExtNFisc1^\circ$
- SaJud1º - Número de Servidores da Área Judiciária no 1º Grau: Número total de servidores lotados na área judiciária no 1º grau da Justiça do Trabalho, e que estão em efetiva atividade no final do período-base (semestre), abrangendo os servidores efetivos (exceto cedidos), os requisitados e os ocupantes apenas de cargo em comissão.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.15. PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

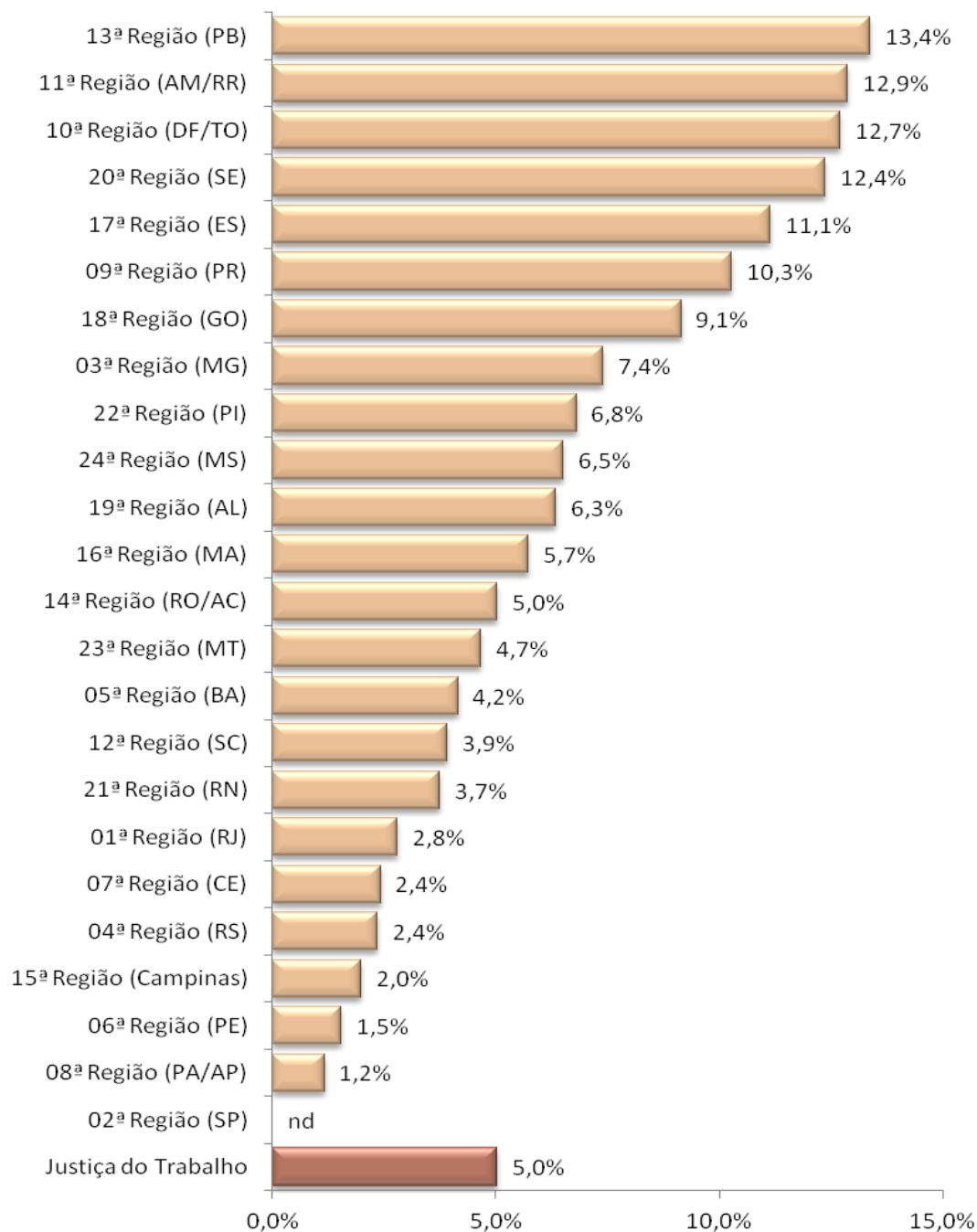
Tabela 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau
01ª Região (RJ)	837	5.021	70.840	138.906	2,8%
02ª Região (SP)	nd	nd	205.935	307.507	nd
03ª Região (MG)	1.789	10.618	93.565	74.112	7,4%
04ª Região (RS)	695	3.425	48.983	126.108	2,4%
05ª Região (BA)	615	5.797	28.083	126.366	4,2%
06ª Região (PE)	650	1.258	55.301	69.303	1,5%
07ª Região (CE)	363	1.509	26.999	50.396	2,4%
08ª Região (PA/AP)	468	417	19.756	56.207	1,2%
09ª Região (PR)	6.440	14.369	71.604	130.899	10,3%
10ª Região (DF/TO)	509	10.422	17.085	68.943	12,7%
11ª Região (AM/RR)	1.849	3.316	16.653	23.440	12,9%
12ª Região (SC)	903	3.176	23.175	81.265	3,9%
13ª Região (PB)	120	3.579	9.626	18.004	13,4%
14ª Região (RO/AC)	123	850	9.176	10.180	5,0%
15ª Região (Campinas)	2.612	6.239	85.099	360.955	2,0%
16ª Região (MA)	273	2.362	9.197	36.821	5,7%
17ª Região (ES)	364	4.702	12.103	33.341	11,1%
18ª Região (GO)	871	5.556	39.094	31.150	9,1%
19ª Região (AL)	164	2.814	6.174	40.859	6,3%
20ª Região (SE)	115	3.159	3.807	22.642	12,4%
21ª Região (RN)	327	3.206	27.375	67.196	3,7%
22ª Região (PI)	391	1.575	7.020	21.882	6,8%
23ª Região (MT)	797	1.317	19.523	25.668	4,7%
24ª Região (MS)	431	1.346	10.499	16.767	6,5%
Justiça do Trabalho	21.706	96.033	916.672	1.938.917	5,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.29 - PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExtFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal em Tramitação no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal (em tramitação) em relação ao total de processos de execução (em tramitação) na Justiça do Trabalho de 1º grau no período-base (semestre).

Fórmula: $PExtFisc1º = ((CnExtFisc1º + CPExtFisc1º) / (CnEx1º + CpEx1º)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- $CnEx1º = CnExt1º + ExeJud1º$
- $CpEx1º = CpExt1º + ExeJudP1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.16. PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

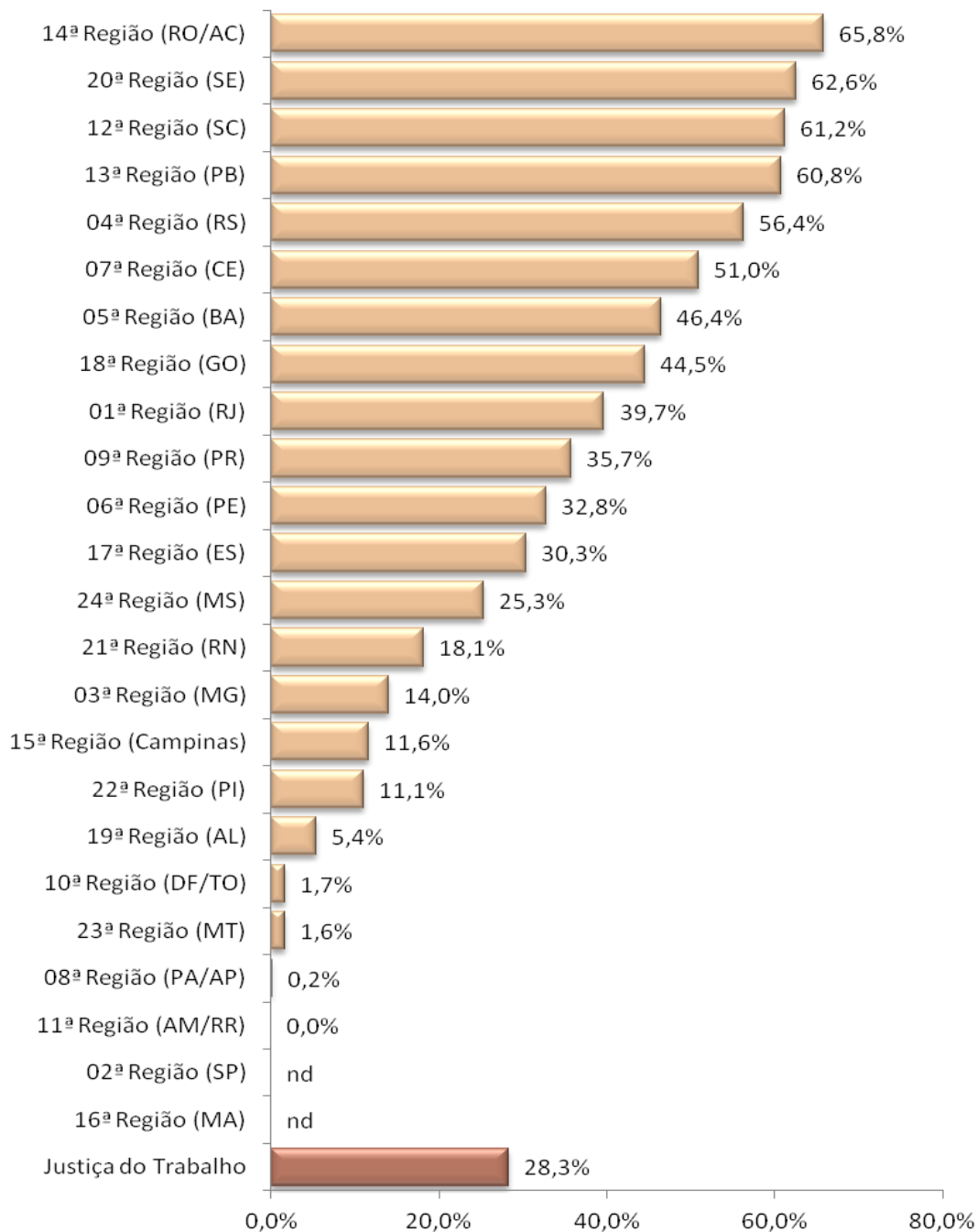
Tabela 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	1.682	837	5.021	1.620	39,7%
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	1.498	1.789	10.618	1.744	14,0%
04ª Região (RS)	2.092	695	3.425	408	56,4%
05ª Região (BA)	2.392	615	5.797	1.257	46,4%
06ª Região (PE)	475	650	1.258	458	32,8%
07ª Região (CE)	911	363	1.509	85	51,0%
08ª Região (PA/AP)	2	468	417	0	0,2%
09ª Região (PR)	4.308	6.440	14.369	8.752	35,7%
10ª Região (DF/TO)	168	509	10.422	1.057	1,7%
11ª Região (AM/RR)	0	1.849	3.316	2.510	0,0%
12ª Região (SC)	2.152	903	3.176	563	61,2%
13ª Região (PB)	1.360	120	3.579	1.461	60,8%
14ª Região (RO/AC)	414	123	850	344	65,8%
15ª Região (Campinas)	784	2.612	6.239	2.102	11,6%
16ª Região (MA)	nd	273	2.362	357	nd
17ª Região (ES)	1.398	364	4.702	458	30,3%
18ª Região (GO)	2.413	871	5.556	1.003	44,5%
19ª Região (AL)	151	164	2.814	164	5,4%
20ª Região (SE)	1.961	115	3.159	139	62,6%
21ª Região (RN)	608	327	3.206	177	18,1%
22ª Região (PI)	163	391	1.575	492	11,1%
23ª Região (MT)	28	797	1.317	415	1,6%
24ª Região (MS)	408	431	1.346	167	25,3%
Justiça do Trabalho	25.368	21.706	96.033	25.733	28,3%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.30 - PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

PExSFisc1º - Percentual de Processos de Execução Fiscal Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução fiscal que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução fiscal no final do período-base (semestre).

Fórmula: $PexSFisc1^\circ = (ExeSuSFisc1^\circ / (CnExtFisc1^\circ + CpExtFisc1^\circ - TBaixExtFisc1^\circ)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ExeSuSFisc1º - Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório: Os processos de execução fiscal ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base.
- CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau: As execuções fiscais que ingressaram ou foram protocolizadas na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's).
- CpExtFisc1º - Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau: Saldo residual de processos de execução fiscal (inclusive os recebidos da Justiça Comum) que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os precatórios judiciais e as Requisições de Pequeno Valor (RPV's)
- TBaixExtFisc1º - Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau: Os processos de execuções fiscais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para a instância superior; c) arquivados definitivamente. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.17. PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Tabela 2.31 - PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

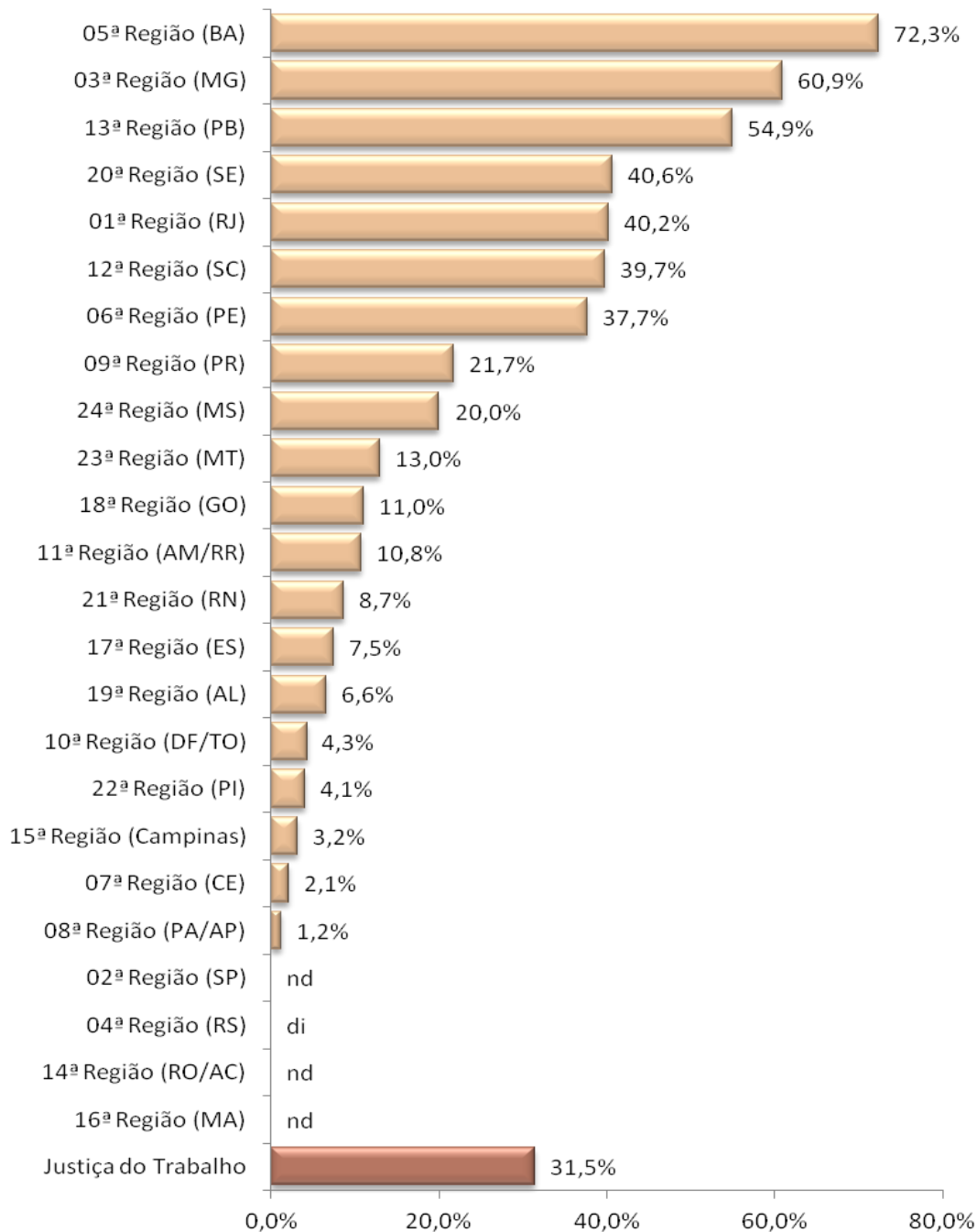
Tribunal Regional do Trabalho	ExeSuSNfisc1º - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais	Total de casos novos no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	Total de casos pendentes no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	Total de processos baixados no 1º grau com exceção das execuções fiscais.	PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau
01ª Região (RJ)	48.280	70.003	133.885	83.900	40,2%
02ª Região (SP)	199.237	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	68.512	91.776	63.494	42.711	60,9%
04ª Região (RS)	135.876	48.288	122.683	50.943	113%(*)
05ª Região (BA)	88.568	27.468	120.569	25.585	72,3%
06ª Região (PE)	24.923	54.651	68.045	56.665	37,7%
07ª Região (CE)	1.341	26.636	48.887	10.884	2,1%
08ª Região (PA/AP)	594	19.288	55.790	24.464	1,2%
09ª Região (PR)	30.351	65.164	116.530	41.831	21,7%
10ª Região (DF/TO)	2.293	16.576	58.521	21.275	4,3%
11ª Região (AM/RR)	1.935	14.804	20.124	16.942	10,8%
12ª Região (SC)	26.143	22.272	78.089	34.561	39,7%
13ª Região (PB)	6.796	9.506	14.425	11.558	54,9%
14ª Região (RO/AC)	6.316	nd	nd	nd	nd
15ª Região (Campinas)	9.783	82.487	354.716	132.128	3,2%
16ª Região (MA)	4.465	8.924	nd	nd	nd
17ª Região (ES)	1.972	11.739	28.639	13.927	7,5%
18ª Região (GO)	4.329	38.223	25.594	24.440	11,0%
19ª Região (AL)	2.467	6.010	38.045	6.879	6,6%
20ª Região (SE)	7.383	3.692	19.483	5.005	40,6%
21ª Região (RN)	6.910	27.048	63.990	11.602	8,7%
22ª Região (PI)	707	6.629	20.307	9.635	4,1%
23ª Região (MT)	3.427	18.726	24.351	16.704	13,0%
24ª Região (MS)	3.523	10.068	15.421	7.904	20,0%
Justiça do Trabalho	686.131	679.978	1.491.588	649.543	31,5%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(*) Dado inconsistente (di): Valor apresentado não pode ser superior a 100%.

Gráfico 2.31 - PEXS1⁹ - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

(*) Dado inconsistente (di): Valor apresentado não pode ser superior a 100%.

Glossário:

PExS1º - Percentual de Processos de Execução de Títulos Judiciais e Extrajudiciais (exceto fiscal) que estão Suspensos ou Sobrestados ou em Arquivo Provisório no 1º grau

Finalidade: Indicar o percentual de processos de execução que se encontram suspensos ou sobrestados ou em arquivo provisório em relação ao total de processos de execução no final período-base (semestre). Não são consideradas as execuções fiscais.

Fórmula: $PexS1^\circ = (ExeSuSNFisc1^\circ / (CnExtNFisc1^\circ + ExeJud1^\circ + CpExtNFisc1^\circ + ExeJudP1^\circ - TBaixExtNFisc1^\circ - TBaixJud1^\circ)) \times 100$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **ExeSuSNfisc1º** - Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais: Os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais ingressados na Justiça do Trabalho de 1º Grau que se encontram sobrestados ou suspensos ou em arquivo provisório no final do período-base (semestre). Excluem-se as execuções fiscais.
- $TcJud1^\circ = 1 - TBaixJud1^\circ / (ExeJud1^\circ + ExeJudP1^\circ)$
- $TcJud1^\circ = 1 - TBaixJud1^\circ / (ExeJud1^\circ + ExeJudP1^\circ)$
- $TcJud1^\circ = 1 - TBaixJud1^\circ / (ExeJud1^\circ + ExeJudP1^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

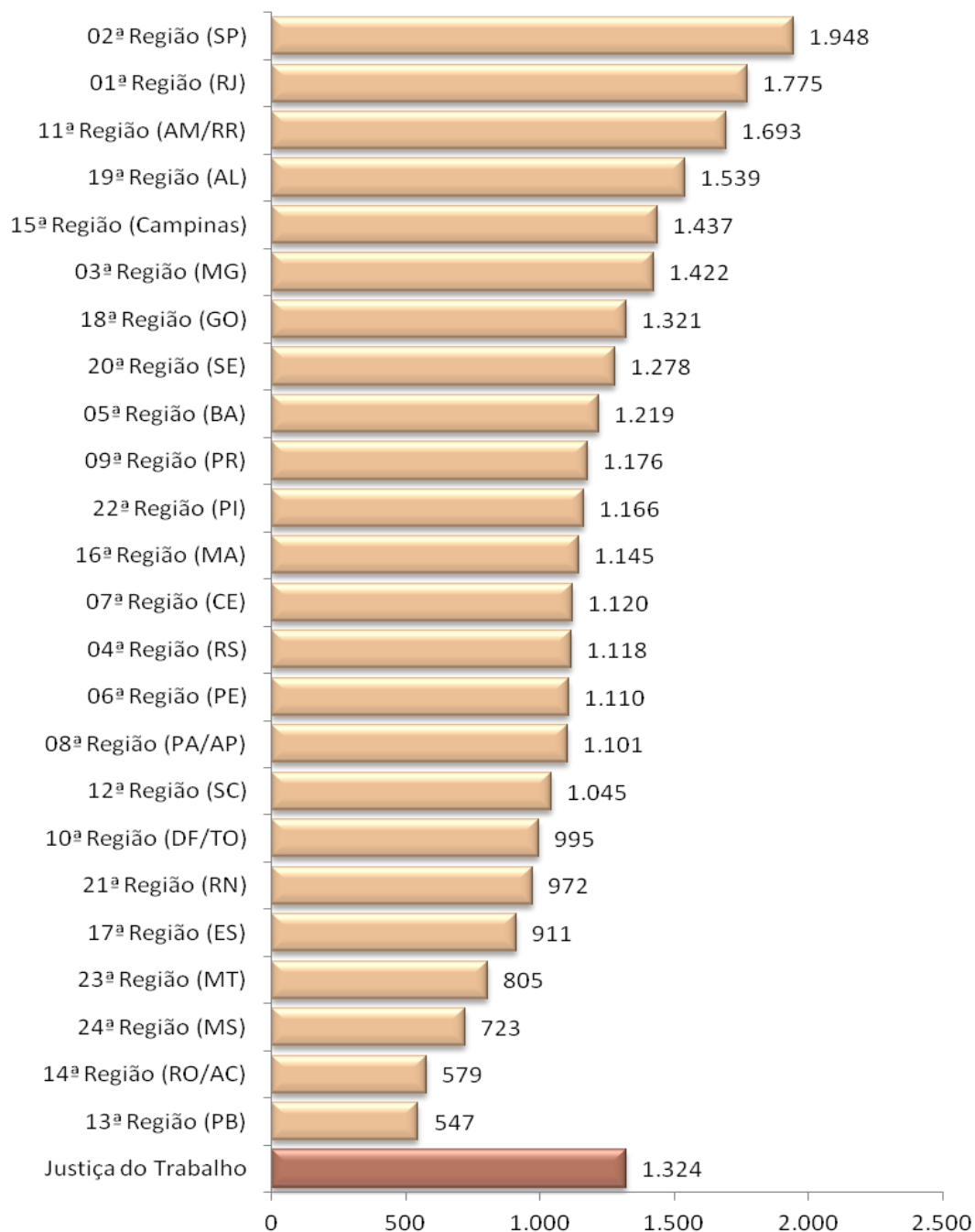
2.2.18. KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	203.403	161.962	35.146	12.983	233	1.775
02ª Região (SP)	348.885	231.341	49.541	5.141	326	1.948
03ª Região (MG)	240.713	84.010	30.036	795	250	1.422
04ª Região (RS)	137.117	80.891	19.018	5.560	217	1.118
05ª Região (BA)	109.664	76.001	16.611	17.106	180	1.219
06ª Região (PE)	100.178	29.855	11.593	2.642	130	1.110
07ª Região (CE)	44.286	15.566	2.270	586	56	1.120
08ª Região (PA/AP)	76.104	13.262	3.575	2.878	87	1.101
09ª Região (PR)	117.205	62.568	18.432	578	169	1.176
10ª Região (DF/TO)	58.860	10.178	6.914	672	77	995
11ª Região (AM/RR)	55.071	21.164	2.204	1.154	47	1.693
12ª Região (SC)	66.592	31.099	7.997	869	102	1.045
13ª Região (PB)	20.497	8.270	2.165	248	57	547
14ª Região (RO/AC)	25.442	3.550	1.028	65	52	579
15ª Região (Campinas)	244.724	177.901	28.359	5.899	318	1.437
16ª Região (MA)	29.542	12.967	1.649	495	39	1.145
17ª Região (ES)	30.588	10.795	5.457	1.458	53	911
18ª Região (GO)	80.577	11.044	4.525	293	73	1.321
19ª Região (AL)	32.972	22.163	1.704	98	37	1.539
20ª Região (SE)	17.951	8.335	2.672	447	23	1.278
21ª Região (RN)	25.116	5.938	2.847	133	35	972
22ª Região (PI)	21.788	4.564	2.241	557	25	1.166
23ª Região (MT)	41.043	5.593	1.772	3.085	64	805
24ª Região (MS)	26.185	8.908	2.500	0	52	723
Justiça do Trabalho	2.154.503	1.097.925	260.256	63.742	2.702	1.324

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.32 - KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de conhecimento dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $KC1^\circ = (CnC1^\circ + CpC1^\circ + RIntC1^\circ + RIntCP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- RIntCP1º - Recursos Internos Pendentes da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Saldo residual de embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau opostos até o final do período anterior ao período-base (semestre) e que não foram decididos até o final do período anterior ao período-base (semestre).
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.19. KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

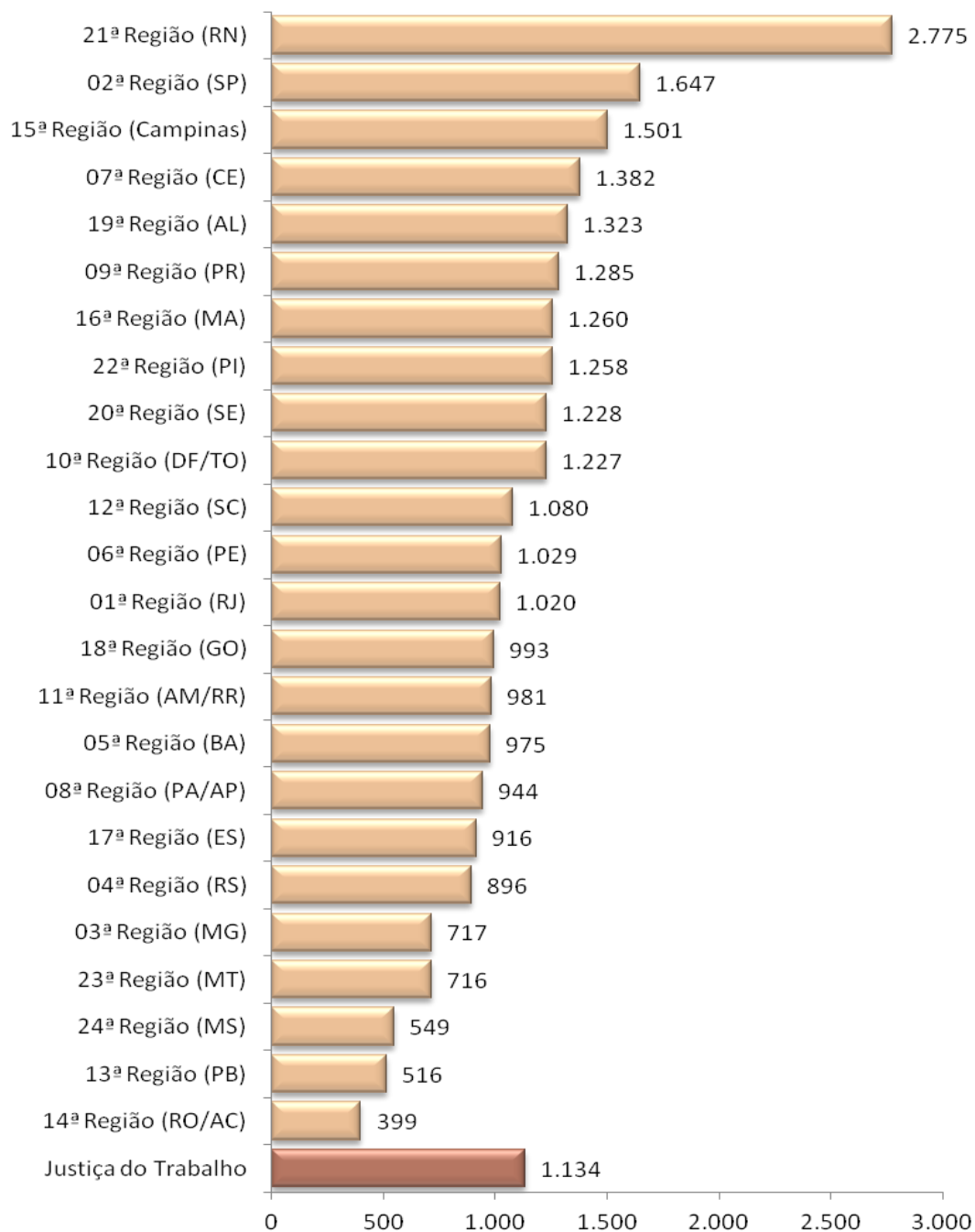
Tabela 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	IncEx1º - Incidentes em Execução no 1º Grau	IncExP1º - Incidentes em Execução Pendentes no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	70.840	138.906	21.617	6.302	233	1.020
02ª Região (SP)	205.935	307.507	21.232	2.386	326	1.647
03ª Região (MG)	93.565	74.112	10.261	1.209	250	717
04ª Região (RS)	48.983	126.108	14.676	4.558	217	896
05ª Região (BA)	28.083	126.366	9.136	11.931	180	975
06ª Região (PE)	55.301	69.303	5.362	3.756	130	1.029
07ª Região (CE)	26.999	50.396	nd	nd	56	1.382
08ª Região (PA/AP)	19.756	56.207	2.573	3.622	87	944
09ª Região (PR)	71.604	130.899	13.814	923	169	1.285
10ª Região (DF/TO)	17.085	68.943	3.465	4.969	77	1.227
11ª Região (AM/RR)	16.653	23.440	1.994	4.041	47	981
12ª Região (SC)	23.175	81.265	5.768	nd	102	1.080
13ª Região (PB)	9.626	18.004	1.567	198	57	516
14ª Região (RO/AC)	9.176	10.180	1.230	185	52	399
15ª Região (Campinas)	85.099	360.955	15.175	16.150	318	1.501
16ª Região (MA)	9.197	36.821	2.749	354	39	1.260
17ª Região (ES)	12.103	33.341	2.042	1.086	53	916
18ª Região (GO)	39.094	31.150	1.888	356	73	993
19ª Região (AL)	6.174	40.859	1.506	414	37	1.323
20ª Região (SE)	3.807	22.642	668	1.136	23	1.228
21ª Região (RN)	27.375	67.196	2.193	358	35	2.775
22ª Região (PI)	7.020	21.882	1.942	618	25	1.258
23ª Região (MT)	19.523	25.668	435	169	64	716
24ª Região (MS)	10.499	16.767	1.280	0	52	549
Justiça do Trabalho	916.672	1.938.917	142.573	64.721	2.702	1.134

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.33 - KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho na fase de execução dos Magistrados de 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $KEx1^\circ = (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ + IncEx1^\circ + IncExP1^\circ) / Mag1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$
- $IncEx1^\circ = IncExFisc1^\circ + IncExNFisc1^\circ$
- $IncExP1^\circ = IncExPFisc1^\circ + IncExPNFisc1^\circ$
- $Mag1^\circ = MagP1^\circ - MagAj1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

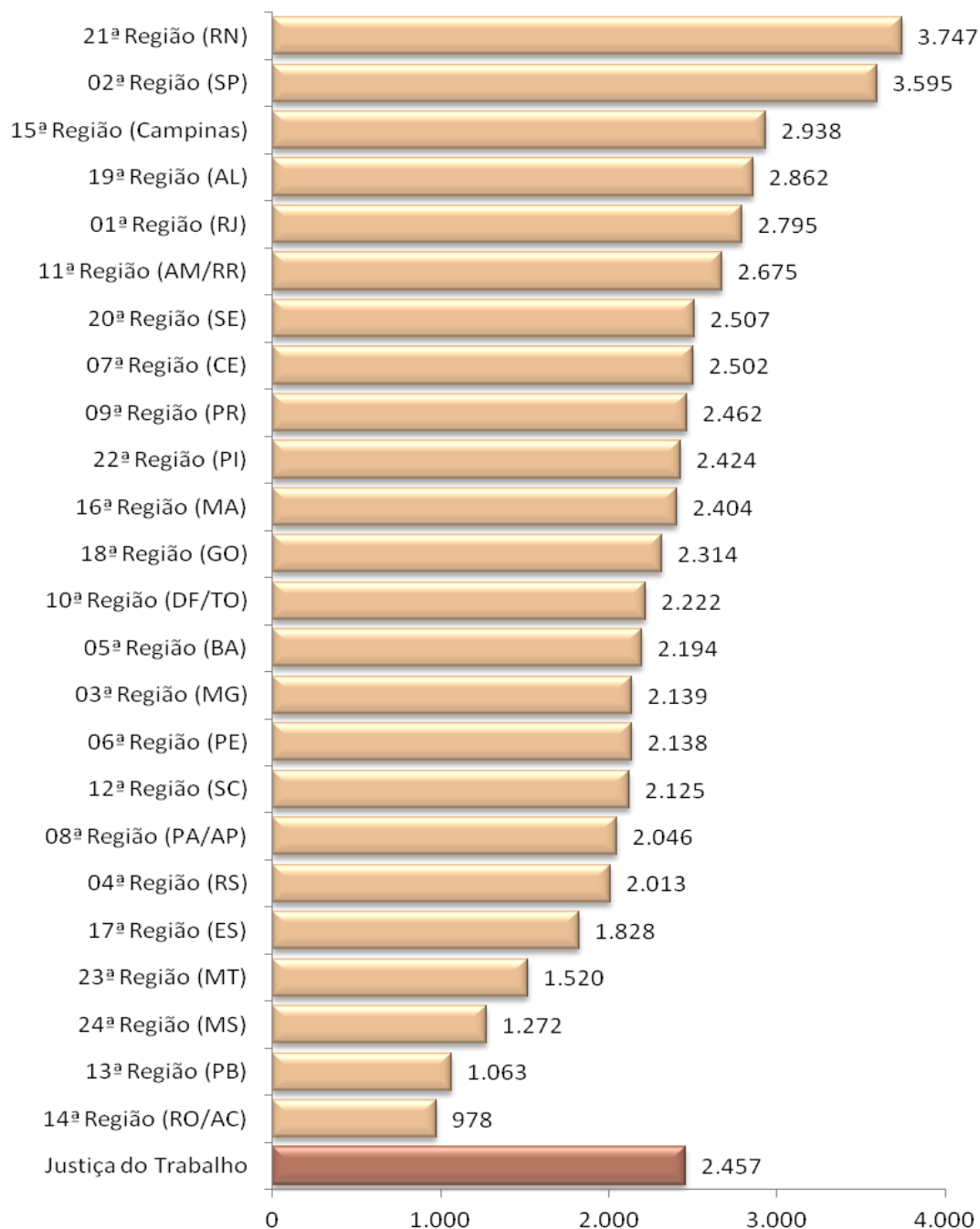
2.2.20. K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	KC1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	KEx1º - Carga de Trabalho dos Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.775	1.020	2.795
02ª Região (SP)	1.948	1.647	3.595
03ª Região (MG)	1.422	717	2.139
04ª Região (RS)	1.118	896	2.013
05ª Região (BA)	1.219	975	2.194
06ª Região (PE)	1.110	1.029	2.138
07ª Região (CE)	1.120	1.382	2.502
08ª Região (PA/AP)	1.101	944	2.046
09ª Região (PR)	1.176	1.285	2.462
10ª Região (DF/TO)	995	1.227	2.222
11ª Região (AM/RR)	1.693	981	2.675
12ª Região (SC)	1.045	1.080	2.125
13ª Região (PB)	547	516	1.063
14ª Região (RO/AC)	579	399	978
15ª Região (Campinas)	1.437	1.501	2.938
16ª Região (MA)	1.145	1.260	2.404
17ª Região (ES)	911	916	1.828
18ª Região (GO)	1.321	993	2.314
19ª Região (AL)	1.539	1.323	2.862
20ª Região (SE)	1.278	1.228	2.507
21ª Região (RN)	972	2.775	3.747
22ª Região (PI)	1.166	1.258	2.424
23ª Região (MT)	805	716	1.520
24ª Região (MS)	723	549	1.272
Justiça do Trabalho	1.324	1.134	2.457

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.34 - K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau



Glossário:

K1 - Carga de Trabalho dos Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos magistrados no 1º Grau.

Fórmula: $K1 = KC1 + KEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $KC1^{\circ} = (CnC1^{\circ} + CpC1^{\circ} + RIntC1^{\circ} + RIntCP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$
- $KEx1^{\circ} = (CnEx1^{\circ} + CpEx1^{\circ} + IncEx1^{\circ} + IncExP1^{\circ}) / Mag1^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.21. TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

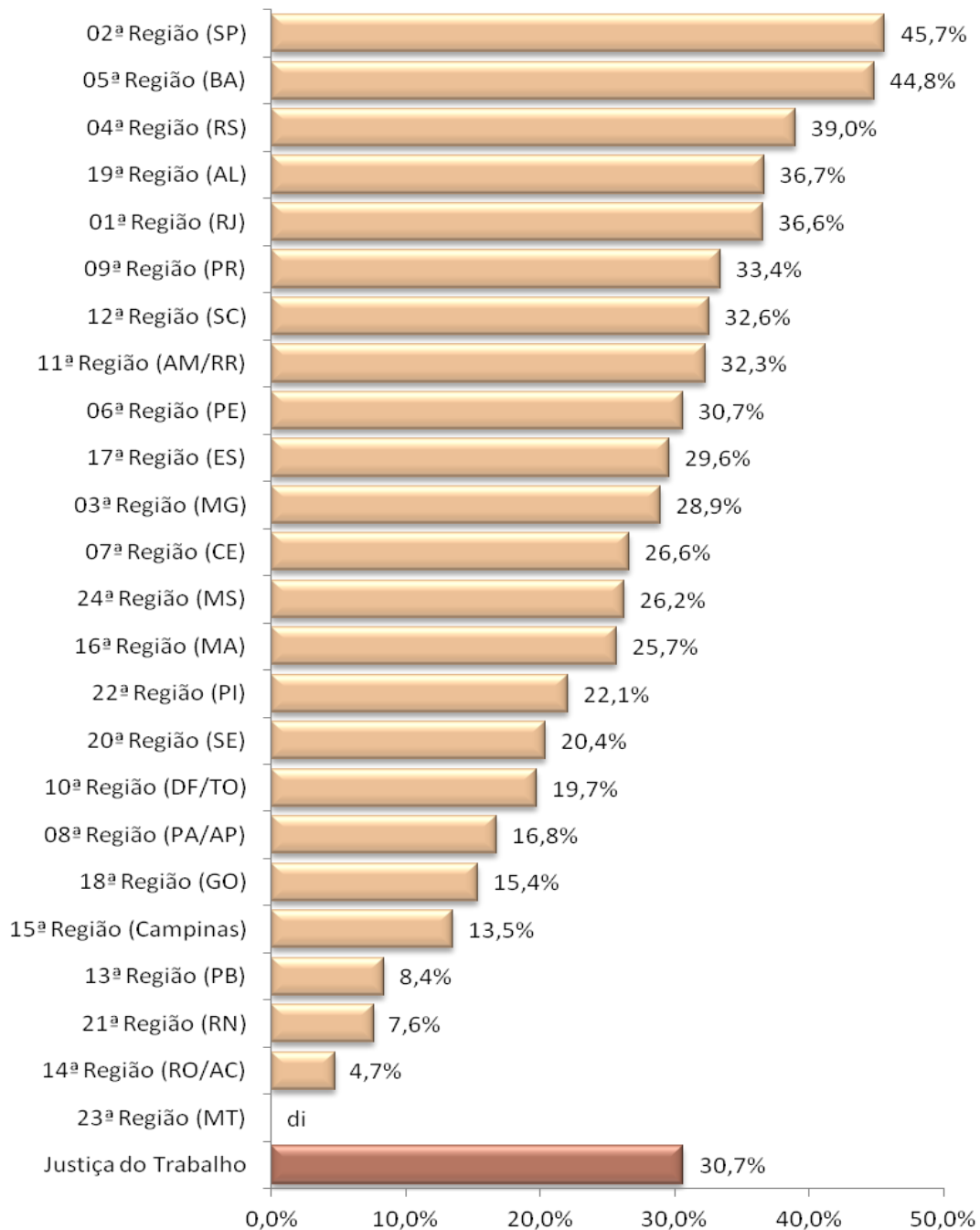
Tabela 2.35 - TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CpC1º - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau	TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	231.625	203.403	161.962	36,6%
02ª Região (SP)	315.320	348.885	231.341	45,7%
03ª Região (MG)	230.799	240.713	84.010	28,9%
04ª Região (RS)	132.977	137.117	80.891	39,0%
05ª Região (BA)	102.443	109.664	76.001	44,8%
06ª Região (PE)	90.165	100.178	29.855	30,7%
07ª Região (CE)	43.918	44.286	15.566	26,6%
08ª Região (PA/AP)	74.357	76.104	13.262	16,8%
09ª Região (PR)	119.639	117.205	62.568	33,4%
10ª Região (DF/TO)	55.431	58.860	10.178	19,7%
11ª Região (AM/RR)	51.601	55.071	21.164	32,3%
12ª Região (SC)	65.844	66.592	31.099	32,6%
13ª Região (PB)	26.354	20.497	8.270	8,4%
14ª Região (RO/AC)	27.624	25.442	3.550	4,7%
15ª Região (Campinas)	365.640	244.724	177.901	13,5%
16ª Região (MA)	31.581	29.542	12.967	25,7%
17ª Região (ES)	29.145	30.588	10.795	29,6%
18ª Região (GO)	77.542	80.577	11.044	15,4%
19ª Região (AL)	34.915	32.972	22.163	36,7%
20ª Região (SE)	20.923	17.951	8.335	20,4%
21ª Região (RN)	28.692	25.116	5.938	7,6%
22ª Região (PI)	20.539	21.788	4.564	22,1%
23ª Região (MT)	52.024	41.043	5.593	-12%(*)
24ª Região (MS)	25.882	26.185	8.908	26,2%
Justiça do Trabalho	2.254.980	2.154.503	1.097.925	30,7%

Fonte: Justiça em Números 2011.

(*) Dado inconsistente (di): O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Gráfico 2.35 - TCC1 9 - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau



(*) Dado inconsistente (di): O total de Processos Baixados foi maior que o número de processos em tramitação.

Glossário:

TCC1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TCC1^\circ = 1 - (TBaixC1^\circ / (CnC1^\circ + CpC1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- **CpC1º** - Casos Pendentes de Conhecimento em 1º Grau: Saldo residual de processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau até o final do período anterior ao período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial, e que não foram baixados até o final do período anterior ao período-base (semestre). Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações à sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração); as cartas precatórias de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

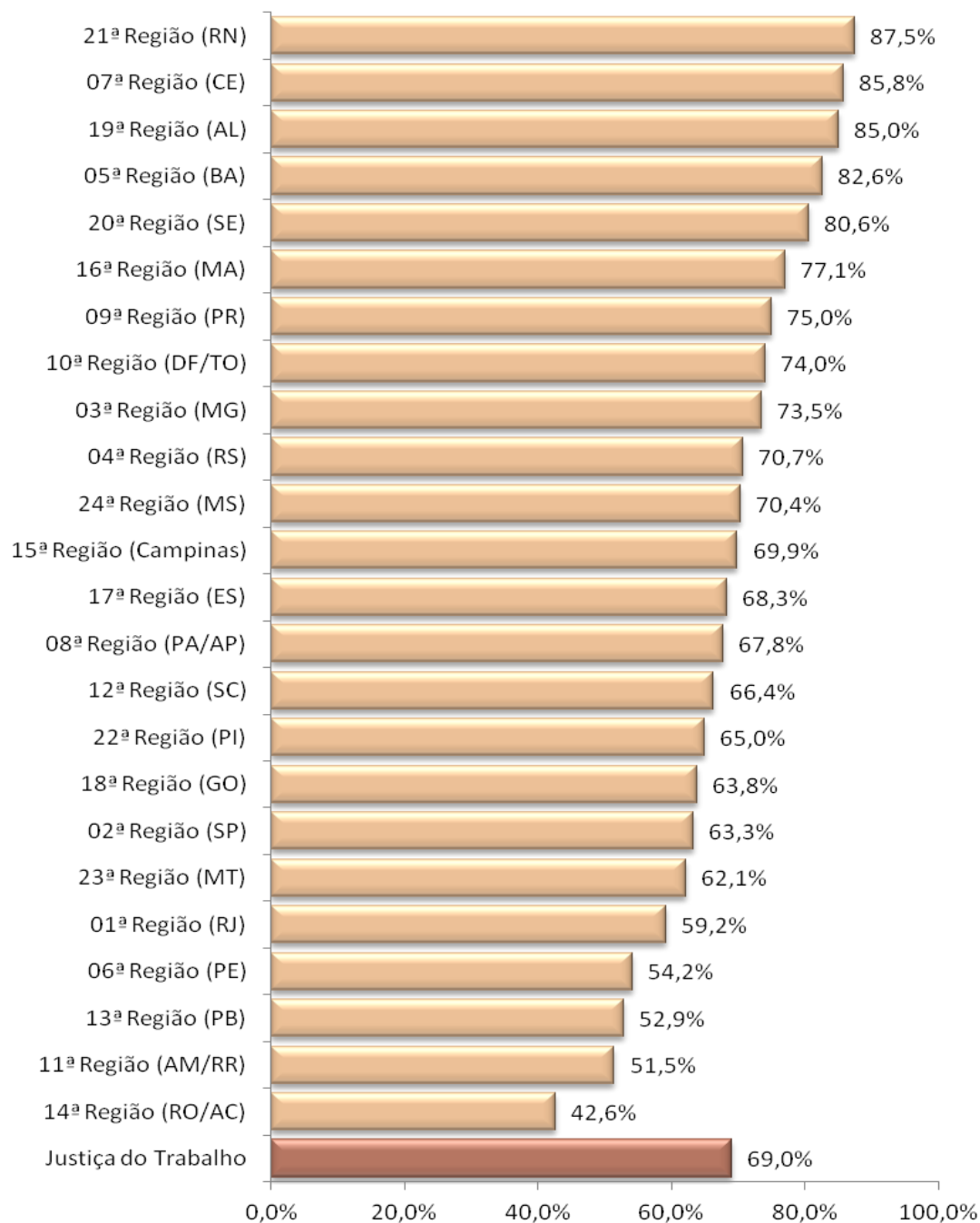
2.2.22. TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.36 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	CpEx1º - Casos Pendentes de Execução no 1º Grau	TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	85.520	70.840	138.906	59,2%
02ª Região (SP)	188.558	205.935	307.507	63,3%
03ª Região (MG)	44.455	93.565	74.112	73,5%
04ª Região (RS)	51.351	48.983	126.108	70,7%
05ª Região (BA)	26.842	28.083	126.366	82,6%
06ª Região (PE)	57.123	55.301	69.303	54,2%
07ª Região (CE)	10.969	26.999	50.396	85,8%
08ª Região (PA/AP)	24.464	19.756	56.207	67,8%
09ª Região (PR)	50.583	71.604	130.899	75,0%
10ª Região (DF/TO)	22.332	17.085	68.943	74,0%
11ª Região (AM/RR)	19.452	16.653	23.440	51,5%
12ª Região (SC)	35.124	23.175	81.265	66,4%
13ª Região (PB)	13.019	9.626	18.004	52,9%
14ª Região (RO/AC)	11.116	9.176	10.180	42,6%
15ª Região (Campinas)	134.230	85.099	360.955	69,9%
16ª Região (MA)	10.522	9.197	36.821	77,1%
17ª Região (ES)	14.385	12.103	33.341	68,3%
18ª Região (GO)	25.443	39.094	31.150	63,8%
19ª Região (AL)	7.043	6.174	40.859	85,0%
20ª Região (SE)	5.144	3.807	22.642	80,6%
21ª Região (RN)	11.779	27.375	67.196	87,5%
22ª Região (PI)	10.127	7.020	21.882	65,0%
23ª Região (MT)	17.119	19.523	25.668	62,1%
24ª Região (MS)	8.071	10.499	16.767	70,4%
Justiça do Trabalho	884.771	916.672	1.938.917	69,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.36 - TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

TCEx1º - Taxa de Congestionamento na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento na fase de execução no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $TCEx1^\circ = 1 - (TBaixEx1^\circ / (CnEx1^\circ + CpEx1^\circ))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$
- $CpEx1^\circ = CpExt1^\circ + ExeJudP1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

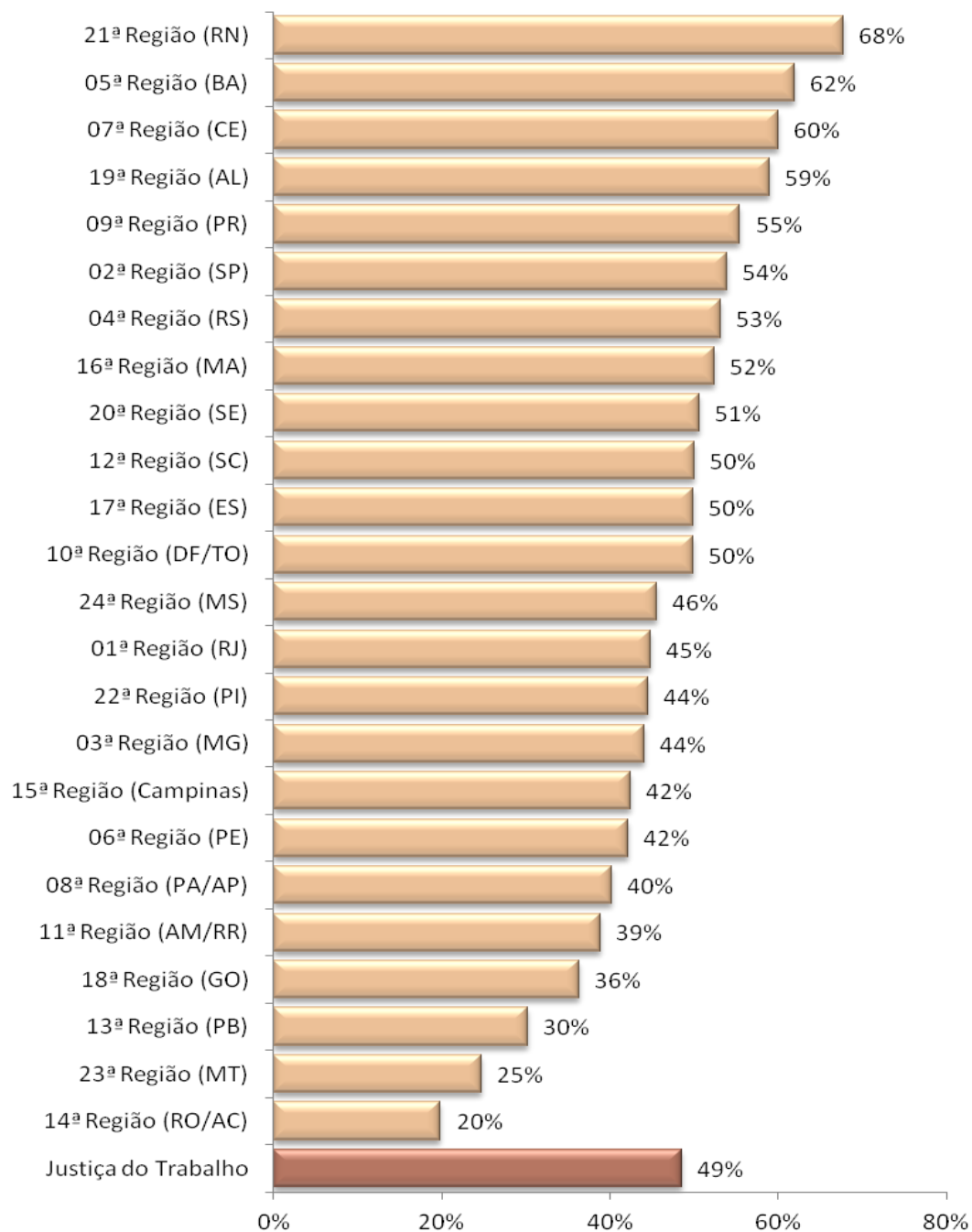
2.2.23. TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tabela 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix1º - Total de Processos Baixados no 1º Grau	Cn1º - Casos Novos no 1º Grau	Cp1º - Casos Pendentes no 1º Grau	TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	317.145	274.243	300.868	45%
02ª Região (SP)	503.878	554.820	538.848	54%
03ª Região (MG)	275.254	334.278	158.122	44%
04ª Região (RS)	184.328	186.100	206.999	53%
05ª Região (BA)	129.285	137.747	202.367	62%
06ª Região (PE)	147.288	155.479	99.158	42%
07ª Região (CE)	54.887	71.285	65.962	60%
08ª Região (PA/AP)	98.821	95.860	69.469	40%
09ª Região (PR)	170.222	188.809	193.467	55%
10ª Região (DF/TO)	77.763	75.945	79.121	50%
11ª Região (AM/RR)	71.053	71.724	44.604	39%
12ª Região (SC)	100.968	89.767	112.364	50%
13ª Região (PB)	39.373	30.123	26.274	30%
14ª Região (RO/AC)	38.740	34.618	13.730	20%
15ª Região (Campinas)	499.870	329.823	538.856	42%
16ª Região (MA)	42.103	38.739	49.788	52%
17ª Região (ES)	43.530	42.691	44.136	50%
18ª Região (GO)	102.985	119.671	42.194	36%
19ª Região (AL)	41.958	39.146	63.022	59%
20ª Região (SE)	26.067	21.758	30.977	51%
21ª Região (RN)	40.471	52.491	73.134	68%
22ª Região (PI)	30.666	28.808	26.446	44%
23ª Região (MT)	69.143	60.566	31.261	25%
24ª Região (MS)	33.953	36.684	25.675	46%
Justiça do Trabalho	3.139.751	3.071.175	3.036.842	49%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.37 - TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau



Glossário:

TC1 - Taxa de Congestionamento no 1º Grau

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no 1º Grau.

Fórmula: $TC1 = 1 - (T_{Baix1} / (Cn1 + Cp1))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix1} = T_{BaixC1} + T_{BaixEx1}$
- $Cn1 = CnC1 + CnEx1$
- $Cp1 = CpC1 + CpEx1$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

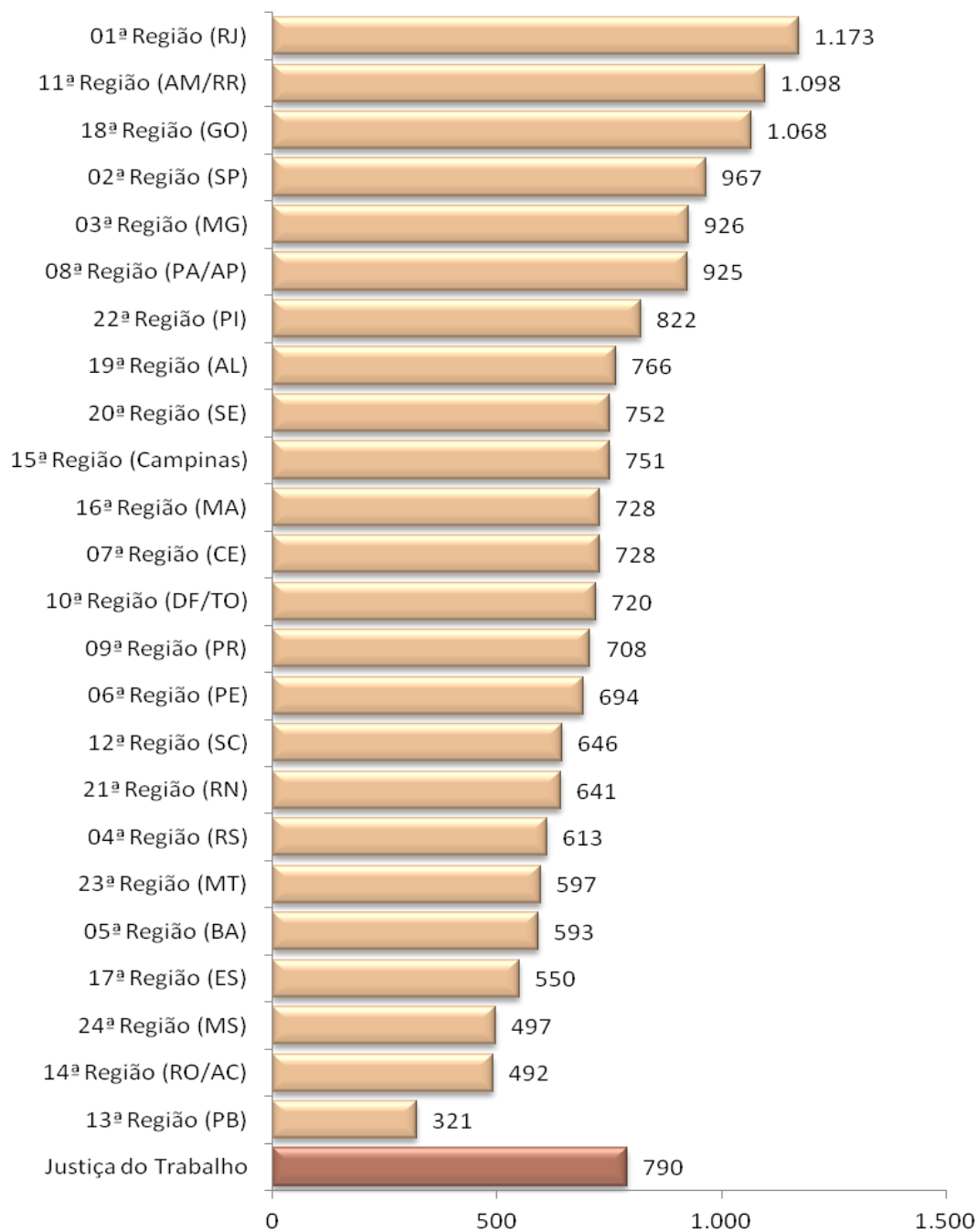
2.2.24. SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	273.366	233	1.173
02ª Região (SP)	315.320	326	967
03ª Região (MG)	231.617	250	926
04ª Região (RS)	132.977	217	613
05ª Região (BA)	106.749	180	593
06ª Região (PE)	90.165	130	694
07ª Região (CE)	40.767	56	728
08ª Região (PA/AP)	80.472	87	925
09ª Região (PR)	119.639	169	708
10ª Região (DF/TO)	55.431	77	720
11ª Região (AM/RR)	51.601	47	1.098
12ª Região (SC)	65.844	102	646
13ª Região (PB)	18.324	57	321
14ª Região (RO/AC)	25.570	52	492
15ª Região (Campinas)	238.789	318	751
16ª Região (MA)	28.400	39	728
17ª Região (ES)	29.145	53	550
18ª Região (GO)	77.948	73	1.068
19ª Região (AL)	28.349	37	766
20ª Região (SE)	17.305	23	752
21ª Região (RN)	22.443	35	641
22ª Região (PI)	20.539	25	822
23ª Região (MT)	38.180	64	597
24ª Região (MS)	25.858	52	497
Justiça do Trabalho	2.134.798	2.702	790

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.38 - SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau



Glossário:

SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de conhecimento da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SMC1^\circ = \text{SentC}1^\circ / \text{Mag}1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- SentC1º - Sentenças de Conhecimento no 1º grau: Todas as sentenças proferidas na fase de conhecimento no 1º Grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre). Havendo mais de uma sentença no mesmo processo, todas devem ser consideradas. Incluem-se apenas as sentenças nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- $\text{Mag}1^\circ = \text{MagP}1^\circ - \text{MagAj}1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

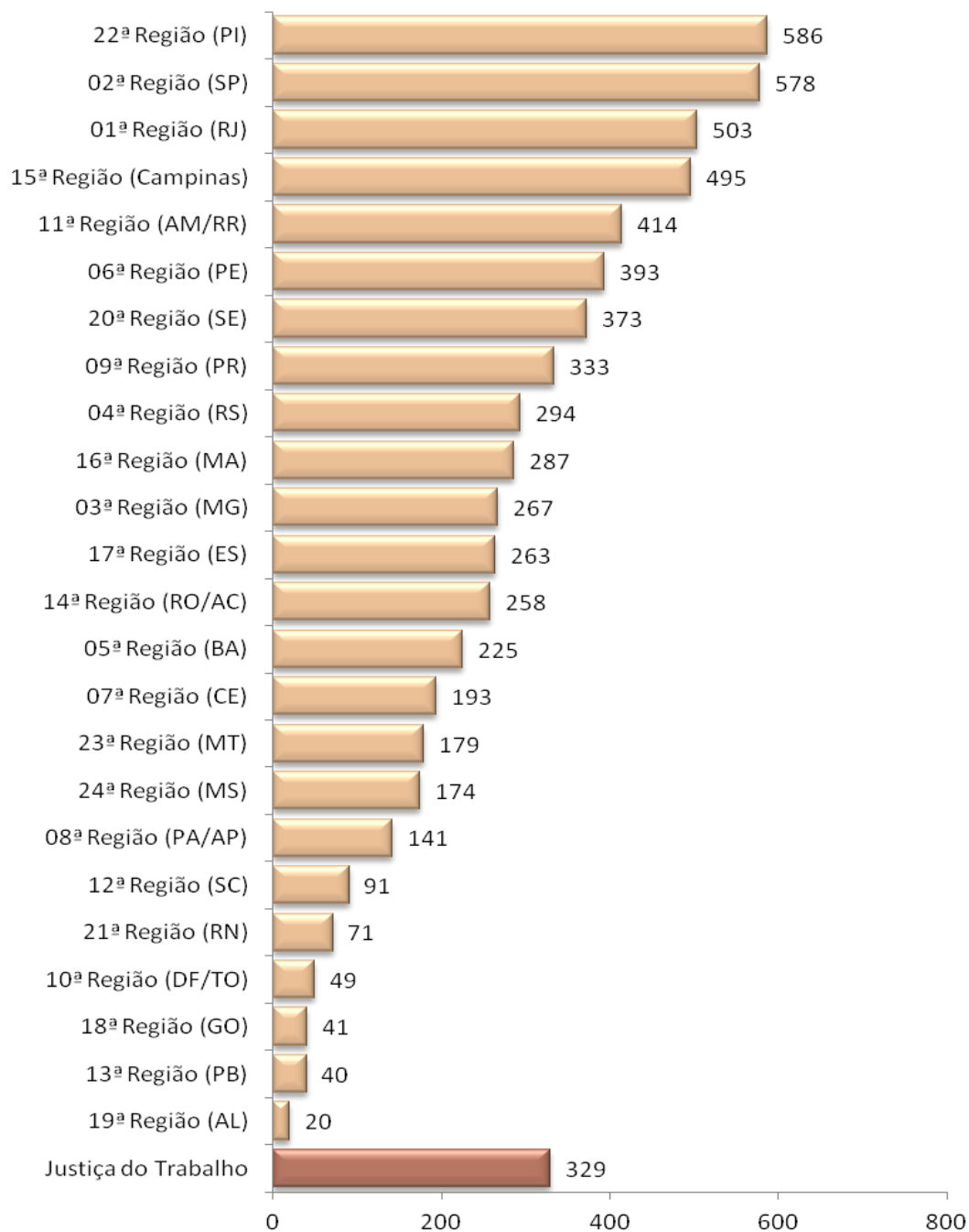
2.2.25. SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tabela 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SentEx1º - Sentenças em Execução no 1º Grau	Mag1º - Total de Magistrados no 1º Grau	SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	117.172	233	503
02ª Região (SP)	188.558	326	578
03ª Região (MG)	66.661	250	267
04ª Região (RS)	63.724	217	294
05ª Região (BA)	40.571	180	225
06ª Região (PE)	51.124	130	393
07ª Região (CE)	10.808	56	193
08ª Região (PA/AP)	12.252	87	141
09ª Região (PR)	56.281	169	333
10ª Região (DF/TO)	3.794	77	49
11ª Região (AM/RR)	19.452	47	414
12ª Região (SC)	9.231	102	91
13ª Região (PB)	2.269	57	40
14ª Região (RO/AC)	13.401	52	258
15ª Região (Campinas)	157.504	318	495
16ª Região (MA)	11.179	39	287
17ª Região (ES)	13.954	53	263
18ª Região (GO)	2.965	73	41
19ª Região (AL)	732	37	20
20ª Região (SE)	8.578	23	373
21ª Região (RN)	2.488	35	71
22ª Região (PI)	14.660	25	586
23ª Região (MT)	11.430	64	179
24ª Região (MS)	9.053	52	174
Justiça do Trabalho	887.841	2.702	329

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.39 - SMEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau



Glossário:

SME_{Ex1º} - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado de 1º Grau na fase de execução da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $SME_{Ex1º} = SentEx1º / Mag1º$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SentEx1º = SentExt1º + SentJud1º$
- $Mag1º = MagP1º - MagAj1º$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

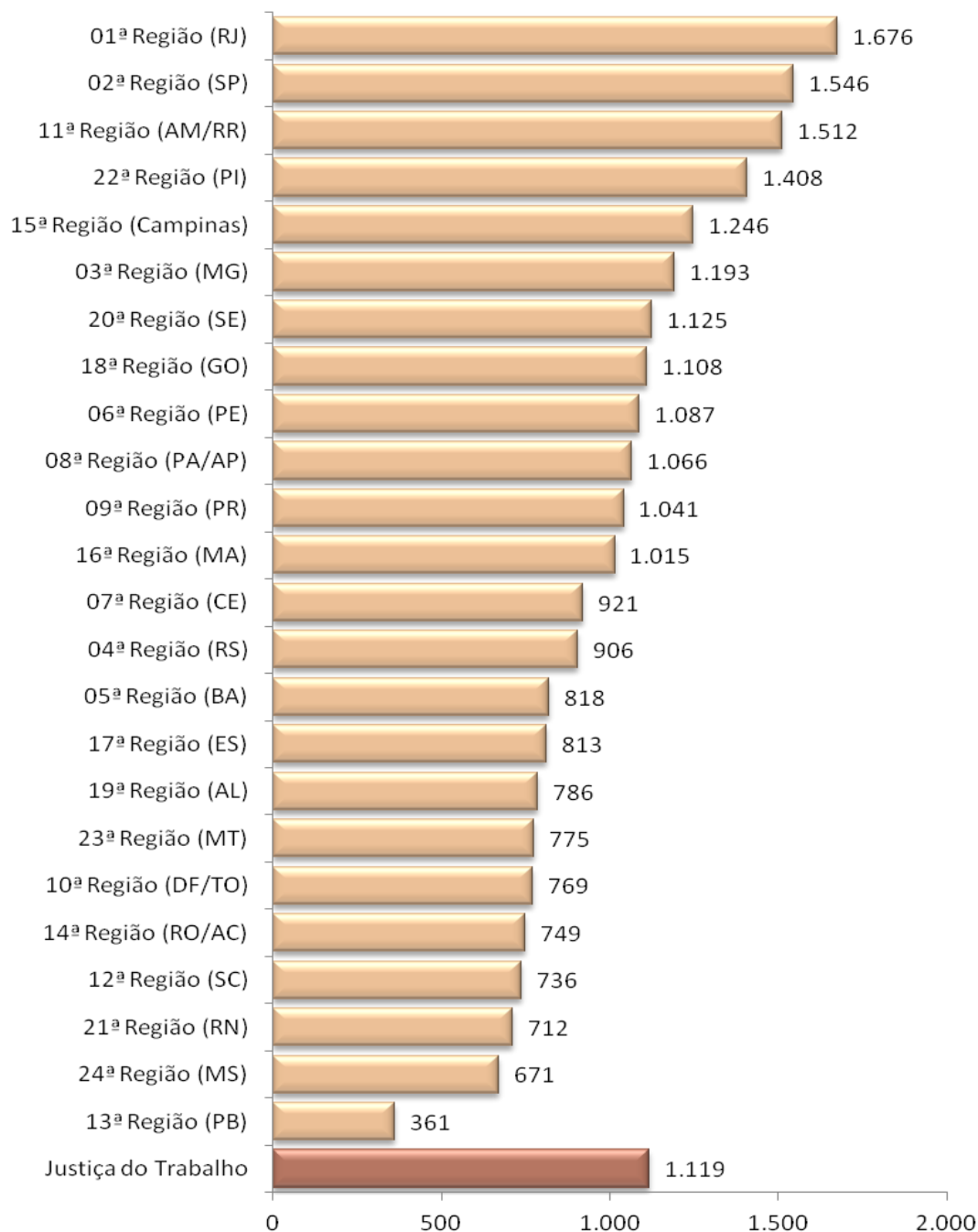
2.2.26. SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tabela 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	SMC1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Conhecimento do 1º Grau	SMEEx1º - Sentenças por Magistrados na Fase de Execução do 1º Grau	SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau
01ª Região (RJ)	1.173	503	1.676
02ª Região (SP)	967	578	1.546
03ª Região (MG)	926	267	1.193
04ª Região (RS)	613	294	906
05ª Região (BA)	593	225	818
06ª Região (PE)	694	393	1.087
07ª Região (CE)	728	193	921
08ª Região (PA/AP)	925	141	1.066
09ª Região (PR)	708	333	1.041
10ª Região (DF/TO)	720	49	769
11ª Região (AM/RR)	1.098	414	1.512
12ª Região (SC)	646	91	736
13ª Região (PB)	321	40	361
14ª Região (RO/AC)	492	258	749
15ª Região (Campinas)	751	495	1.246
16ª Região (MA)	728	287	1.015
17ª Região (ES)	550	263	813
18ª Região (GO)	1.068	41	1.108
19ª Região (AL)	766	20	786
20ª Região (SE)	752	373	1.125
21ª Região (RN)	641	71	712
22ª Região (PI)	822	586	1.408
23ª Região (MT)	597	179	775
24ª Região (MS)	497	174	671
Justiça do Trabalho	790	329	1.119

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.40 - SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau



Glossário:

SM1 - Sentenças por Magistrados no 1º Grau

Finalidade: Indicar a média de sentenças por Magistrado no 1º Grau.

Fórmula: $SM1 = SMC1 + SMEx1$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $SMC1º = \text{SentC1º} / \text{Mag1º}$
- $SMEx1º = \text{SentEx1º} / \text{Mag1º}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

2.2.27. ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

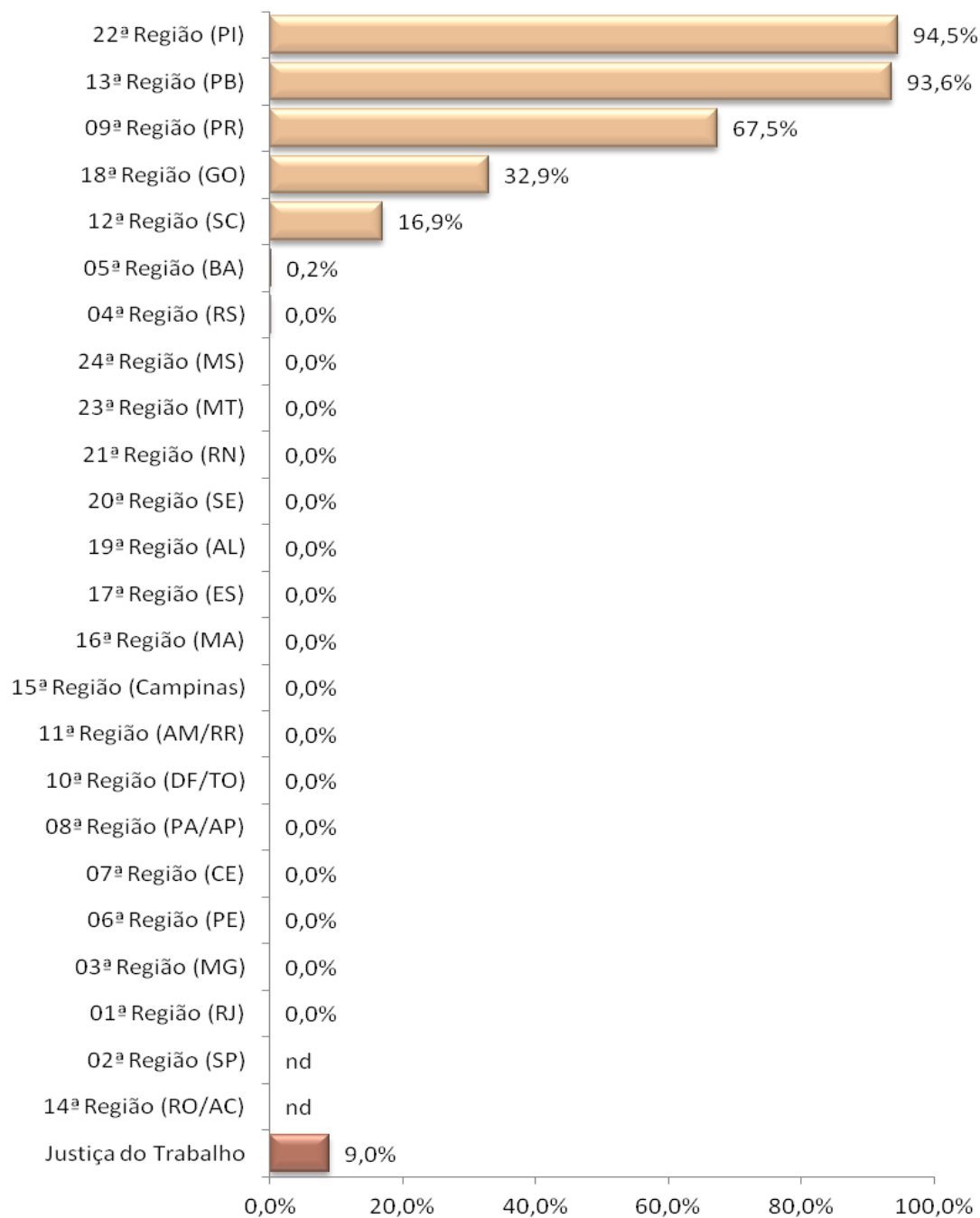
Tabela 2.41 - ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnExt1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º Grau	ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau
01ª Região (RJ)	0	203.403	1.129	0,0%
02ª Região (SP)	0	348.885	nd	nd
03ª Região (MG)	0	240.713	1.959	0,0%
04ª Região (RS)	5	137.117	1.123	0,0%
05ª Região (BA)	220	109.664	694	0,2%
06ª Região (PE)	0	100.178	1.473	0,0%
07ª Região (CE)	0	44.286	395	0,0%
08ª Região (PA/AP)	0	76.104	524	0,0%
09ª Região (PR)	84.076	117.205	7.422	67,5%
10ª Região (DF/TO)	0	58.860	546	0,0%
11ª Região (AM/RR)	0	55.071	1.859	0,0%
12ª Região (SC)	11.513	66.592	1.433	16,9%
13ª Região (PB)	19.432	20.497	268	93,6%
14ª Região (RO/AC)	nd	25.442	123	nd
15ª Região (Campinas)	0	244.724	3.403	0,0%
16ª Região (MA)	0	29.542	282	0,0%
17ª Região (ES)	0	30.588	386	0,0%
18ª Região (GO)	26.850	80.577	938	32,9%
19ª Região (AL)	0	32.972	193	0,0%
20ª Região (SE)	0	17.951	121	0,0%
21ª Região (RN)	0	25.116	351	0,0%
22ª Região (PI)	20.995	21.788	431	94,5%
23ª Região (MT)	0	41.043	934	0,0%
24ª Região (MS)	0	26.185	550	0,0%
Justiça do Trabalho	163.091	2.154.503	26.537	9,0%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 2.41 - ProcE11º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

ProcEl1º - Índice de Processos Eletrônicos no 1º Grau

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no 1º grau da Justiça do Trabalho no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEl1º} = \text{CnElet1º} / (\text{CnC1º} + \text{CnExt1º})$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- CnElet1º - Casos Novos Eletrônicos no 1º Grau: Os processos eletrônicos que ingressaram na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre). Incluem-se apenas as classes processuais compreendidas nas variáveis: a) CnC1º - Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau; b) CnExtFisc1º - Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau; d) CnExtNFisc1º - Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau.
- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $\text{CnExt1º} = \text{CnExtFisc1º} + \text{CnExtNFisc1º}$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

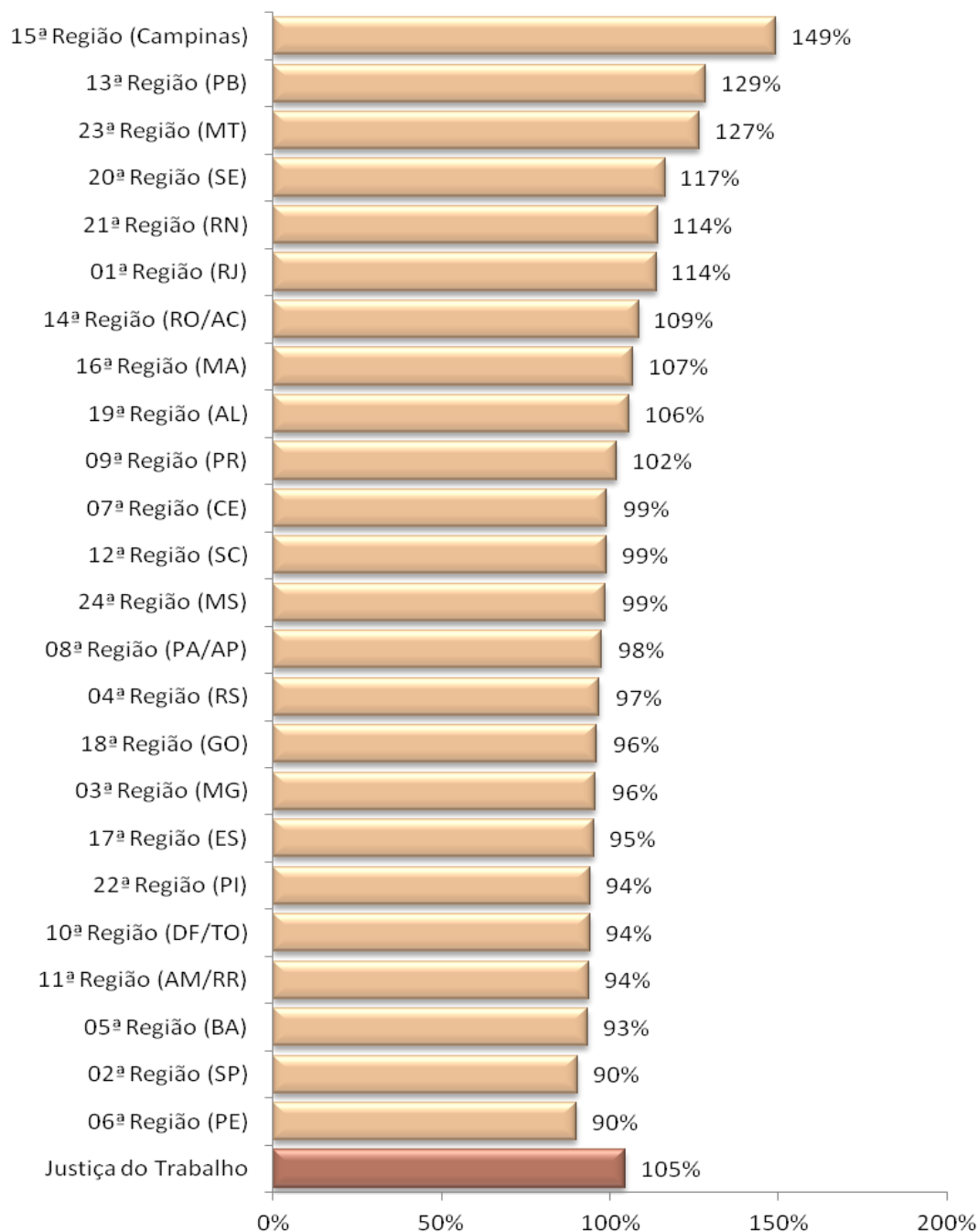
2.2.28. TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tabela 2.42 - TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau
01ª Região (RJ)	231.625	203.403	114%
02ª Região (SP)	315.320	348.885	90%
03ª Região (MG)	230.799	240.713	96%
04ª Região (RS)	132.977	137.117	97%
05ª Região (BA)	102.443	109.664	93%
06ª Região (PE)	90.165	100.178	90%
07ª Região (CE)	43.918	44.286	99%
08ª Região (PA/AP)	74.357	76.104	98%
09ª Região (PR)	119.639	117.205	102%
10ª Região (DF/TO)	55.431	58.860	94%
11ª Região (AM/RR)	51.601	55.071	94%
12ª Região (SC)	65.844	66.592	99%
13ª Região (PB)	26.354	20.497	129%
14ª Região (RO/AC)	27.624	25.442	109%
15ª Região (Campinas)	365.640	244.724	149%
16ª Região (MA)	31.581	29.542	107%
17ª Região (ES)	29.145	30.588	95%
18ª Região (GO)	77.542	80.577	96%
19ª Região (AL)	34.915	32.972	106%
20ª Região (SE)	20.923	17.951	117%
21ª Região (RN)	28.692	25.116	114%
22ª Região (PI)	20.539	21.788	94%
23ª Região (MT)	52.024	41.043	127%
24ª Região (MS)	25.882	26.185	99%
Justiça do Trabalho	2.254.980	2.154.503	105%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.42 - TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau



Glossário:

TbCnC1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de conhecimento do 1º Grau

Fórmula: $TbCnC1^\circ = TBaixC1^\circ / CnC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **TBaixC1º** - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- **CnC1º** - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

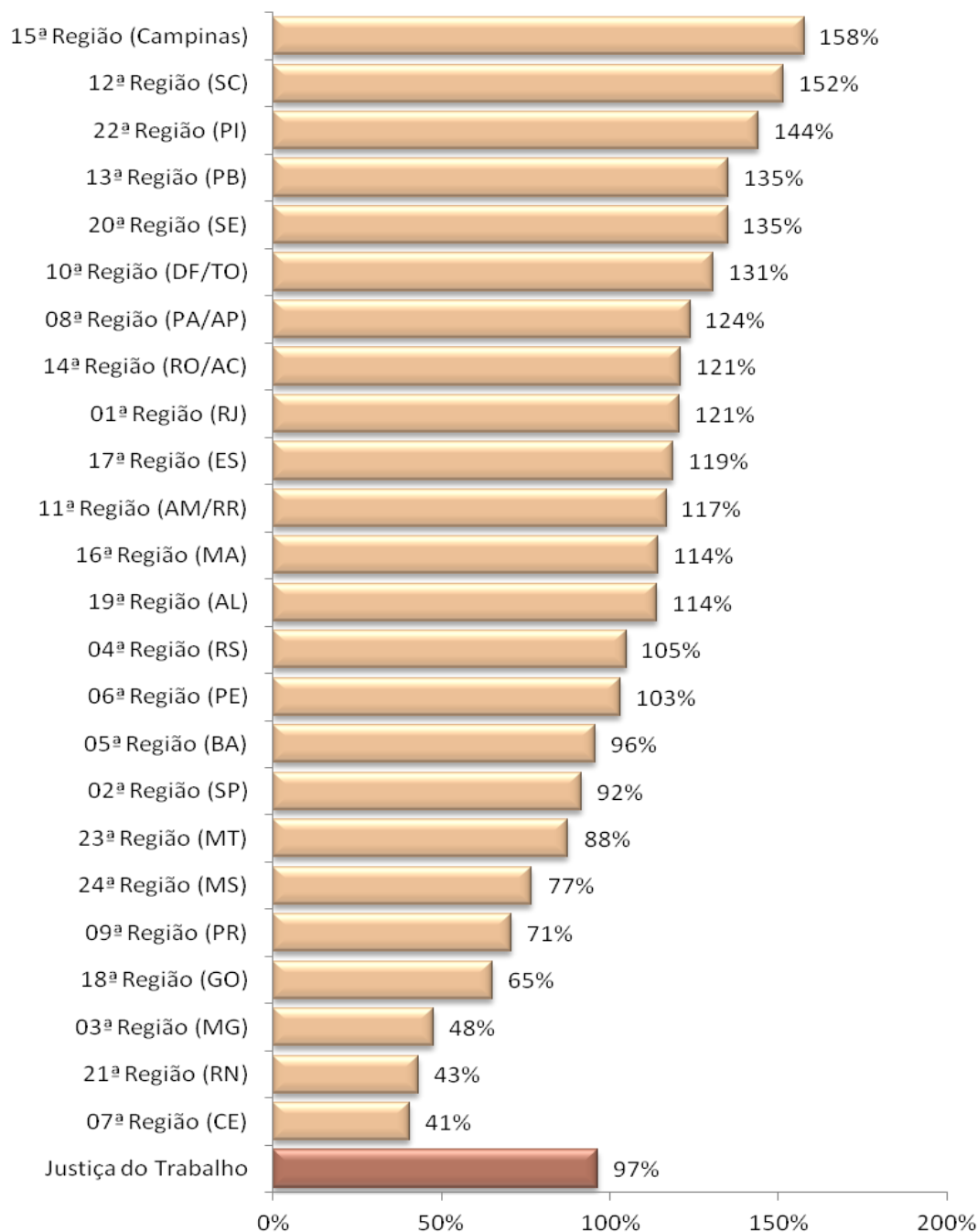
2.2.29. TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tabela 2.43 - TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau
01ª Região (RJ)	85.520	70.840	121%
02ª Região (SP)	188.558	205.935	92%
03ª Região (MG)	44.455	93.565	48%
04ª Região (RS)	51.351	48.983	105%
05ª Região (BA)	26.842	28.083	96%
06ª Região (PE)	57.123	55.301	103%
07ª Região (CE)	10.969	26.999	41%
08ª Região (PA/AP)	24.464	19.756	124%
09ª Região (PR)	50.583	71.604	71%
10ª Região (DF/TO)	22.332	17.085	131%
11ª Região (AM/RR)	19.452	16.653	117%
12ª Região (SC)	35.124	23.175	152%
13ª Região (PB)	13.019	9.626	135%
14ª Região (RO/AC)	11.116	9.176	121%
15ª Região (Campinas)	134.230	85.099	158%
16ª Região (MA)	10.522	9.197	114%
17ª Região (ES)	14.385	12.103	119%
18ª Região (GO)	25.443	39.094	65%
19ª Região (AL)	7.043	6.174	114%
20ª Região (SE)	5.144	3.807	135%
21ª Região (RN)	11.779	27.375	43%
22ª Região (PI)	10.127	7.020	144%
23ª Região (MT)	17.119	19.523	88%
24ª Região (MS)	8.071	10.499	77%
Justiça do Trabalho	884.771	916.672	97%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.43 - TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau



Glossário:

TbCnEx1º - Processos Baixados por Caso Novo na fase de execução do 1º Grau

Fórmula: $TbCnEx1^\circ = TbaixEx1^\circ / CnEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TbaixEx1^\circ = TbaixExt1^\circ + TbaixJud1^\circ$
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

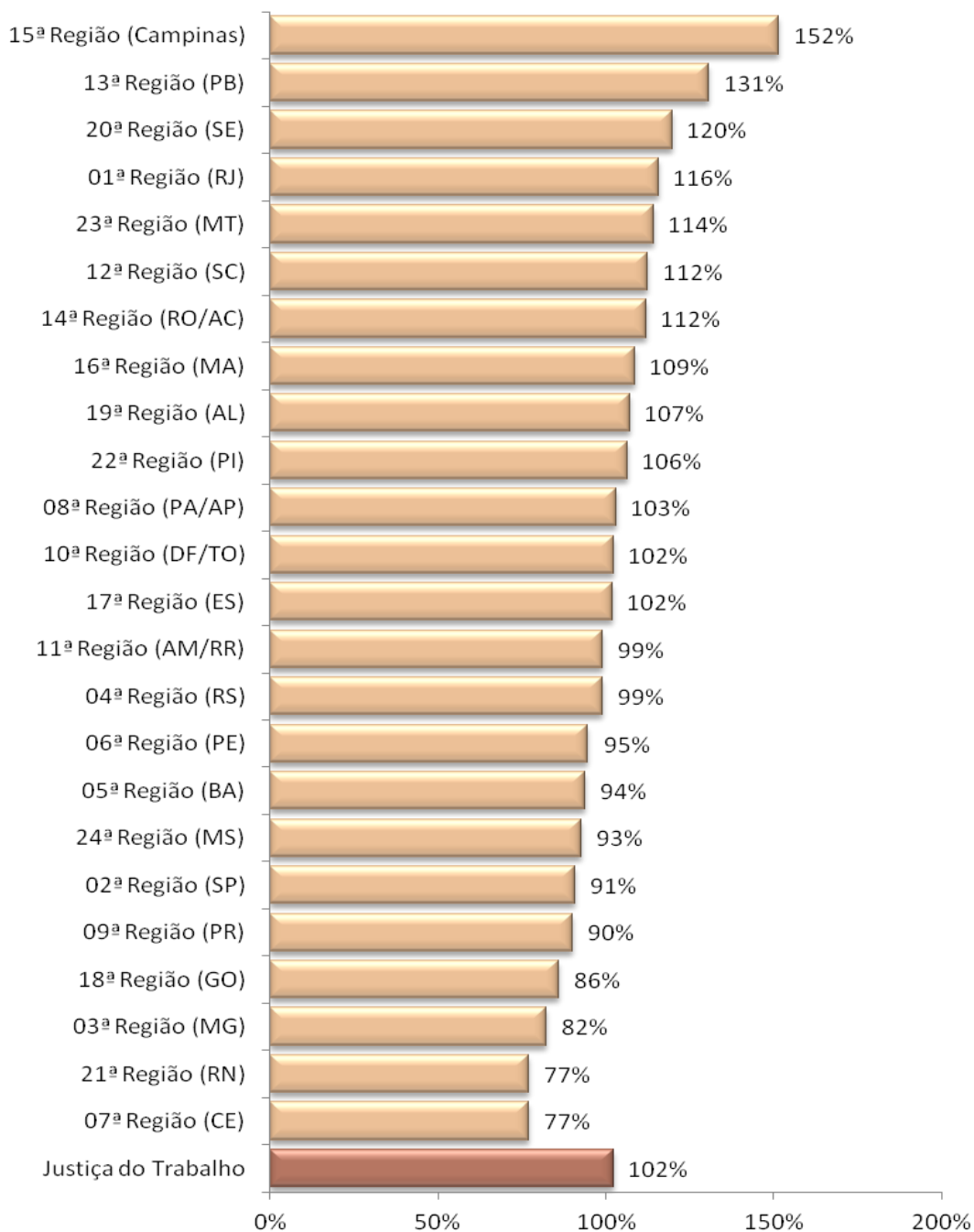
2.2.30. TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tabela 2.44 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau	TBaixEx1º - Total de Processos Baixados de Execução no 1º Grau	CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau	CnEx1º - Casos Novos de Execução no 1º Grau	TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau
01ª Região (RJ)	231.625	85.520	203.403	70.840	116%
02ª Região (SP)	315.320	188.558	348.885	205.935	91%
03ª Região (MG)	230.799	44.455	240.713	93.565	82%
04ª Região (RS)	132.977	51.351	137.117	48.983	99%
05ª Região (BA)	102.443	26.842	109.664	28.083	94%
06ª Região (PE)	90.165	57.123	100.178	55.301	95%
07ª Região (CE)	43.918	10.969	44.286	26.999	77%
08ª Região (PA/AP)	74.357	24.464	76.104	19.756	103%
09ª Região (PR)	119.639	50.583	117.205	71.604	90%
10ª Região (DF/TO)	55.431	22.332	58.860	17.085	102%
11ª Região (AM/RR)	51.601	19.452	55.071	16.653	99%
12ª Região (SC)	65.844	35.124	66.592	23.175	112%
13ª Região (PB)	26.354	13.019	20.497	9.626	131%
14ª Região (RO/AC)	27.624	11.116	25.442	9.176	112%
15ª Região (Campinas)	365.640	134.230	244.724	85.099	152%
16ª Região (MA)	31.581	10.522	29.542	9.197	109%
17ª Região (ES)	29.145	14.385	30.588	12.103	102%
18ª Região (GO)	77.542	25.443	80.577	39.094	86%
19ª Região (AL)	34.915	7.043	32.972	6.174	107%
20ª Região (SE)	20.923	5.144	17.951	3.807	120%
21ª Região (RN)	28.692	11.779	25.116	27.375	77%
22ª Região (PI)	20.539	10.127	21.788	7.020	106%
23ª Região (MT)	52.024	17.119	41.043	19.523	114%
24ª Região (MS)	25.882	8.071	26.185	10.499	93%
Justiça do Trabalho	2.254.980	884.771	2.154.503	916.672	102%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.44 - TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau



Glossário:

TbCn1º - Processos Baixados por Caso Novo no 1º Grau

Fórmula: $TbCn1^\circ = (TBaixC1^\circ + TBaixEx1^\circ) / (CnC1^\circ + CnEx1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- TBaixC1º - Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais, ações constitucionais que foram baixados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros. Consideram-se baixados os processos: a) remetidos para outros órgãos judiciais competentes, desde que vinculados a tribunais diferentes; b) remetidos para as instâncias superiores; c) arquivados definitivamente; d) em que houve decisões que transitaram em julgado e iniciou-se a liquidação, cumprimento ou execução. Não se constituem por baixas as remessas para cumprimento de diligências e as entregas para carga/vista. Havendo mais de um movimento de baixa no mesmo processo, apenas o primeiro deve ser considerado. Incluem-se apenas as baixas nas classes processuais compreendidas na variável CnC1º - Casos novos de conhecimento no 1º grau.
- $TBaixEx1^\circ = TBaixExt1^\circ + TBaixJud1^\circ$
- CnC1º - Casos Novos de Conhecimento em 1º Grau: Os processos de conhecimento, cautelares, mandamentais e ações constitucionais que ingressaram ou foram protocolizados na Justiça do Trabalho de 1º Grau no período-base (semestre), incluídos os embargos de terceiros e os embargos do devedor na execução de título extrajudicial. Excluem-se os embargos à execução em título judicial, as impugnações a sentença de liquidação e ao cumprimento de títulos judiciais, os recursos internos (embargos de declaração), as cartas precatórias e de ordem recebidas e outros procedimentos passíveis de solução por despacho de mero expediente.
- $CnEx1^\circ = CnExt1^\circ + ExeJud1^\circ$

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

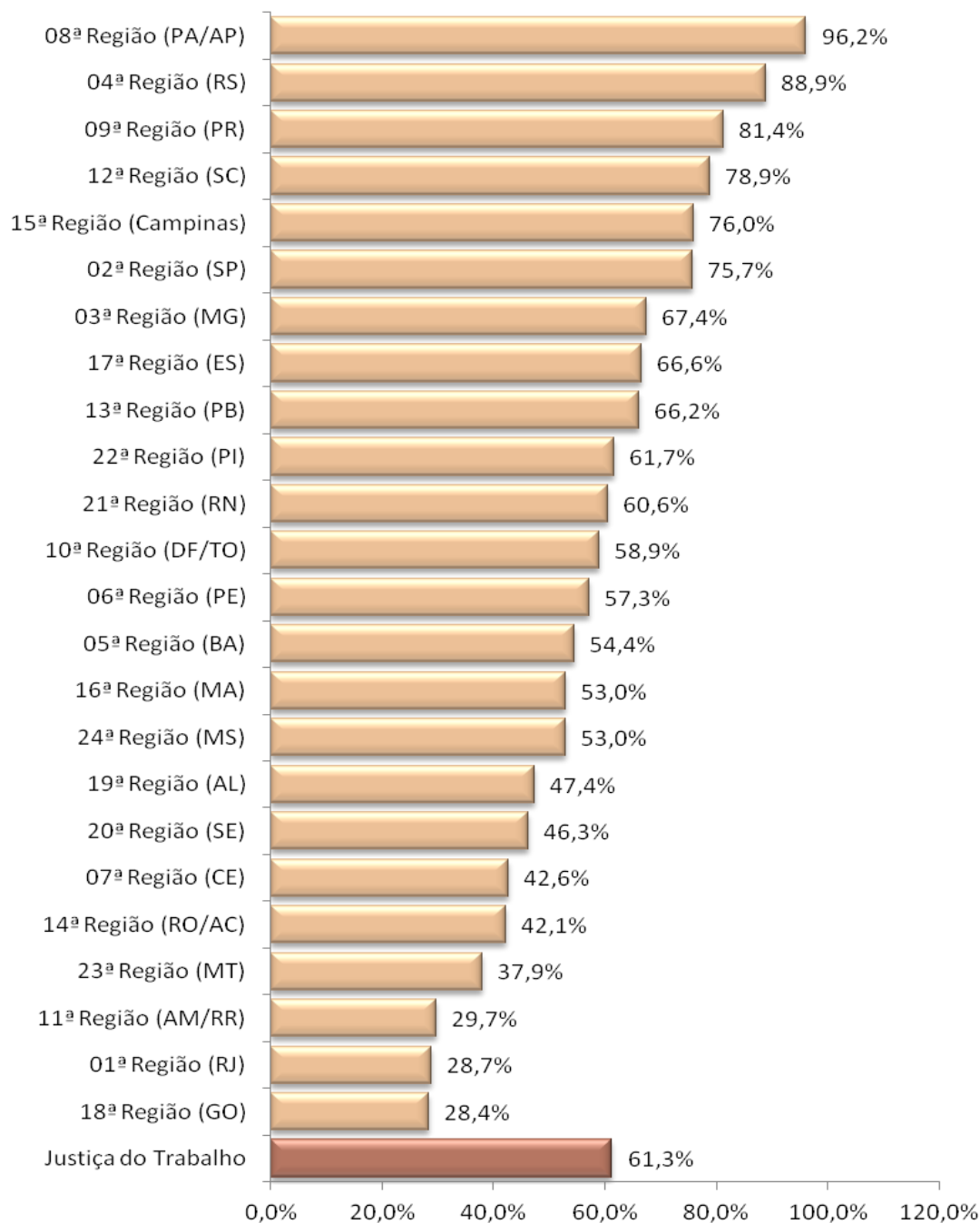
2.2.31. RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Tabela 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau	SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau
01ª Região (RJ)	29.760	103.581	28,7%
02ª Região (SP)	89.661	118.470	75,7%
03ª Região (MG)	61.935	91.826	67,4%
04ª Região (RS)	53.645	60.318	88,9%
05ª Região (BA)	27.214	49.987	54,4%
06ª Região (PE)	19.098	33.339	57,3%
07ª Região (CE)	7.380	17.304	42,6%
08ª Região (PA/AP)	11.635	12.097	96,2%
09ª Região (PR)	41.702	51.231	81,4%
10ª Região (DF/TO)	14.508	24.639	58,9%
11ª Região (AM/RR)	7.544	25.420	29,7%
12ª Região (SC)	22.135	28.049	78,9%
13ª Região (PB)	5.279	7.979	66,2%
14ª Região (RO/AC)	4.292	10.186	42,1%
15ª Região (Campinas)	82.394	108.466	76,0%
16ª Região (MA)	7.339	13.849	53,0%
17ª Região (ES)	10.259	15.405	66,6%
18ª Região (GO)	13.792	48.517	28,4%
19ª Região (AL)	3.997	8.436	47,4%
20ª Região (SE)	4.500	9.729	46,3%
21ª Região (RN)	7.385	12.190	60,6%
22ª Região (PI)	6.536	10.596	61,7%
23ª Região (MT)	4.307	11.353	37,9%
24ª Região (MS)	6.542	12.347	53,0%
Justiça do Trabalho	542.839	885.314	61,3%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.45 - RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau



Glossário:

RxRO1º - Recorribilidade Externa na Fase de Conhecimento no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de conhecimento em relação ao número de sentenças que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação e de arquivamento no período-base (semestre).

Fórmula: $RxRO1^\circ = (RO + ROPS) 1^\circ / SeReC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- ROROPS1º - Recursos Ordinários no 1º Grau: Os Recursos Ordinários e os Recursos Ordinários em Procedimento Sumaríssimo interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, excluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

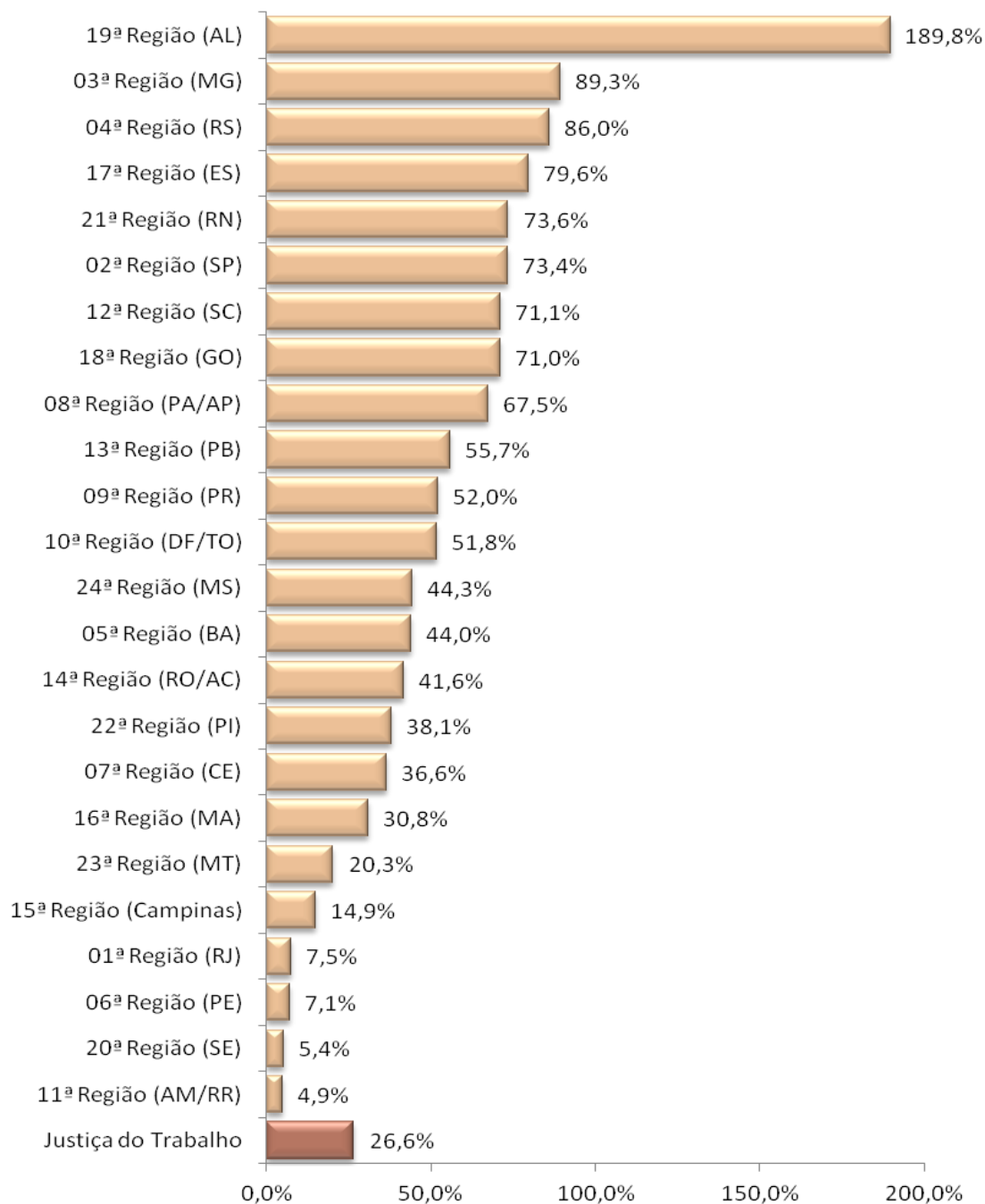
2.2.32. RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Tabela 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	AP1º - Agravos de Petição	SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau
01ª Região (RJ)	6.592	87.722	7,5%
02ª Região (SP)	18.511	25.208	73,4%
03ª Região (MG)	14.187	15.880	89,3%
04ª Região (RS)	11.199	13.023	86,0%
05ª Região (BA)	4.908	11.158	44,0%
06ª Região (PE)	4.043	57.225	7,1%
07ª Região (CE)	1.070	2.921	36,6%
08ª Região (PA/AP)	2.058	3.047	67,5%
09ª Região (PR)	7.828	15.045	52,0%
10ª Região (DF/TO)	2.157	4.162	51,8%
11ª Região (AM/RR)	917	18.836	4,9%
12ª Região (SC)	5.985	8.422	71,1%
13ª Região (PB)	1.011	1.814	55,7%
14ª Região (RO/AC)	431	1.036	41,6%
15ª Região (Campinas)	17.111	115.162	14,9%
16ª Região (MA)	795	2.584	30,8%
17ª Região (ES)	2.535	3.185	79,6%
18ª Região (GO)	1.905	2.683	71,0%
19ª Região (AL)	858	452	189,8%
20ª Região (SE)	464	8.576	5,4%
21ª Região (RN)	1.652	2.246	73,6%
22ª Região (PI)	874	2.295	38,1%
23ª Região (MT)	601	2.964	20,3%
24ª Região (MS)	657	1.484	44,3%
Justiça do Trabalho	108.349	407.130	26,6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.46 - RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau



Glossário:

RxAP1º - Recorribilidade Externa na Fase de Execução no 1º Grau

Finalidade: Indicar o número de recursos interpostos ao Tribunal Regional do Trabalho na fase de execução em relação ao número de decisões proferidas pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho na fase de execução, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação, embargos à arrematação.

Fórmula: $RxAP1^\circ = AP1^\circ / SeReEx1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- AP1º - Agravos de Petição: Os recursos de agravo de petição interpostos no 1º Grau no período-base (semestre).
- SeReEx1º - Sentenças de Execução de 1º Grau Passíveis de Recurso Externo: As decisões proferidas na fase de execução, no período- base (semestre), pelo 1º Grau da Justiça do Trabalho, abrangendo as decisões em embargos à execução, embargos de terceiros, impugnação aos cálculos, embargos à adjudicação e embargos à arrematação.

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

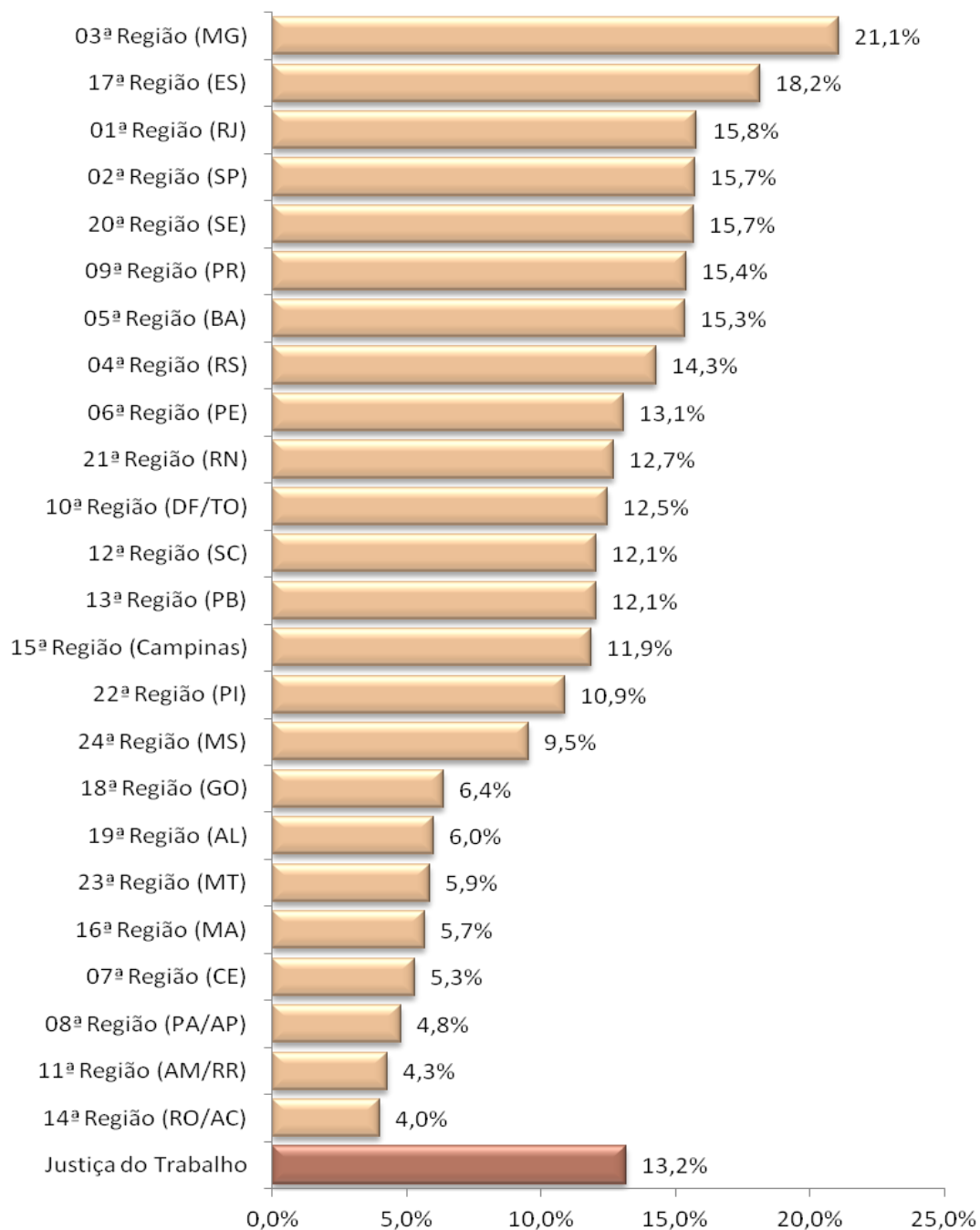
2.2.33. Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tabela 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	RIntC1º - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau	SeRInC1º - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau
01ª Região (RJ)	35.146	222.447	15,8%
02ª Região (SP)	49.541	315.320	15,7%
03ª Região (MG)	30.036	142.433	21,1%
04ª Região (RS)	19.018	132.977	14,3%
05ª Região (BA)	16.611	108.244	15,3%
06ª Região (PE)	11.593	88.627	13,1%
07ª Região (CE)	2.270	42.871	5,3%
08ª Região (PA/AP)	3.575	74.597	4,8%
09ª Região (PR)	18.432	119.639	15,4%
10ª Região (DF/TO)	6.914	55.431	12,5%
11ª Região (AM/RR)	2.204	51.601	4,3%
12ª Região (SC)	7.997	66.267	12,1%
13ª Região (PB)	2.165	17.966	12,1%
14ª Região (RO/AC)	1.028	25.658	4,0%
15ª Região (Campinas)	28.359	238.789	11,9%
16ª Região (MA)	1.649	28.963	5,7%
17ª Região (ES)	5.457	30.046	18,2%
18ª Região (GO)	4.525	70.684	6,4%
19ª Região (AL)	1.704	28.349	6,0%
20ª Região (SE)	2.672	17.021	15,7%
21ª Região (RN)	2.847	22.443	12,7%
22ª Região (PI)	2.241	20.539	10,9%
23ª Região (MT)	1.772	30.280	5,9%
24ª Região (MS)	2.500	26.181	9,5%
Justiça do Trabalho	260.256	1.977.373	13,2%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.47 - Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau



Glossário:

Rin1º - Recorribilidade Interna de 1º Grau

Finalidade: Indicar a o número de recursos de embargos de declaração opostos no 1º Grau da Justiça do Trabalho em relação ao número de decisões proferidas no 1º Grau.

Fórmula: $Rin1^\circ = RIntC1^\circ / SeRInC1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- **RIntC1º** - Recursos Internos da Fase de Conhecimento no 1º Grau: Os embargos de declaração opostos contra decisão de 1º Grau, no período-base (semestre).
- **SeRInC1º** - Sentenças de Conhecimento de 1º Grau Passíveis de Recurso Interno: As decisões que põem fim à relação processual de conhecimento no 1º Grau com ou sem a análise do mérito, incluídas as decisões de homologação de acordo, de extinção de processo por desistência ou renúncia ao direito sobre que se funda a ação, de arquivamento e as decisões em Embargos de Terceiros no período-base (semestre).

2. Litigiosidade.

2.2. Litigiosidade de 1º grau

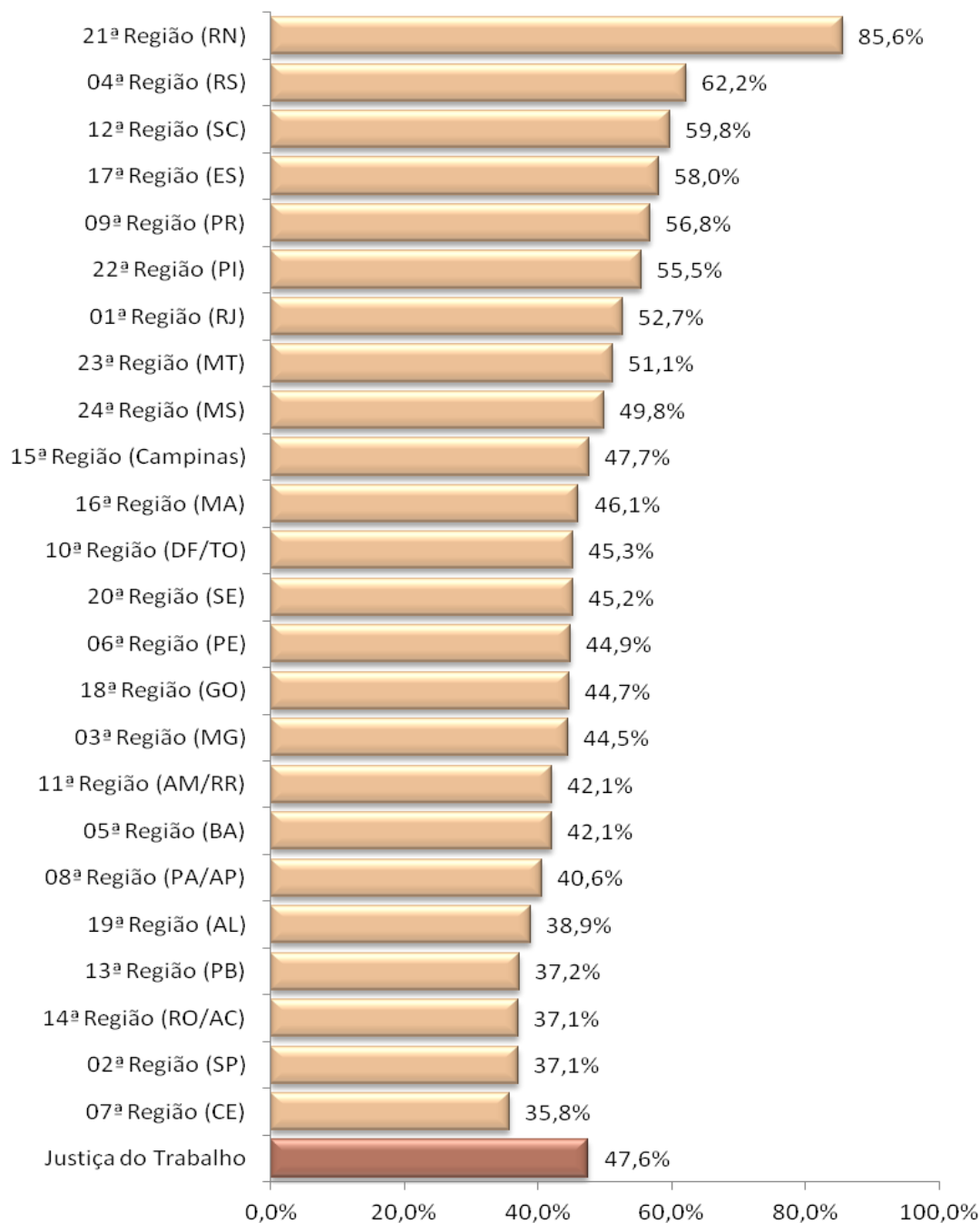
2.2.34. Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tabela 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Tribunal Regional do Trabalho	Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente)	Rj1º - Recursos julgados pelo TRT	Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau
01ª Região (RJ)	27.593	52.366	52,7%
02ª Região (SP)	46.585	125.664	37,1%
03ª Região (MG)	28.786	64.721	44,5%
04ª Região (RS)	31.864	51.225	62,2%
05ª Região (BA)	12.513	29.742	42,1%
06ª Região (PE)	8.409	18.746	44,9%
07ª Região (CE)	3.152	8.815	35,8%
08ª Região (PA/AP)	4.471	10.999	40,6%
09ª Região (PR)	22.402	39.456	56,8%
10ª Região (DF/TO)	6.706	14.798	45,3%
11ª Região (AM/RR)	3.145	7.469	42,1%
12ª Região (SC)	11.710	19.570	59,8%
13ª Região (PB)	3.061	8.224	37,2%
14ª Região (RO/AC)	1.572	4.235	37,1%
15ª Região (Campinas)	33.773	70.744	47,7%
16ª Região (MA)	2.920	6.338	46,1%
17ª Região (ES)	6.595	11.366	58,0%
18ª Região (GO)	5.897	13.182	44,7%
19ª Região (AL)	2.010	5.164	38,9%
20ª Região (SE)	1.989	4.401	45,2%
21ª Região (RN)	8.519	9.947	85,6%
22ª Região (PI)	3.308	5.957	55,5%
23ª Região (MT)	3.065	5.994	51,1%
24ª Região (MS)	3.604	7.233	49,8%
Justiça do Trabalho	283.649	596.356	47,6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.48 - Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau



Glossário:

Rd1º - Reforma de Decisão no 1º Grau

Finalidade: Indicar a proporção de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau e providos pelo Tribunal Regional do Trabalho, ainda que parcialmente, em relação ao número de recursos interpostos contra decisões da Justiça do Trabalho de 1º Grau.

Fórmula: $Rd1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ) / (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Rp1º - Recursos das decisões de 1º Grau providos pelo TRT (ainda que parcialmente): Os acórdãos e decisões monocráticas julgados providos pelo TRT, ainda que parcialmente, no período-base (semestre).

$Rp1^\circ = (RpAI1^\circ + RpRO1^\circ + RpROPS1^\circ + RpAP1^\circ)$

- Rj1º - Recursos julgados pelo TRT: O número total de acórdãos e de decisões monocráticas proferidos pelo TRT no período-base (semestre).

$Rj1^\circ = (RjAI1^\circ + RjRO1^\circ + RjROPS1^\circ + RjAP1^\circ)$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

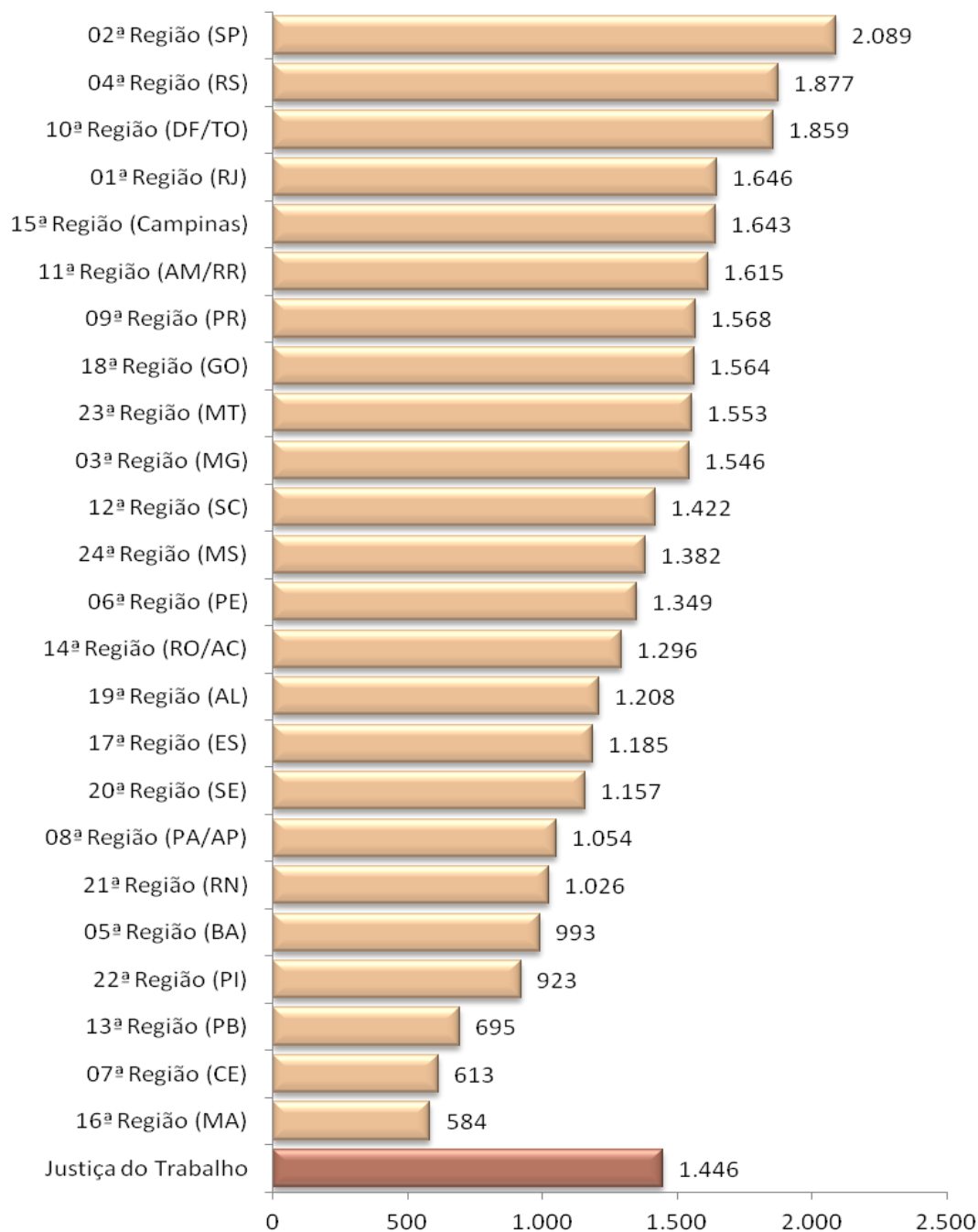
2.3.1. Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tabela 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes
01ª Região (RJ)	265.218	161	1.646
02ª Região (SP)	443.024	212	2.089
03ª Região (MG)	304.970	197	1.546
04ª Região (RS)	201.503	107	1.877
05ª Região (BA)	139.991	141	993
06ª Região (PE)	119.587	89	1.349
07ª Região (CE)	52.324	85	613
08ª Região (PA/AP)	88.213	84	1.054
09ª Região (PR)	164.859	105	1.568
10ª Região (DF/TO)	74.560	40	1.859
11ª Região (AM/RR)	64.581	40	1.615
12ª Região (SC)	89.805	63	1.422
13ª Região (PB)	26.346	38	695
14ª Região (RO/AC)	30.094	23	1.296
15ª Região (Campinas)	334.869	204	1.643
16ª Região (MA)	38.821	66	584
17ª Região (ES)	42.029	35	1.185
18ª Região (GO)	95.110	61	1.564
19ª Região (AL)	37.979	31	1.208
20ª Região (SE)	24.183	21	1.157
21ª Região (RN)	32.832	32	1.026
22ª Região (PI)	28.992	31	923
23ª Região (MT)	47.776	31	1.553
24ª Região (MS)	34.252	25	1.382
Justiça do Trabalho	2.781.918	1.924	1.446

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.49 - Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes



Glossário:

Ch - Casos Novos por 100.000 habitantes

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada 100.000 habitantes do estado no período-base (semestre).

Fórmula: $Ch = Cn / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

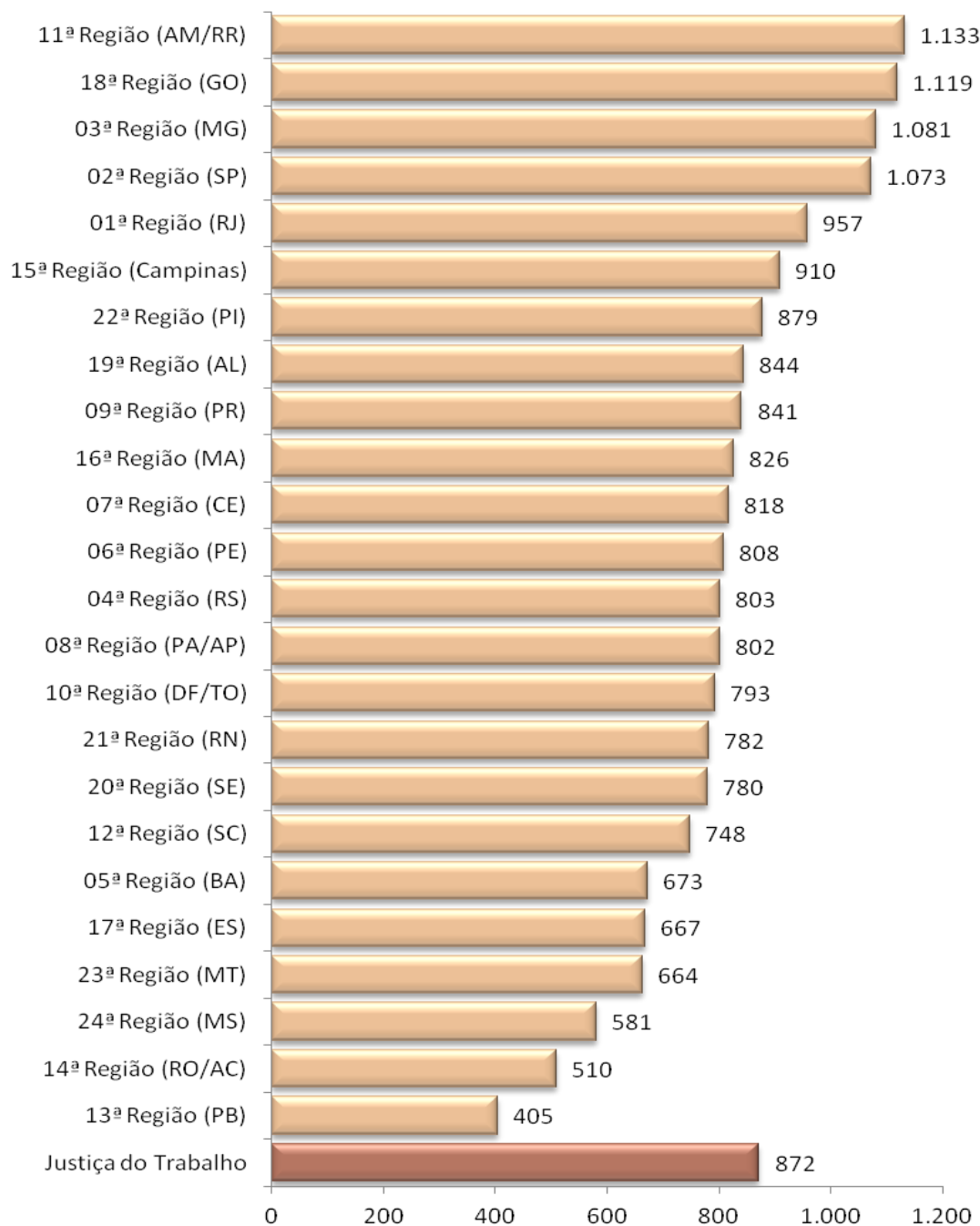
2.3.2. Cm - Casos Novos por Magistrado

Tabela 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	Mag - Total de Magistrados	Cm - Casos Novos por Magistrado
01ª Região (RJ)	265.218	277	957
02ª Região (SP)	443.024	413	1.073
03ª Região (MG)	304.970	282	1.081
04ª Região (RS)	201.503	251	803
05ª Região (BA)	139.991	208	673
06ª Região (PE)	119.587	148	808
07ª Região (CE)	52.324	64	818
08ª Região (PA/AP)	88.213	110	802
09ª Região (PR)	164.859	196	841
10ª Região (DF/TO)	74.560	94	793
11ª Região (AM/RR)	64.581	57	1.133
12ª Região (SC)	89.805	120	748
13ª Região (PB)	26.346	65	405
14ª Região (RO/AC)	30.094	59	510
15ª Região (Campinas)	334.869	368	910
16ª Região (MA)	38.821	47	826
17ª Região (ES)	42.029	63	667
18ª Região (GO)	95.110	85	1.119
19ª Região (AL)	37.979	45	844
20ª Região (SE)	24.183	31	780
21ª Região (RN)	32.832	42	782
22ª Região (PI)	28.992	33	879
23ª Região (MT)	47.776	72	664
24ª Região (MS)	34.252	59	581
Justiça do Trabalho	2.781.918	3.189	872

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.50 - Cm - Casos Novos por Magistrado



Glossário:

Cm - Casos Novos por Magistrado

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados para cada magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $Cm = Cn / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

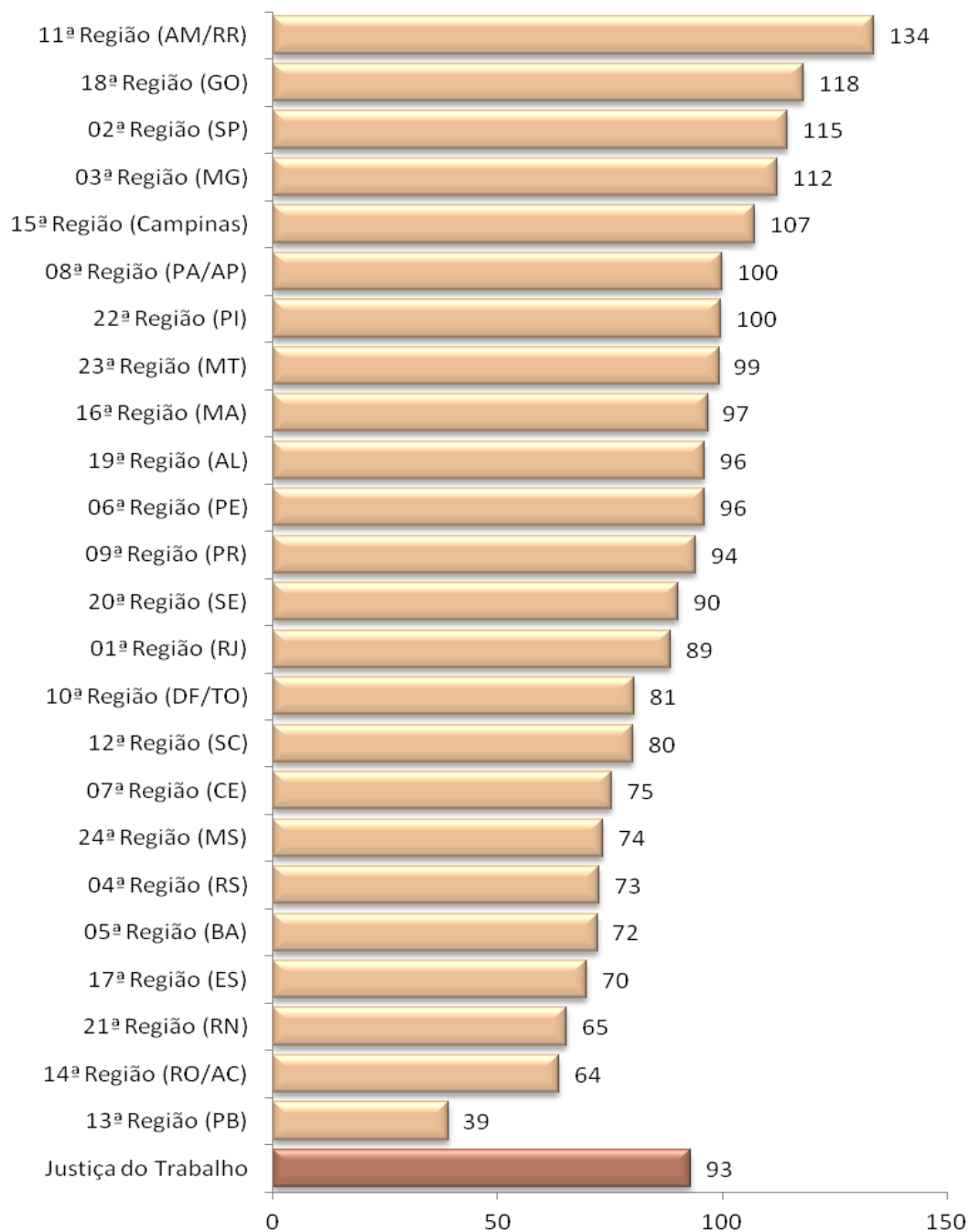
2.3.3. Cs - Casos Novos por Servidor

Tabela 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor

Tribunal Regional do Trabalho	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	SaJud - Número de Servidores Lotados na Área Judiciária	Cs - Casos Novos por Servidor
01ª Região (RJ)	265.218	2.993	89
02ª Região (SP)	443.024	3.869	115
03ª Região (MG)	304.970	2.717	112
04ª Região (RS)	201.503	2.770	73
05ª Região (BA)	139.991	1.938	72
06ª Região (PE)	119.587	1.244	96
07ª Região (CE)	52.324	694	75
08ª Região (PA/AP)	88.213	882	100
09ª Região (PR)	164.859	1.752	94
10ª Região (DF/TO)	74.560	926	81
11ª Região (AM/RR)	64.581	483	134
12ª Região (SC)	89.805	1.120	80
13ª Região (PB)	26.346	675	39
14ª Região (RO/AC)	30.094	473	64
15ª Região (Campinas)	334.869	3.125	107
16ª Região (MA)	38.821	401	97
17ª Região (ES)	42.029	602	70
18ª Região (GO)	95.110	805	118
19ª Região (AL)	37.979	395	96
20ª Região (SE)	24.183	268	90
21ª Região (RN)	32.832	502	65
22ª Região (PI)	28.992	291	100
23ª Região (MT)	47.776	481	99
24ª Região (MS)	34.252	466	74
Justiça do Trabalho	2.781.918	29.872	93

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.51 - Cs - Casos Novos por Servidor



Glossário:

Cs - Casos Novos por Servidor

Finalidade: Indicar o número de casos novos que ingressaram ou foram protocolizados por servidor lotado na área judiciária no período-base (semestre).

Fórmula: $Cs = Cn / SaJud$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $Cn2^o + CnC1^o + CnExt1^o$
- $SaJud = SaJud2 + SaJud1$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

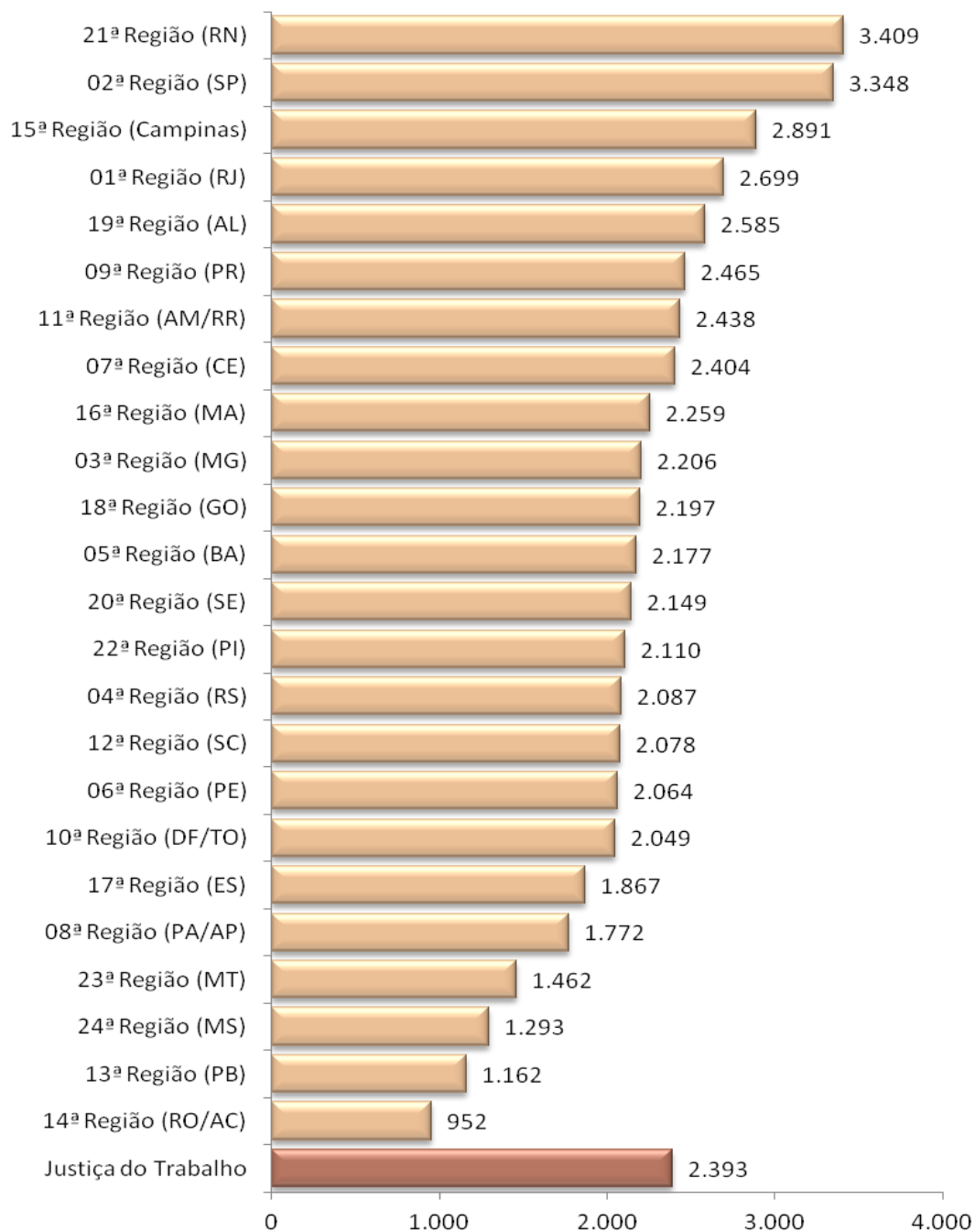
2.3.4. K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tabela 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Tribunal Regional do Trabalho	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	RIntInc - Recursos Internos e Incidentes de Execução	RIntIncP - Recursos Internos e Incidentes de Execução Pendentes	Mag - Total de Magistrados	K - Carga de Trabalho dos Magistrados
01ª Região (RJ)	334.929	317.945	73.966	20.653	277	2.699
02ª Região (SP)	648.959	610.653	108.378	14.863	413	3.348
03ª Região (MG)	396.576	166.880	56.117	2.502	282	2.206
04ª Região (RS)	249.363	218.038	45.417	10.966	251	2.087
05ª Região (BA)	167.380	220.854	34.395	30.212	208	2.177
06ª Região (PE)	173.415	104.828	20.600	6.622	148	2.064
07ª Região (CE)	78.928	70.034	4.182	686	64	2.404
08ª Região (PA/AP)	107.445	72.427	8.363	6.639	110	1.772
09ª Região (PR)	229.041	208.230	43.634	2.299	196	2.465
10ª Região (DF/TO)	91.099	81.052	14.266	6.182	94	2.049
11ª Região (AM/RR)	79.375	48.207	6.169	5.223	57	2.438
12ª Região (SC)	111.547	117.691	18.763	1.388	120	2.078
13ª Região (PB)	35.704	32.664	5.411	1.747	65	1.162
14ª Região (RO/AC)	39.147	13.805	2.958	259	59	952
15ª Região (Campinas)	416.565	566.832	56.889	23.640	368	2.891
16ª Região (MA)	47.736	52.523	5.010	910	47	2.259
17ª Região (ES)	53.746	47.337	12.611	3.910	63	1.867
18ª Região (GO)	133.266	43.844	8.908	716	85	2.197
19ª Região (AL)	43.960	67.706	4.077	570	45	2.585
20ª Região (SE)	27.869	32.113	4.947	1.677	31	2.149
21ª Região (RN)	59.856	76.054	6.461	799	42	3.409
22ª Região (PI)	35.581	27.664	5.097	1.299	33	2.110
23ª Região (MT)	66.365	32.347	3.226	3.308	72	1.462
24ª Região (MS)	44.201	26.837	5.191	46	59	1.293
Justiça do Trabalho	3.672.053	3.256.565	555.036	147.116	3.189	2.393

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.52 - K - Carga de Trabalho dos Magistrados



Glossário:

K - Carga de Trabalho dos Magistrados

Finalidade: Indicar a carga de trabalho dos Magistrados no período-base (semestre).

Fórmula: $K = (Cn + Cp + RInt + RIntP) / Mag$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $Cn = Cn2 + Cn1$
- $Cp = Cp2 + Cp1$
- $RIntInc = RInt2 + RIntC1 + IncEx1$
- $RIntIncP = RIntP2 + RIntPC1 + IncExP1$
- $Mag = MagP2^o + MagP1^o - MagAJ1^o$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

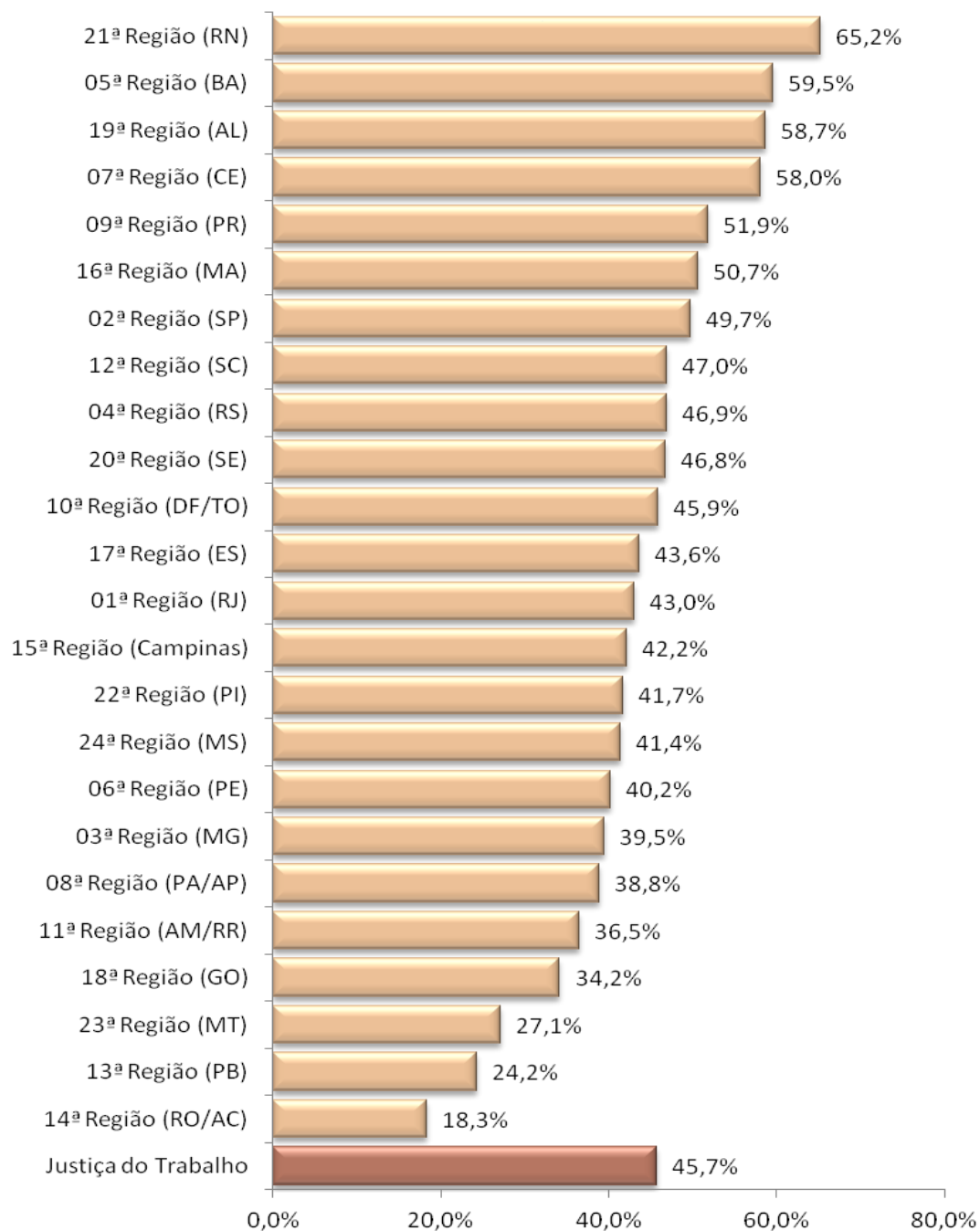
2.3.5. TC - Taxa de Congestionamento

Tabela 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	Cp - Casos Pendentes	TC - Taxa de Congestionamento
01ª Região (RJ)	372.086	334.929	317.945	43,0%
02ª Região (SP)	633.885	648.959	610.653	49,7%
03ª Região (MG)	341.053	396.576	166.880	39,5%
04ª Região (RS)	248.287	249.363	218.038	46,9%
05ª Região (BA)	157.180	167.380	220.854	59,5%
06ª Região (PE)	166.483	173.415	104.828	40,2%
07ª Região (CE)	62.511	78.928	70.034	58,0%
08ª Região (PA/AP)	110.055	107.445	72.427	38,8%
09ª Região (PR)	210.498	229.041	208.230	51,9%
10ª Região (DF/TO)	93.135	91.099	81.052	45,9%
11ª Região (AM/RR)	81.061	79.375	48.207	36,5%
12ª Região (SC)	121.600	111.547	117.691	47,0%
13ª Região (PB)	51.791	35.704	32.664	24,2%
14ª Região (RO/AC)	43.283	39.147	13.805	18,3%
15ª Região (Campinas)	568.464	416.565	566.832	42,2%
16ª Região (MA)	49.441	47.736	52.523	50,7%
17ª Região (ES)	57.026	53.746	47.337	43,6%
18ª Região (GO)	116.574	133.266	43.844	34,2%
19ª Região (AL)	46.082	43.960	67.706	58,7%
20ª Região (SE)	31.899	27.869	32.113	46,8%
21ª Região (RN)	47.289	59.856	76.054	65,2%
22ª Região (PI)	36.875	35.581	27.664	41,7%
23ª Região (MT)	71.971	66.365	32.347	27,1%
24ª Região (MS)	41.660	44.201	26.837	41,4%
Justiça do Trabalho	3.760.189	3.672.053	3.256.565	45,7%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.53 - TC - Taxa de Congestionamento



Glossário:

TC - Taxa de Congestionamento

Finalidade: Indicar a taxa de congestionamento no período-base (semestre).

Fórmula: $TC = 1 - (T_{Baix} / (C_n + C_p))$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $T_{Baix} = T_{Baix2} + T_{Baix1}$
- $C_n = C_{n2} + C_{n1}$
- $C_p = C_{p2} + C_{p1}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

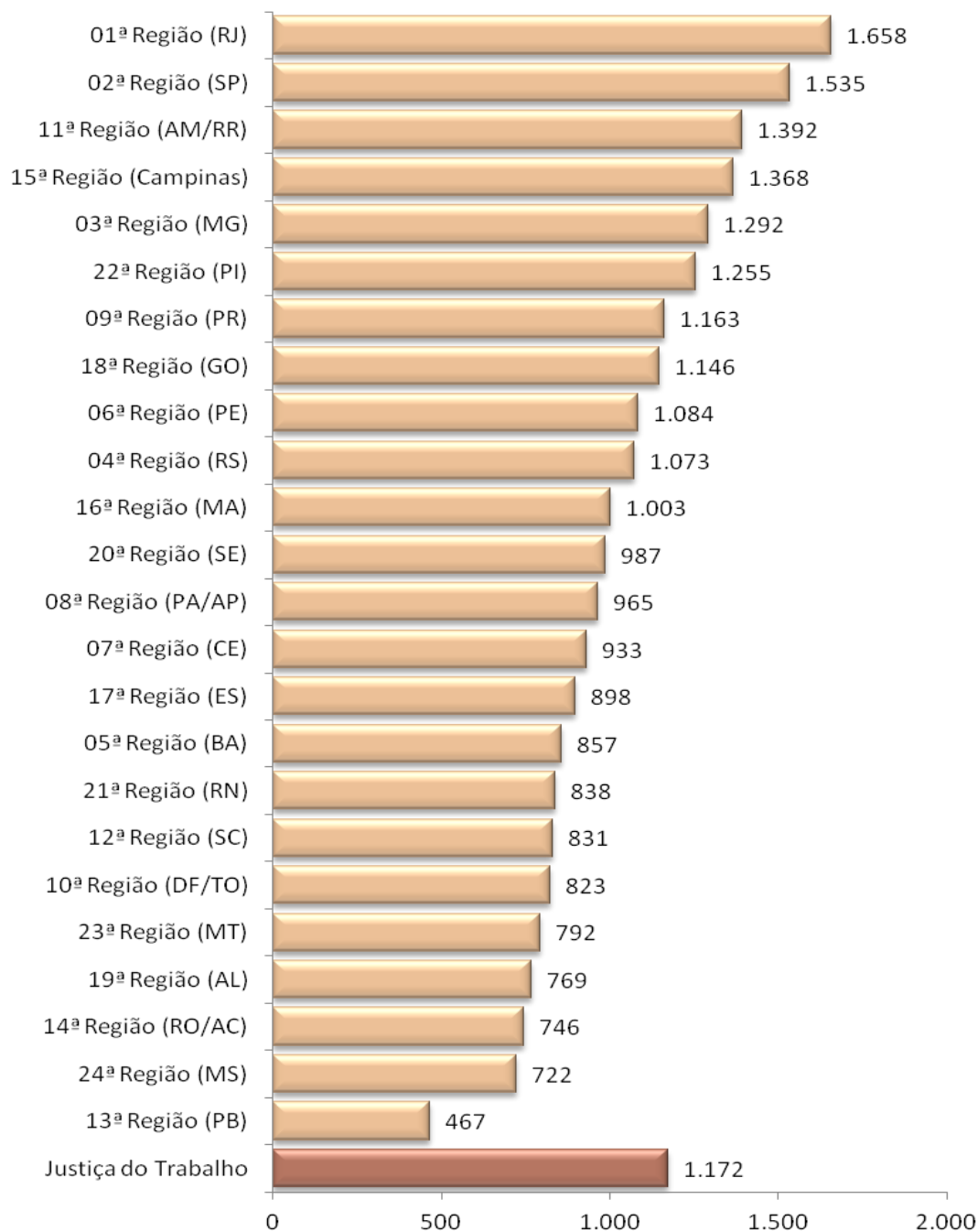
2.3.6. SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tabela 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Tribunal Regional do Trabalho	Sent - Total de Sentenças / Decisões	Mag - Total de Magistrados	SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado
01ª Região (RJ)	459.154	277	1.658
02ª Região (SP)	633.885	413	1.535
03ª Região (MG)	364.234	282	1.292
04ª Região (RS)	269.325	251	1.073
05ª Região (BA)	178.347	208	857
06ª Região (PE)	160.484	148	1.084
07ª Região (CE)	59.683	64	933
08ª Região (PA/AP)	106.190	110	965
09ª Região (PR)	228.037	196	1.163
10ª Região (DF/TO)	77.373	94	823
11ª Região (AM/RR)	79.316	57	1.392
12ª Região (SC)	99.699	120	831
13ª Região (PB)	30.342	65	467
14ª Região (RO/AC)	43.994	59	746
15ª Região (Campinas)	503.529	368	1.368
16ª Região (MA)	47.155	47	1.003
17ª Região (ES)	56.595	63	898
18ª Região (GO)	97.420	85	1.146
19ª Região (AL)	34.584	45	769
20ª Região (SE)	30.594	31	987
21ª Região (RN)	35.195	42	838
22ª Região (PI)	41.408	33	1.255
23ª Região (MT)	57.024	72	792
24ª Região (MS)	42.618	59	722
Justiça do Trabalho	3.736.185	3.189	1.172

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.54 - SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado



Glossário:

SM - Sentenças / Decisões Terminativas de Processo por Magistrado

Finalidade: Indicar a média de sentenças / decisões terminativas de processo por Magistrado no período-base (semestre).

Fórmula: $SM = \text{Sent} / \text{Mag}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{Sent} = \text{Sent2} + \text{Sent1}$
- $\text{Mag} = \text{MagP2}^\circ + \text{MagP1}^\circ - \text{MagAJ1}^\circ$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

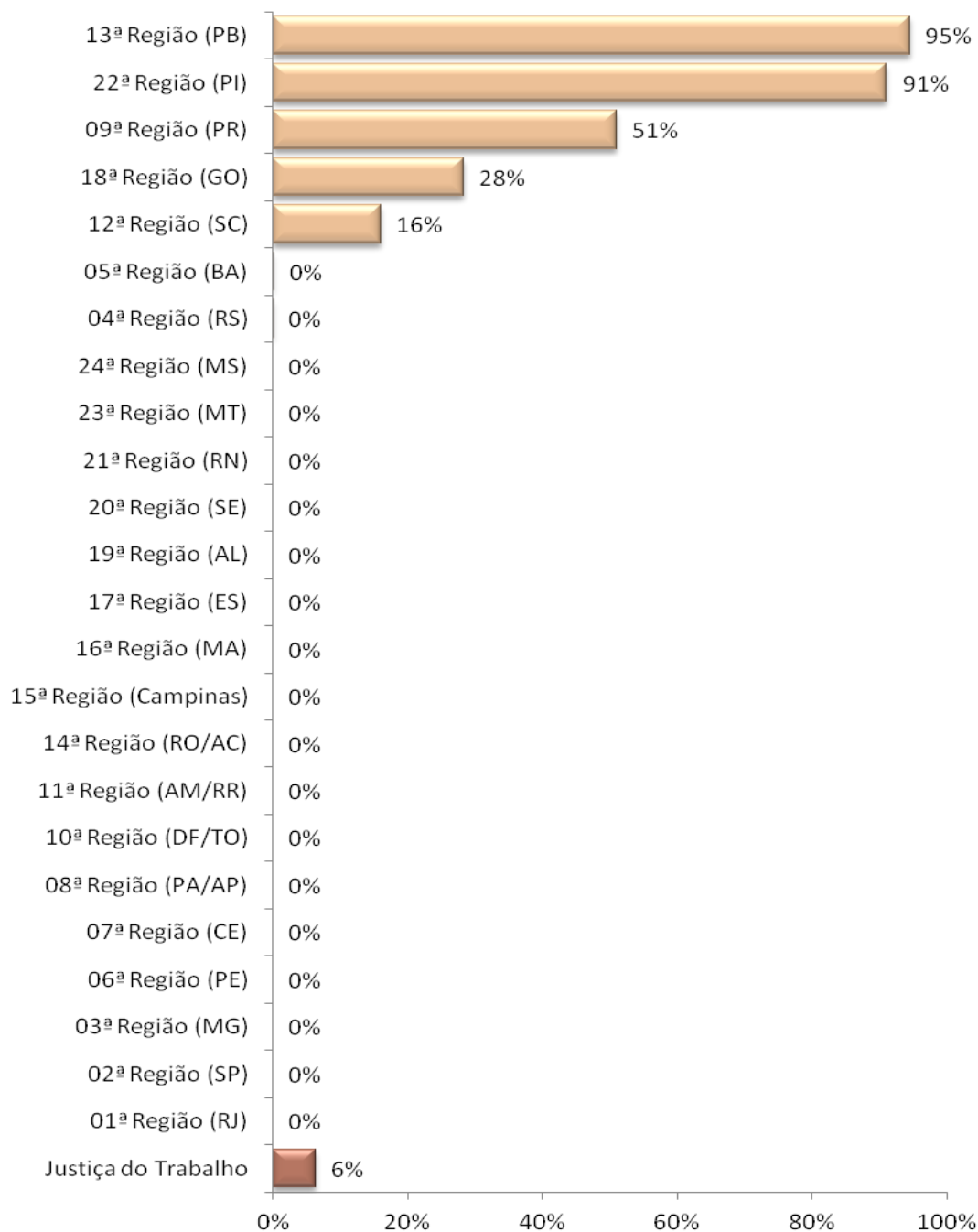
2.3.7. ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tabela 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Tribunal Regional do Trabalho	CnElet - Casos Novos Eletrônicos	Total de casos novos (exceto execuções judiciais)	ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos
01ª Região (RJ)	0	265.218	0%
02ª Região (SP)	0	443.024	0%
03ª Região (MG)	0	304.970	0%
04ª Região (RS)	5	201.503	0%
05ª Região (BA)	220	139.991	0%
06ª Região (PE)	0	119.587	0%
07ª Região (CE)	0	52.324	0%
08ª Região (PA/AP)	0	88.213	0%
09ª Região (PR)	84.076	164.859	51%
10ª Região (DF/TO)	0	74.560	0%
11ª Região (AM/RR)	0	64.581	0%
12ª Região (SC)	14.336	89.805	16%
13ª Região (PB)	24.897	26.346	95%
14ª Região (RO/AC)	0	30.094	0%
15ª Região (Campinas)	0	334.869	0%
16ª Região (MA)	0	38.821	0%
17ª Região (ES)	0	42.029	0%
18ª Região (GO)	26.850	95.110	28%
19ª Região (AL)	0	37.979	0%
20ª Região (SE)	0	24.183	0%
21ª Região (RN)	0	32.832	0%
22ª Região (PI)	26.419	28.992	91%
23ª Região (MT)	0	47.776	0%
24ª Região (MS)	0	34.252	0%
Justiça do Trabalho	176.803	2.781.918	6%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.55 - ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos



Glossário:

ProcEI - Índice de Processos Eletrônicos

Finalidade: Demonstrar o percentual de processos que ingressaram por meio eletrônico em relação ao total de processos ingressados no período-base (semestre).

Fórmula: $\text{ProcEI} = \text{CnElet} / \text{Cn}$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $\text{CnElet} = \text{CnElet2} + \text{CnElet1}$
- Total de casos novos (exceto execuções judiciais) no período-base (semestre): É a soma de $\text{Cn2}^{\circ} + \text{CnC1}^{\circ} + \text{CnExt1}^{\circ}$

2. Litigiosidade.

2.3. Litigiosidade Total

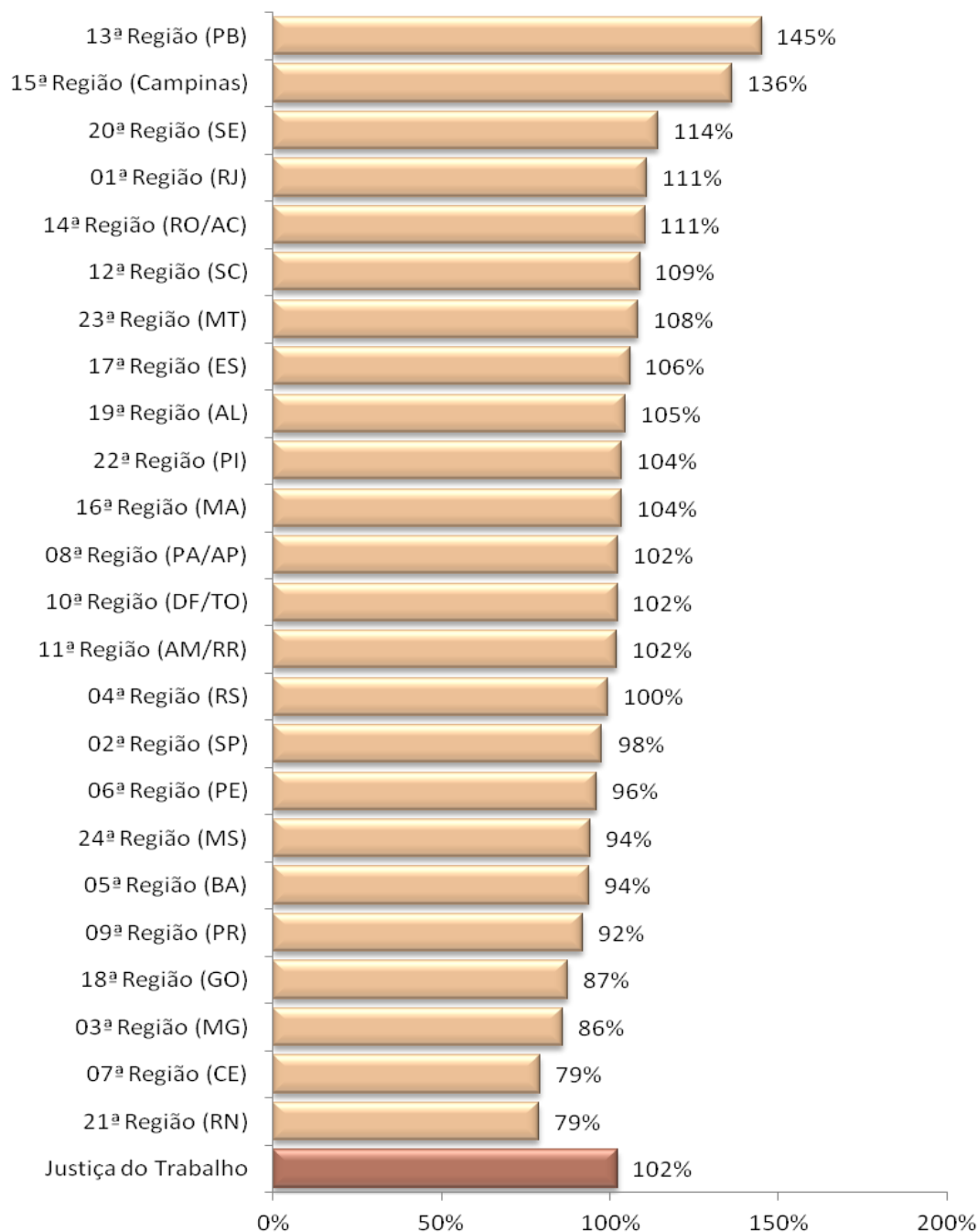
2.3.8. TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Tabela 2.56 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Tribunal Regional do Trabalho	TBaix - Total de Processos Baixados	Cn - Casos Novos	TbCn - Processos Baixados por Caso Novo
01ª Região (RJ)	372.086	334.929	111%
02ª Região (SP)	633.885	648.959	98%
03ª Região (MG)	341.053	396.576	86%
04ª Região (RS)	248.287	249.363	100%
05ª Região (BA)	157.180	167.380	94%
06ª Região (PE)	166.483	173.415	96%
07ª Região (CE)	62.511	78.928	79%
08ª Região (PA/AP)	110.055	107.445	102%
09ª Região (PR)	210.498	229.041	92%
10ª Região (DF/TO)	93.135	91.099	102%
11ª Região (AM/RR)	81.061	79.375	102%
12ª Região (SC)	121.600	111.547	109%
13ª Região (PB)	51.791	35.704	145%
14ª Região (RO/AC)	43.283	39.147	111%
15ª Região (Campinas)	568.464	416.565	136%
16ª Região (MA)	49.441	47.736	104%
17ª Região (ES)	57.026	53.746	106%
18ª Região (GO)	116.574	133.266	87%
19ª Região (AL)	46.082	43.960	105%
20ª Região (SE)	31.899	27.869	114%
21ª Região (RN)	47.289	59.856	79%
22ª Região (PI)	36.875	35.581	104%
23ª Região (MT)	71.971	66.365	108%
24ª Região (MS)	41.660	44.201	94%
Justiça do Trabalho	3.760.189	3.672.053	102%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Gráfico 2.56 - TbCn - Processos Baixados por Caso Novo



Glossário:

TbCn - Processos Baixados por Caso Novo

Finalidade: Indicar o percentual do total de processos baixados em relação ao número de casos novos no período-base (semestre).

Fórmula: $TbCn = TBaix / Cn$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $TBaix = TBaix2 + TBaix1$
- $Cn = Cn2 + Cn1$

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

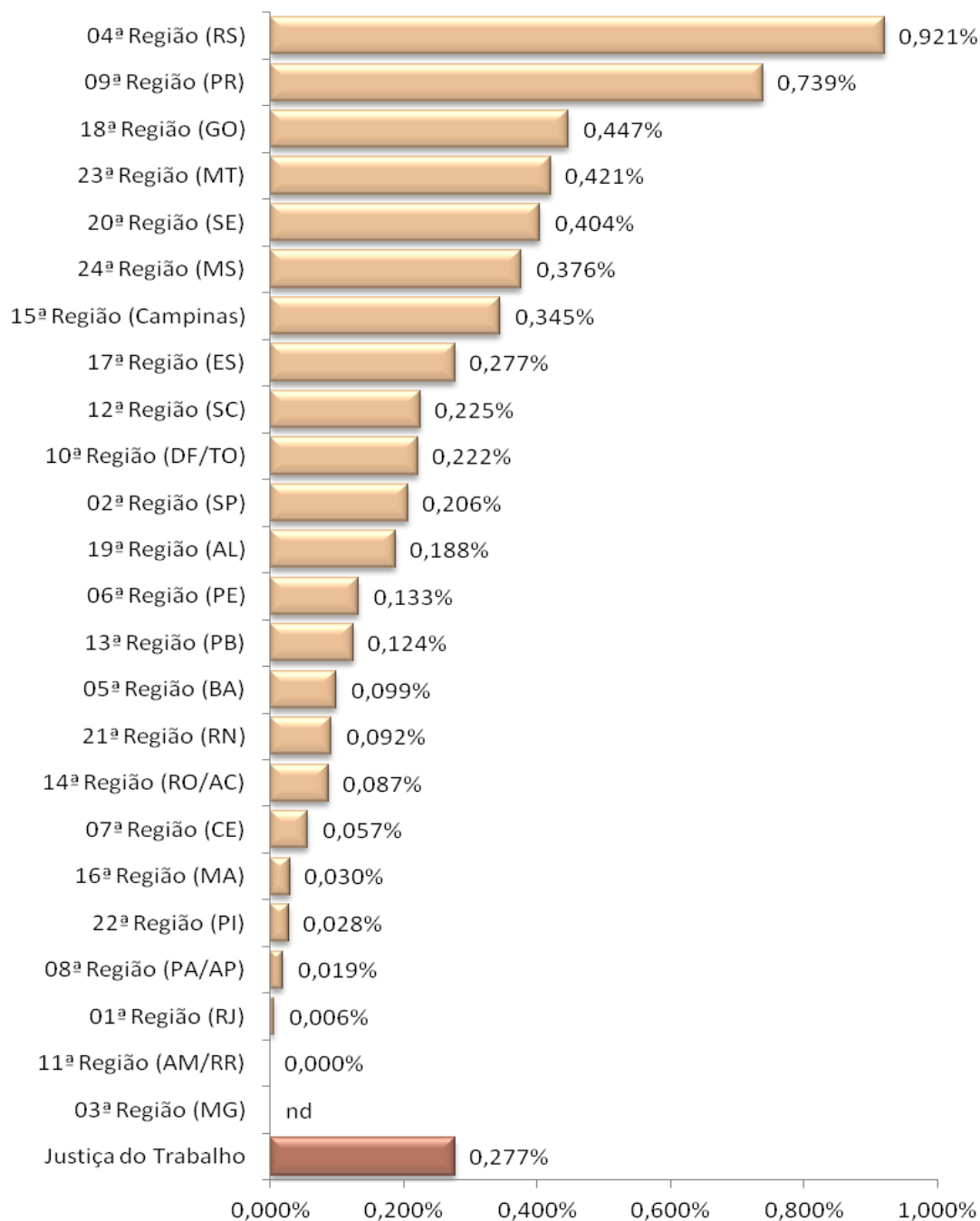
Tabela 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho	A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho
01ª Região (RJ)	78.914	1.228.146.734	0,006%
02ª Região (SP)	2.954.880	1.431.569.251	0,206%
03ª Região (MG)	nd	1.128.980.504	nd
04ª Região (RS)	9.192.769	998.425.732	0,921%
05ª Região (BA)	700.000	706.598.544	0,099%
06ª Região (PE)	673.578	507.058.526	0,133%
07ª Região (CE)	143.015	251.587.933	0,057%
08ª Região (PA/AP)	68.479	355.352.243	0,019%
09ª Região (PR)	4.498.110	608.394.872	0,739%
10ª Região (DF/TO)	832.652	375.651.981	0,222%
11ª Região (AM/RR)	0	302.303.686	0,000%
12ª Região (SC)	1.097.223	487.249.172	0,225%
13ª Região (PB)	337.725	271.707.036	0,124%
14ª Região (RO/AC)	183.934	210.989.105	0,087%
15ª Região (Campinas)	3.351.720	971.173.780	0,345%
16ª Região (MA)	39.775	134.798.463	0,030%
17ª Região (ES)	519.122	187.521.991	0,277%
18ª Região (GO)	1.138.000	254.372.326	0,447%
19ª Região (AL)	239.418	127.683.571	0,188%
20ª Região (SE)	431.475	106.687.931	0,404%
21ª Região (RN)	144.774	158.076.555	0,092%
22ª Região (PI)	25.047	90.450.837	0,028%
23ª Região (MT)	752.930	178.974.402	0,421%
24ª Região (MS)	561.600	149.178.091	0,376%
Justiça do Trabalho	27.965.140	11.222.933.264	0,277%

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.1 A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A1 - Assistência Judiciária Gratuita em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho

Finalidade: Indicar o que o gasto com assistência judiciária representa em relação à Despesa Total da Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: $A1 = JG / Dpj$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- Dpj - Despesa Total da Justiça do Trabalho: As despesas efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo as despesas liquidadas e as despesas empenhadas inscritas em "restos a pagar". Excluem-se os gastos com precatórios judiciais, com as Requisições de Pequeno Valor (RPV's) e com as despesas de exercícios anteriores no ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

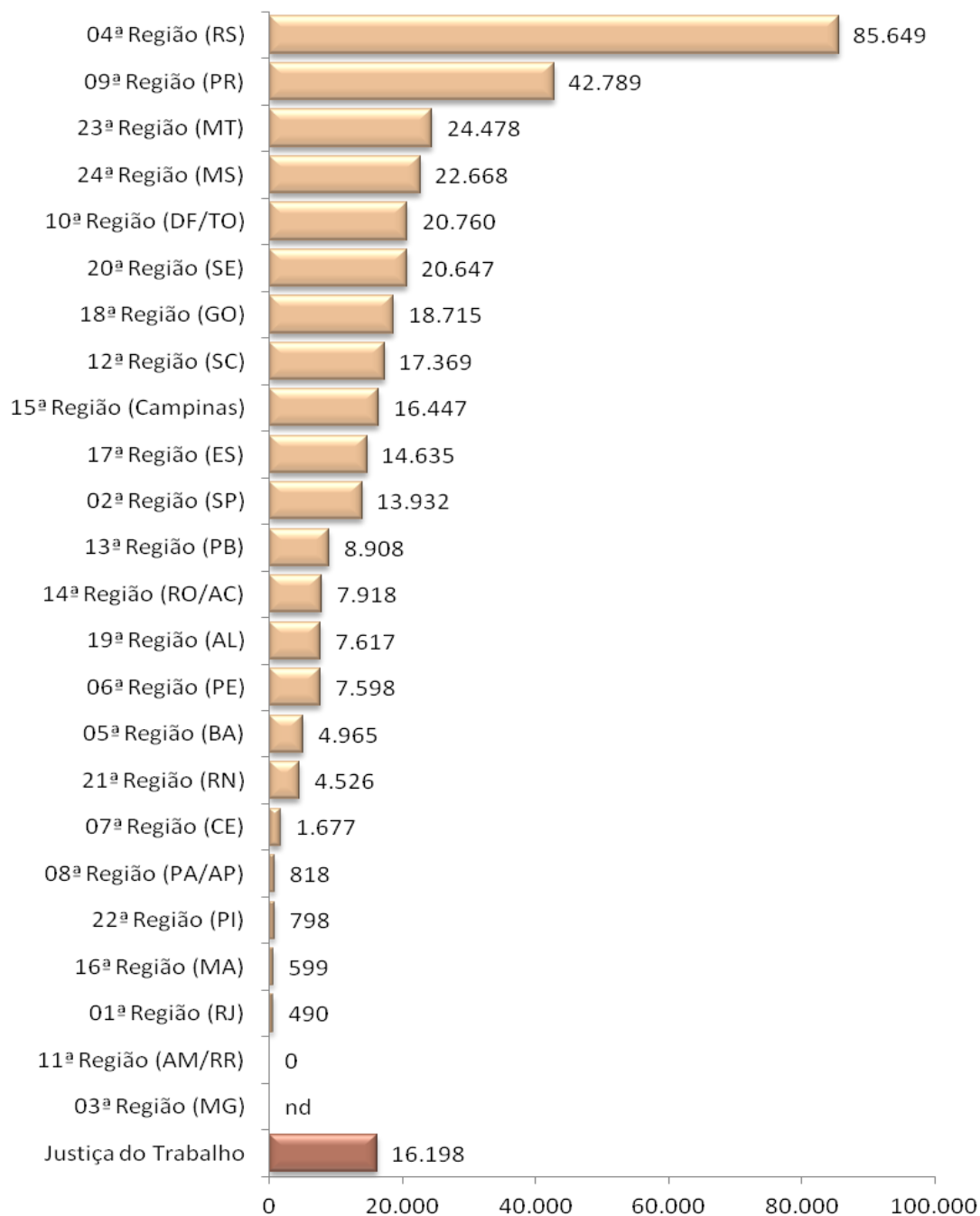
Tabela 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Tribunal Regional do Trabalho	JG - Assistência Judiciária Gratuita	h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000	A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)
01ª Região (RJ)	78.914	161	490
02ª Região (SP)	2.954.880	212	13.932
03ª Região (MG)	nd	197	nd
04ª Região (RS)	9.192.769	107	85.649
05ª Região (BA)	700.000	141	4.965
06ª Região (PE)	673.578	89	7.598
07ª Região (CE)	143.015	85	1.677
08ª Região (PA/AP)	68.479	84	818
09ª Região (PR)	4.498.110	105	42.789
10ª Região (DF/TO)	832.652	40	20.760
11ª Região (AM/RR)	0	40	0
12ª Região (SC)	1.097.223	63	17.369
13ª Região (PB)	337.725	38	8.908
14ª Região (RO/AC)	183.934	23	7.918
15ª Região (Campinas)	3.351.720	204	16.447
16ª Região (MA)	39.775	66	599
17ª Região (ES)	519.122	35	14.635
18ª Região (GO)	1.138.000	61	18.715
19ª Região (AL)	239.418	31	7.617
20ª Região (SE)	431.475	21	20.647
21ª Região (RN)	144.774	32	4.526
22ª Região (PI)	25.047	31	798
23ª Região (MT)	752.930	31	24.478
24ª Região (MS)	561.600	25	22.668
Justiça do Trabalho	27.965.140	1.924	16.198

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.2 A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

A2 - Assistência Judiciária Gratuita por 100.000 habitantes (R\$)

Finalidade: Indicar qual a despesa da Justiça do Trabalho com assistência judiciária para cada 100.000 habitantes no ano-base.

Fórmula: $A2 = JG / h2$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- JG - Assistência Judiciária Gratuita: As despesas com assistência judiciária gratuita efetivamente realizadas no ano-base pelo Tribunal Regional do Trabalho e suas respectivas unidades judiciárias, abrangendo remuneração de tradutor/intérprete e peritos. Excluem-se as despesas de exercícios anteriores.
- h2 - Número de Habitantes dividido por 100.000: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística dividido por 100.000 (Fonte: IBGE).

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.3 Dem - Demandantes

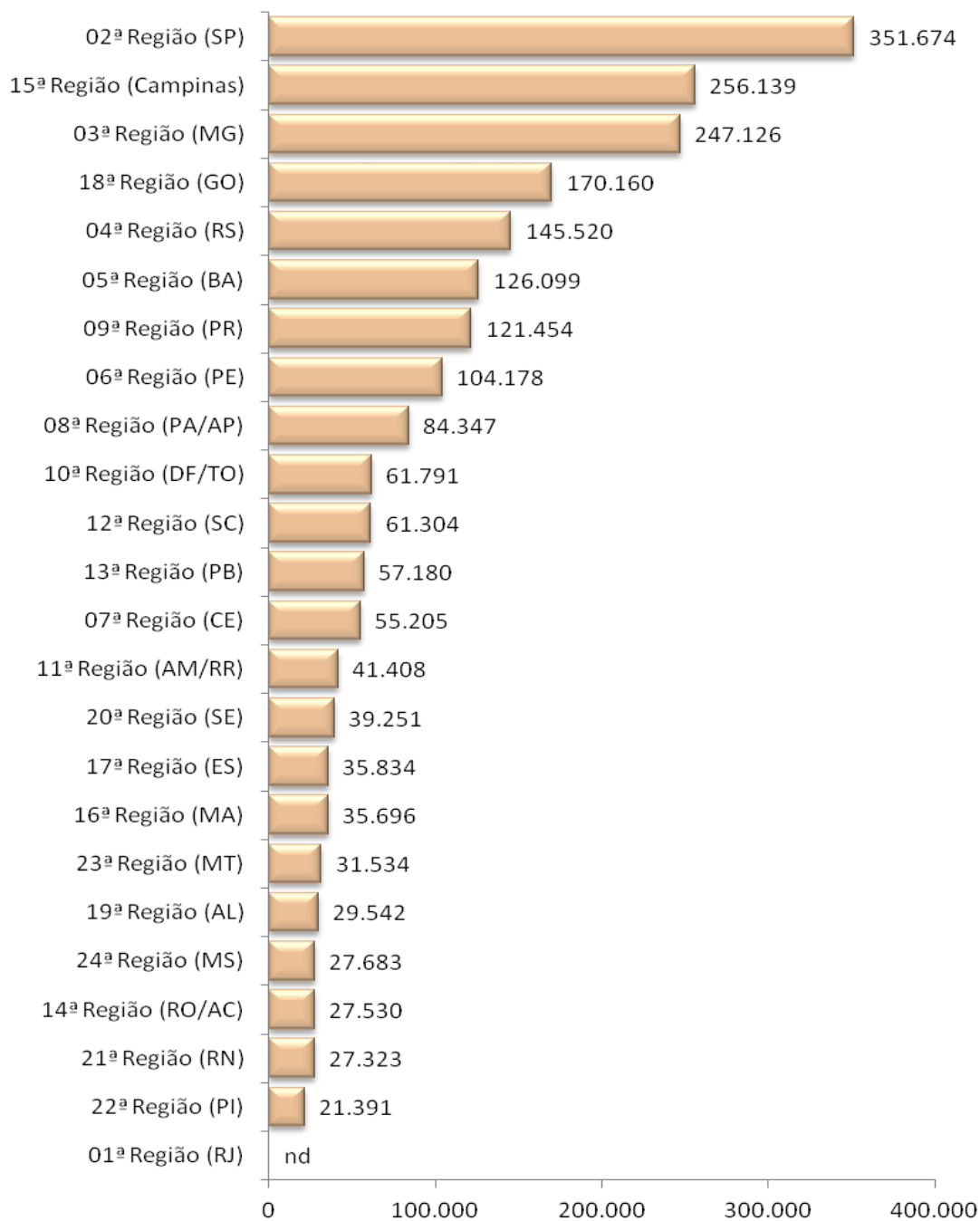
Tabela 3.3 Dem - Demandantes

Tribunal Regional do Trabalho	Dem - Demandantes
01ª Região (RJ)	nd
02ª Região (SP)	351.674
03ª Região (MG)	247.126
04ª Região (RS)	145.520
05ª Região (BA)	126.099
06ª Região (PE)	104.178
07ª Região (CE)	55.205
08ª Região (PA/AP)	84.347
09ª Região (PR)	121.454
10ª Região (DF/TO)	61.791
11ª Região (AM/RR)	41.408
12ª Região (SC)	61.304
13ª Região (PB)	57.180
14ª Região (RO/AC)	27.530
15ª Região (Campinas)	256.139
16ª Região (MA)	35.696
17ª Região (ES)	35.834
18ª Região (GO)	170.160
19ª Região (AL)	29.542
20ª Região (SE)	39.251
21ª Região (RN)	27.323
22ª Região (PI)	21.391
23ª Região (MT)	31.534
24ª Região (MS)	27.683
Justiça do Trabalho	2.159.369

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.3 Dem - Demandantes



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

Dem - Demandantes

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de demandantes que tiveram acesso à Justiça do Trabalho no ano-base.

Fórmula: Dem = Demandantes

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- Dem - Pessoas Demandantes: O número de pessoas que ingressaram com alguma ação judicial na Justiça no ano-base, considerando como partes demandantes (Autores) pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado não governamental. Nos tribunais devem ser incluídos apenas os demandantes de ações originárias.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

3.4.1. DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

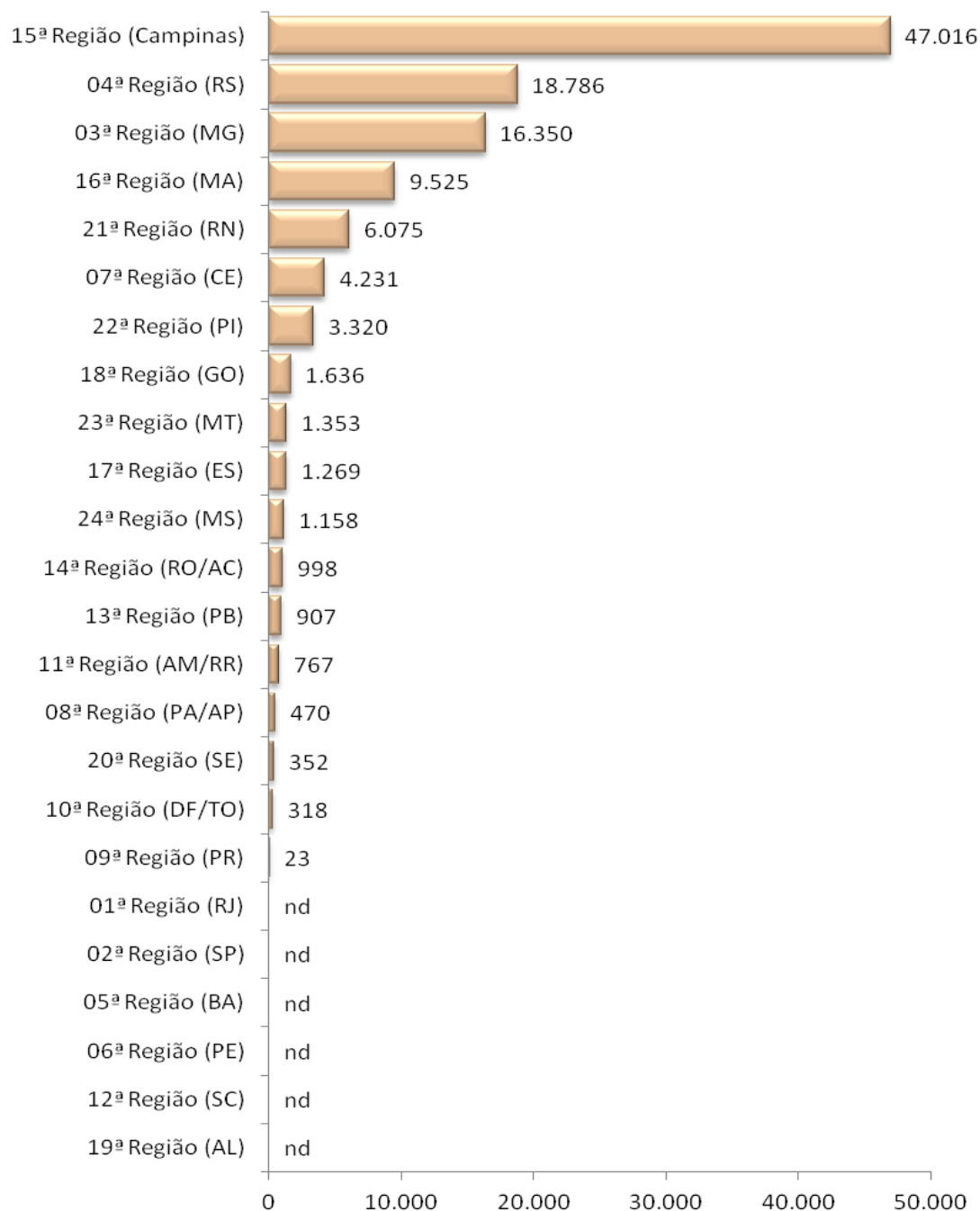
Tabela 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF2º + CpPF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE2º + CpPE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM2º + CpPM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	nd	nd	nd	nd
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	13.779	853	1.718	16.350
04ª Região (RS)	9.335	3.900	5.551	18.786
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	45	290	3.896	4.231
08ª Região (PA/AP)	190	135	145	470
09ª Região (PR)	14	5	4	23
10ª Região (DF/TO)	273	40	5	318
11ª Região (AM/RR)	236	114	417	767
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	350	77	480	907
14ª Região (RO/AC)	212	309	477	998
15ª Região (Campinas)	18.389	12.229	16.398	47.016
16ª Região (MA)	1.167	471	7.887	9.525
17ª Região (ES)	633	238	398	1.269
18ª Região (GO)	1.222	254	160	1.636
19ª Região (AL)	nd	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	189	68	95	352
21ª Região (RN)	1.812	1.356	2.907	6.075
22ª Região (PI)	691	749	1.880	3.320
23ª Região (MT)	1.001	129	223	1.353
24ª Região (MS)	1.036	68	54	1.158
Justiça do Trabalho	50.574	21.285	42.695	114.554

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.4 DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP2º - Poder Público como Demandante no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP2^\circ = CnPF2^\circ + CnPE2^\circ + CnPM2^\circ + CpPF2^\circ + CpPE2^\circ + CpPM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnPF2^\circ + CpPF2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPE2^\circ + CpPE2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPM2^\circ + CpPM2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.4. Poder Público como Demandante.

3.4.2. DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

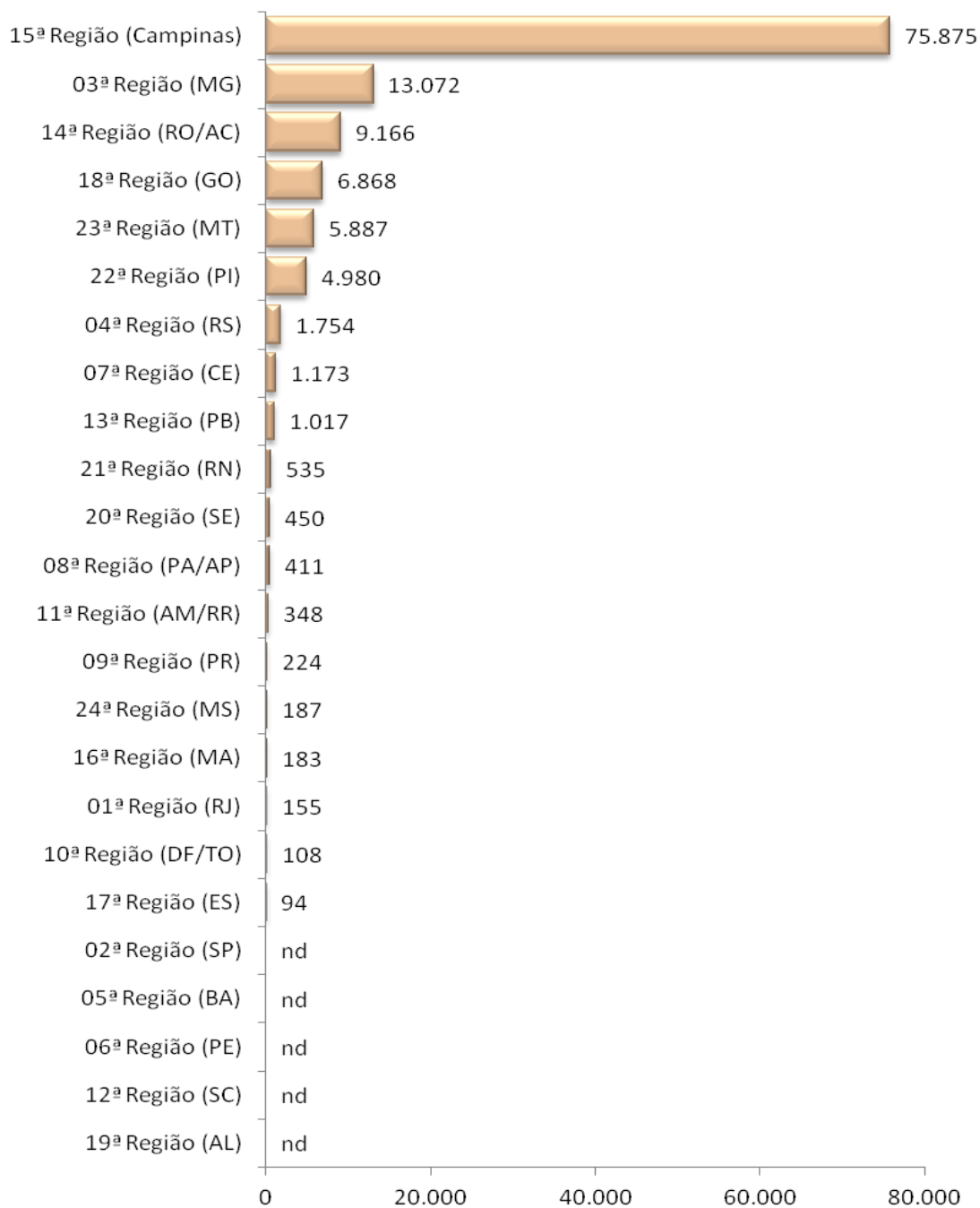
Tabela 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnPF1º + CpPF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnPE1º + CpPE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnPM1º + CpPM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	120	13	22	155
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	12.996	28	48	13.072
04ª Região (RS)	936	461	357	1.754
05ª Região (BA)	nd	nd	nd	nd
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	1.119	10	44	1.173
08ª Região (PA/AP)	304	48	59	411
09ª Região (PR)	221	0	3	224
10ª Região (DF/TO)	98	9	1	108
11ª Região (AM/RR)	327	15	6	348
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	1.011	3	3	1.017
14ª Região (RO/AC)	5.731	3.274	161	9.166
15ª Região (Campinas)	75.402	130	343	75.875
16ª Região (MA)	139	2	42	183
17ª Região (ES)	81	6	7	94
18ª Região (GO)	6.863	3	2	6.868
19ª Região (AL)	nd	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	433	5	12	450
21ª Região (RN)	522	6	7	535
22ª Região (PI)	4.518	119	343	4.980
23ª Região (MT)	5.775	47	65	5.887
24ª Região (MS)	181	3	3	187
Justiça do Trabalho	116.777	4.182	1.528	122.487

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.5 DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovP1º - Poder Público como Demandante no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas pelos entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovP1^\circ = CnPF1^\circ + CnPE1^\circ + CnPM1^\circ + CpPF1^\circ + CpPE1^\circ + CpPM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnPF1^\circ + CpPF1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pela União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPE1^\circ + CpPE1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnPM1^\circ + CpPM1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos pelos Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

3.5.1. DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

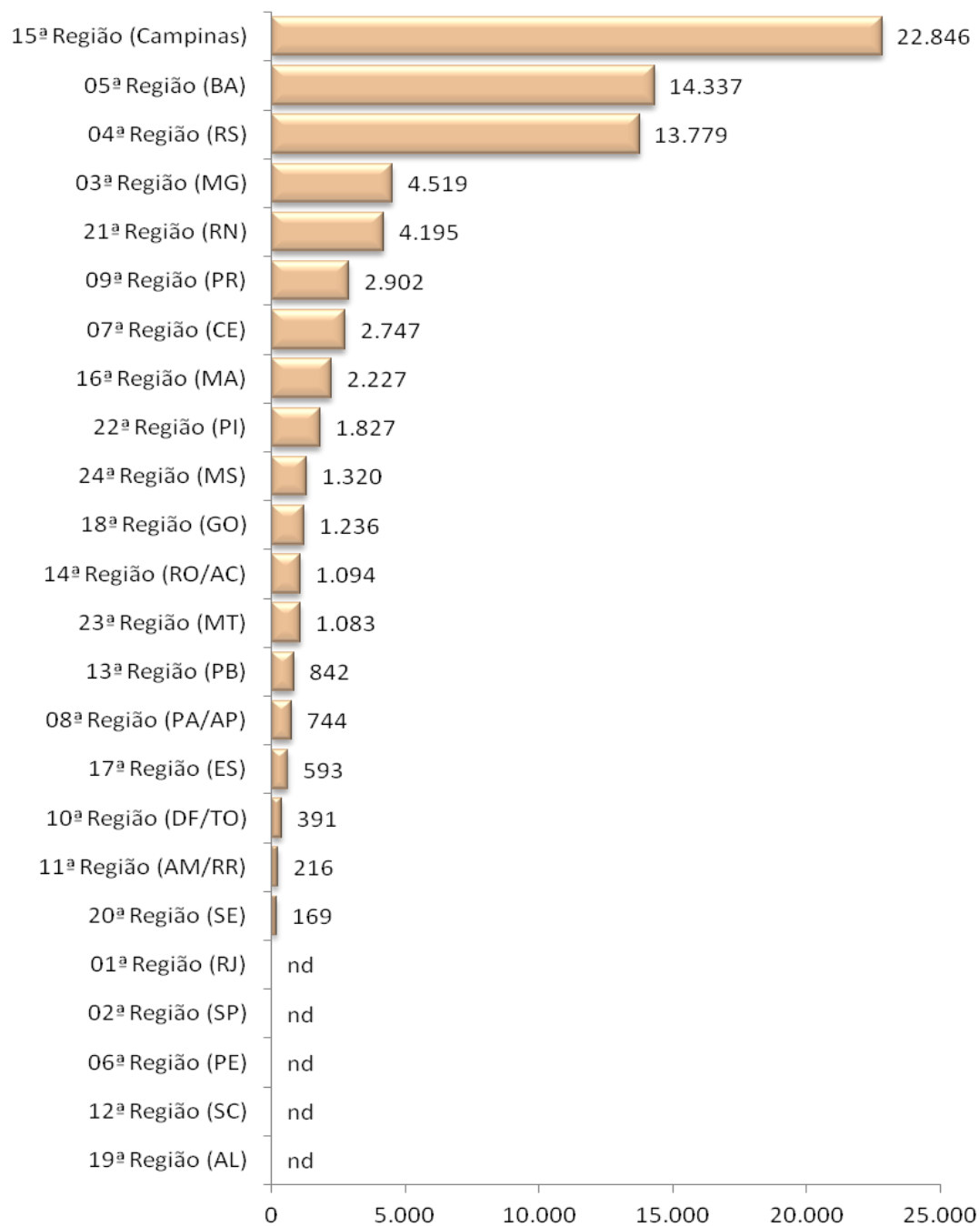
Tabela 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF2º + CpCF2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE2º + CpCE2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM2º + CpCM2º) Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:
01ª Região (RJ)	nd	nd	nd	nd
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	2.782	349	1.388	4.519
04ª Região (RS)	4.058	4.522	5.199	13.779
05ª Região (BA)	nd	1.889	12.448	14.337
06ª Região (PE)	nd	nd	nd	nd
07ª Região (CE)	70	81	2.596	2.747
08ª Região (PA/AP)	635	57	52	744
09ª Região (PR)	1.526	141	1.235	2.902
10ª Região (DF/TO)	369	19	3	391
11ª Região (AM/RR)	83	56	77	216
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	419	30	393	842
14ª Região (RO/AC)	170	709	215	1.094
15ª Região (Campinas)	5.854	5.020	11.972	22.846
16ª Região (MA)	298	55	1.874	2.227
17ª Região (ES)	337	97	159	593
18ª Região (GO)	826	232	178	1.236
19ª Região (AL)	nd	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	60	21	88	169
21ª Região (RN)	1.060	822	2.313	4.195
22ª Região (PI)	403	442	982	1.827
23ª Região (MT)	653	125	305	1.083
24ª Região (MS)	1.172	52	96	1.320
Justiça do Trabalho	20.775	14.719	41.573	77.067

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.6 DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC2º - Poder Público como Demandado no 2º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 2º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC2^\circ = CnCF2^\circ + CnCE2^\circ + CnCM2^\circ + CpCF2^\circ + CpCE2^\circ + CpCM2^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF2^\circ + CpCF2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE2^\circ + CpCE2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM2^\circ + CpCM2^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 2º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 2º Grau até o final do ano-base.

3. Acesso à Justiça e Perfil das Demandas.

3.5. Poder Público como Demandado.

3.5.2. DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

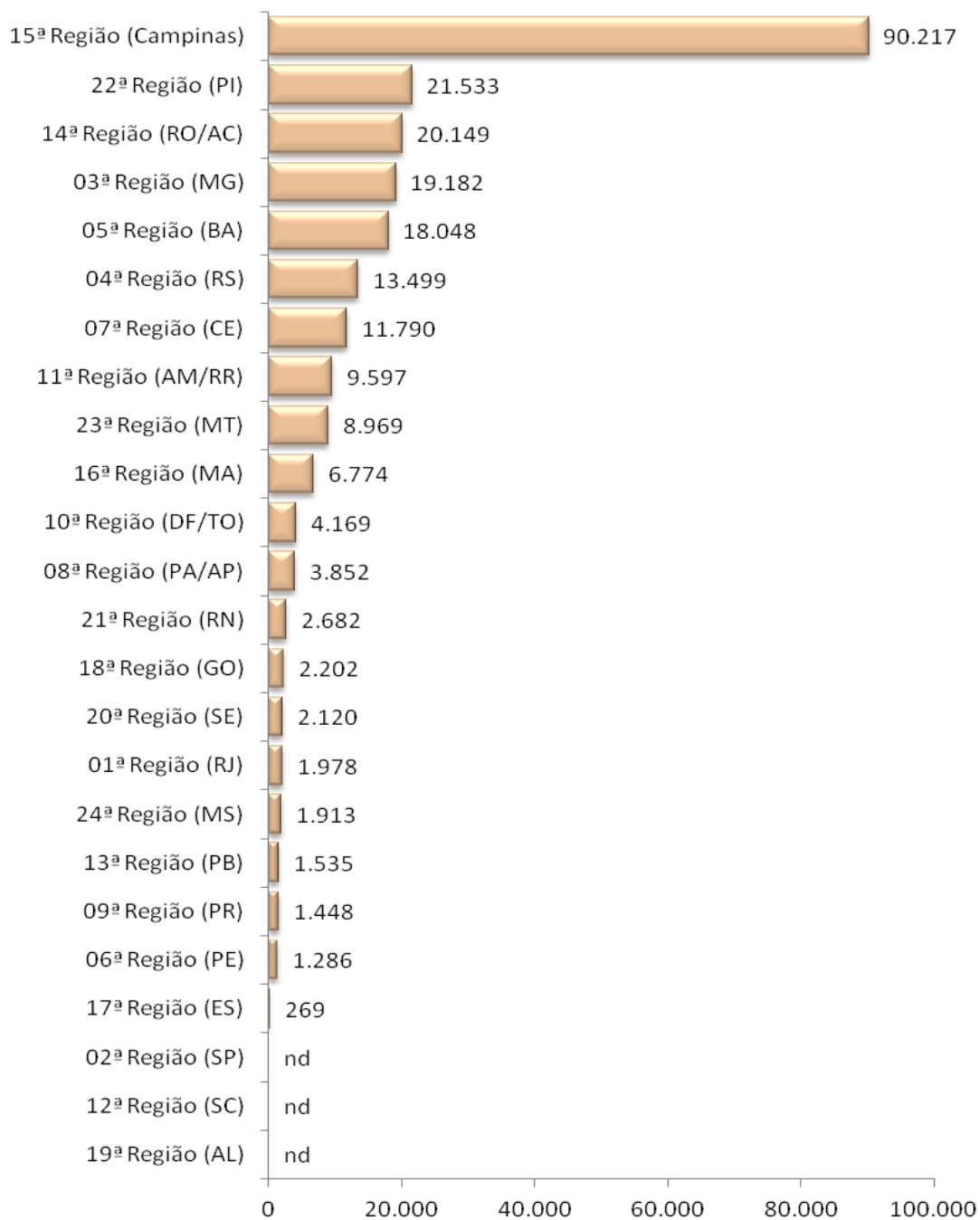
Tabela 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Tribunal Regional do Trabalho	(CnCF1º + CpCF1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais	(CnCE1º + CpCE1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais	(CnCM1º + CpCM1º) Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais	DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:
01ª Região (RJ)	317	116	1.545	1.978
02ª Região (SP)	nd	nd	nd	nd
03ª Região (MG)	7.519	4.081	7.582	19.182
04ª Região (RS)	2.346	2.716	8.437	13.499
05ª Região (BA)	222	276	17.550	18.048
06ª Região (PE)	166	105	1.015	1.286
07ª Região (CE)	600	598	10.592	11.790
08ª Região (PA/AP)	680	1.413	1.759	3.852
09ª Região (PR)	75	27	1.346	1.448
10ª Região (DF/TO)	3.498	560	111	4.169
11ª Região (AM/RR)	1.072	6.169	2.356	9.597
12ª Região (SC)	nd	nd	nd	nd
13ª Região (PB)	642	171	722	1.535
14ª Região (RO/AC)	3.581	9.253	7.315	20.149
15ª Região (Campinas)	13.179	22.545	54.493	90.217
16ª Região (MA)	297	959	5.518	6.774
17ª Região (ES)	66	67	136	269
18ª Região (GO)	802	741	659	2.202
19ª Região (AL)	nd	nd	nd	nd
20ª Região (SE)	521	535	1.064	2.120
21ª Região (RN)	459	426	1.797	2.682
22ª Região (PI)	2.141	3.439	15.953	21.533
23ª Região (MT)	2.939	3.828	2.202	8.969
24ª Região (MS)	1.308	185	420	1.913
Justiça do Trabalho	42.430	58.210	142.572	243.212

Fonte: Justiça em Números 2011.

Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Gráfico 3.7 DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:



Obs: 'nd' significa que o dado não está disponível.

Glossário:

DGovC1º - Poder Público como Demandado no 1º Grau:

Finalidade: Demonstrar o quantitativo de ações propostas contra os entes públicos no âmbito da Justiça do Trabalho de 1º Grau no ano-base.

Fórmula: $DGovC1^\circ = CnCF1^\circ + CnCE1^\circ + CnCM1^\circ + CpCF1^\circ + CpCE1^\circ + CpCM1^\circ$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 76 de 2009 do CNJ:

- $(CnCF1^\circ + CpCF1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra a União, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Federais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCE1^\circ + CpCE1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Estados, Distrito Federal, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Estaduais ou Distritais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.
- $(CnCM1^\circ + CpCM1^\circ)$ Casos Novos e Pendentes no 1º Grau Propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais: É a soma dos Casos Novos e Pendentes propostos Contra os Municípios, Autarquias, Fundações e Empresas Públicas Municipais na Justiça de 1º Grau até o final do ano-base.